



umanitas

69

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

humanitas

Vol. LXIX



COIMBRA
2017

FICHA TÉCNICA

Título: *Humanitas* – Revista do Instituto de Estudos Clássicos

Directora Principal: Carmen Soares

Diretores Adjuntos: José Luís Lopes Brandão; Margarida Lopes de Miranda

Assistente Editorial: João Pedro Gomes

Comissão Científica: Alberto Maffi (Università degli Studi di Milano-Bicocca); Alberto Bernabé Pajares (Universidade Complutense de Madrid); Andrés Pociña, (Universidad de Granada); Belmiro Fernandes Pereira (Universidade do Porto); Elaine Christine Sartorelli (Universidade de São Paulo); Fabienne Blaise (Université de Lille 3 – Université des Sciences Humaines et Sociales); Fábio Faversani (Universidade Federal de Ouro Preto); Fábio de Souza Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Fernando Brandão dos Santos (Universidade Estadual de São Paulo); Giorgio Ieranò (Università degli Studi di Trento); Henriette van der Blom (University of Glasgow); Italo Pantani (Università di Roma); John Wilkins (Exeter University); Jonathan R. W. Prag (University of Oxford); José Ramos (Universidade de Lisboa); Kees Meerhoff (Universiteit van Amsterdam); Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais); Maria de Fátima Silva (Universidade de Coimbra); Maria do Céu Fialho (Universidade de Coimbra); Nair Castro Soares (Universidade de Coimbra); Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales et Centre d’Anthropologie Religieuse Européenne); Sergio Audano (Centro di Studi sulla Fortuna dell’Antico “Emanuele Narducci”); Thomas Figueira (Rutgers University); Violeta Pérez Custodio (Universidad de Cádiz)

URL: Português: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/revista?id=90310&sec=5>

Inglês: <https://digitalis.uc.pt/en/revista?id=90310&sec=5>

Propriedade: Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Morada: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo da porta Férrea, 3004-530 Coimbra.

Periodicidade: Semestral

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rua da Ilha n.º 1 – 3000-214 Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Sede da redação: Instituto de Estudos Clássicos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

3004 – 530 Coimbra

Tel.: 239 859 981 – Fax: 239 410 022 – E-mail: classic@fl.uc.pt

Secretariado: Clotilde Cruz

Pré-Impressão: Imprensa da Universidade de Coimbra

Execução gráfica: www.artipol.net

Zona Industrial de Mourisca do Vouga, Apartado 3051, 3754-901 Águeda

Depósito legal: 63505/93

ISSN: 0871 – 1569

ISSN digital: 2183 – 1718

DOI: https://doi.org/10.14195/2183-1718_69

Publicação subsidiada por:

Banco SANTANDER



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SOBRE A REVISTA

A *Humanitas* é a mais antiga revista publicada em Portugal especializada em Estudos Clássicos Greco-Latinos e Renascentistas, mas aberta a contributos de áreas dialogantes (História, Arqueologia, Filosofia, Religião, Arte, Retórica, Recepção dos Clássicos, entre outras). Tem mantido um ritmo de publicação anual regular, desde o ano da sua criação, em 1947, e é propriedade do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trata-se de uma revista destinada a académicos e investigadores, tanto nacionais como estrangeiros. Aceitam-se trabalhos em português (língua do espaço lusófono), bem como em inglês, espanhol, italiano e francês. Em nome da internacionalização crescente da revista, privilegia-se a publicação de estudos em inglês. Publicam-se duas tipologias de contributos: a) estudos de especialidade, originais e que constituam abordagens relevantes e dinamizadoras do avanço do conhecimento nas respetivas áreas; b) resenhas críticas de obras publicadas há menos de 2 anos, à data de envio da proposta. Os contributos de tipo a) são sujeitos a um processo de avaliação cega, por avaliadores internacionais considerados especialistas nas áreas científicas em questão. A aceitação dos contributos de tipo b) é da responsabilidade da Direção da Revista e da sua Comissão Científica. Não serão considerados os manuscritos submetidos também a processos de publicação noutros periódicos ou livros, pelo que os proponentes têm de declarar, no ato de envio do trabalho, sob compromisso de honra, que observam esta cláusula.

A *Humanitas* está catalogada no Web of Science (Thomson Reuters/ ESCI), no Latindex, na Dialnet, no European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS), no Directory of Open Access Journals (DOAJ), EBSCO, no Scientific Journal Impact Factor e na BIBP (Base d'Information Bibliographique en Patristique).

Política de Acesso Aberto

Esta revista oferece acesso aberto imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento a nível internacional e promove a transferência do saber.

ABOUT THE JOURNAL

Humanitas is the oldest scholarly journal published in Portugal devoted to Greek, Latin and Renaissance Classical Studies, although it welcomes contributions from other interfacing fields of study (History, Archaeology, Philosophy, Religion, Art, Rhetoric, Reception of the Classics, among others). Owned by the Instituto de Estudos Clássicos of the Faculdade de Letras, University of Coimbra, *Humanitas* has been published regularly on a yearly basis since its inception in 1947. The journal is aimed at researchers and scholars, both Portuguese and international. Contributions in Portuguese (the language of the Lusophone world), as well as in English, Spanish, Italian and French are welcome. Given its growing internationalization, the journal privileges the publication of articles in English. Contributions can be of two types: a) original specialized articles constituting relevant approaches capable of stimulating the advancement of research in their respective areas; b) review articles of works published during the 2 years preceding the submission. Type a) contributions are subject to a blind peer review process by international referees chosen on the basis of their expertise in the relevant scientific areas. Responsibility for publication of type b) contributions rests with the journal's Board of Editors and Advisory Board. This journal does not accept papers submitted for publication in other periodicals or books. Upon submission of their manuscripts, all authors must declare on their honour that they comply with this rule.

Humanitas is indexed at Web of Science (Thomson Reuters/ESCI), Latindex, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS), Directory of Open Access Journals (DOAJ), EBSCO, Scientific Journal Impact Factor and BIBP (Base d'Information Bibliographique en Patristique).

Open Access & Subscriptions

This journal provides immediate open access to its content, in line with the principle of free availability of scientific knowledge, which furthers the cause of knowledge democracy and promotes knowledge internationally.

ÍNDICE

Artigos

Responsabilidad y ambigüedad de Helena en la épica homérica

Responsibility and ambiguity of Helen in the Homeric epic

Francisca Gómez Seijo 9

Ancient homophobia:

Prejudices against homosexuality in classical Athens.

Bartłomiej Bednarek 47

Le bien, la vie, la mort:

art et art politique d'après le *Gorgias* de Platon

Good, Life and Death:

Techne and Political *Techne* according to Plato's *Gorgias*

René Lefebvre 63

Interventions de l'herméneutique juridique

dans la résolution des ambiguïtés de la loi lors des contestations en justice à l'époque byzantine

Interventions of the *interpretatio iuris* to the resolving
of the ambiguities of law during the byzantine period

Lydia Paparriga-Artémiadi 81

Meditação sobre a ruína das ruínas

Meditation on the ruins' ruin

Vasco Mantas 111

Recensões

Nelson Ferreira,

LOPEZ FERREZ, Juan Antonio (eds.), Galeno.

Lengua, composicion literaria, lexico, estilo; 149

Adriana Bebiano,

ASSIS, Zamira de; SANTOS, Magda Guadalupe dos (orgs.),

Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspetiva; 155

Notícias

Sofia Carvalho,

*A Web e o crowd-sourcing ao serviço da Papirologia:**O projeto Ancient Lives* 163***In Memoriam*** 167

ARTIGOS

(Página deixada propositadamente em branco)

**RESPONSABILIDAD Y AMBIGÜEDAD DE HELENA
EN LA ÉPICA HOMÉRICA**

**RESPONSIBILITY AND AMBIGUITY OF HELEN
IN HOMERIC EPIC**

FRANCISCA GÓMEZ SEIJO

Instituto de Enseñanza Secundaria Álvaro Cunqueiro
f.gomez.seijo@hotmail.com

Artigo recibido a 14-06-2016 e aprobado a 02-02-2017

Resumen

En este artículo la autora trata de señalar la conveniencia de revisar dos cuestiones vinculadas de manera recurrente a la caracterización de Helena en la épica homérica: su responsabilidad en la guerra de Troya y su ambigüedad. Diversos estudios críticos se centran en tales cuestiones, pero desde enfoques igualmente diversos. El presente trabajo intenta conciliar sus conclusiones y, a la vez, aportar una visión personal sobre el papel de Helena en la *Iliada* y la *Odisea*.

Palabras clave: épica homérica, Helena, responsabilidad, ambigüedad, caracterización

Abstract

In this paper the author tries to point out the convenience of addressing two issues often discussed around the characterization of Helen in Homeric epics: her responsibility in the Trojan War and her ambiguity. Several critical studies focus on such issues, but from equally diverse approaches. This paper attempts to reconcile their proposals findings and, at the same time, provide a personal view on the role of Helen in the *Iliad* and the *Odyssey*.

Keywords: Homeric epic, Helen, responsibility, ambiguity, characterization

En el presente trabajo me propongo revisar las dos cuestiones que aparecen inseparablemente unidas en los estudios dedicados a la caracterización de Helena, no solo en la épica homérica, sino también en la lírica y en el drama, a saber: su responsabilidad en la guerra de Troya y su ambigüedad. Con respecto a la primera cuestión analizaré los datos ofrecidos por los diferentes personajes de la *Iliada*, así como por el propio poeta épico en calidad de narrador omnisciente, y también la contribución de algunos trabajos orientados a dilucidar este tema de la responsabilidad de Helena. En lo tocante a su ambigüedad, procuraré demostrar que tal rasgo es producto, a menudo, de una lectura de la *Iliada* y la *Odisea* en clave psicológica, lectura que es especialmente desaconsejable en un poema épico cuya autoría es incierta y que ha tomado forma definitiva tras una larga tradición oral de varios siglos. Komornicka conecta la falta de consenso entre la crítica con respecto a la actitud y el rol de Helena en el conflicto entre griegos y troyanos con nuestra ignorancia sobre si “las diversas imágenes de Helena son fruto de la invención de Homero o si han sido inspiradas —al menos en parte— por una tradición anterior adoptada por el poeta”¹. La autora llega a la conclusión de que “la incoherencia de la imagen de Helena —tal como la constatamos en los poemas épicos— es debida ante todo a la naturaleza del mito, que depende en buena medida de variantes en su evolución y cuyos límites están borrosos y son oscilantes”². Por otra parte, cuando se habla de la ambigüedad de la Helena épica, opino que a menudo proyectamos nuestras expectativas modernas de coherencia sobre su caracterización y este hecho le confiere una opacidad gratuita a la comprensión del personaje y de su papel en el poema. La ambigüedad se convierte, además, en punto de partida y de llegada, así como en el rasgo esencial que, supuestamente, formaba parte del proyecto original del poeta épico. Dedicaré las siguientes páginas al estudio de ambas epopeyas, empezando por la *Iliada*³.

Iliada

Las referencias a Helena como la mujer por cuya causa tuvo lugar la guerra de Troya (*Il.* 1.159-60; 3.126-8, 156-7, 4.173-4; 6.344-58; 7.350-1;

¹ Komornicka 1991: 9.

² Komornicka 1991: 13-4.

³ Las ediciones utilizadas para los textos griegos son las oxonienses de D. B. Monro y T.W. Allen para la *Iliada* (Oxford, 1903) y de T. W. Allen para la *Odisea* (Oxford, 1908). Las traducciones de dichos textos son mías.

9.339; 19.325; 22.114-6; 24.762-74), así como los insultos y las duras imprecaciones que profiere contra sí misma, deben contextualizarse, por tanto, en el marco de un extenso poema épico que no la señala como responsable única, ni directa ni voluntaria, de la contienda. La *Iliada* presenta las palabras y las acciones de los personajes desde un doble plano —humano y divino— que relativiza la responsabilidad de Helena en la guerra y la hace, en todo caso, copartícipe de ella. Por otra parte, el componente patético de la execración dirigida contra sí misma contribuye a la caracterización del personaje y a los intereses de un tipo de poesía que ensalza la gloria guerrera del héroe tanto como deplora su muerte y el desgarrado dolor que produce en ambos bandos.

Examinada en su totalidad, la *Iliada* nos presenta la guerra de Troya como la consecuencia de una suma de responsabilidades irreductibles a las acciones de una sola mujer. Héctor (*Il.* 3.85-91) comunica a troyanos y aqueos la decisión de Alejandro, “por cuya causa se desencadenó el conflicto” (... Ἀλεξάνδροιο, τοῦ εἵνεκα νεῖκος ὄρωρεν, 87), de batirse en duelo singular con Menelao “por Helena y por todas las riquezas” (ἀμφ’ Ἑλένη καὶ κτήμασι πᾶσι, 91). El propio Alejandro admite que su acción fue la de raptar a Helena (*Il.* 3.444-5). También Héctor (*Il.* 6.325-9) le hace reproches a su hermano: “por tu causa el griterío y el combate arden alrededor de esta ciudad” (...σεῖο δ’ εἵνεκ’ αὐτῆ τε πτόλεμός τε / ἄστῃ τόδ’ ἀμφιδέδηε·..., 328-9) y le dice (*Il.* 6.517-25) que le produce gran aflicción escuchar los insultos que le dedican los troyanos, “que soportan muchas penalidades por tu causa” (οἱ ἔχουσι πολὺν πόνον εἵνεκα σεῖο, 525). Príamo (*Il.* 7.365-74) se refiere a su propio hijo como aquel “por cuya causa se desencadenó el conflicto” (...Ἀλεξάνδροιο, τοῦ εἵνεκα νεῖκος ὄρωρε, 374). Incluso el poeta afirma (*Il.* 24.25-30) que Hera, Poseidón y Atenea persisten en su odio contra los troyanos “por culpa de la *átē* de Alejandro” (...Ἀλεξάνδρου ἔνεκ’ ἄτης, 28), que había humillado a las diosas cuando eligió a Afrodita, “la que le concedió la dolorosa lascivia” (τὴν δ’ ἦησ’ ἢ οἱ πόρε μαχλοσύνην ἀλεγεινίην, 30)⁴.

Además de los versos en los que se señala la responsabilidad de Paris, se pueden citar otros en los que recae sobre los dioses: Príamo exonera a Helena (*Il.* 3.164-5): “Para mí tú no eres culpable de nada; los causantes

⁴ Estos versos iniciales del canto 24 que hacen referencia al episodio del juicio de Paris ponen de manifiesto hasta qué punto el poeta-narrador suponía que eran conocidas por el auditorio historias anteriores que inciden sobre la estructura de la trama de la *Iliada* (historias tales como la de las bodas de Tetis y Peleo, que engendran a Aquiles y evitan el peligro de un hijo nacido de la unión de Tetis con Zeus).

son los dioses, que trajeron esta guerra, fuente de lágrimas, contra los aqueos” (οὗ τί μοι αἰτίη ἔσσι, θεοί νύ μοι αἰτιοί εἰσιν / οἱ μοι ἐφόρησαν πόλεμον πολύδακρυν Ἀχαιῶν). La propia Helena, tras referirse primero a sí misma como ‘perra’ (*Il.* 6.344), afirma pocos versos después (349) que los dioses han sido los responsables de las desgracias sucedidas. Por último, el poema señala a una divinidad en concreto como responsable de la guerra: se trata de Afrodita, a la que Helena se enfrenta en el canto 3, haciéndole reproches por haberla destinado a ser el regalo otorgado a Paris, un favorito de la diosa.

Dado que es posible detectar tres responsables directos y activos de la guerra —Paris, los dioses en general y Afrodita en particular— ¿cómo conjugar, entonces, las referencias a la inocencia de Helena con los versos en los que se afirma que muchos héroes murieron por su causa? En opinión de Bettini y Brillante, “tales afirmaciones no pretenden resaltar la responsabilidad personal de la mujer, sino poner en primer plano el papel que ella desempeña en el conflicto. Por el solo hecho de encontrarse en Troya y verse disputada por las dos partes, Helena constituye una desgracia para Príamo y para los troyanos. Ella representa de manera emblemática, más allá de su voluntad, la causa de la guerra y, por tanto, también la de los duelos y las desgracias que se abaten sobre griegos y troyanos”⁵. Los autores apoyan su afirmación con dos ejemplos: recordando las batallas libradas contra las ciudades de la Tróade, Aquiles afirma que había luchado con los hombres “a causa de sus esposas” (ὄρων ἔνεκα σφετεράων *Il.* 9.327); tras reconciliarse con Agamenón a causa de la disputa por Briseida (*Il.* 19.56-62), el héroe expresa el deseo de que la esclava hubiera muerto el día en el que conquistó Lirneso, la ciudad de la que ella procedía. De esta manera no habrían perdido la vida tantos aqueos “por una joven” (εἴνεκα κόρης, *Il.* 19.58) mientras él estuvo encolerizado con Agamenón. Helena se convierte así, al igual que Briseida, en la causa de una guerra que no quería y que no puede detener.

El hecho de que la responsabilidad aparezca repartida en la *Iliada* y que Helena no sea señalada como la única responsable de tantas desgracias, debe hacernos considerar la idoneidad de leer el sintagma εἴνεκα/ἔνεκα Ἑλένης dentro de un contexto en el que la atribución de la responsabilidad

⁵ Bettini y Brillante 2008: 72. A estas observaciones conviene añadir, no obstante, que sin esta guerra acaecida por causa de Helena, el héroe Aquiles no podría demostrar su excelencia guerrera ni obtener, por tanto, la “gloria imperecedera” (κλέος ἄφθιτον) de ser recordado por las generaciones futuras a través de aedos y rapsodas.

no es unilateral. En su estudio sobre la causa con referentes humanos en los poemas homéricos, Conti Jiménez distingue tres subtipos de causa en su uso como actantes de los verbos de dolor y de los verbos de cólera⁶:

1) *Causante involuntario*: persona que desencadena el estado de cosas descrito en la oración por medio de una situación que escapa a su control. Este ‘causante involuntario’ aparece expresado mediante el genitivo sin preposición o ἔνεκα + genitivo, pero no mediante ὑπό + genitivo. La falta de responsabilidad del causante involuntario sobre la situación que desencadena se manifiesta en numerosos ejemplos en los que el genitivo sin preposición y ἔνεκα + genitivo designan personas que carecen de toda capacidad de acción. De hecho, en muchas ocasiones son difuntos quienes provocan el dolor o la cólera de sus allegados o amigos (*Il.* 1.93-4; 1.56).

2) *Responsable sin intencionalidad*: persona que desencadena el estado de cosas con una acción controlada, pero no intencionada. Como en el subtipo anterior, el ‘responsable sin intencionalidad’ también se puede expresar mediante genitivo sin preposición y ἔνεκα + genitivo. La persona responsable no persigue con su acción controlada la situación que resulta de ella (*Il.* 20.297-8; *Od.* 19.159).

3) *Responsable con intencionalidad*: persona que desencadena el estado de cosas con una acción controlada e intencionada que tiene como fin el resultado que se deriva de ella. La diferencia entre el responsable con intencionalidad y el agente es, en numerosas ocasiones, mínima. La expresión de un responsable que provoca intencionadamente los sentimientos del sujeto parece estar reservada para ὑπό + genitivo (*Il.* 4.497-8: aquí el responsable está ya muy próximo a un agente).

La autora extrae, entre otras, la conclusión de que el genitivo sin preposición se emplea generalmente como expresión del denominado ‘causante involuntario’; ἔνεκα + genitivo, menos frecuente que el genitivo sin preposición, puede expresar tanto el ‘causante involuntario’ como el ‘responsable sin intencionalidad’, mientras que el ‘responsable con intencionalidad’ se expresa mediante ὑπό + genitivo.

Con respecto al empleo de expresiones de causa con referente humano como circunstanciales de otros verbos distintos de los de dolor y de cólera, es muy reducido el empleo como circunstanciales del genitivo sin preposición: las formas casuales han sido sustituidas por sintagmas preposicionales y Conti Jiménez analiza aquellos que las gramáticas tipifican como expre-

⁶ Conti Jiménez 1999.

siones de la causa en Homero con el objetivo de determinar si los tres subtipos de causa anteriormente citados encuentran un reflejo formal en los poemas. Los sintagmas estudiados por la autora son *διά* + acusativo, *ἐκ* + genitivo, *ἔνεκα* + genitivo, *πρός* + genitivo, *ὕπο* + genitivo, *ὕπό* + dativo. Los resultados obtenidos son los siguientes: a) tan solo *ἔνεκα* + genitivo se emplea como expresión del ‘causante involuntario’: *Il.* 1.298-9 y 6.328-9; b) todos los sintagmas preposicionales pueden expresar lo que la autora denomina ‘responsable’. Con la excepción de los ejemplos de *ἔνεκα* + genitivo, se trata de un ‘responsable con intencionalidad’: *Il.* 20.498, 6.456, 5.383-4, 7.129; *Od.* 8.519-20. Los datos revelan que *ἔνεκα* + genitivo está especializado en la expresión de las variantes conceptuales de la causa que se encuentran más alejadas de la noción del agente, a saber: el ‘causante involuntario’ y el ‘responsable sin intencionalidad’⁷. Estas nociones forman parte de un *continuum* cuyos extremos están definidos por el ‘causante involuntario’, por un lado, y el agente, por otro. La diferencia semántica y funcional entre ambos extremos se hace patente en la yuxtaposición de *ἔνεκα* + genitivo y *ὕπό* + genitivo, observable cuando Iris va en busca de Helena y la encuentra bordando un manto púrpura en el que se representan las numerosas penalidades que troyanos y aqueos “por causa suya estaban padeciendo a manos de Ares” (*ἔθεν εἶνεκ’ ἔπασχον ὑπ’ Ἄρηος παλαμάων Il.* 3.128). Pasajes como este demuestran que las formas situadas en el extremo izquierdo (‘causante involuntario’) del *continuum* son incompatibles con la expresión de las nociones situadas en el extremo derecho (agente), así como las situadas en el extremo derecho lo son con las nociones del extremo opuesto.

⁷ Los escasos pasajes de *διά* + acusativo parecen indicar que el sintagma preposicional expresa el responsable que actúa de forma intencionada, pero sin ejercer un control pleno sobre el estado de cosas descrito en la oración. La ausencia de ejemplos de *διά* + acusativo como expresión del causante indirecto no impide suponer, en opinión de Conti Jiménez, que este sintagma preposicional también ocupe una parcela conceptual relativamente alejada de la noción del agente. De hecho, de los sintagmas preposicionales analizados, tan solo *διά* + acusativo y *ἔνεκα* + genitivo carecen de ejemplos que admitan una interpretación como expresiones del agente y el griego posterior tampoco proporciona ejemplos de *διά* + acusativo como expresión del agente, a pesar de que el sintagma preposicional se ha convertido ya entonces en la expresión más habitual de la causa. Incluso las oraciones con una pasiva morfológica se prestan poco a una interpretación de *διά* + acusativo como agente. En el caso de *ἐκ* + genitivo, *πρός* + genitivo, *ὕπό* + genitivo y *ὕπό* + dativo, por el contrario, existen ejemplos de oraciones pasivas que propician una interpretación de los sintagmas preposicionales en términos de agente (*Il.* 2.668-9, 11.831, 6.134-5, 16.490-1).

López Gregoris, en un trabajo anterior al de Conti Jiménez, analiza desde un punto de vista léxico la presunta responsabilidad de Helena en la guerra de Troya, tomando como referencia los textos homéricos y utilizando los conceptos de ‘culpa pasiva’ y ‘culpa activa’, que, según la autora, se entremezclan dentro de la *Iliada*⁸. A pesar de que el propio poema señala tres responsables directos y activos de la guerra —Paris, los dioses en general y Afrodita en particular—, a causa de un concepto pasivo de la culpa Helena se considera como culpable visible y final de las hostilidades. A este concepto de pasividad en la culpa le corresponde una de las dos posibilidades de justificación de la guerra que aparecen en los poemas homéricos: no la huida, sino el rapto, de modo que se establece la secuencia ‘rapto — culpa pasiva’. Paris admite que su acción fue la de ‘raptar’ a Helena (*Il.* 3.444, ἀρπάξας), bien por inducción de Afrodita, bien por deseo propio, de donde se deduce que Helena no es más que el objeto de la acción sobre el que recae la consecuencia de aquello que realiza el sujeto y lo sufre o lo padece pasivamente; por tanto, aunque Paris fuera el motor que puso en movimiento todo el engranaje bélico, Helena fue el objeto codiciado por unos y por otros, el motivo final y pasivo de sus disputas.

Frente a la consideración que Helena tiene con respecto a sí misma, las palabras de los guerreros hacen hincapié en su hermosura sin parangón (*Il.* 3.156-8) y en su asociación con las riquezas y con el honor que conlleva poseer a semejante mujer (cliché homérico que se concreta en la fórmula Ἑλένη καὶ τὰ κτήματα πάντα, “Helena y las riquezas todas”, *Il.* 3.70, 3.255; 7.401). Este proceso de cosificación tiene su plasmación sintáctica en el hecho de que Helena sea el objeto pasivo de la acción que sobre ella realiza Paris (ἄγειν), así como el sujeto paciente del término correspondiente de este proceso léxico (ἔπεσθαι). Lo que constituye la causa de la guerra de Troya es, en consecuencia, el rapto de Helena, no su huida⁹.

⁸ López Gregoris 1996.

⁹ Los poemas homéricos no nos dicen nada acerca de que Helena recibiese algún castigo por sus acciones pasadas. Según Hirvonen (1968: 124-5), esto se debe a que en los poemas prevalece la visión de que la causa de la guerra de Troya “fue un abuso de hospitalidad. Tal hospitalidad era obligatoria, dictada por Zeus, de tal modo que abusar de ella era un sacrilegio. La seducción de la esposa y la inmoralidad eran sencillamente manifestaciones de este abuso (...)”y, por tanto, los griegos consideraban como una obligación religiosa destruir la ciudad. La idea de no recuperar a Helena era intolerable, no tanto porque se considerase que debía ser devuelta al ultrajado Menelao, como porque ella era el símbolo definitivo de la victoria sobre los troyanos.

Junto a la versión argumental del origen de la guerra de Troya basada en el rapto de Helena y, por tanto, en un concepto pasivo de su responsabilidad, puede distinguirse la otra posibilidad, es decir, la culpa activa de Helena a través de un acto voluntario de huida de Esparta junto a Paris. López Gregoris se pregunta si existen datos en la épica homérica que testimonien la culpabilidad activa de Helena o si hay algún pasaje en donde se manifieste el deseo de huir por parte de Helena. Ruiz de Elvira defiende la voluntariedad de Helena basándose, entre otras cosas, en el empleo del verbo ἔπεσθαι (*Il.* 3.173-4)¹⁰. Ahora bien, si de aquí se deduce que ἔπεσθαι indica deseo claro y voluntario de huida, entonces *Il.* 24.763-4 entraría en franca contradicción. Los verbos enfrentados son ἔπεσθαι, referido a Helena y ἄγειν, referido a Paris. Helena ‘sigue’ a Paris (*Il.* 3.174, 447) y Paris ‘se lleva’ a Helena (*Il.* 3.401, 404; 6.301; 24.764). Inicialmente parecen enfrentados desde el punto de vista del significado, porque no hace falta ‘llevarse’ a quien ‘sigue’; a veces ἄγειν es sustituido por ἀπάξειν (*Il.* 3.444) y, por tanto, o Helena sigue voluntariamente a Paris —argumento de la huida— o Paris se lleva a Helena —argumento del rapto.

Para dilucidar la cuestión, López Gregoris utiliza un argumento de semántica estructural: si se estudia el funcionamiento del verbo ἔπεσθαι con indistinción de contextos, se aprecia que funciona desde el punto de vista de la lexemática verbal como segundo término de una relación complementaria causativa, es decir, como verbo complementario de un causativo antecedente (así se constata en *Il.* 12.398). Se trata de una relación —muy utilizada en las lenguas clásicas— entre dos acciones verbales: el término causativo es el antecedente del término complementario, que es su consecuente. Entre el término causativo y su complementario existe, a menudo, no solo una relación semántica, sino también morfológica. Uno de los contextos más frecuentes en donde funciona este verbo es el ámbito militar, en el cual las tropas o los pueblos ‘siguen’ a sus caudillos, quienes ‘dirigen la formación’, ‘dan las órdenes’ o ‘están al frente’ (*Il.* 13. 689-91; 13.489-92). La consideración de Helena como objeto valioso y esposa del héroe vencedor tiene una plasmación lexemática que corresponde a la complementariedad causativa referida al matrimonio; la primera acción precipita la segunda, estructurándose en estos términos:

Πάρις ἄγει Ἑλένην. Ἑλένη ἔπεται.

¹⁰ Ruiz de Elvira 1974.

La acción de Helena (ἔπεσθαι), no se realiza sin la acción previa de Paris (ἄγειν) y ambas, ensambladas, dan lugar a la relación lexemática causativa del matrimonio, que como tal aparece plasmada en los textos. A la manera de proceder de Paris le corresponde léxicamente la acción de ἔπεσθαι y en esa correspondencia no es pertinente plantearse el grado de voluntariedad de la acción (ὁ ἀνὴρ ἄγει τὴν γυναῖκα. ἡ γυνὴ ἔπεται). Así se constata en *Il.* 3.173-5 y 447, en donde se emparejan el nombre para la esposa con el verbo que le corresponde, como antes aparecían juntos el nombre del esposo con el verbo que le corresponde, es decir, πόσις ἄγει. ἄκοιτις ἔπεται. Algo similar sucede en latín, donde a la acción del novio le corresponde el verbo *ducere* y a la acción de la mujer le corresponde *nubere, ire, venire* o *sequi*. La conclusión de López Gregoris es que con respecto a la cuestión de la responsabilidad de Helena en la guerra y la voluntariedad de su acción, los datos solo avalan uno de los dos argumentos míticos, el de la culpabilidad pasiva y su consecuente, el rapto, el cual se acomoda mítica, sintáctica y lexemáticamente a la expresión léxica que aparece en los textos.

Hasta aquí hemos revisado la cuestión, recurrente en cualquier estudio sobre Helena en la épica, sobre su responsabilidad en la guerra de Troya. Inseparablemente unida a esta cuestión se encuentra otra más, a saber: la supuesta ambigüedad del personaje. Worman, por ejemplo, reconoce el predominio de un retrato favorable de Helena en la *Iliada*, pero, al mismo tiempo, afirma que “el propio poeta homérico parece responder a una tradición preexistente de historias que se contradicen, como se demuestra en las tensiones entre el retrato más indulgente de Helena, que él favorece ostensiblemente, y las implicaciones más sombrías que permite que se infiltren”¹¹. A la imagen favorable de Helena, alentada por el poeta épico, vendría a sumarse, por tanto, una tradición alternativa que retrata su naturaleza peligrosa.

La investigación de Clader distingue, precisamente, dos caras de Helena en diferentes niveles del poema: en el nivel de la acción épica es un personaje poco definido, instrumental o pasivo. Ahora bien, “la dicción que rodea a Helena en la *Iliada* sugiere, sin embargo, un personaje que es más netamente amenazador, menos favorable”¹² y tales rasgos evitan que la elección heroica hecha por Aquiles de una vida corta, pero gloriosa, se vea reducida al absurdo a causa de los reproches que Helena le hace a Paris y el desagrado que le inspira en el presente esa relación conyugal por

¹¹ Worman 2001: 20.

¹² Clader 1976: 17.

la que han muerto tantos héroes de ambos bandos. Helena se llama a sí misma ‘perra’ tres veces en la *Iliada* y una en la *Odisea* (*Il.* 3.180, 6.344 y 356; *Od.* 4.145), manifestando el pesar y la vergüenza que le produce haber sido la causa de la guerra. Si se dejan aparte los símiles y las metáforas, la palabra κύων aparece cuarenta veces en la *Iliada* y en treinta y cinco de esas apariciones hace referencia a perros que devoran cadáveres humanos. Ser pasto de los perros constituye una amenaza para un héroe épico, puesto que le privaría de una muerte honorable. Por tanto, “el hecho de que Helena se llame a sí misma κύων siempre en el contexto de la guerra de Troya, podría sugerir que la base de este reproche esté en conexión con la terrible amenaza que los perros representan para los héroes”¹³.

Además de referirse a sí misma como κύων, en *Il.* 6.344 también se califica como ὀκρουέσσης, adjetivo con el que describe el efecto que produce sobre los demás, a quienes causa un miedo escalofriante. En *Il.* 3.404 utiliza el adjetivo στρυγερή, que deriva de la raíz *stug-, invariablemente asociada con la muerte en todos los contextos donde se encuentran palabras con dicha raíz¹⁴. Resulta significativo, por otra parte, que πεφρίκασιν (*Il.* 24.775) sea la última palabra que pronuncia Helena al final del poema, en el lamento fúnebre por Héctor. El verbo φρίσσω significa “erizarse, estremecerse de terror, temblar”: a los troyanos se les eriza el pelo ante Diomedes “como a baladoras cabras ante un león” (οἷ τέ σε πεφρίκασι λέονθ’ ὡς μηκάδες αἴγες, *Il.* 11.383; ver también *Il.* 4.281-2, 7.61-2, 13.339 y 473; *Od.* 19.446). Los contextos en los que aparece φρίσσω siempre son violentos o están conectados con la guerra y “en los dos ejemplos en los que el verbo lleva objeto directo —el verbo aparece en la misma forma en ambos casos— uno de ellos es el gran guerrero Diomedes, el otro es Helena. Sin duda, Helena es la única referencia que no encaja de manera inmediata con el patrón, a menos que se la considere como un personaje más estrechamente identificado con la guerra y la violencia de lo que parecería obvio a primera vista en su lamento por Héctor”¹⁵.

¹³ Clader 1976: 18. Conviene añadir, no obstante, que esta no es la única conexión que sugiere la *Iliada* en la comparación de un ser humano con un perro: también está presente una indicación de avaricia, codicia o el incontenible deseo de comer no regido por las normas de cortesía. A este respecto, véase el trabajo de Graver (1995).

¹⁴ Clader 1976: 20, esp. n. 30.

¹⁵ Clader 1976: 21-2.

Para cerrar las referencias que apuntan a un retrato negativo y amenazador de Helena, la autora cita la única aparición del adjetivo ῥιγεδανῆς, cuya raíz “parece implicar un estremecimiento de terror ante la muerte en combate, ante los dioses o ante las consecuencias de una violación de la confianza”¹⁶. Con este adjetivo Aquiles califica a Helena cuando llora la muerte de Patroclo y recuerda la razón por la que vino a Troya (εἴνεκα ῥιγεδανῆς Ἑλένης Τρωσὶν πολεμίζω, *Il.* 19.325). El adjetivo solamente se utiliza aquí con esta forma y no hay ejemplos de él en la *Odisea*, aunque sí se localizan en ambos poemas otras formas de la misma raíz (ῥίγιος, *Od.* 5.472 / ῥίγιον, *Od.* 17.191 y 20.22; *Il.* 1.325, 563 y 11.405 / ῥίγιστα, *Il.* 5.873).

En resumen, para que el auditorio no olvide que Helena es la causa e incluso el símbolo viviente de una guerra terrible, Homero ha utilizado elementos de dicción referidos a ella que hacen la relación explícita. La aparente futilidad de la contienda, que podría venir sugerida por la escena entre Helena y Paris y por los reproches que ella le dedica en repetidas ocasiones, se contrarresta, así, por medio de la inclusión en la dicción del poema de unas palabras que caracterizan a Helena como mujer peligrosa y amenazadora. Desde una perspectiva similar a la expuesta hasta aquí, Collins opina que “las caracterizaciones flexibles e incluso paradójicas de los [personajes] no-guerreros, en cuyo nombre existe el heroísmo, también les permiten asumir las contradicciones que, de otro modo, podrían socavar la ética heroica” y, por otra parte, “el hecho de que la responsabilidad de Helena sea expresada ante todo por la propia Helena (...) contribuye a los intereses ideológicos del poema. En una palabra, solo Helena puede censurar a Helena sin poner al descubierto la paradoja que el poema desea mantener oculta: que el mismo acto que exige que se libere una guerra por ella también la condena desde el punto de vista del poema y la convierte en un objeto indigno de luchar por él”¹⁷.

Los trabajos de Clader y Collins subordinan la caracterización de Helena al sustrato ideológico de la *Iliada* y tal enfoque tiene la virtud de no incurrir en valoraciones sobre el personaje que son ajenas a los fundamentos éticos y estéticos de un poema que es heredero de una larga tradición oral. Tales valoraciones proceden, a menudo, de una lectura de la obra en clave psicológica. Para ilustrar mi punto de vista me detendré especialmente en el análisis de la caracterización de Helena en el canto

¹⁶ Clader 1976: 22-3.

¹⁷ Collins 1988: 14 y 57.

3 de la *Iliada*. La diosa Iris adopta aquí la figura de Laódice, cuñada de Helena, y se dirige a ella con un imperativo “ven aquí” (δεῦρ’ ἴθι *Il.* 3.130) para anunciarle el combate singular que está a punto de tener lugar entre Alejandro y Menelao. Helena está tejiendo un manto púrpura donde se representa la guerra entre troyanos y aqueos, “que por causa suya estaban padeciendo a manos de Ares” (οὓς ἔθεν εἵνεκ’ ἔπασχον ὑπ’ Ἄρηος παλαμάων *Il.* 3.128). Antes de ir a presenciar el duelo entre Paris y Menelao, la diosa Iris “le infundió el dulce deseo de su anterior marido, de su ciudad y de sus progenitores” (...θεὰ γλυκὺν ἴμερον ἔμβαλε θυμῷ / ἀνδρὸς τε προτέρου καὶ ἄστεος ἠδὲ τοκῆων *Il.* 3. 139-40). Kennedy señala que “la intrusión del deseo sugiere que este no había existido de manera consciente. Hasta ahora ha sido suprimido por la realidad de la presencia de Paris o por la ocupación de Helena en su manto. En el pasaje siguiente se convertirá en partidaria de los griegos y esto explica la actitud con la que recibe a Paris tras el frustrado duelo”¹⁸. Cuando llega a las puertas Esceas, encuentra a Príamo rodeado de otros siete ancianos, que admiran la belleza de Helena hasta el punto de compararla con las diosas inmortales y afirman que es comprensible que aqueos y troyanos libren una guerra por semejante mujer; también expresan, no obstante, el deseo de que regrese a su patria para evitarles futuras desgracias a todos los troyanos (*Il.* 3.156-60). En la reacción de los ancianos se mezclan la atracción que les causa Helena con la percepción del peligro que supone para Troya. El rey Príamo le dirige palabras tiernas y le pide que se siente a su lado para ver desde la torre a troyanos y aqueos; no la considera culpable de la guerra, sino que los responsables son los dioses (οὐ τί μοι αἰτή ἐσσί, θεοί νύ μοι αἴτιοί εἰσιν *Il.* 3.164). Helena dice estar arrepentida de haber abandonado a su familia por seguir a Paris, al tiempo que lamenta no haberse quitado la vida entonces. Se llama a sí misma ‘cara de perra’ y manifiesta de esta manera la dolorosa conciencia de todo lo que ha ocurrido por su causa (*Il.* 3.173-80):

ὡς ὄφελεν θάνατός μοι ἀδεῖν κακὸς ὀππότε δεῦρο
 υἱεῖ σῶ ἐπόμην θάλαμον γνωτούς τε λιποῦσα
 παῖδά τε τηλυγέτην καὶ ὀμηλικὴν ἐρατεινήν.
 ἀλλὰ τὰ γ’ οὐκ ἐγένοντο· τὸ καὶ κλαίουσα τέτηκα.
 τοῦτο δέ τοι ἐρέω ὃ μ’ ἀνεῖραι ἠδὲ μεταλλᾶς·

¹⁸ Kennedy 1986: 10.

οὗτός γ' Ἀτρεΐδης εὐρὸν κρείων Ἀγαμέμνων,
 ἀμφοτέρων βασιλεύς τ' ἀγαθὸς κρατερός τ' αἰχμητής·
 δαῖρ αὐτ' ἐμὸς ἔσκε κυνώπιδος, εἴ ποτ' ἔην γε.

¡Ojalá una muerte cruel me hubiera sido grata cuando seguí hasta aquí a tu hijo, abandonando tálamo y hermanos, a mi niña tiernamente amada y a la querida gente de mi edad! Pero no sucedió así, y por eso estoy consumida de llorar. Te voy a responder a eso que me preguntas e inquieres: ese es el muy poderoso Agamenón atrida, a la vez buen rey y esforzado guerrero. Era mi cuñado, de mí, cara de perra, si eso alguna vez sucedió.

Estas primeras palabras que Helena pronuncia en el poema constituyen la expresión verbal de ese sentimiento de responsabilidad (involuntaria) ya implícito en la escena bordada por ella misma en el manto que estaba tejiendo hace unos instantes: ἐπόμην (174) la presenta como seguidora de Paris y, por tanto, como sujeto pasivo del rapto, mientras que el participio λιποῦσα, al final del mismo verso, pone de relieve el doloroso reconocimiento de todo lo que dejó atrás por seguir al príncipe troyano. Roisman ve en estos versos el propósito por parte de Helena “de cultivar la simpatía y buena voluntad de alguien cuya protección necesita, adoptando una pose femenina estereotipada (del mismo modo que al tejer había adoptado una ocupación típicamente femenina): humilde, necesitada e inofensiva. Esto demuestra su habilidad y competencia a la hora de hacer que la gente se sienta bien y de cuidar de sí misma por ser una mujer no grata en un entorno hostil”¹⁹. La autora también considera que la referencia a Paris como “tu hijo” (νιῆϊ σῶ II. 3.174), al evitar llamarlo por su nombre, “borra cualquier conexión personal entre ella misma y su marido troyano y expresa sutilmente su aversión hacia él. También parece implicar a Príamo en la conducta de su hijo. (...) Esto no significa que ella deje de aceptar su propia responsabilidad. Así lo corroboran sus repetidas afirmaciones de autocensura hasta el final del poema”.

Las sutilezas psicológicas que Roisman extrae de la lectura de los versos anteriormente citados no contemplan su cualidad marcadamente patética, cualidad que, en mi opinión, es la que el auditorio percibiría por encima de todo en el momento de la ejecución oral del poema. La interpretación que hace la autora del sintagma νιῆϊ σῶ introduce en la relación Príamo-Helena una nota de ambigüedad que resulta gratuita y, además, parece pasar por alto que la supuesta hostilidad latente de Helena

¹⁹ Roisman 2006: 13-4.

hacia su suegro se podría explicar por una razón ajena a la voluntad de la propia Helena y anunciada por el poeta en versos anteriores: la acción de la diosa Iris, que “le infundió el dulce deseo de su anterior marido, de su ciudad y de sus progenitores” (...θεὰ γλυκὸν ἴμερον ἔμβαλε θυμῷ / ἀνδρὸς τε προτέρου καὶ ἄστεος ἠδὲ τοκῆων *Il.* 3.139-40). La acción de la diosa sobre la mente de Helena constituye un recurso del poeta épico, no para caracterizar a Helena, sino para intensificar el patetismo de su situación a través de una escena —la *τειχοσκοπία*— en la que la visión de los guerreros griegos desde lo alto de las murallas hace que el dolor de Helena por sus acciones pasadas se desborde y se concrete en las duras palabras que dirige contra sí misma.

Helena no ve desde la torre a sus hermanos, Cástor y Pólux, y se plantea dos opciones para explicarse su ausencia: o no han venido a Troya con los aqueos o sí han venido, pero prefieren ocultarse a la vista de los demás por causa de la mala fama de su hermana (*Il.* 3.236-42). Inmediatamente después de estos versos, el poeta nos informa de que ambos están muertos y que sus cuerpos reposan en Lacedemonia (*Il.* 3.243-4). Que Helena ignore por completo el destino de sus hermanos constituye otro elemento de intenso *πάθος* que pone de relieve el aislamiento en el que vive dentro de las murallas de Troya. Sería excesivo ver aquí, a la manera de Roisman, que el interés por Cástor y Pólux no revela solo la añoranza de la familia, sino también una crítica implícita de Helena hacia los troyanos y “otro modo de hacerle saber a Príamo que, a pesar de que depende de él, no ve a su familia como propia y que durante los últimos nueve años ha estado alejada de su familia ‘real’ en Esparta”. Además, según esta autora, el odio e indignación que indirectamente destilan las palabras de Helena constituirían un “esfuerzo por afirmar su personalidad en medio de circunstancias difíciles”²⁰.

Paris no muere a manos de Menelao en el combate singular que tiene lugar entre ambos porque Afrodita lo envuelve en una densa bruma, lo lleva al palacio y lo deposita en el lecho que comparte con Helena. Afrodita, bajo la apariencia de una anciana, le dice a Helena que Paris la está esperando en su alcoba e intenta estimular su deseo hablándole de la belleza del joven, que por su aspecto radiante no parece venir de pelear con otro hombre (*Il.* 3.390-4). Mientras que el poeta no nos dice nada acerca de que Helena reconociese a Iris bajo la apariencia de su cuñada Laódice, sí nos informa de que enseguida comprende que la anciana

²⁰ Roisman 2006: 15.

cardadora que la insta a reunirse con Paris es, en realidad, Afrodita (*Il.* 3.395-8). El hecho de que se muestre consciente de ser un instrumento de la divinidad nos indica, como señala Reckford, que “Homero no utiliza a Helena solamente para demostrar el poder de los dioses a través del cumplimiento de la guerra de Troya. También plantea (y tal vez esto sea nuevo en su poema) qué sentiría una persona que fuese utilizada como títere de los dioses”²¹. Su actitud hacia la diosa (*Il.* 3.399-412) contrasta notoriamente con la sumisión y la docilidad de sus encuentros anteriores con Iris y Príamo: le pide que no pretenda seducirla con mentiras ni llevarla a algún lugar más lejano que Troya para complacer a otro favorito suyo; para Helena es evidente que Menelao ha sido el vencedor del combate singular y piensa que ahora Afrodita quiere impedir que su anterior marido se la lleve de regreso a casa. Roisman señala que en el verso 404 Helena utiliza la palabra οἶκαδ’ para designar a Esparta y que aquí “es un término mordaz que evoca las palabras de Afrodita a Helena al comienzo de esta escena: “Ven aquí, Paris te llama para que vengas a casa” (δεῦρ’ ἴθ’· Ἀλέξανδρός σε καλεῖ οἰκόνδε νέεσθαι *Il.* 3.390). En estas palabras, Afrodita identificaba el hogar de Helena como el hogar de Paris. Helena ya había indicado en la τειχοσκοπία que no consideraba Troya como su hogar. Ahora le dice esto a Afrodita inequívocamente”²². Helena, por tanto, no está dispuesta a sucumbir a los engaños de la diosa (*Il.* 3.406-12):

ἦσο παρ’ αὐτὸν ἰοῦσα, θεῶν δ’ ἀπέεικε κελεύθου,
 μηδ’ ἔτι σοῖσι πόδεσσιν ὑποστρέψειας Ὀλυμπον,
 ἀλλ’ αἰεὶ περὶ κεῖνον ὄϊζε καὶ ἐ φύλασσε,
 εἰς ὃ κέ σ’ ἢ ἄλοχον ποιήσεται ἢ ὃ γε δούλην.
 κεῖσε δ’ ἐγὼν οὐκ εἶμι· νεμεσητὸν δέ κεν εἶη·
 κείνου πορσανέουσα λέχος· Τρωαὶ δέ μ’ ὀπίσσω
 πᾶσαι μωμήσοντα· ἔχω δ’ ἄχε’ ἄκριτα θυμῷ.

Ve y siéntate a su lado, apártate de la senda de los dioses y no regreses ya sobre tus pasos al Olimpo. Quédate para siempre gimoteando a su alrededor y vela por él hasta que te haga su esposa o incluso su esclava; pero yo allí no pienso ir, ¡vituperable sería!, a compartir su lecho. Todas las troyanas después me lo reprocharán y ya son innumerables los pesares de mi corazón.

²¹ Reckford 1964: 17.

²² Roisman 2006: 17.

Clader observa que “ningún otro personaje homérico reprende a una divinidad con palabras tan duras y esto debe de implicar que existe entre Helena y la diosa una cercanía nada común”²³. Helena invierte los papeles y es ella la que invita a la diosa a entregarse a la pasión. Se niega, además, a ir al lecho de Paris porque, si lo hiciera, se ganaría con ello el reproche de las mujeres troyanas. Tal explicación puede parecer ilógica tras casi diez años de convivencia marital, pero revela la preocupación de Helena por su reputación en una ciudad en la que no es bien considerada por la mayoría. La diosa, encolerizada, amenaza a Helena con abandonarla y con suscitar entre griegos y troyanos un odio tal hacia ella que ocasione su muerte (*Il.* 3.413-7). Helena, atemorizada, se cubre con un velo para pasar inadvertida entre las troyanas y camina en silencio tras la diosa, que la conduce hasta la alcoba de Paris. Cuando se reúne con él, le dirige palabras muy duras (*Il.* 3. 428-36):

ἦλυθες ἐκ πολέμου· ὡς ὄφελες αὐτόθι ὀλέσθαι
 ἀνδρὶ δαμεις κρατερῶ, ὃς ἐμὸς πρότερος πόσις ἦεν.
 ἦ μὲν δὴ πρὶν γ' εὖχε' ἀρηϊφίλου Μενελάου
 σὴ τε βίη καὶ χερσὶ καὶ ἔργει φέρτερος εἶναι·
 ἀλλ' ἴθι νῦν προκάλεσσαι ἀρηϊφίλον Μενέλαον
 ἐξαῦτις μαχέσασθαι ἐναντίον· ἀλλὰ σ' ἔγωγε
 παύεσθαι κέλομαι, μηδὲ ξανθῶ Μενελάῳ
 ἀντίβιον πόλεμον πολεμίζειν ἠδὲ μάχεσθαι
 ἀφραδέως, μή πως τάχ' ὑπ' αὐτοῦ δουρὶ δαμῆης.

Has vuelto del combate. ¡Ojalá hubieras perecido allí doblegado por el esforzado guerrero que fue mi anterior marido! Antes te jactabas de ser superior a Menelao, caro a Ares, por tu fuerza, por tus puños y por tu manejo de la lanza. Pues vete ahora y desafía a Menelao, caro a Ares, a luchar de nuevo en combate singular. Pero yo por mi parte te aconsejo que desistas y que no te enfrentes ni libres con el rubio Menelao un combate cuerpo a cuerpo temerariamente, no sea que pronto sucumbas bajo su lanza.

Sus tres primeras palabras (ἦλυθες ἐκ πολέμου, 428) no son una mera afirmación orientada a señalar dónde ha estado Paris antes de su encuentro, sino que, en opinión de Roisman “contienen una fuerte dosis de sarcasmo: sugieren que un hombre que acaba de llegar del combate no se tumba en el lecho adornado de una alcoba perfumada, ataviado

²³ Clader 1976: 13.

con hermosos ropajes y con la apariencia de quien viene de un baile”²⁴. Aunque la autora extrae demasiados matices de las tres primeras palabras del verso 428, su interpretación parece basarse en las palabras que Afrodita le dijo anteriormente a Helena para estimular —sin éxito— su deseo de ir a reunirse con Paris (*Il.* 3.390-4):

δεῦρ' ἴθ'· Ἀλέξανδρός σε καλεῖ οἶκον δὲ νέεσθαι.
 κείνος ὃ γ' ἐν θαλάμῳ καὶ δινωτοῖσι λέχεσσι
 κάλλεϊ τε στίλβων καὶ εἵμασιν· οὐδέ κε φαίης
 ἀνδρὶ μαχεσσάμενον τόν γ' ἐλθεῖν, ἀλλὰ χορὸν δὲ
 ἔρχεσθ', ἧ ἐ χοροῖο νέον λήγοντα καθίζειν.

Ven aquí. Te llama Alejandro para que regreses a casa. Allí está él, en el tálamo y en el torneado lecho, esplendente por su belleza y su atavío. No dirías que viene de pelear con un hombre, sino que va a danzar o que, dejando el baile, se acaba de sentar.

La interpretación que hace Roisman del sentido de ἦλυθες ἐκ πολέμου, no solo viene respaldada por estas palabras de Afrodita, sino también por el propio contenido y tono de los versos 428-36: Helena expresa abiertamente el deseo de que Paris hubiese muerto a manos de Menelao, a quien se refiere enfáticamente como “fuerte guerrero” (ἀνδρὶ...κρατερῷ) al comienzo del verso 429 y como “mi anterior marido” (ἐμὸς πρότερος πόσις) en la segunda mitad del mismo verso. En los siguientes siete versos (430-6) repite tres veces el nombre de Menelao en posición final: en dos de esas menciones el nombre viene precedido del epíteto “caro a Ares” (ἀρηϊφίλου Μενελάου, 430; ἀρηϊφίλον Μενέλαον, 432) y en la última, la referencia al cabello rubio de Menelao apunta a su belleza física (ξανθῷ Μενελάῳ, 434). Cuando Helena anima a Paris a volver de nuevo al combate (ἀλλ' ἴθι νῦν προκάλεσσαι ἀρηϊφίλον Μενέλαον, 432) para desaconsejárselo inmediatamente después (...ἀλλά σ' ἔγωγε / παύεσθαι κέλομαι..., 433-4), tal yuxtaposición de órdenes contradictorias contribuye a ensalzar la valentía de Menelao y a escarnecer a Paris por su cobardía. Resulta evidente, por tanto, que el protagonista principal de los versos 428-36 es Menelao, cuya excelencia, reconocida por la propia Helena, revela claramente el desagrado y el desprecio que siente hacia Paris la misma mujer que en otro tiempo abandonó Esparta para irse con él a Troya.

²⁴ Roisman 2006: 21.

No me parece acertado ver aquí un cambio de opinión de Helena²⁵ o que tal supuesto cambio sea testimonio de su amor por Paris²⁶. Taplin, por su parte, interpreta estos versos como prueba de la ambivalencia de Helena, atrapada entre su deseo de que Paris muera y, a la vez, que no arriesgue su vida²⁷, mientras que Willcock afirma que “la vehemencia de sus críticas demuestra que todavía ama a Paris”²⁸. Opino que el tono general de las palabras de Helena en *Il.* 3.428-36 no manifiesta ni ambivalencia ni amor, sino una inequívoca actitud de desprecio por Paris, a quien diversos personajes —no solo Helena— le dirigen duros reproches por su falta de heroísmo en otros lugares del poema²⁹. Kirk observa que “todo el discurso es (...) amargamente sarcástico y hostil” y que “parece implicar resentimiento e incluso desprecio”³⁰. El propio Paris percibe la hostilidad de Helena y la insta a que no le hable con tanta dureza (*Il.* 3.438-46):

μή με γύναι χαλεποῖσιν ὀνειδέσει θυμὸν ἔνιπτε·
νῦν μὲν γὰρ Μενέλαος ἐνίκησεν σὺν Ἀθήνῃ,

²⁵ Vivante 1985: 95.

²⁶ Hooker 1979: ad 3.433.

²⁷ Taplin 1992: 101.

²⁸ Willcock 1978: ad 3.427.

²⁹ Después de la vergonzosa negativa a batirse en duelo con Menelao, Héctor le dirige a Paris estas duras palabras (*Il.* 3. 39-40): “¡Calamidad de Paris, presumido, mujeriego y mirón! ¡Ojalá no hubieras llegado a nacer o hubieras muerto célibe!” (Δύσπαρι εἶδος ἄριστε γυναίμανές ἡπεροπευτὰ / αἴθ' ὄφελος ἄγονός τ' ἔμειναι ἄγαμός τ' ἀπολέσθαι). Diomedes, herido por Paris con una flecha, se dirige a él en tono similar (*Il.* 11. 385-90): “¡Arquero, ultrajador, vanidoso por tus rizos, mirón de doncellas! Si te midieras conmigo cara a cara con las armas, no te socorrerían entonces ni el arco ni las tupidas saetas. Por un simple rasguño en la planta del pie te jactas sin motivo. No me preocupa: como si me acertara mujer o niño irresponsable. Pues baldío es el dardo de un hombre inútil y sin coraje” (τοξότα λωβητῆρ κέρα ἀγλαῆ παρθενοπίτα / εἰ μὲν δὴ ἀντίβιον σὺν τεύχεσι πειρηθείης, / οὐκ ἄν τοι χραισμησι βιὸς καὶ ταρφέες ἰοί / νῦν δέ μ' ἐπιγράψας ταρσὸν ποδὸς εὐχεται αὐτῶς, / οὐκ ἄλέγω, ὡς εἰ με γυνὴ βάλοι ἢ παῖς ἄφρων / κωφὸν γὰρ βέλος ἀνδρὸς ἀνάκτιδος οὐτιδανοῖο.). Bettini y Brillante (2008: 70-1) señalan que “la belleza, el interés excesivo por el sexo opuesto, la escasa propensión a involucrarse en la batalla y la tendencia marcada al engaño y a faltar a la palabra dada confieren al personaje rasgos que evocan la naturaleza femenina (...). Estos y otros elementos dibujan una imagen del personaje bastante alejada del ideal heroico”. Sin embargo, como arquero, Paris es eficaz, puesto que hiere en el pie a Diomedes y consigue que se retire del combate a la vez que la propia acción del poema desautoriza las palabras de Diomedes. Una cosa es lo que dicen los personajes sobre Paris; otra —bien distinta— lo que dice el narrador al describir lo que él hace. El poema también anticipa que será Paris quien matará a Aquiles.

³⁰ Kirk 1987: ad 3.430-6.

κεῖνον δ' αὖτις ἐγὼ· πάρα γὰρ θεοὶ εἰσι καὶ ἡμῖν.
 ἀλλ' ἄγε δὴ φιλότῃ τραπεῖομεν εὐνηθέντε·
 οὐ γάρ πώ ποτέ μ' ὦδέ γ' ἔρωσ φρένας ἀμφεκάλυψεν,
 οὐδ' ὅτε σε πρῶτον Λακεδαίμονος ἐξ ἐρατεινῆς
 ἔπλεον ἀρπάξας ἐν ποντοπόροισι νέεσσι,
 νήσῳ δ' ἐν Κραναῇ ἐμίγην φιλότῃ καὶ εὐνῇ,
 ὡς σεο νῦν ἔραμαι καὶ με γλυκὺς ἕμερος αἰρεῖ.

¡Mujer! No mortifiques mi corazón con crueles reproches. Ahora, sí, ha vencido Menelao con ayuda de Atenea, pero en otra ocasión le venceré yo: también nosotros tenemos dioses de nuestra parte. ¡Anda, vamos!, acostémonos y gocemos del amor. Jamás la pasión se ha apoderado de mi entendimiento como ahora, ni siquiera cuando, tras raptarte, me hice a la mar desde la amena Lacedemonia en las naves surcadoras del ponto, y en la isla de Cránae me uní contigo en lecho de amor. Así te amo ahora y tan dulce es el deseo que se apodera de mí.

El poeta épico ha logrado aquí un contraste eficaz entre Paris y Helena. Él es un mortal dominado por Afrodita y experimenta ahora en su interior el efecto del poder de la diosa; ni siquiera sintió un deseo tan vivo por Helena cuando la raptó (ἀρπάξας 444) diez años atrás. El príncipe troyano se presenta a sí mismo, por medio de este verbo, como sujeto agente en la historia pasada del rapto de Helena, mientras que ella se convierte implícitamente en sujeto pasivo de tal acción. Ahora, casi diez años después, se repite el mismo esquema ‘agente (Paris) / paciente (Helena)’: él le ordena ἀλλ' ἄγε δὴ φιλότῃ τραπεῖομεν εὐνηθέντε (441) y, más adelante, el poeta épico nos dice que Paris “fue el primero al lecho; y su esposa le siguió” (ἦ ῥα, καὶ ἄρχε λέχος δὲ κιών· ἅμα δ' εἶπετ' ἄκοιτις *Il.* 3.447). Del mismo modo que el sujeto de ἄρχε es Paris, la diosa Afrodita había sido el sujeto de este verbo varios versos atrás (ἦρχε δὲ δαίμων *Il.* 3. 420). Tal coincidencia sitúa a ambos sujetos como agentes a los que Helena sigue en silencio.

Cuando Héctor va en busca de su hermano para reprocharle su ausencia en el campo de batalla, Paris se justifica de esta manera (*Il.* 6.335-9):

οὐ τοι ἐγὼ Τρώων τόσσον χόλῳ οὐδὲ νεμέσσι
 ἦμην ἐν θαλάμῳ, ἔθελον δ' ἄχεϊ προτραπέσθαι.
 νῦν δέ με παρειποῦσ' ἄλοχος μαλακοῖς ἐπέεσιν
 ὄρμησ' ἐς πόλεμον· δοκέει δέ μοι ὦδε καὶ αὐτῷ
 λώϊον ἔσσεσθαι· νίκη δ' ἐπαμείβεται ἄνδρας.

No tanto por ira ni resentimiento con los troyanos estaba sentado yo en el tálamo como por ganas de dar rienda suelta a mi dolor. Ahora mi esposa, que me ha reprendido con tiernas palabras, me ha incitado a volver al combate. También a mí mismo me parece que eso será lo mejor, pues la victoria alterna entre los guerreros.

¿Se refiere el $\nu\tilde{\nu}\tilde{\nu}$ δέ del verso 337 a la escena entre Paris y Helena del canto 3? Si es así, o bien Paris miente con respecto a la actitud de su esposa, que no le dirigió entonces esas $\mu\alpha\lambda\alpha\kappa\omicron\iota\varsigma$ ἐπέεσσιν que él menciona, o bien está siendo irónico. Pocos versos después, Helena le va a hablar a Héctor muy desfavorablemente de su hermano, no sin antes dirigir palabras insultantes contra sí misma —como había hecho ante Príamo en el canto 3—: “¡Cuñado de esta perra cuyas malas artimañas espantan!” (δαερ ἐμεῖο κυνὸς κακομηχάνου ὀκρυόεσσης *Il.* 6.344); maldice también el día en que nació y desearía haber muerto entonces (*Il.* 6.345-8). Su amargura y aflicción alcanzan aquí una mayor intensidad, puesto que Helena ya ha visto la cobardía de Paris, quien no solo es inferior a Menelao, sino también a Héctor. El respeto y las atenciones que le dispensa a este último contrastan con su negativa visión de Paris, al que considera desvergonzado y voluble (*Il.* 6.349-53):

αὐτὰρ ἐπεὶ τάδε γ' ὄδε θεοὶ κακὰ τεκμήραντο
 ἀνδρὸς ἐπειτ' ὄφελλον ἀμείνωνος εἶναι ἄκοιτις,
 ὅς ἤδη νέμεσίν τε καὶ αἴσχρα πόλλ' ἀνθρώπων.
 τούτῳ δ' οὐτ' ἄρ νῦν φρένες ἔμπεδοι οὐτ' ἄρ' ὀπίσσω
 ἔσσονται· τὸ καὶ μιν ἐπαυρήσεσθαι οἴω.

Mas una vez que los dioses decidieron estos males así, ojalá entonces hubiera sido la esposa de un varón mejor, que sintiera la indignación y los muchos oprobios de los hombres. Pero este ni ahora tiene firmeza de ánimo ni la tendrá en el futuro, y por eso creo que también cosechará el debido fruto.

Héctor podría ser, sin duda alguna, ese ‘hombre mejor’ (ἀνδρὸς... ἀμείνωνος, 350) del que hubiera deseado ser esposa. Ryan atribuye el afecto que siente Helena por Héctor al interés personal y a una forma de flirtear con él³¹, pero yo considero preferible atender al contexto en el que tienen lugar las palabras y los actos del personaje, como hace también Roisman cuando afirma que “el afecto y el respeto que Helena le prodiga a Héctor

³¹ Ryan 1965: 116.

ponen de manifiesto, más bien, cualidades que todavía no habíamos visto en ella. (...) En su diálogo con Afrodita, Helena había expresado el anhelo de ser un miembro aceptado de la sociedad manifestando preocupación por la opinión que las otras mujeres se formarían acerca de ella. Aquí expresa este anhelo distanciándose de un marido que no conoce la vergüenza y procurando la alianza, no el romance, con el miembro de la familia que es el más respetado de los héroes troyanos”³². Por otra parte, Helena le dice a Héctor que se ve a sí misma y a Paris como instrumentos de la voluntad divina y, por tanto, predestinados a su fatal unión (*Il.* 6.354-8):

ἀλλ’ ἄγε νῦν εἴσελθε καὶ ἔζεο τῶδ’ ἐπὶ δίφρῳ
 δᾶερ, ἐπεὶ σε μάλιστα πόνος φρένας ἀμφιβέβηκεν
 εἶνεκ’ ἐμεῖο κυνὸς καὶ Ἀλεξάνδρου ἔνεκ’ ἄτης,
 οἷσιν ἐπὶ Ζεὺς θῆκε κακὸν μόνον, ὥς καὶ ὀπίσσω
 ἀνθρώποισι πελώμεθ’ ἀοίδιμοι ἐσσομένοισι.

Ea, entra ahora y siéntate en este taburete, cuñado, pues a ti sobre todo es a quien el combate oprime el corazón por causa de una perra como yo y por la ofuscación de Alejandro, a quienes Zeus impuso aciago destino para que a las generaciones venideras sirvamos de materia para sus cantos.

La atribución a Zeus de la responsabilidad en las desgracias sufridas nos hace recordar las palabras de Príamo en el canto 3: para el anciano rey de Troya no es Helena la responsable de la guerra, sino los dioses. No obstante, el final del verso 357 y todo el verso 358 añaden una nota discordante, a saber: la gloria venidera anunciada por Helena contrasta con los versos anteriores (*Il.* 6.349-53) en los que ella misma manifiesta la actual vacuidad de su relación con Paris.

En los versos finales del canto 24, Andrómaca, Hécuba y Helena, por este orden, lamentan con desgarrado dolor la muerte de Héctor. Helena pone de relieve la diferente actitud que el héroe tuvo hacia ella —al igual que Príamo— en comparación con el resto de la familia real (*Il.* 24.761-75): Héctor siempre fue amable y amistoso con ella, a pesar de haber causado tantas desgracias a los troyanos; nunca la insultó e incluso la defendió de los insultos de los demás. Expresa nuevamente (como en *Il.* 3.173-4) el deseo de haber muerto antes de venir a Troya con Paris, puesto que la persona que le manifestaba cariño y amistad ha muerto. Finaliza su lamento haciendo

³² Roisman 2006: 28.

hincapié en la hostilidad de todos los troyanos hacia ella y la completa soledad en la que se encuentra tras la muerte de su cuñado —aunque no se olvida de mencionar que Príamo “es siempre benigno como un padre” con ella (ἐκυρὸς δὲ πατὴρ ὧς ἧπιος αἰεὶ *Il.* 24.770).

Si comparamos el canto 6 y el 24, podemos constatar de qué distinta manera ha ordenado el poeta épico la aparición de las tres mujeres: en el canto 6 el orden es Hécuba-Helena-Andrómaca; en el canto 24, Andrómaca-Hécuba-Helena. En ambos cantos el lugar especialmente destacado es el último y este hecho hace significativa la despedida de los esposos en el canto 6, pero también el lamento de Helena en el canto 24. Helena es, además, la primera que habla en el poema, cuando conversa con Príamo en el canto 3, mientras que la primera aparición de Hécuba y Andrómaca no tiene lugar hasta el canto 6. Monsacré y Alexiou señalan la inclusión anómala de los lamentos de Helena en el funeral de Héctor, puesto que ella no es miembro de la familia del fallecido³³: Alexiou afirma que es a los parientes y amigos cercanos a quienes corresponde participar en los lamentos fúnebres y Monsacré se pregunta por qué motivo es Helena y no Casandra, por ejemplo, quien pronuncia el tercer y último lamento por su hermano, llegando a la conclusión de que la presencia de Helena se debe a su excepcional estatus en la *Iliada*: el poeta épico ha decidido que sea ella la primera y la última en hablar —cantos 3 y 24, respectivamente—, del mismo modo que le ha asignado la tarea de tejer un manto en el que se representa la guerra de Troya, estableciéndose así una afinidad implícita entre la labor del poeta y la del personaje. La escena del canto 24 no representa, en opinión de Pantelia, una ceremonia fúnebre de carácter personal o familiar, que ya tuvo lugar en el canto 22, sino que es un ritual de la ciudad entera y para toda ella³⁴: “el énfasis del poema cambia de lo humano y personal a lo universal y trascendente. Los troyanos se reúnen para llorar la muerte de su líder y para celebrar su gloria con cantos que mantendrán viva su memoria y su nombre”³⁵. Helena es el personaje más apropiado para este relevante cometido “en virtud de su particular comprensión de la importancia del κλέος heroico y de la poesía como medio para transmitirlo”³⁶.

³³ Monsacré 1984: 159; Alexiou 2002: 11-4.

³⁴ Pantelia 2002: 21-7.

³⁵ Pantelia 2002: 25.

³⁶ Pantelia 2002: 21. Frente a la perspectiva de Pantelia, hay enfoques que contemplan dichos lamentos como medio utilizado por el poeta épico para poner en tela de juicio el

Las conclusiones principales a las que podemos llegar tras la revisión del papel de Helena en la *Iliada* son las siguientes: 1) el poema nos presenta la guerra de Troya como la consecuencia de una suma de responsabilidades irreductibles a las acciones de una sola mujer; 2) existen argumentos de índole léxica y lingüística que avalan la consideración de Helena como causante involuntaria o responsable sin intencionalidad y que explican la execración que hace de sí misma como manifestación de un concepto de culpa pasiva vinculado con el hecho de haber sido raptada por Paris; 3) la ambigüedad habitualmente atribuida a Helena debería conectarse, no con el ἥθος idiosincrático del personaje, sino con diversos factores que van más allá de la (moderna) caracterización por la caracterización misma: el sustrato ideológico del poema y su pertenencia a una larga tradición oral o ese estatus especial de Helena anteriormente mencionado.

Odisea

En el canto 4 de la *Odisea* el joven Telémaco llega a Lacedemonia para obtener noticias de su padre mientras en el palacio de Menelao se celebra el banquete nupcial de Hermíone y Megapentes³⁷. El rey, que no ha reconocido en él al hijo de Odiseo, le ofrece su hospitalidad y escucha cómo Telémaco admira la riqueza y suntuosidad de su palacio hasta el punto de compararlo con la morada de Zeus (*Od.* 4.71-5). En lugar de expresar regocijo, Menelao dice que sus ocho años de navegación errante tras la toma de Troya y todos los padecimientos que experimentó en el pasado le han privado del placer de tanta riqueza. Lamenta el asesinato de

código heroico tradicional: las tres mujeres no sólo llorarían la muerte de Héctor sino que en sus palabras de dolor habría una crítica implícita hacia la persecución de gloria por parte del héroe. Desde esta perspectiva, los lamentos de Andrómaca, Hécuba y Helena, aunque no afecten a la acción del poema, irían más allá de los *topoi* de dolor y cuestionarían ese código en cuyo nombre Héctor entregó su vida. La línea interpretativa que ve en la *Iliada* el cuestionamiento del código heroico está representada, entre otros, por los trabajos de Silk (1987), Lynn-George (1988), Martin (1989) y Zanker (1994).

³⁷ Megapentes, cuyo nombre significa “Gran Dolor”, no es hijo de Helena, sino que lo engendró Menelao de una esclava (ἐκ δούλης *Od.* 4.12; el sintagma está situado en posición inicial de verso e inmediatamente antes de la mención explícita del nombre de Helena). Tras el nacimiento de Hermíone, los dioses le negaron a Helena la posibilidad de tener descendencia (Ἐλένη δὲ θεοὶ γόνον οὐκέτ’ ἔφαινον *Od.* 4.12). Schmiel (1972: 464) conecta este verso con uno de los primeros indicios en el canto IV de tensión conyugal latente en la pareja formada por Helena y Menelao.

Agamenón a manos de Egisto gracias al “engaño que hubo de tramar su pernicioso mujer” (δόλω οὐλομένης ἀλόχοιο, *Od.* 4.92). La mención de este crimen, como observa Clader, recorre todo el poema³⁸ (*Od.* 1.35 y ss.; 3.232-35 y 255-75; 4.495-560; 11.427-34 y 436-9; 13.383-5; 24.192-202) y su relevancia en el diseño global de la *Odisea* es que establece un marcado contraste entre el regreso de Odiseo a Ítaca y el de Agamenón a Micenas, así como entre Penélope y Clitemnestra. Por otra parte, cuando Menelao evoca el aciago fin de su hermano en el canto 4, la mención indirecta de Clitemnestra en el citado verso 92 proyecta de manera también indirecta una luz desfavorable sobre Helena, la hermana de la asesina³⁹.

La infelicidad de Menelao no solo se manifiesta en la evocación de las desgracias de su familia, sino también en su atormentado recuerdo de Odiseo, al que considera como el héroe que más sufrió de entre todos los aqueos y de quien no sabe si todavía vive o ha muerto. Telémaco se cubre el rostro para ocultar las lágrimas ante el recuerdo de su padre y se produce entonces un breve *impasse* cuya resolución vendrá de la mano de Helena (*Od.* 4.113-22):

³⁸ Clader 1976: 27.

³⁹ Esta asociación entre las dos mujeres se hace totalmente explícita cuando Odiseo desciende al Hades y se encuentra con Agamenón, al que dirige estas palabras (*Od.* 11.436-9):

ὦ πόποι, ἦ μάλα δὴ γόνον Ἀτρείος εὐρύοπα Ζεὺς
ἐκπάγλως ἤχθηρε γυναικείας διὰ βουλάς
ἔξ ἀρχῆς· Ἑλένης μὲν ἀπωλόμεθ' εἵνεκα πολλοί,
σοὶ δὲ Κλυταιμνήστρη δόλον ἤρτυε τηλόθ' ἔόντι.

¡Ay, ay! En verdad que Zeus, el que todo lo ve, aborreció de extraordinaria manera a la estirpe de Atreo, ya desde su origen, a causa de los designios de las mujeres: por causa de Helena nos perdimos muchos, y a ti Clitemnestra te preparó una celada mientras te hallabas lejos.

La similar ubicación de los nombres propios dentro de sus respectivos versos pone aquí en paralelo a las dos hermanas en cuanto al carácter negativo de sus acciones. La diferente atribución de responsabilidades viene subrayada, no obstante, por las partículas *μὲν* y *δέ* que acompañan, respectivamente, a los nombres de Helena y Clitemnestra: mientras que, como afirma Odiseo, él y los demás griegos han sufrido penalidades “por causa de Helena” (Ἑλένης... εἵνεκα, 438) y su responsabilidad en la desgracia colectiva es indirecta, Clitemnestra aparece como sujeto de una acción criminal particular, y el nombre de su víctima —Agamenón— se menciona en posición enfática, al comienzo del verso 439, por medio del pronombre *σοί* situado antes del nombre propio Κλυταιμνήστρη. De esta manera, “incluso en su papel de Causa de la Guerra, Helena aparece asociada con Agamenón”, como sucede también cuando Eumeo, sin reconocer todavía a Odiseo, maldice a la estirpe de Helena (ὡς ὄφελλ' Ἑλένης ἀπὸ φῦλον ὀλέσθαι / πρόχλυ *Il.* 14.68-9) por cuya causa su señor marchó a Troya para luchar contra los troyanos “por la honra de Agamenón” (Ἀγαμέμνονος εἵνεκα τιμῆς 70).

ὥς φάτο, τῷ δ' ἄρα πατρὸς ὕφ' ἵμερον ὄρσε γόοιο·
 δάκρυ δ' ἀπὸ βλεφάρων χαμάδις βάλε πατρὸς ἀκούσας,
 χλαῖναν πορφυρέην ἄντ' ὀφθαλμοῖν ἀνασχῶν
 ἀμφοτέρησιν χερσὶ. νόησε δέ μιν Μενέλαος,
 μερμήριξε δ' ἔπειτα κατὰ φρένα καὶ κατὰ θυμόν,
 ἥέ μιν αὐτὸν πατρὸς ἐάσειε μνησθῆναι,
 ἧ̃ πρῶτ' ἐξερέοιτο ἕκαστά τε πειρήσαιτο.
 εἶος ὁ ταῦθ' ὄρμαινε κατὰ φρένα καὶ κατὰ θυμόν,
 ἐκ δ' Ἑλένη θαλάμοιο θυώδεος ὑπορόφοιο
 ἦλυθεν Ἄρτεμιδι χρυσηλακάτῳ εἰκυῖα.

Así habló, y en él despertó deseo de llorar por su padre: de sus ojos una lágrima cayó en tierra tras oír hablar de su progenitor y levantando con ambas manos el manto purpúreo, se lo puso ante el rostro. Menelao lo observó y estuvo indeciso en su mente y en su corazón entre esperar a que él mismo hiciera mención de su padre, o interrogarle previamente e irle probando en cada cosa. Mientras revolvía tales pensamientos en su mente y en su corazón, salió Helena de su perfumada estancia de elevado techo, semejante a Ártemis, la diosa del arco de oro⁴⁰.

Perceau pone aquí de relieve cómo se expresa lingüísticamente la brusca transición del sujeto masculino (por medio de ὁ en 120) al sujeto femenino (Ἑλένη en 121), “al mismo tiempo que el aoristo ἦλυθεν, que subraya la rapidez de Helena, se opone al imperfecto ὄρμαινε, que evoca la duración indeterminada de la deliberación de Menelao, y el contraste entre las dos actitudes viene reforzado por el efecto de simultaneidad de las dos acciones expresado por la proposición temporal del verso 120 (εἶος)”⁴¹. A diferencia de Menelao, que se muestra indeciso con respecto a interrogar a Telémaco, Helena enseguida empieza a hacerle preguntas a su marido (*Od.* 4.137-40) a la vez que ella misma dice reconocer en el joven que tiene ante sus ojos al hijo del “magnánimo Odiseo” (*Od.* 4. 141-6):

⁴⁰ La vinculación de Helena con la diosa virgen contrasta aquí notoriamente con la *Iliada*, donde tal vinculación se establece con Afrodita. En opinión de Gumpert (2001: 34), “la comparación puede ser un modo de introducir desde el principio de esta escena una tensión sutil y tal vez cómica en la figura de Helena, una brecha entre lo que Helena parece ser (casta como Ártemis, feliz señora de la casa para Menelao) y lo que sabemos que ella es”.

⁴¹ Perceau 2011: 143.

οὐ γάρ πώ τινά φημι εὐοικότα ὧδε ιδέσθαι
 οὔτ' ἄνδρ' οὔτε γυναῖκα, σέβας μ' ἔχει εἰσορώσαν,
 ὡς ὄδ' Ὀδυσσῆος μεγαλήτορος νῦν ἔοικε,
 Τηλεμάχῳ, τὸν ἔλειπε νέον γεγαῶτ' ἐνὶ οἴκῳ
 κείνος ἀνὴρ, ὅτ' ἐμεῖο κυνώπιδος εἶνεκ' Ἀχαιοὶ
 ἦλθεθ' ὑπὸ Τροίην, πόλεμον θρασὺν ὀρμαίνοντες.

Afirmo que jamás vi persona alguna, ni hombre, ni mujer, tan parecida a otra, y se apodera de mí el asombro al advertir cómo se asemeja este al hijo del magnánimo Odiseo, a Telémaco, a quien dejó recién nacido en su casa el famoso héroe, el día en que, por causa de esta perra que soy yo, los aqueos marchasteis a Troya para emprender una guerra temeraria.

El insulto que Helena dirige contra sí misma (κεῖνος ἀνὴρ, ὅτ' ἐμεῖο κυνώπιδος εἶνεκ' Ἀχαιοὶ, 145) viene enmarcado por la mención enfática de Odiseo en el centro del verso 143, por la posición también enfática del nombre de Telémaco al comienzo del verso 144 y por la de los aqueos al final del verso 145, de manera que ella se sitúa en el centro de la desgracia individual del héroe y de su hijo, por un lado, y de la desgracia colectiva de los griegos que combatieron por su causa, por otro⁴².

Conocedora de drogas que consiguió en Egipto, decide aliviar las penas de Telémaco y Menelao vertiendo una de ellas en el vino que estaban bebiendo (αὐτίκ' ἄρ' εἰς οἶνον βάλε φάρμακον, ἔνθεν ἔπινον, *Od.* 4.218-32). Este φάρμακον también le permite a Helena contar la siguiente historia sobre Odiseo sin reavivar el llanto de sus oyentes, a saber: el héroe entró en Troya disfrazado de mendigo y solo ella fue lo suficientemente sagaz para reconocerlo. Consiguió entonces que Odiseo le confesara los planes de los griegos y colaboró con él dándole información. La droga administrada por la esposa de Menelao aparece descrita por sus efectos: impide el dolor y la cólera y hace olvidar todos los males (φάρμακον...νηπενθές τ' ἄχολόν τε, κακῶν ἐπίληθον ἀπάντων *Od.* 4.220-1). El poeta, además, afirma que las drogas que la reina egipcia Polidamna le regaló a Helena “muchas son buenas, una vez mezcladas, pero muchas son perniciosas” (φάρμακα, πολλὰ

⁴² En versos posteriores también Menelao expresa su sentimiento de responsabilidad por la guerra de Troya: “cuántas desgracias él [Odiseo], sufriendo, experimentó por mí” (ὄσα κείνος οἴζυσας ἐμόγησεν / ἀμφ' ἐμοί, *Od.* 4.152-3); “a mi casa llega el hijo de un hombre muy amigo, que por mi causa pasó muchas penalidades” (ὅς εἶνεκ' ἐμεῖο πολέας ἐμόγησεν ἀέθλους, *Od.* 4.169-70).

μὲν ἐσθλὰ μειμιγμένα, πολλὰ δὲ λυγρὰ *Od.* 4.230). Bergren señala a propósito de estos versos que “los contextos de la palabra φάρμακον (“droga”) dentro de la dicción del hexámetro describen las drogas como análogas a las dos caras de la poesía en cuanto a su capacidad para curar o destruir”. Mientras que en opinión de Bergren (2008)⁴³ la historia de Helena funciona como un φάρμακον en virtud del poder curativo de las palabras, Assunção (2010: 49) afirma, por el contrario, que tal interpretación “no tiene consistencia alguna en este contexto narrativo concreto, pues es precisamente la tristeza que tal historia puede despertar (sobre todo en Telémaco, el huésped principal) lo que este φάρμακον de Helena quiere combatir o evitar”.

Helena, según su versión de la historia, no dudó en traicionar a los troyanos para cumplir su deseo de regresar a Grecia y volver junto a su hija y su esposo, por quien manifiesta admiración (*Od.* 4.259-64):

ἐνθ' ἄλλαι Τρωαὶ λίγ' ἐκόκκουν· αὐτὰρ ἐμὸν κῆρ
χαῖρ', ἐπεὶ ἤδη μοι κραδίη τέτραπτο νεέσθαι
ἄψ οἰκόνδ', ἄτην δὲ μετέστενον, ἦν Ἀφροδίτη
δῶχ', ὅτε μ' ἦγαγε κείσε φίλης ἀπὸ πατρίδος αἴης,
παῖδ' αὖτ' ἐμὴν νοσφισσαμένην θάλαμὸν τε πόσιν τε
οὐ τευ δευόμενον, οὔτ' ἄρ φρένας οὔτε τι εἶδος.

Las troyanas entonces prorrumpieron en fuertes sollozos; mi pecho se llenaba de júbilo, en cambio, pues ya el corazón me impulsaba a volver a mi hogar y deploraba la ofuscación que Afrodita me provocara cuando me condujo allí, lejos de mi tierra patria, tras haber abandonado a mi hija, el tálamo y a un marido que no es inferior a ningún otro hombre ni en inteligencia ni en figura.

Es destacable aquí la mención de Afrodita como responsable de su huida con Paris (261). Doherty afirma, a propósito de estos versos, que en ellos Helena “procura hacer una revisión de su propia historia y promulgar un nuevo κλέος para sí misma. No obstante, del mismo modo que el canto de las Sirenas se ve contrarrestado por la advertencia de Circe de ofrecerle resistencia, así también le sucede a la historia de Helena a causa de la otra historia que cuenta Menelao y que contradice la suya”⁴⁴. Ese nuevo κλέος

⁴³ Bergren retoma en este trabajo una línea interpretativa ya presente en Plutarco (Quaestiones conviviales 1.1.4, 614c) y Macrobio (Saturnalia 7.1.18).

⁴⁴ Doherty 1995: 86. Desde una perspectiva distinta, Schein (1995: 25) afirma que, a la luz de las palabras de Penélope en *Od.* 23.218-24, “el final del poema deja abierta y entre

al que aspiraba Helena queda vinculado, por tanto, al κλέος de Odiseo. Menelao recuerda la trampa que Helena les quiso tender a los argivos cuando estaban ocultos dentro del caballo de madera: se puso a imitar las voces de sus esposas para hacerles salir, pero Odiseo los detuvo. Menelao atribuye la treta de Helena a algún dios favorable a los troyanos (*Od.* 4.274-5), pero también añade a continuación (276) que tras ella iba el troyano Deífobo, hecho que, según Christopoulos (2008: 110) podría apuntar a que el engaño de las voces le viniera impuesto a Helena por su nuevo marido.

La crítica siempre ha encontrado problemático cómo conjugar dos relatos yuxtapuestos en los que Helena se presenta como aliada de los griegos, según su propio relato, y como aliada de los troyanos, según el relato de su marido. Ya en la Antigüedad la historia contada por Menelao fue objeto de descrédito y se consideraba que su autoría era distinta de la del relato de Helena. Entre los argumentos esgrimidos estaban la evidente contradicción de esta segunda historia con respecto a la primera, así como la imposibilidad de encontrar una respuesta lógica a cómo podía conocer Helena las voces de las esposas de los aqueos escondidos en el caballo o cómo podían los aqueos pensar que sus esposas se encontraban en Troya (*Od.* 4.279). A los argumentos en contra de la autenticidad del relato de Menelao se sumaba la inclusión de varios versos (276; 285-9, todos ellos atetizados por Aristarco) supuestamente interpolados. Un escoliasta de la *Odisea*⁴⁵ afirmaba que el verso 276 debería suprimirse porque la mención de Deífobo haría alusión al tercer matrimonio de Helena, una invención posterior presente en poemas del Ciclo Épico como la *Ilias parva*. En opinión de Maniet (1947: 41), no obstante, quienes desde entonces esgrimen este argumento han proyectado precisamente el sentido de tal invención posterior sobre un verso que no menciona explícitamente el hecho de que Deífobo sea el marido de Helena. Cuando Menelao pronuncia el verso 276 únicamente le dice a su esposa: “y te seguía Deífobo, semejante a los dioses” (καὶ τοὶ Δηϊφῶβος θεοείκελος ἔσπετ’ ἰούση) y sería preciso, por tanto, leer entre líneas la supuesta alusión a la relación matrimonial entre Helena

interrogantes la cuestión de la responsabilidad moral de Helena e incluso del estatus moral del adulterio, a pesar de que el auditorio o lectores se puedan sentir tentados a participar de un juicio mayoritariamente desfavorable contra ella y su comportamiento”. La infidelidad de Helena se debió, en opinión de la casta y fiel Penélope, a la acción de un dios que le cegó el entendimiento. Helena habría evitado abandonar su propia casa si hubiese valorado las consecuencias de su elección, pero su mente, obcecada por la divinidad, se dejó seducir por las palabras lisonjeras de Paris.

⁴⁵ H Q en *Od.* 4.276.

y el troyano. Además, como señala West (1988: 211 *ad* 276), “si Helena no hubiese sido vigilada por un troyano, no habría habido peligro para los griegos y la precaución adoptada por Odiseo habría sido innecesaria”.

Ya desde la antigüedad se consideraba que los versos 285-9 debían suprimirse porque el personaje de Anticlo no se mencionaba en la *Iliada* y procedía del Ciclo Épico. Ahora bien, la atétesis de estos versos “sería claramente perjudicial para el desarrollo literario del relato de Menelao” (Maniet 1947: 44), que en los versos anteriores (266-73) ha ponderado la valentía y la prudencia de Odiseo, creando así en el auditorio la expectativa de un relato que ilustre las virtudes del héroe; por el contrario, si se atetizan los versos 285-9, solo queda el verso 284 como testimonio del coraje y la voluntad inquebrantable de Odiseo, mientras que se suprimen los versos que relatan cómo le tapa la boca a Anticlo “con sus robustas manos” (χερσὶ... κρατερῆσι 287-8), “con firmeza” (νωλεμέως, al principio del verso 288) y salva así a todos los griegos que se ocultan con él dentro del caballo de madera.

La controversia moderna con respecto a las dos historias contadas sucesivamente por Helena y Menelao ofrece conclusiones de signo contrario: Beye⁴⁶ sugiere que los relatos contradictorios de la pareja representan su manera de hacer frente a un resentimiento acumulado y que el poeta épico estaría tratando la cuestión de cómo se comportarían ambos tras la guerra de Troya. Austin⁴⁷ los interpreta primero como un ejemplo de “ὁμοφροσύνη conyugal” entre la pareja por fin reunida en Esparta, pero más tarde⁴⁸ corrige tal opinión. Minchin⁴⁹ considera las dos historias “como un gesto colaborativo, como un medio de demostrar comprensión mutua y comunicación”, mientras que Winkler⁵⁰ ve aquí “un encantador ejemplo de una pareja mal avenida”. Clader⁵¹, por su parte, considera que el poeta épico podría haber utilizado aquí el material tradicional existente sobre dos versiones distintas acerca de Helena, en una de las cuales es leal a los griegos y, en la otra, a los troyanos. Clader añade que “Homero cuenta las dos versiones sin hacer ningún comentario, pero sitúa a la Helena desleal en segunda posición narrativa, que es una posición más enfática. Al auditorio se le deja creer, naturalmente, que la segunda historia es la más certera y

⁴⁶ Beye 1966: 173-4.

⁴⁷ Austin 1975: 188-9.

⁴⁸ Austin 1994: 81-2.

⁴⁹ Minchin 2007: 277.

⁵⁰ Winkler 1990: 140.

⁵¹ Clader 1976: 35.

que Helena es menos creíble que su esposo”. Christopoulos⁵² detecta en las dos historias “una comparación subyacente entre Helena y Ulises o, más exactamente, una anulación de la acción de Helena por la acción de Ulises”. Por su parte, Olson⁵³ distingue tres niveles significativos en los dos relatos contrapuestos: 1) evocan las hazañas de Odiseo en el transcurso de la guerra de Troya ante un acongojado Telémaco que ha venido a Esparta en busca de noticias de su padre; 2) sirven de auto-justificación y de mutua recriminación para sus respectivos narradores, de modo que la tensión entre ambos contribuye a la dialéctica entre los sexos que subyace en el poema; 3) preparan al auditorio para el retorno a Ítaca de Odiseo y para el momento crucial de su reencuentro con Penélope. Boyd⁵⁴ sugiere que contemplemos las dos historias centrando nuestra atención, no en Helena y Menelao, como se ha hecho a menudo, sino en Helena y Odiseo, puesto que este enfoque puede “añadir nuevas facetas a nuestra comprensión (...) de Helena en comparación con otros personajes femeninos de la *Odisea* y, tal vez lo más importante, del poder real de Helena en la historia de Troya”.

Worman advierte acertadamente, en mi opinión, que los lectores modernos hemos exagerado a la hora de interpretar el relato de Menelao como una forma premeditada y exitosa de poner en tela de juicio la historia contada por su esposa. Lo primero que Menelao dice tras haberla escuchado es que ella ha hablado todo κατὰ μοῖραν: “Sí, mujer; con gran exactitud lo has contado” (ναὶ δὴ ταῦτά γε πάντα, γύναι, κατὰ μοῖραν ἔειπες. *Od.* 4.266). Si Menelao pretende refutar, a continuación, la historia de Helena, resulta extraño que inicie tal refutación con la afirmación del verso 266, puesto que “en términos retóricos, sintagmas tales como κατὰ μοῖραν no evalúan la veracidad del discurso, sino más bien si el orador se comporta apropiadamente con sus palabras”⁵⁵. La autora apoya sus afirmaciones con el trabajo de Nagy, quien ha argumentado convincentemente que estos sintagmas indican en Homero conformidad con la dicción épica⁵⁶. Por otra parte, esta conformidad de Menelao con la cualidad κατὰ μοῖραν de la historia contada por Helena se revela lingüísticamente en su propia historia: así, por ejemplo, repite en el verso 271 la misma frase que pronunció ella en el verso 242 (οἶον καὶ τόδ’ ἔρεξε καὶ ἔτλη καρτερὸς ἀνήρ). Emplea, además, “una

⁵² Christopoulos 2008: 105.

⁵³ Olson 1989: 387-94;

⁵⁴ Boyd 1998: 2.

⁵⁵ Worman 2001: 32-3.

⁵⁶ Nagy 1979: 40, n.2 y 82, n. 134.

estrategia introductoria similar, señalando su propio estatus y admirando la fortaleza de Odiseo en el servicio prestado a los aqueos (*Od.* 4.267-73)⁵⁷.

Hemos podido constatar hasta aquí la multiplicidad de opiniones que se han ido sumando al estudio de una escena concreta de la *Odisea*. Yo, por mi parte, opino que la polémica sobre la yuxtaposición del retrato antitético de Helena —partidaria de los griegos en la historia que ella misma cuenta, pero partidaria de los troyanos en la historia que cuenta Menelao—, procede de haber interpretado este episodio aisladamente, es decir, sin contemplar su integración en el conjunto de un poema cuyo protagonista es el héroe Odiseo y su historia particular desde que abandonó Troya para regresar a Ítaca. Coincido con varios de los autores que he citado anteriormente cuando señalan el carácter ancilar del retrato contradictorio de Helena en el canto 4, puesto que, en mi opinión, las dos historias contadas sucesivamente por Helena y Menelao están al servicio de la glorificación de Odiseo. Aunque Helena se atribuya a sí misma de manera enfática la clarividencia de haber sido la única que descubre la identidad del héroe bajo su disfraz de mendigo (...οἱ δ' ἀβάκησαν / πάντες ἐγὼ δέ μιν οἷη ἀνέγνων τοῖον ἐόντα *Od.* 4.249-50), es precisamente ella la que ensalza la valentía y la astucia de Odiseo en la mayor parte de los versos que componen su relato: por su gran número, no podría referirles todas las proezas del “esforzado Odiseo” (Ὀδυσσεύς ταλασίφρονός *Od.* 4.241), un “fuerte varón” (καρτερὸς ἀνὴρ *Od.* 4.242), que osó (ἔτλη *Od.* 4.242) infiltrarse en Troya y nadie le reconoció disfrazado de mendigo, “tras haberse infligido a sí mismo vergonzosas heridas y haberse cubierto los hombros de míseros harapos, como si fuera un esclavo” (αὐτόν μιν πληγῆσιν ἀεικέλῃσι δαμάσσας, / σπεῖρα κακ' ἄμφ' ὄμοισι βαλὼν οἰκῆϊ εὐκίως *Od.* 4.244-5). Es destacable este detallismo con el que Helena subraya la gran capacidad del héroe para el engaño, mientras que solo dedica el verso 250, anteriormente citado, a señalar su propia capacidad para descubrir quién se oculta tras el disfraz. Aunque Odiseo, gracias a su astucia (κερδοσύνη *Od.* 4.251), consigue esquivar las preguntas de Helena, finalmente le cuenta todos los planes de los aqueos (πάντα νόον κατέλεξεν Ἀχαιῶν *Od.* 4.256). Ahora bien, la revelación de Odiseo solo tiene lugar después de que ella misma lo baña, lo perfuma, le ofrece ropa nueva y le promete con firme juramento

⁵⁷ Worman 2001: 33 y esp. n. 47, donde la autora compara los pasajes 4.236-43 y 267-73 pronunciados, respectivamente, por Helena y Menelao. Tanto una como otra comienzan afirmando su sabiduría y experiencia como narradores para pasar luego a la exaltación del héroe Odiseo.

(...ᾠμοσα καρτερὸν ὄρκον *Od.* 4.253) que no delatará su presencia en Troya hasta que regrese al campamento aqueo. Helena pondera aquí la prudencia del héroe, que se resiste a desvelar su identidad y se asegura previamente antes de hacerlo. El relato de la esposa de Menelao la retrata también a ella, sin duda alguna, como una mujer astuta y clarividente. Dicha caracterización, no obstante, está supeditada a la de Odiseo.

La condición ancilar del retrato de Helena es todavía más evidente en el relato de Menelao. La imitación que ella hace de las voces de las esposas de los guerreros escondidos dentro del caballo (*Od.* 4.279; Menelao menciona en un único verso esta peculiar habilidad de su esposa) pone a prueba y demuestra la paciencia, el autocontrol y la determinación firme e inquebrantable del astuto Odiseo, que consigue salvar a sus compañeros —incluido el propio Menelao— impidiéndoles que salgan del caballo o que respondan a la voz de Helena. West⁵⁸ señala que no existe constancia de que el verso 279 fuese atetizado por Aristarco, pero los escolios enfatizan su absurdidad de tal modo que sería posible conjeturar que sí lo hizo. Quienes consideren que el verso debería suprimirse no pensarían así si examinasen su integración dentro del diseño global de un poema en el que abunda lo sobrenatural, lo fantástico y lo irracional. En su azaroso viaje de regreso a Ítaca, Odiseo y sus compañeros se aventuran en un mundo poblado por gigantes, brujas, sirenas y monstruos marinos; en el canto 10, el propio héroe recibe de manos de Eolo un odre lleno de vientos favorables para la navegación y en el canto 11 desciende al Hades, donde habla con su difunta madre Anticlea, con Elpénor, compañero fallecido en la mansión de Circe, con el adivino Tiresias y con el rey Agamenón, que le informa de que fue asesinado por Egisto y Clitemnestra. Dentro de un poema épico cuyas situaciones y personajes a menudo son inexplicables desde el realismo psicológico, ¿por qué hemos de cuestionar la autenticidad de un verso en el que Helena, la hija de Zeus⁵⁹, se muestra dotada de la capacidad de imitar otras voces con tal grado de virtuosismo que los guerreros aqueos creen estar oyendo a sus propias esposas?

En los dos párrafos anteriores he querido subrayar la idea de que la caracterización de Helena en el canto 4 no debe ser valorada *per se*, sino

⁵⁸ West 1988: 211.

⁵⁹ En este canto hay tres menciones explícitas de la paternidad de Zeus (Ἐλένη, Διὸς ἐκγεγαυῖα *Od.* 4.184 y 219; Διὸς θυγάτηρ 227). El poeta también la llama “divina sobre (todas) las mujeres”(διὰ γυναικῶν *Od.* 4.305). Más adelante, el anciano Proteo le dice a Menelao: “puesto que tienes a Helena como esposa, eres yerno de Zeus”(οὔνεκ’ ἔχεις Ἐλένην καὶ σφιν γαμβρὸς Διὸς ἔσσι *Od.* 4.569).

que la debemos contemplar dentro de un propósito compositivo más amplio en el que el retrato contradictorio de la esposa de Menelao no constituye un fin en sí mismo, sino un medio para poner en primer término las cualidades heroicas de Odiseo. Aunque West⁶⁰ advierte que debemos evitar leer entre líneas en busca de sutilezas psicológicas ajenas al propósito del poeta, no obstante esta autora opina que “la yuxtaposición de estas dos historias complementarias sugiere la labilidad del carácter de Helena y una bastante vanidosa complacencia en secretos peligrosos”. También opina que “revela las tensiones inherentes en la aparentemente plácida relación de Helena con Menelao”⁶¹ y afirma que “ella [Helena] habría hecho mejor en resistir la tentación de evocar su pasado en Troya” y que “su iniciativa sirve de estímulo a su esposo para revelar a los jóvenes a los que intenta impresionar un incidente que la hace sentir avergonzada”. Ahora bien, yo me pregunto, ¿en qué versos señala el poeta esa “vanidosa complacencia” o ese sentimiento de vergüenza experimentado por Helena? ¿Quiere Helena “impresionar” a Telémaco y Pisístrato? Con respecto a la historia de la imitación de las voces contada por Menelao, West⁶² afirma que “su [de Helena] comportamiento no sugiere una traición deliberada; si hubiese cambiado de opinión desde su encuentro con Odiseo, podía haber destruido a los griegos ocultos en el caballo con bastante facilidad sin necesidad de ir hasta allí. (...) Nos quedamos con la impresión de una mujer consentida, aburrida, ansiosa de emociones y de sensación de poder”. ¿Cómo ha llegado West a semejantes conclusiones partiendo de un texto significativamente parco y austero en la descripción psicológica de los personajes?⁶³

De acuerdo con las reflexiones anteriores, opino que la contraposición entre las dos historias contadas por la pareja espartana no constituye meramente un deliberado recurso de caracterización supuestamente orientado a que el poeta épico ponga de manifiesto la ambigüedad de Helena. Dicha contraposición encaja dentro de un patrón de dualidades que recorre los primeros trescientos cinco versos del canto 4. En cuanto a su estructuración,

⁶⁰ West 1988: 208-9.

⁶¹ El trabajo de Schmiel (1972) está orientado, precisamente, a señalar en el conjunto del canto IV la discordia interna latente en Esparta.

⁶² West 1988: 210-11.

⁶³ Mucho antes que en West, con respecto a la imitación de las voces, también podemos leer en Maniet (1947: 45): “me parece que la actitud de Helena es de atolondramiento, causado por su deseo de volver a ver y a escuchar a sus amigos”. Maniet incluso considera “ampliamente justificada por el sentido común”(42) la atétesis del verso 279.

podemos distinguir una primera parte (*Od.* 4.1-218), dominada por Menelao, y una segunda parte (*Od.* 4.219-305), dominada por Helena. El canto comienza con la celebración de las bodas de Hermíone y Megapentes, pero la boda de la hija de Helena tendrá lugar en el hogar de Aquiles, mientras que la del hijo que tuvo Menelao con una esclava se celebrará en Esparta⁶⁴. Telémaco y Pisístrato llegan al palacio en calidad de ξένοι de Menelao y Helena. La alegría del banquete se transforma en llanto cuando Menelao evoca ante Telémaco el recuerdo de Odiseo. La admiración del joven ante la fastuosidad del palacio y la riqueza de Menelao contrasta con el sentimiento de pérdida y dolor que experimenta el rey espartano al acordarse de los compañeros muertos por su causa en Troya y, especialmente, al acordarse de Odiseo (*Od.* 4.97-116)⁶⁵. En la historia que cuenta Helena ella “presenta a Odiseo como el personaje activo y a sí misma como personaje pasivo; su rol, en pocas palabras, consiste en mantener la boca cerrada (...) Menelao precisamente invierte los roles. Su historia empieza con una Helena que actúa; ahora el papel de los griegos consiste en guardar silencio (...). En su propia historia Helena actúa entre bambalinas, discretamente, en privado; en la historia de Menelao ella da pasos al frente y se sitúa en el centro —y da tres vueltas en torno al caballo— con Déifobo a la zaga”⁶⁶.

El patrón de dualidades que he detectado en el canto 4 de la *Odisea* es igualmente extensivo al plan general del poema, puesto que no solo es posible establecer la polaridad entre la pareja formada por Helena y Menelao, por un lado, y Penélope y Odiseo, por otro. También es posible constatar a lo largo del poema el paralelismo y el contraste entre el grupo constituido por Agamenón, Clitemnestra, Egisto y Orestes, por un lado, y el constituido por Odiseo, Penélope, los pretendientes y Telémaco, por otro. A propósito de estos personajes, Heubeck⁶⁷ observa que “la semejanza en las situaciones y los roles es significativa, pero la solución final ofrece el

⁶⁴ Tanto Schmiel (1972: 464-5) como West (1988: 201) señalan la extrañeza de este hecho. En opinión de Assunção (2010: 41, n.10), si la única boda que se está celebrando es la de Megapentes, la ausencia de Helena al comienzo del canto IV bien podría explicarse a causa de la ausencia de su hija Hermíone. Así se comprendería mejor también la repentina entrada de Helena en el verso 121, que viene de su aposento y parece no haber participado, por tanto, de la celebración.

⁶⁵ Para un estudio más detallado de estas polaridades, véase el trabajo de Bergren (2008: 111-30).

⁶⁶ Schmiel 1972: 468-9

⁶⁷ Heubeck 1988: 17.

máximo contraste. Agamenón fue uno de los primeros en volver al hogar; Odiseo fue el último. Contra el trasfondo del vergonzoso fin de Agamenón a manos de la esposa infiel y de su malvado rival, se destaca el feliz destino de Odiseo con todo detalle. La leal espera de Penélope en medio de una situación que parece desesperada, su resistencia ante los pretendientes y su sensatez le han evitado [a Odiseo] el destino de Agamenón y, en último término, le han proporcionado el cumplimiento de sus anhelos”.

Este breve estudio sobre el papel de Helena en la *Odisea* permite constatar, como anteriormente en la *Iliada*, que la ambigüedad del personaje en ambos poemas se debe a factores de forma y fondo que van más allá de una deliberada caracterización contradictoria ideada supuestamente por el poeta épico. Antes bien, la caracterización de Helena está al servicio de un proyecto compositivo en el que no es pertinente determinar *cómo* es ella, sino *por qué* el poeta le asigna unos rasgos cuya ambigüedad no se justifica *per se*, porque tales rasgos se ajustan al diseño compositivo global del poema, no al revés. Por otra parte, la responsabilidad de Helena en la guerra de Troya, que en la *Iliada* se diluye en una suma de responsabilidades irreductibles a las acciones de una sola mujer, aparece sustituida en la *Odisea* por la presentación de su relación particular con Menelao tras el regreso de ambos a Esparta.

BIBLIOGRAFÍA

- Alexiou, M. (2002), *The Ritual Lament in Greek Tradition*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Assunção, T. R. (2010), “Luto e banquete no Canto IV da *Odisseia* (97-226)”, *Letras Clássicas (USP)* 14: 34-50.
- Austin, N. (1994), *Helen of Troy and Her Shameless Phantom*. Ithaca & London: Cornell University Press.
- Bergren, A. (2008), “Helen’s ‘good drug’”. *Weaving Truth – Essays on Language and the Female in Greek Thought*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press: 111-30.
- Bettini, M. & Brillante, C. (2008) *El mito de Helena. Imágenes y relatos de Grecia a nuestros días*. Madrid: Akal.
- Beye, C. R. (1966), *The Iliad, the Odyssey, and the Epic Tradition*. Garden City, N. Y.: Doubleday Anchor Books.
- Boyd, T. W. (1998), “Recognizing Helen”, *ICS* 23: 1-18.

- Christopoulos, M. (2008), "Quelques Remarques sur Hélène dans l'*Odyssee*. À la Recherche des Innovations Mythographiques et Narratives", *Gaia* 11: 101-20.
- Clader, L. L. (1976), *Helen. The Evolution from Divine to Heroic in Greek Epic Tradition*. *Mnemosyne* 42. Leiden: Brill.
- Collins, L. (1988), *Studies in Characterization in the Iliad*. Frankfurt: Athenäum Monografien. Altertumswissenschaft.
- Conti Jiménez, L. (1999), "La Expresión de la Causa en Homero con Referentes Humanos", *Emerita* 67.2: 295-313.
- Doherty, L. E. (1995), "Sirens, Muses and Female Narrators in the *Odyssey*", in B. Cohen (ed.) *The Distaff Side. Representing the Female in Homer's Odyssey*. New York, Oxford: Oxford University Press, 81-92.
- García Gual, C. (ed.) (1999), *Iliada. Odisea*. Edición bilingüe. Madrid: Espasa Calpe.
- Graver, M. (1995), "Dog Helen and Homeric Insult", *ClAnt*, 14.1: 41-61.
- Gumpert, M. (2001), *Grafting Helen. The Abduction of the Classical Past*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- Heubeck, A. (1988), "General Introduction". in A. Heubeck, S. West, J. Hainsworth, (eds.) *A Commentary on Homer's Odyssey* vol. I, Introduction and Books i-viii. Oxford: Oxford University Press, 3-23.
- Hirvonen, K. (1968), *Matriarchal Survivals and Certain Trends in Homer's Female Characters*. Helsinki: Suomalainen Tiedeakatemia.
- Hooker, J. T. (1979), *Homer: Iliad III*. Bristol: Bristol Classical Press.
- Kennedy, G. A. (1986), "Helen's Web Unraveled", *Arethusa* 19: 5-14.
- Kirk, G. S. (1987), *The Iliad: A Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Komornicka, A. M. (1991), "Hélène de Troie et son Doublé dans la Littérature Grecque (Homère et Euripide)", *Euphrosyne* 19: 9-26.
- López Gregoris, R. (1996), "El Matrimonio de Helena: Solución Lexemática", *Epos* 12: 15-30.
- Lynn-George, M. (1988), *Epos: Word, Narrative and the Iliad*. Basingstoke: Macmillan.
- Martin, R. (1989), *The Language of Heroes: Speech and Performance in the Iliad*. Ithaca: Cornell University Press.
- Maniet, A. (1947), "Pseudo-interpolations et scènes de ménage dans l'*Odyssee*", *AC* 16.1: 37-46.
- Minchin, E. (2007), *Homeric voices: Discourse, memory, gender*. Oxford: Oxford University Press.
- Monsacré, H. (1984), *Les Larmes d'Achille: le Héros, la Femme et la Souffrance dans la Poésie d'Homère*. Paris: Albin Michel.

- Nagy, G. (1979), *The Best of the Achaeans*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Olson, S. D. (1989), "The Stories of Helen and Menelaus (*Odyssey* 4.240-89) and the Return of Odysseus", *AJPh* 110: 387-94.
- Pantelia, M. C. (2002), "Helen and the Last Song for Hector", *TAPhA* 132: 21-7.
- Perceau, S. (2011), "«Mais Devançant Ménélas, Hélène...» (Od. XV, 172). Hélène et Ménélas au Chant IV de l' *Odyssee*", *Gaia* 14: 135-53.
- Reckford, K. J. (1964), "Helen in the *Iliad*", *GRBS* 5: 5-20.
- Roisman, H. M. (2006), "Helen in the *Iliad*; *Causa Belli* and Victim of War: From Silent Weaver to Public Speaker", *AJPh* 127: 1-36.
- Ruiz de Elvira, A. (1974), "Helena. Mito y Etopeya", *CFC(G)* 6: 95-133.
- Ryan, G. J. (1965), "Helen in Homer", *CJ* 61: 115-7.
- Schein, S. L. (1995), "Female Representations and Interpreting the *Odyssey*", in B. Cohen (ed.) *The Distaff Side. Representing the Female in Homer's Odyssey*. New York, Oxford: Oxford University Press, 17-27.
- Silk, M. S. (1987), *Homer. The Iliad*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schmiel, R. (1972), "Telemachus in Sparta", *TAPhA* 103: 463-72.
- Taplin, O. (1992), *Homeric Soundings: The Shaping of the Iliad*. Oxford: Clarendon Press.
- Vivante, P. (1985), *Homer*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- West, S. (1988), "Books I-IV", in A. Heubeck, S. West, J. Hainsworth (eds.) *A Commentary on Homer's Odyssey* vol. I, Introduction and Books i-viii. Oxford: Oxford University Press, 49-245.
- Willcock, M. M. (1978), *The Iliad of Homer: Books I-XII*. Houndsmills: Macmillan Education. Rpt. New York: St. Martin's Press.
- Winkler, J. J. (1990) *The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece*. New York & London: Routledge.
- Worman, N. (2001), "This Voice Which Is Not One: Helen's Verbal Guises in Homeric Epic". En A. Lardinois & L. McClure (eds.), *Making Silence Speak. Women's Voices in Greek Literature and Society*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 19-37.
- Zanker, G. (1994), *The Heart of Achilles: Characterization and Personal Ethics in the Iliad*. Michigan: University of Michigan Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ANCIENT HOMOPHOBIA:
PREJUDICES AGAINST HOMOSEXUALITY IN CLASSICAL
ATHENS¹.**

BARTŁOMIEJ BEDNAREK

Uniwersytet Jagielloński
panantoniny@gmail.com

Artigo recebido a 25-04-2016 e aprovado a 27-10-2016

Abstract

The following paper discusses the problem of the alleged prejudices of the Athenian masses against homosexuality in the second half of the fifth century BC. It has been suggested that the unsympathetic perception of pederasty might have been as a result of the generally unfriendly attitudes of the so-called common people towards behaviours associated with the social elite. In what follows, I argue that there is no reason to think that homosexual desires and behaviours were limited to the upper classes; prejudices against homosexuality can hardly be taken, therefore, as a result of populist sentiments. Moreover, it seems that few or no phenomena recorded in our sources relevant to classical Athens can really be associated with homophobia as such.

Keywords: Homosexuality; Pederasty; Greece; Aristophanes; Class struggle; Democracy

At the beginning of my PhD studies, as a bearded young man of post-ephebic age, while hitch-hiking in Sicily I experienced what is called by classical scholars, “homoerotic courtship”.² The *erastes* happened to be a corpulent peasant, who spoke Italian with a strong Sicilian accent and drove a rusty Fiat littered with various tools, vegetable boxes and a basket

¹ The following article has been written thanks to generous support of National Science Centre in Poland [grant number UMO-2013/09/B/HS2/01208]; and The Hardt Foundation for the Study of Classical Antiquity.

² See, e.g., Lear, Cantarella 2008: 38-62.

of eggs. After a brief conversation about everyday matters, such as my destination and the purpose of my journey, the driver started revealing his intentions, asking if all the young men in my country were as beautiful as me. The hitch-hiker's etiquette requires turning all potentially abusive words from the driver into a joke so, without taking offence, I tried to change the subject. The question that followed was very much like Beazley's "up and down" iconographic type.³ The driver asked if my genitals were also beautiful. Light-heartedly I explained that I found it difficult to say, since I was not gay. "Neither am I", said the driver and asked me to show him my genitals. In return he would show me his. When I started explaining that there must have been some misunderstanding, he offered me sex. Once again, I said that I was not gay and once again the driver assured me that he was not gay either. Perplexed as I was, I tried to explain my position, saying that I had a girlfriend. "But she's not here", said the *erastes*. "She's not", I said. "So she's not going to find out", he concluded.

This ethnographic account is obviously not meant to show that some survivals of Doric culture are still present in Sicily. I am also not intending to explain the phenomenon in terms of a unitary Mediterranean culture.⁴ Its function here is to corroborate the constructivist stance, according to which, terms such as "gay", "homosexual", and "heterosexual" are but products of a specific culture and, as such, they may be highly misleading when applied to any phenomena beyond their natural habitat. In the particular case described above, the Sicilian driver acted as if he was what I would call homosexual. Yet, on the other hand, not only did he deny being gay, but he also showed no understanding of my reservations when I tried to be more explicit in order to make sure that it was not all about misinterpretation of words. This is why I found Halperin's *One Hundred Years of Homosexuality*⁵ illuminating. As the scholar explains, the culture in which I grew up is quite unique in distinguishing between what are called "sexual orientations" (however, classification is much more rigid than the word "orientation" might suggest). Within this system, one must be either "heterosexual" or "homosexual" which means that a person rejects sexual contacts with partners of the same or other sex, respectively. It is true that there is always the option of being "bisexual", but it presupposes that all people who do not define themselves

³ Beazley 1947: 198-223.

⁴ Cf. Davidson 2008: 132-134.

⁵ Halperin 1990.

as belonging to this category are confined to choice of partners of a specific sex. Thus, it is the bias of my cultural background that makes it potentially more difficult for me to cope with people without similar preconceptions.

Recent years have seen severe criticism of Halperin's work.⁶ It has been argued that the phallogocentric principle coined by Dover and Foucault⁷, and presented by Halperin as the only force at work within the dynamics of Greek choice of sexual partners, is no more than a product of some modern preconceptions. According to this alleged rule of phallogocentrism, ancient Greeks cared very little for the gender of their sexual objects. What counted instead was to assume the active role/to penetrate. Being passive/penetrated, according to this principle, meant always ceding the position of power to the dominating partner. Therefore, all people who happened to be on the wrong end of the phallus shared the same fate of the politically and socially underprivileged, belonging to the vast category of non-real-male-adult-citizens which included women, boys, slaves, foreigners, male prostitutes, and pathics.⁸

In his polemics against such a view, Davidson⁹ has shown that the notorious word *kinaidos* did not refer simply to males known to assume the passive role. Apparently what was essential for *kinaideia* was excessive lust and debauchery rather than any mere technical aspect of sexual activity. This valuable reassessment has unfortunately led scholars to taking positions which contrast a little too sharply with the ideas of Halperin. Hubbard, in his influential article, *Popular Perceptions of Elite Homosexuality in Classical Athens*,¹⁰ suggested that the negative picture of homoerotic practices – where it is negative – has nothing to do with disgust for those being penetrated, but derives from the preconceptions of democratic circles against the elitist institution of more or less ritualised pederasty. The scholar also sustains this view in his chapter of the *Blackwell Companion to Greek and Roman Sexualities*.¹¹ A similar perspective has been recently favoured also by Robson.¹²

⁶ Especially Davidson 1997: 167-182, 2008; Hubbard 1998; Vattuone 2004.

⁷ Dover 1978; Foucault 1985.

⁸ See also Keuls 1985: passim; Winkler 1990: 45-70. For some further examples of the misuse of the phallogocentric principle, see Davidson 2007: 101-105.

⁹ Davidson 1997: 167-182.

¹⁰ Hubbard 1998.

¹¹ Hubbard 2014. See also Hubbard 2003: 86-88.

¹² Although Robson (2013: 51) hedges this statement (“Hubbard might be said to overstate his case”), he goes on to say, “the overarching thesis nevertheless has the potential to be illuminating.”

Opposition has been relatively mild. For example, Lear¹³ could not have been more diplomatic when saying, “In short, Aristophanes mocks elite pederasty, but without the intense bitterness he deploys on other topics”. More notably, Davidson in his more recent book¹⁴ takes a stance which only *prima facie* seems to be distant from that of Hubbard. Within his reconstruction, the situation which was criticised by Athenians from the middle of the fifth century onwards was the commodification of elitist love which overlapped with commodification of political power. Thus, according to Davidson, venal homosexual love was perceived by the masses as threatening traditional ways of governing the city based on non-venal aristocratic loyalty. Although there is certainly much truth in it, Davidson does little justice to the fact that same sex practices might not have been confined to the higher classes and, what follows from this, that the popular perception of *eros paidikos* was not necessarily conditioned entirely, or even mostly, by preconceptions against political elites.

This indicates that the phallogocentric principle may soon be replaced in the works of some of the more dogmatic followers of scholarly fashions by the idea of class prejudices as the main or the only force shaping sexual inclinations, at least in classical Athens. In what follows, I would like to propose some amendments to this model, suggesting that, as always happens, the reality seems to be much more complex than can be described in the simple terms of a single principle.

It should be noted that the idea of democratic resistance against “aristocratic homosexuality” presupposes two considerations. First of all, something must be perceived (or constructed) as homosexuality. Secondly it must be recognised (or imagined) as being typical of the upper class.

As for the first statement, there are some problematic nuances. It is true that as early as the works of Plato, one comes across the explicitly expressed idea of “inclinations” towards partners of the same or the other

¹³ Lear 2014: 113. In his most recent publication on the subject matter, Lear (2015: 129) goes a little further, suggesting that Hubbard’s idea of class prejudice as central to the perception of pederasty in classical Athens might have been a little too far-fetched. Fisher (2001: 26, n. 83) rightly, albeit only passingly in a footnote, states that Hubbard’s views are misleadingly over-simple (it should be noted, however, that his brief survey of the history of Greek homosexuality (25-36) seems extremely well balanced and reasonable). Important work has been done by Vattuone (2004: 127-154 et passim), although his lucid book remains marginalised by Anglophone authors, perhaps because of its dismissive tone.

¹⁴ Davidson 2008: especially 446-465.

sex. According to the myth made up by Aristophanes in Plato's *Symposium*,¹⁵ all human beings are but halves of primordial creatures, constantly looking for their other halves. Thus, our inclinations towards partners of the same or other sex depend on our original constitution. Yet it is a separate question as to whether, in real life, these inclinations were constructed in the way that modern "sexual orientation" operates. Most probably the answer to that question must be negative. There is very little to show that a Greek male who "liked boys" avoided sexual contact with women. Quite the contrary: at least as far as having a wife and children indicates that a man is not exclusively homosexual, lots of examples of bisexual *paiderastai* may be quoted, including such figures as Socrates, Alcibiades and Sophocles.¹⁶ Even more telling seems to be the alleged biography of Timarchus. In his speech against this figure, Aischines used all devices to show his victim in the most unfavourable light, and, yet, he stated that the man who indulged himself in engaging in all types of homosexual activities used to spend his money on female prostitutes (1. 42). Although this seems to be one of many stereotypical allegations and, as such, does not need to be taken very seriously, it is noteworthy that Aischines did not regard heterosexual affairs as inconsistent with homosexual ones.¹⁷

¹⁵ 189c-193d.

¹⁶ Very few examples of men who loved other men and avoided relationships with women may be quoted; most notably the tragic poet Agathon is the exception which confirms the rule. Aristophanic jokes (Th. 29-268) at his expense make it clear that his attitude, although tolerated, was considered rather strange.

¹⁷ Although Davidson in his crusade against the idea of "sexual orientation" as a modern construct (2007: 123-166) makes many valuable observations, he fails to notice that Halperin, while turning attention to the fact that the term "homosexuality" has a very brief history (thus *One Hundred Years of Homosexuality*) does not actually mean that the coinage of the word brought into existence the phenomenon to which it referred, himself claims the opposite (Halperin 1990: 17: "It is not exactly my intention to argue that homosexuality, as we commonly understand it today, didn't exist before 1892. How, indeed, could it have failed to exist?"). It should be rather taken as a symbol of a cultural climate of a period in which a disturbing phenomenon was felt to deserve its own name. As long as it is really all about preferences conceived in the etymological sense of the word, I see no reason to disagree with Davidson that a form of predilection for partners of a specific gender might always have existed and probably did exist in ancient Greece. What is important for my argument and which seems to be immune to Davidson's polemic is that the idea of exclusivity immanent to modern concepts of sexual orientation was not necessarily widespread in the more distant past. According to this vision of orientation (to throw it into sharp relief), a modern homophobic person may claim that whereas a husband who betrays his wife with other women is simply immoral, one who does it with men is sick.

The other side of the coin is much more difficult to decipher. Do we know about any lovers of women who never engaged in homosexual acts or did it only under extremely unusual circumstances? As far as I can tell, there seem to be no data to that effect, at least from the classical period. What is more, we actually know very little about men who preferred women.¹⁸ Certainly this silence does not need to mean very much. Fowler¹⁹ goes as far as stating that the pleasure of having sex with women and especially with one's wife is not very well attested in classical sources simply because it was generally taken for granted.²⁰ Only a potential threat of being deprived of it could cause an emotional response, such as that of the men affected by the bed-strike of women in Aristophanes's *Lysistrata*. The fact that homosexual love and extramarital affairs are much more widely represented in literature and art may actually indicate that Greek authors, artists and their audience found them more interesting simply because they were less common in real life.

Yet there is nothing to indicate that a preference for women, like the modern western concept of "heterosexuality", presupposed exclusivity. This, as has been noted above, is one of the more important points in the work of Halperin,²¹ which will probably always remain open to serious doubts resulting from the overall philosophical and political stance of individuals approaching the subject matter. As Boswell²² puts it, to a large extent, it is a matter of taking either a „nominalist" or a „realist" position in the discussion of sexual matters. The latter is based on the assumption that, throughout the history of human species, the central factor in the choice of sexual partners has always been that of sameness or otherness of their biological sex. The nominalists, on the other hand, assume that this principle became central to western civilisation only at some point of its history (most probably in the nineteenth century), subsequently becoming a subject for the culturally

¹⁸ In Plato's *Symposium* (191d), Aristophanes mentions the category of ἄνδρες φιλογύναικες only passingly, stating that lots of them are adulterers. Although this clearly negative picture of heterosexuals most probably does not represent what Aristophanes or Plato really thought of men who preferred women, being merely an effect of particular focalisation, it seems telling that this sexual orientation is dismissed as simply uninteresting.

¹⁹ Fowler 1996.

²⁰ As one of the reviewers of this paper pointed out, the sexual attraction of women is also presupposed by many outwardly misogynistic texts, such as Semonides fr. 7, or the myth of Pandora (Hes. *Op.* 54-105). Although their authors concentrate on the alleged vices of women, the female depicted in them happen to be dangerous only thanks to their ability to attract men.

²¹ Halperin 1990: 15-18.

²² Boswell 1982-3.

determined study of other cultures. In the absence of any decisive proofs in favour of the nominalist stance in the case of classical Greece, there are three pieces of evidence that corroborate it, at least to some degree.

First of all, from the structural point of view, one might expect a sort of symmetry between the construction of male to female and male to male love. Just as homosexual lust did not exclude heterosexual unions, heterosexuality was not necessarily exclusive. Thus, one may suspect that, in the absence of female partners, many Greek, predominantly heterosexual, males engaged in homosexual acts just as the notorious *paiderastai*, at least occasionally, went with females. Secondly, the absence of clear rules forbidding extramarital contacts makes it very likely that Greek men, at least occasionally, surrendered to various temptations at times of military service,²³ business travel, pilgrimage, public festivals, pasturing, etc. It should be noted that these activities were not limited to the representatives of the upper classes. A merchant ship, for example, needed a crew, which would be normally composed of less well-off citizens of this or that polis, and also slaves.²⁴ Thirdly, seeing that there was no insistence on male premarital chastity, what certainly favoured adventures which had nothing to do with marital love was the fact that Greek males grew up secluded from girls and they preferably did not marry before the age of thirty.²⁵ Cheap brothels²⁶ might have been experimental fields for pubescent boys who longed for new experiences. This, however, does not exclude other ways of accumulating sexual expertise, especially by those who had fewer resources or lived outside the cities. Although Theocritus's *Idylls* are but a poetic construct created by an elite author, they may very well reflect at least some stereotypes of rustic life, in which love between boys was commonplace,²⁷ comparable perhaps to smoking cigarettes behind the bike sheds at school today. Unless Greek boys had been told that contacts with males were wrong and somehow excluded heterosexual love and marriage, there seems to have been no good reason to abhor this kind of relationship or to strictly avoid it. Indeed, the only texts in which a particular kind of sexual contact between males seem to be implicitly dissuaded, are two

²³ See especially Marrou 1955: 55-67.

²⁴ See Cartledge 1998: 64 with further bibliography.

²⁵ e.g., Glazebrook, Olson 2014: 70.

²⁶ On central regulations of the prices of sexual services, see Fisher 2000: 367-368.

²⁷ See especially Theoc. 29 and 30; cf. Hunter 1996: 167-195.

Aristotelian and pseudo-Aristotelian²⁸ treatises, in which it is only said or implied that being frequently penetrated may be addictive, and therefore (one may assume) may afflict one's 'manliness'.

Since Foucault, it has become a commonplace that describing same-sex intercourse as being "against nature" is a cultural construct,²⁹ which does little justice to phenomena observed in the animal kingdom, where various forms of homosexual behaviour are anything but unusual.³⁰ It should be admitted, however, that from the biological point of view, heterosexual copulation is essential to the survival of a species. It is probably also central to most (if not all) human cultures and was central to Greek culture, which emphasised the importance of heterosexual unions and producing legitimate offspring. However far from such an essentialist stance, if we were to describe cultures as a simple extension of the biological order, the sense of marital love would be quite obvious, but there would be little to explain why males should abstain from other forms of satisfaction. Quite naturally in case of extramarital practices, a preference would be given to those forms that may result in producing (illegitimate) offspring.³¹ This, however, would not exclude other behaviours providing pleasure or discharge, such as auto- and homoeroticism. The nineteenth and twentieth century cultures, which accepted the former two eventualities as permissible and abhorred the latter ones, have left a skeleton in our scholarly closet. Trying to deal with the so-called shameful problem of "Greek love", scholars would investigate its origin, and they found more or less satisfactory answers, pointing to the initiation rituals of some Doric tribes as a possible source of the "fashion".³² Although some forms of conduct or etiquette can be certainly taken as deriving from specific sources,³³ it would be misleading to talk about "homosexual" behaviours as having been "invented" by any society just as much as taking "heterosexuality" as some other people's discovery.³⁴

²⁸ Arist. EN 1148b; Pr. 879b.

²⁹ Winkler 1990: 17-44.

³⁰ See Bagemihl 1999.

³¹ See Gottschall 2008.

³² Bethe 1907; Brelich 1969; Bremmer 1980; Patzer 1982. *Alternative theories: Lear 2015: 118.*

³³ Davidson (2007: 490-492) distinguishes between what he calls "Greek love" and "its casual, informal, less 'ethnographic' cousin." Unfortunately he only pays marginal attention to it, as if it had been only a marginal issue.

³⁴ cf. Vattuone 2004: 85-3.

This brings us closer to the central problems of this paper: whether homophobia was possible in classical Athens and, more specifically, whether the unsympathetic perception among the lower classes of elite homosexuality had anything to do with the perception of homosexuality itself. This may have been possible under the indispensable condition that homosexual behaviours were perceived as being confined to the upper classes, or being a sign of political/social aspirations or sympathies. As I argue above, seeing that the existence of same-sex practices seems less unusual than their complete suppression, it would require some explicit data to show that they were foreign to the average citizens of Athens.

Our perception of ancient Greek sexualities is unfortunately biased by the selectivity of the sources. Nevertheless the situation is far from desperate. We learn, for example, quite a lot about the pedagogic pederasty of aristocratic circles from the elegies of Theognis, whereas authorial accounts of the erotic imagery of lower classes in archaic Megara are absent from our dossier. Yet Theognis himself acknowledges that the *kakoi* were also boy-lovers. For instance, in 1. 101–4, he says:

Μηδεῖς σ' ἀνθρώπων πείσῃ κακὸν ἄνδρα φιλῆσαι,
Κύρνε· τί δ' ἔστ' ὄφελος δειλὸς ἀνὴρ φίλος ὦν;
οὔτ' ἂν σ' ἐκ χαλεποῦ πόνου ρύσαιτο καὶ ἄτης,
οὔτε κεν ἐσθλὸν ἔχων τοῦ μεταδοῦν ἐθέλοι.

May no mortal man persuade thee, Cyrnus, to love a bad man; what advantage is a friend from among the baser sort? He would neither save thee from sore trouble and ruin, nor wish to share with thee any good thing he had. (Edmonds).

The prejudice against the new elite members is as palpable here as it is in many other loci of the *Corpus Theognideum*. Homoerotic inclinations do not seem to serve as a focal point for Theognis's class identity. Quite the contrary. The poetic persona of the aristocrat shows much concern regarding the possible seduction of a boy by one of the *kakoi*, who would not provide as stable a support for the youth as an upper class partner would.

A little closer to the *vox populi* is the voice of Aeschylus, whose fragments of *Myrmidones* (fr. 135, 136 TGF) are among the most often quoted passages of ancient homoerotic literature. The poet explicitly refers to strictly non-platonic love between Achilles and Patroclus. An objection here is that the poet, as well as the heroes of his tragedy, belonged to the upper classes.

Yet, on the other hand, there can be little doubt that most of Aeschylus's spectators were ordinary people and the poet himself was a spokesman of the democratic Athenian ideology. Apparently, there was nothing incorrect or unpleasant in addressing the idea of homoeroticism and reporting some technical details of intercourse even in the solemn context of tragic poetry.³⁵

Most relevant seem to be the passages from Aristophanes. Although this poet by no means can be called a radical democrat,³⁶ his comedies certainly were meant to appeal to the tastes of ordinary people. The three Aristophanic passages quoted by Dover to demonstrate that "pederasty was positively valued by the comic poet and his audience, merely one sexual taste among many" (as Hubbard epitomises it)³⁷ have been quite unjustly dismissed by Hubbard.

In his phallic song, Dicaeopolis (*Ach.* 265) addresses the divine *phalles*, calling him *μοιχέ, παιδεραστά* (*adulterer; lover of boys*). Hubbard rightly stated that the former address casts some shadow on the latter one, seeing that adultery was taken very seriously by Athenians. Unfortunately, he failed to notice how the humour of the passage works. *Phalles* is praised for his access to pleasures either forbidden or difficult to achieve for ordinary people at least on a daily basis and therefore even more desirable. The fact that adultery in real life was generally perceived as outrageous does not mean that, within the topsy-turvy world of comic fantasy, it could not be treated as appealing. The plot of *Birds*, for example, centres on the sacrilegious idea of depriving the gods of sacrificial smoke. Outrageous as it would have been in reality, on the comic stage, it becomes a witty device in the hands of two Athenians who wanted to get out of everyday trouble. Thus, the moral implications of adultery and pederasty in the passage seem to be neutralised by the comic context. On one hand, it is true that the more praiseworthy these acts become in the comedy, the less acceptable they might have been in real life. Yet, the passage presupposes a specific taste, according to which, lust for male and female seemed equally natural, and, *a fortiori*, none of the preferences was to be taken as repulsive.

Why access to attractive boys was limited results from another Aristophanic passage, in which Euelpides, in a rather impressionistic way, describes an ideal world (*Av.* 137–42):

³⁵ See also similar passages by Solon, the symbolic Father of Athenian democracy (16 G.P. = 25 West with the commentary of Noussia-Fantuzzi (2010: ad loc.))

³⁶ Carrière 1979: 41-50; Henderson 1990; Ober, Strauss: 1990.

³⁷ Dover 1978: 135-137. Hubbard 1998: 54.

Ὅπου ξυναντῶν μοι ταδί τις μέμψεται
ὥσπερ ἀδικηθεὶς παιδὸς ὠραίου πατήρ·
«Καλῶς γέ μου τὸν υἱόν, ὃ στυλβωνίδη,
εὐρῶν ἀπιόντ' ἀπὸ γυμνασίου λελουμένον
οὐκ ἔκυσας, οὐ προσεῖπας, οὐ προσηγάγου,
οὐκ ὠρχιπέδισας, ὧν ἐμοὶ πατρικὸς φίλος.»

A place where the father of an attractive boy would meet me and complain to me like this, as if I'd done him wrong: "A fine thing you did to my son, old sparkler! You met him coming away from the gymnasium after bathing, and you didn't kiss him, you didn't greet him, you didn't draw him close, you didn't finger his balls – and you an old family friend of mine!" (Sommerstein)

The comic hero, as Hubbard³⁸ observes, “presents an image here not of Athens as it was, but of a counter-Athens where the reverse of normal expectations occurred. Normally, fathers would rebuke friends for making advances on their sons; in Peisthetaerus’s imaginary utopia, fathers rebuke friends for not doing so”. Indeed, there are other sources to show that Athenian parents took steps in order to protect their sons from seduction.³⁹ Yet, the situation described here very closely resembles typical scenes of homoerotic courtship known from vase paintings. However little we know about the relationship between these representations and real life, there can be no doubt that Euelpides depicts a real erotic fantasy fostered by painters and their customers a few decades before Aristophanes. Thus, Euelpides’s words represent a socially unacceptable parody of an apparently widely recognised model of sexual fantasies. As often happens, one person’s erotic dreams are the nightmare of the parents of the person who is dreamt about. A typical real-life father of a potential *eromenos* presupposed by the Euelpides’s words would rebuke his friend for touching his son’s genitals in a public place, but probably not because he was homophobic. Similarly, in the modern world, a person who does not abhor heterosexuality would not like their underage daughter to have sex with a family friend on a lawn in front of her school.

What the passage shows is certainly not, as Hubbard suggests, a popular prejudice against homoeroticism in general or the homoeroticism of the higher classes. What may be taken at face value as a serious inconsistency resulting from the fact that the Euelpides’s fantasy might have seemed

³⁸ Hubbard 1998: 55.

³⁹ Davidson 2008: 68-71.

outrageous and tempting at the same time, may very well result from a tension between various perspectives immanent not only to the culture but also to individuals. A single man could have been an *erastes*, a former *eromenos*, and the father of someone else's potential *eromenos* at the same time. The position he would take in contacts with his beloved was obviously different from his attitudes towards his son. To make things even more complicated, we should bear in mind that someone's son was never courted by a "potential *erastes*". In real life, the roles were played by real people. It would be interesting, for example, to know what Phaedrus's father said when he found out that his charming son had been seen walking outside the city side by side with barefoot Socrates.

Finally, we shall turn our attention to the widely discussed *agon* between the Stronger and the Weaker Argument in *Clouds* (889–1104). In their comic discussion on models of education, the former presents a traditional approach, according to which, young men were to focus on physical exercise, shaping their bodies and spirit in a way that, in modern times, came to be conceived as typically Greek. Although in the picture thus painted some hints of eroticism are palpable, it is far from obscene. Quite clearly the positive evaluation of the old school of education results from the statement that the men brought up in the traditional way were those who won at Marathon. On the other hand, the proposition of the Weaker Argument is to follow pleasures. His opponent says that, in this way, the boys will only become physically deformed erotomaniacs with no respect for traditional values; the Weaker, instead of denying it, replies blatantly that there is nothing wrong with debauchery.

According to Hubbard's interesting and very unusual reading of the passage, the Stronger "is a figure of pretence and hypocrisy, who presumes to be a morally respectable old-style educator, but is, beneath the surface, sexually obsessed and corrupt. The Weaker Logic [...] makes no attempt to conceal his sexual turpitude, but openly justifies it".⁴⁰ This interpretation might have been right if it were true that ordinary Athenians were homophobic and that the Stronger Argument praising modest, yet attractive, boys was meant to be perceived as perverted or lustful. There is, however, very little in the text to indicate that the softly erotic description of those who fought at Marathon (986) was thought of as outrageous.

⁴⁰ Hubbard 1998: 57.

On the assumption that the more common interpretation of the passage is correct⁴¹ and that the Stronger Argument shows that which was considered to be right, whereas the Weaker proposes a deviation from ideals, the two contrasted variants of sexuality (or actually the positive model and its hyperbolic antithesis) can tell us how *eros paidikos* was perceived by the masses. In this light, any general statement such as “middle and lower class Athenians were against homosexuality” can only be misleading, as they do not do justice to the fact that, apparently, an average Athenian male would either recognise the desires of homosexual comic characters as his own or at least take them to represent someone else’s perfectly normal taste.

Although such a conclusion may seem very old-fashioned, what was frowned upon quite clearly was not an erotic desire for boys, but lack of measure in it, as well as in other pleasures. The debauchery defended by the Weaker Argument may be described in Aristotelian terms as a deviation from a golden middle towards an extreme. It seems reasonable to suppose that such a model, based on a scalar opposition rather than a strictly privative one, is suitable for a description of the dynamics of desire. There is no contradiction between the generally positive connotations of boy-love and the negative perception of something that was called shamelessness.

It is a commonplace that Aristophanic comedy depicts a society in state of constant conflict.⁴² In the *Clouds* this domestic cold war is present in various ways: the main hero, Strepsiades, represents old-fashioned rustic simplicity, whereas his son, Pheidippides, follows a more recherché way of life typical of urban “golden” youths. The former dreams of driving goats from the pasture (71), the latter is interested in breeding racing horses. This opposition between the old and new, rustic and urban, overlaps with that between aristocratic lineages and ordinary people, seeing that Pheidippides is said to be born from a union between his simpleton father and a daughter of some Megacles, clearly meant to have belonged to a higher class.⁴³

As it must have been in real life, so also in the comedy are various layers of personal identity quite inseparable. The economic aspect is clearly connected to the political one and both affect the way of life in terms of aspirations, ideas of pleasure, etc. The opposition between aristocracy and common people in democratic Athens, especially in times of war against

⁴¹ More traditional readings: Lear, Cantarella 2008: 20-21; Marianetti 1992: 37-40.

⁴² See, e.g., Whitman 1964: 59-166.

⁴³ Sommerstein 1982: 161.

oligarchic Sparta, was certainly one of the most delicate matters. A conflict within a family or a simple difference in the way people dressed could be very easily taken as a projection of politically subversive sympathies (which indeed happens in *Wasps* 477 where an untrimmed beard is taken as a sign of philo-Spartan inclinations). Nevertheless, the question remains if the political conflict between Athens and Sparta, and the class antagonism in Athens were really meant to be central to *Clouds* or any other comedy by Aristophanes, or just secondary to a conflict much more closely related to the sphere of everyday life experience. At least in case of *Strepsiades*, it seems clear that he abhorred horse-breeding because it was expensive as well as useless, and not because it was antidemocratic.

The case of sexual appetites in the comedy seems even clearer. As has been said, according to Hubbard, Athenian masses did not sympathise with *paidērastai*, taking their sexual taste (to avoid the word “orientation”) as a sign of their antidemocratic inclinations. Yet there is no passage to show that Aristophanes criticised someone’s desire for boys because it might have been a sign of political sympathies. If anything is really depicted as a form of deprived behaviour, it is debauchery in various senses of this word. It involves drunkenness, gambling, gluttony, as well as excessive sexual desire, both for males and females. The whole complex of vice was obviously perceived as more typical for the wealthy rather than poor people,⁴⁴ which does not mean that an inclination towards any of these pleasures was seen as outrageous. We do not hear, for example, of anyone who starved him or herself to death simply because they abhorred gluttony. Similarly, although notorious drunkards were frowned upon, ordinary people did not abstain from wine. By the same token, from the fact that excessive lust for males, females or both was considered a serious vice, it does not follow that anyone abhorred sex with boys or women as such. Thus, while it would be imprudent to say that homoeroticism had nothing to do with politics in classical Athens, the points of contact between the two spheres seem to be rather incidental.

Bibliography:

- Bagemihl, B. (1999), *Biological Exuberance: Animal Homosexuality and Biological Diversity*. New York.
- Beazley, J. (1947), “Some Attic Vases in the Cyprus Museum”, *PBA* 1947: 195-247.

⁴⁴ See especially Davidson 1993.

- Bethe, R. (1907), "Die dorische Knabenliebe. Ihre Ethik und ihre Idee", *RhM* 62: 438-75.
- Boswell, J. (1982-3), "Revolutions, Universals and Sexual Categories", in R. Boyers, G. Steiner (eds.), *Homosexuality: Sacrilege, Vision, Politics*. Saratoga Springs, 89-113.
- Brelich, A. (1969), *Paidés e Parthenoi*. Roma.
- Bremmer, J.N. (1980), "An Enigmatic Indo-European Rite: Pederasty", *Arethusa* 13: 279-98.
- Carrière, J.C. (1979), *Le carnaval et la politique*. Paris.
- Cartledge, P. (1998), "The machismo of the Athenian Empire – or the reign of the phallus?", in: L. Foxhall, J. Salmon, (eds.), *When men were men. Masculinity, power and identity in classical antiquity*. London, New York, 54-67.
- Davidson, J. (1993), "Fish, Sex and Revolution in Athens", *CQ*. 43: 53-66.
- Davidson, J.N. (1997), *Courtesans and Fishcakes. The Consuming Passions of Classical Athens*. Chicago.
- Davidson, J.N. (2007), *The Greeks and Greek Love*. London.
- Dover, K.J. (1972), *Aristophanic Comedy*. London.
- Dover, K.J. (1978), *Greek Homosexuality*. London.
- Fisher, N. (2000), "Symposiasts, Fish-Eaters and Flatterers: Social Mobility and Moral Concerns in Old Comedy", in D. Harvey, J. Wilkins (eds.), *The Rivals of Aristophanes. Studies in Athenian Old Comedy*. London, Swansea, 355-96.
- Fisher, N. (2001), *Aeschines. Against Timarchos*. Oxford: New York.
- Foucault, M. (1985), *The Use of Pleasure*. New York.
- Fowler, R. (1996), "How the Lysistrata works", *EMC* 15: 245-49.
- Glazebrook, A., Olson, K. (2014), "Greek and Roman Marriage", in T.K. Hubbard, *A Companion to Greek and Roman Sexualities*. Malden, 69-82.
- Gottschall, J. (2008), *The Rape of Troy. Evolution, Violence, and the World of Homer*. Cambridge.
- Halperin, D.M. (1990), *One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love*. New York. London.
- Henderson, J. (1990), "The *Demos* and the Comic Competition", in J.J. Winkler, F.I. Zeitlin (eds.), *Nothing to Do with Dionysos?* Princeton, New Jersey, 271-313.
- Henderson, J. (1991), *The Maculate Muse. Obscene Language in Attic Comedy*. II ed. New York, Oxford.
- Hubbard, T.K. (1998), "Popular Perceptions of Elite Homosexuality in Classical Athens", *Arion series* 3. 6. 1: 48-78.

- Hubbard, T.K. (2003), *Homosexuality in Greece and Rome. A Sourcebook of Basic Documents*. Berkeley, Los Angeles, London.
- Hubbard, T.K. (2014), "Peer Homosexuality", in T.K. Hubbard (ed.), *A Companion to Greek and Roman Sexualities*. Malden, 128-49.
- Hunter, R. (1996), *Theocritus and the Archaeology of Greek Poetry*. Cambridge.
- Keuls, E.C. (1985), *The Reign of the Phallus. Sexual Politics in Ancient Athens*. New York.
- Kilmer, M.F. (1993), *Greek Erotica on Attic Red-Figure Vases*. London.
- Lear, A. (2014), "Ancient Pederasty: An Introduction", in T.K. Hubbard (ed.), *A Companion to Greek and Roman Sexualities*. Malden, 102-27.
- Lear, A. (2015), "Was pederasty problematized? A diachronic view", in M. Masterson, N. S. Rabinovitz, J. Robson (eds.), *Sex in Antiquity. Exploring Gender and Sexuality in the Ancient World*. London, New York, 115-36.
- Lear, A., Cantarella, E. (2008), *Images of Ancient Pederasty: Boys Were Their Gods*. London.
- Marianetti, M.C. (1992), *Religion and Politics in Aristophanes' Clouds*. Hildesheim, Zürich, New York.
- Marrou, H.I. (1955), *Histoire de l'éducation dans l'antiquité*. Paris.
- Noussia-Fantuzzi, M. (2010), *Solon the Athenian, the Poetic Fragments*. Leiden, Boston.
- Ober, J., Strauss, B. (1990), "Drama, Political Rhetoric, and the Discourse of Athenian Democracy" in J.J. Winkler, F.I. Zeitlin (eds.), *Nothing to Do with Dionysos?* Princeton, New Jersey, 237-270.
- Patzer, H. (1982), *Die griechische Knabenliebe*. Wiesbaden.
- Robson, J. (2013), *Sex and Sexuality in Classical Athens*. Edinburgh.
- Sommerstein, A.H. (1982), *The Comedies of Aristophanes*. Vol 3. Clouds. Warminster.
- Vattuone, R. (2004), *Il mostro e il sapiente. Studi sull'erotica greca*. Bologna.
- Whitman, C.H. (1964), *Aristophanes and the Comic Hero*. Cambridge, Massachusetts.
- Winkler, J.J. (1990), *The Constraints of Desire*. New York, London.

**LE BIEN, LA VIE, LA MORT: ART ET ART POLITIQUE D'APRÈS
LE *GORGIAS* DE PLATON**

**GOOD, LIFE AND DEATH: *TECHNE* AND POLITICAL *TECHNE*
ACCORDING TO PLATO'S *GORGIAS***

RENÉ LEFEBVRE

Université de Rennes1, E. A. 7463 C.A. Phi Rennes
rene.lefevre@univ-rennes1.fr

Artigo recebido a 19-04-2016 e aprovado a 17-10-2016

Résumé

Description de la conception platonicienne de la politique comme art principalement à partir du *Gorgias*, en vue de mettre en évidence comment la référence au bien, centrale dans la notion platonicienne d'art et *a fortiori* dans la notion platonicienne d'art politique, a pour contrepartie un certain mépris pour la vie.

Mots-clés: Platon, *Gorgias*, art politique, bien, respect de la vie.

Abstract

Taking *Gorgias*, a transitional dialogue, as a starting point, this paper highlights the fact that when knowledge of the good is placed by Plato at the heart of any real *techne* and politics is considered eminently a *techne*, this high level of requirement may result in a certain disregard for human life.

Keywords: Plato, *Gorgias*, political art, good, respect for human life

Chacun a en tête les critiques qu'adresse Socrate à la rhétorique et à la sophistique comme à l'hédonisme de Calliclès dans le texte familier du *Gorgias*. La pensée qui s'exprime alors n'en est pas moins fondatrice dans la perspective d'une conception de la politique comme art et même plus généralement dans la perspective d'une philosophie de l'art ou de la

technique¹; précisément : dans la mise en évidence de ce que la politique comme art doit à l'art, mais aussi de ce en quoi l'art politique se différencie des autres arts, comparativement plus ordinaires et d'une valeur plus relative.

Nous sommes alors à la charnière² entre la période dite "socratique" de l'activité de Platon et la période centrale au cours de laquelle Platon écrira la *République*. Certes, l'établissement exact de l'ordre de rédaction des dialogues de Platon se heurte à des difficultés, entre propositions stylométriques qui ne sont pas toujours consensuelles et tentation de projections philosophiques *a priori*. Au-delà, y a-t-il de véritables périodes chez Platon distinguées par une évolution philosophique? Selon toute apparence, Platon a évolué du moins dans sa façon d'explorer des pistes, de tester des théories, de suggérer des orientations de sorte que la lecture développementaliste qui aboutit à distinguer entre trois périodes philosophiques³, avec une transition de la première à la seconde, nous paraît légitime. Plusieurs raisons conduisent à rattacher le *Gorgias* à cette période de transition: bien qu'il s'agisse encore d'un dialogue très vivant à caractère éthique, un ton assuré qui tranche avec le style aporétique des premiers dialogues; le recours au discours long ; des évolutions par rapport à la négation de la possibilité de l'acrasie; quoique l'engagement métaphysique soit encore réduit, les premières marques d'une influence pythagoricienne⁴...

En présentant de grandes lignes de la conception platonicienne de la politique comme art à partir de ce dialogue de transition⁵ pris comme observatoire principal, nous souhaitons attirer l'attention sur un point précis:

¹ Sur la *techné* chez Platon, cf. notamment Cambiano 1991; Vegetti 1998: 193-207; Balansard 2001.

² La notion de dialogue-charnière est par exemple admise par Fine 1999: 1 et 2003: 1-2.

³ Vlastos 1994: 69-116 a particulièrement œuvré en faveur de la distinction entre première et deuxième périodes. Platon ne s'exprimant jamais en son nom propre, nous sommes toutefois plus réticents lorsqu'il s'agit d'attribuer positivement à Platon telle ou telle doctrine et préférons distinguer plus fortement entre Socrate historique, "Socrate" personnage des premiers dialogues et premier Platon.

⁴ Vlastos 1994 attribue encore au Socrate du *Gorgias* une parfaite confiance dans l'*elenchos* en faisant du *Gorgias* plutôt un *terminus ad quem* (162, 165, 180) et ne retient qu'une périodisation en trois époques (71-72), mais il a bien mis en évidence de tels infléchissements.

⁵ Le caractère tardif du *Gorgias* par rapport aux dialogues dits "socratiques" est du moins généralement admis malgré, à un moment donné, la proposition de Kahn 1988 de considérer le *Protagoras* comme postérieur au *Gorgias* (position plus nuancée dans 1996: 46).

la référence au bien, centrale dans la notion platonicienne d'art et *a fortiori* dans la notion platonicienne d'art politique, a pour contrepartie inquiétante un certain mépris pour la vie⁶.

L' "art" rhétorique. La notion d' "art" (*techne*) intervient immédiatement dans le *Gorgias*, lorsque Socrate annonce son intention de tester Gorgias sur ce dont son "art" est capable (*dynamis tes technes*) et sur ce que lui-même promet et enseigne⁷.

En réalité, quoique s'agissant de la rhétorique il soit plus d'une fois question de l'«art» de Gorgias⁸, les sophistes apparaissant plus largement chez Platon comme revendiquant une maîtrise «technique» et notamment la maîtrise de l'art sophistique ou de l'art politique, comme c'est le cas de Protagoras dans le *Protagoras*⁹, et quoique l'usage platonicien de *techne* soit assez généreux pour englober non seulement la médecine et les beaux-arts, mais jusqu'aux disciplines mathématiques¹⁰, l'expression d'art rhétorique apparaît rapidement impropre.

Selon Gorgias, en effet, la rhétorique investit le domaine des "affaires humaines les plus hautes et les meilleures"¹¹ au sens où la persuasion (par le fait que son influence, dans l'enceinte des tribunaux et les assemblées politiques, est la plus forte) permettrait d'accéder à tous les biens¹², mais la singularité de son rapport à la persuasion s'avère résider dans son incapacité à produire plus que de la croyance (*pistis*), sans qu'elle enseigne ou fasse connaître.

De ce point de vue, l'intervention oratoire se distingue de l'intervention des experts dont chacun n'est convoqué que parce qu'il est *technikotatos*, c'est-à-dire maîtrise particulièrement bien l'art dans son domaine. En outre, alors que selon Gorgias, la rhétorique serait un art dont on peut tout au plus en aval faire mauvais usage sans que cela porte pour autant atteinte

⁶ La dénonciation d'un "totalitarisme" de Platon est classique. L'élaboration la plus fameuse est due à Popper qui relève notamment le lien entre doctrine des formes et *social engineering* (Popper 1979: 24-35). Pour un relevé de ce qu'il peut y avoir de haïssable dans la politique de Platon, cf. Lefebvre 2009: 17-18.

⁷ *Gorg.* 447 c.

⁸ Cf. *Gorg.* 449 a. Le *Sophiste*, beaucoup plus tard, fera encore état en 222 c-e d'une "technique de la persuasion" et même d'une *hedyntike techne*, d'une "technique de l'assaisonnement" ou un "art du plaisir".

⁹ *Prot.* 316 d ; 319 a.

¹⁰ Sur la géométrie comme *techne*, cf. *Resp.* 7. 533 b.

¹¹ *Gorg.* 451 d.

¹² *Gorg.* 452 d-e.

à son éminence, Socrate fait observer que l'efficacité oratoire repose sur l'ignorance de l'auditoire¹³ et que l'orateur lui-même, qui manque déjà de connaissances spécialisées, n'a pas été correctement formé non plus par ses maîtres en matière de connaissance des valeurs : bien, beau et juste¹⁴.

Pour ces deux raisons (l'absence d'expertise circonscrite et la méconnaissance des valeurs), Socrate s'entretenant avec Polos peut affirmer que la rhétorique, rapprochée de la cuisine et de la cosmétique, n'est pas un art¹⁵ et développer sa conception de la rhétorique comme simple *empeiria*, comme "pratique"¹⁶ et *tribe*, "habitude des procédés"¹⁷ de la flatterie¹⁸. Les travers de la rhétorique en font un simulacre (*eidolon*) de la politique¹⁹.

Le propos permet tout à la fois de dégager une certaine notion de la politique, d'identifier ce qu'est un art et d'envisager le rapport entre les deux.

La politique. La notion de politique mise en avant dans le *Gorgias*, opposée à celle de rhétorique²⁰ (quoi qu'il en soit des mariages entre politique de fait et rhétorique), est éloignée de ce que nous appelons, nous, "politique", en dépit du fait que dans le grec *politikos*, on ne puisse manquer d'entendre *polis* et nonobstant l'attribution courante aux anciens Grecs de l' "invention" de ce que nous appelons habituellement "politique" (selon le titre français d'un ouvrage traduit de Finley).

Opposant le corps et l'âme, Socrate qui, dans le *Lachès*, a demandé s'il existait du soin de l'âme un *technikos*²¹, dans le *Gorgias* définit la politique, sous ses espèces de la nomothétique et de la justice (*dikaiosyne*), comme

¹³ *Gorg.* 459 b-c.

¹⁴ *Gorg.* 460 e-461 a et ant.

¹⁵ *Gorg.* 462 b.

¹⁶ *Gorg.* 462 c.

¹⁷ Le *Philèbe* est plus nuancé quand Socrate y distingue, à propos des "techniques manuelles" (*en tais cheirotechnikais*) (55 d), une dimension plus ou moins mathématique rectrice permettant plus d'exactitude, bien affirmée dans la construction, et un aspect d'*empeiria* et de *tribe*, important dans la musique, la médecine, l'agriculture, la navigation et la stratégie. Revenant dans ce cadre sur la persuasion que Gorgias envisage comme une *techne*, Socrate ne récusé plus à son sujet le recours au terme de *techne* (58 a-c).

¹⁸ *Gorg.* 463 b ; cf. 501 a.

¹⁹ *Gorg.* 463 d.

²⁰ L'opposition entre rhétorique politique et philosophie est encore plus fondamentale ; cf. *Gorg.* 500 c.

²¹ *Lach.* 185 e.

*therapeia epi tei psychei*²², “soin consacré à l’âme” et visant le meilleur pour celle-ci²³. De là le paradoxe d’un Socrate pouvant revendiquer contre Calliclès d’être le seul politique²⁴ alors que dans l’*Apologie*²⁵, où il interroge par ailleurs l’existence hypothétique d’une *techne* de l’ ”excellence humaine et civique”²⁶, et dans le *Gorgias* derechef²⁷, Socrate prend grand soin de préciser qu’il ne se soucie pas d’intervenir dans les assemblées.

Platon et Aristote après lui ne disposent pas d’une distinction explicite entre morale et politique, insérant l’un et l’autre les contenus que nous dirions “moraux” dans ce qui est labellisé comme “politique”, ce qu’on voit bien à la façon dont l’*Ethique à Nicomaque* d’Aristote se trouve enchâssée dans des considérations politiques et introduit aux *Politiques*. Il faut attendre le premier paragraphe de la *Grande morale* du pseudo-Aristote pour rencontrer une thématique de la distinction entre ce qui est *ethikos* et ce qui est *politikos* – encore l’adjectif *ethikos* ne renvoie-t-il alors qu’à une partie du domaine couvert par les traités que l’on dit “éthiques” d’Aristote. S’agissant de Platon, on se rappellera que la *République*, ouvrage réputé relever de la philosophie politique, n’introduit explicitement la cité qu’afin de disposer d’un modèle agrandi de l’âme et se propose de démontrer l’intérêt naturel pour chacun d’entre nous à être juste. L’exemple conjoint de Platon et d’Aristote indique donc que la morale n’est pas une discipline de plein droit (comme ce sera le cas dans la période hellénistique) et atteste en sens inverse une conception que, pour beaucoup, nous dirions “morale” de la politique²⁸.

L’art. Platon ne dispose qu’à peine d’une opposition apparentée à l’opposition aristotélicienne entre *poiesis* et *praxis*²⁹, et guère de la distinction aristotélicienne entre science théorétique et science poiétique

²² *Gorg.* 464 b.

²³ *Gorg.* 464 c.

²⁴ *Gorg.* 521 d.

²⁵ *Apol.* 31 c-d.

²⁶ *Apol.* 20 b-c.

²⁷ *Gorg.* 473 e-474 a.

²⁸ *Gorg.* 527 d : l’engagement politique s’inscrit dans le prolongement de la vertu. Renvoyant à *Resp.* 9. 591 e-592 a, Laks 1999 : 68 évoque en forçant le trait une “pratique entièrement dépolitisée de la politique”.

²⁹ En *Charm.* 163 b-c Socrate, qui s’appuie sur Hésiode, oppose “faire” (*prattein*) ou “travailler” (*ergazesthai*) à “produire” (*poiein*) au motif que la “fabrication” d’un produit pourrait être défectueuse, tandis que le “faire” en tant que tel est producteur de beauté et d’utilité, et de ce fait au-dessus de tout reproche.

dont chez Aristote relève la *techne*. La notion platonicienne de *techne* est initialement³⁰ une notion de savoir, quels que puissent être par ailleurs d'éventuels prolongements poétiques ou pratiques de ce savoir³¹.

S'agissant précisément de la politique, rapprochée par exemple de l'arithmétique laquelle serait une *techne gnostike* plutôt que *praktike*, l'Etranger dans le *Politique* la définit elle aussi comme *techne* cognitive, quoique cette dernière soit par ailleurs *epistatike*, c'est-à-dire "directive"³². De la sorte, si la politique chez Platon est envisagée comme une *techne*, c'est essentiellement en ce qu'elle repose sur de la connaissance.

Le plus souvent, Platon ne distingue pas entre *techne* et *episteme*. Il peut alors indifféremment, par exemple, dire *techne* pour le savoir mathématique, ou *episteme* à propos de la conduite de l'*Etat* comme dans le *Politique*.

Sans doute, quand la distinction entre être et devenir est opérationnelle, Platon utilise-t-il plus volontiers le terme d'*episteme* pour désigner l'appréhension de l'être, stable, tandis que le devenir lui-même échapperait à la science ; le terme de *techne*, pour sa part dans un tel contexte, peut désigner une compétence relative à ce qui devient et il peut même, de la sorte, faire l'objet d'une dépréciation relative comme en *Resp.* 5. 476 a, quand Socrate oppose aux philosophes tout à la fois les amateurs de spectacles et les *philotechnoi*, mais dans bien des contextes, la notion platonicienne d'*episteme* et celle de *techne* évoquent de façon interchangeable une compétence qui peut aussi bien porter sur ce qui échappe au devenir que sur ce qui devient³³.

L'exclusion de la rhétorique du champ de la *techne* repose donc sur le fait qu'il n'y a rien dont le rhéteur aurait véritablement connaissance, qu'il s'agisse du champ transversal des valeurs ou du domaine circonscrit des experts, ces "cordonniers, cardeurs, bouchers et médecins" que Socrate a

³⁰ La perspective est différente dans le *Sophiste* quand, à propos du pêcheur, l'Etranger propose comme distinction matricielle la distinction exhaustive entre *technai* poétiques et *technai* d'acquisition (219 d).

³¹ La *techne* platonicienne n'est pas nécessairement productive : v. Roochnik 1986 : 295-310 ; parler de l'*arete* comme d'une *techne* est en souligner la teneur intellectuelle : Annas 1995 : 227-243.

³² *Pol.* 260 b-c.

³³ C'est le cas en *Phil.* 61 d-e où Socrate évoque la différence entre une science de ce qui devient et une science de ce qui ne devient pas juste après avoir distingué entre une technique plus exacte et une technique moins exacte. En *Resp.* 7. 533 d, mais c'est une autre distinction, Platon propose plutôt de réserver le terme d'*episteme* à la seule dialectique, parlant alors d'"art" pour les disciplines qui lui sont inférieures telles les mathématiques.

toujours à la bouche selon Calliclès³⁴, et dont la démocratie a le tort de ne pas s'inspirer de la *techne*, selon Socrate dans le *Protagoras*³⁵.

S'agissant du champ transversal des valeurs, l'orateur a beau se montrer capable de flatter et de persuader, la rhétorique n'est pas un art dans la mesure où, selon les termes de 465 a, le souci de l'agrément y remplace le souci du meilleur ; à ce titre, la rhétorique se présente comme *alogon pragma* : une "affaire irrationnelle". Socrate évoque également un déficit dans le rapport à la cause, *aitia*³⁶, et dans la connaissance de la "nature" de ce à quoi l'on a affaire³⁷. D'une façon ou d'une autre, un art doit donc rendre raison de ce qu'il fait en s'arrimant solidement à la connaissance du bien, se rendant en cela "utile"³⁸ et pouvant alors déployer une "puissance" dont Socrate établit qu'en dépit des apparences elle fait défaut à la rhétorique. De ce point de vue, il n'y a pas d'art de plaire³⁹, quoiqu'il puisse exister un *technikos* de la sélection des plaisirs selon qu'ils sont bons ou mauvais⁴⁰.

L'art politique. Si le bien (comme condition du bonheur), voire le bien réel⁴¹, est ce que tous les hommes recherchent⁴² et si l'art, en assurant la connaissance, garantit les moyens de se procurer ce qu'on vise, l'art a de meilleures chances de conduire à faire ce qu'on veut que n'en ont la rhétorique ou la tyrannie dont la rhétorique adopte l'idéal⁴³. Or, si rien n'est plus important pour être heureux que d'avoir l'âme exempte de *poneria*⁴⁴,

³⁴ *Gorg.* 491 a.

³⁵ *Prot.*, 319 b-d.

³⁶ *Gorg.* 465 a. En matière de cuisine, le déficit tient au fait que le cuisinier n'a pas de bonnes raisons à mettre en avant pour que nous mangions une chose plutôt qu'une autre.

³⁷ *Gorg.* 501 a.

³⁸ *Gorg.* 465 c.

³⁹ Le *Sophiste* fera cependant état, on l'a vu n. 8, d'une *hedyntike techne*.

⁴⁰ *Gorg.* 500 a.

⁴¹ Penner insiste fréquemment sur le fait que le bien dont l'intellectualisme affirme qu'il est toujours visé est le bien réel et non pas seulement apparent (par exemple 1991 : 192-195).

⁴² *Gorg.* 468 a-b. La formule, récurrente à toutes les époques, n'a sans doute pas toujours la même portée. Dans le contexte "intellectualiste" des premiers dialogues, elle suggère qu'il n'est que de penser vrai sur la nature du bien ou sur les moyens de le réaliser. Dans celui de la *République*, où l'âme est décrite comme plurielle, la perspective est nécessairement plus complexe. Sur cette différence des contextes, présentée dans Lefebvre 2009 : 43-53, cf. Penner 2005 : 165-171.

⁴³ *Gorg.* 466 d circ.

⁴⁴ *Gorg.* 477 d circ.

de “méchanceté”, comme on a l’habitude de dire de façon quelque peu trompeuse, il doit exister, fondée sur la connaissance du bien inconditionnel, une sorte d’art suprême apte à nous délivrer de ce danger ; au vu du *Gorgias*, cet art serait, si par malheur la méchanceté se trouve installée, l’administration judiciaire, sorte de médecine de la méchanceté ou de la misère de l’âme⁴⁵, et préventivement, l’art du législateur.

Cette notion d’art suprême est évoquée à diverses reprises dans le *corpus* platonicien. Elle l’est dans l’*Euthydème* déjà, qui fait de la politique l’art royal transmettant aux citoyens la connaissance du bien et donnant la clé du bon usage des autres arts et de leurs produits⁴⁶. Elle sera évoquée de nouveau dans le *Politique* quand l’Etranger fera de toutes les techniques des causes auxiliaires eu égard à la politique⁴⁷, présentée elle-même comme reposant essentiellement sur une *techné*⁴⁸ qui induit l’exercice du pouvoir personnel plutôt que le recours aux lois⁴⁹ (comme un capitaine conduit son navire à bon port en donnant à l’administration de son art force de loi)⁵⁰, et qui, comme tout art, assure le service de ceux dont elle s’occupe plutôt que le service de ceux qui l’exercent⁵¹.

La suprématie de l’art en question prend la place, dans le *Gorgias*, de la suprématie des hommes forts, courageux et intelligents *eis ta tes poleos pragmata*⁵², “relativement aux affaires de la cité”, qui sont, aux yeux de Calliclès, les chefs nés auxquels il reviendrait d’avoir davantage mais dont la puissance apparaît d’autant plus illusoire qu’il leur manque de savoir se diriger eux-mêmes⁵³.

⁴⁵ *Gorg.* 478 b-d. Sur les questions que soulève dans le contexte de l’intellectualisme socratique un éloge du châtement, châtement plus approprié au conditionnement des désirs, cf. Rowe 2007: 19-36. Rowe estime que Socrate parle de “châtiment” pour être compris de ses interlocuteurs mais que les vrais “châtiments”, médecine ou législation, restent la parole qui fait connaître. Son refus ici de la notion de dialogue de transition nous semble faire trop peu de cas d’une émergence du politique caractéristique du *Gorgias*; cf. Schofield 2000: 192: comparé aux dialogues antérieurs, “*Gorgias* is much more explicitly focused on questions of political theory”.

⁴⁶ *Euthyd.* 291 c sqq., consacré à une recherche sur la science vraiment profitable.

⁴⁷ *Pol.* 287 d.

⁴⁸ *Pol.* 293 a.

⁴⁹ *Pol.* 294 a.

⁵⁰ *Pol.* 297 a.

⁵¹ Cf. *Gorg.* 520 e. Ce désintéressement est attribué à tout art par Socrate quand il combat la théorie du droit du plus fort défendue par Thrasymaque en *Resp.* I. 341 d.

⁵² *Gorg.* 491 b.

⁵³ *Gorg.* 491 d-e.

Une réflexion du *Lachès*⁵⁴ montre bien ce qui pourrait différencier l'art politique des autres arts. Il va de soi qu'une vertu telle que le courage repose sur de la connaissance, mais il ne va pas de soi qu'il soit d'autant plus courageux de combattre qu'on maîtrise mieux l'art militaire : la connaissance qui rend véritablement courageux doit relever davantage d'une connaissance du bien et du mal. Les arts particuliers entretiennent un rapport au bien qu'ignorent leurs contrefaçons mais ce rapport au bien est insuffisamment radical, d'où le besoin d'une *archi-techne*.

L'ordre. S'opposant à Calliclès qui loue l'*akolasia*, l'"absence de restriction", Socrate préconise une vie menée de façon ordonnée (*kosmios*)⁵⁵. Soit 503 d-505 d. Ce passage, qui évoque explicitement le modèle des *demiourgoi* (nous pourrions presque calquer : les "ouvriers", si le terme n'évoquait sociologiquement plutôt des artisans), éclaircit la nature de ce que fait l'homme de bien à l'aide de deux notions principales : celle de forme (*eidos*) et celle d'ordre exprimée de diverses façons. En voici le texte :

“– Socrate : Prends y garde en effet : l'homme de bien (ὁ ἀγαθὸς ἀνὴρ), celui qui vise au meilleur quand il dit ce qu'il dit, n'est-ce pas la vérité qu'il ne parlera point au hasard, mais ayant les yeux fixés sur un objet précis (ἀποβλέπων πρὸς τι) ? C'est le cas, par ailleurs, de tous les professionnels (δημιουργοί): chacun, ayant les yeux fixés sur l'ouvrage qui est le sien, ne choisit pas au hasard, pour l'appliquer à l'ouvrage qui est le sien, ce qu'en fait il y applique, mais il fait cela de façon que l'œuvre qu'il réalise possède une forme bien définie (εἶδος τι). Tu peux, à ton choix, envisager l'exemple des peintres, celui des architectes, des constructeurs de bateaux, de tous les autres professionnels, celui d'entre eux que tu voudras : chacun d'eux se propose un certain ordre (εἰς τάξιν τινά) quand il met en place chacune des choses qu'il a à placer, et il contraint l'une à être ce qui convient à l'autre, à s'ajuster à elle (πρέπον τε εἶναι καὶ ἀρμόττειν), jusqu'à ce que l'ensemble constitue une œuvre qui réalise un ordre et un arrangement (ἕως ἂν τὸ ἅπαν συστήσῃται τεταγμένον τε καὶ κεκοσμημένον πρᾶγμα). De même assurément du reste des professionnels : ainsi ceux que nous alléguions tout à l'heure, praticiens qui s'occupent du corps, maîtres de gymnase aussi bien que médecins, donnent en quelque sorte au

⁵⁴ *Lach.* 193 c.

⁵⁵ *Gorg.* 493 c.

corps un arrangement et un ordre de composition (κοσμοῦσι πῶς τὸ σῶμα καὶ συντάττουσιν). Oui ou non, sommes-nous d'accord qu'il en est ainsi ? [...] Dans ces conditions, une maison qui réalise ordre et arrangement doit être une maison bonne à habiter, tandis qu'est mauvaise celle qui manifeste une absence d'ordre ? [...] Mais n'en est-il pas pareillement pour un bateau ? [...] N'en dirons-nous pas, bien sûr, autant des corps, je veux dire de nos corps ? [...] De l'âme, maintenant, que dirons-nous ? Que celle où le désordre se réalise a de la valeur ? ou bien celle qui réalise ordre et arrangement (τάξεώς τε καὶ κόσμον τινός)? [...] Or, quel est le nom, dans le cas du corps, de l'état qui résulte de l'ordre et de l'arrangement ? – Calliclès : Sans doute veux-tu parler de la bonne santé et de la vigueur ? – Socrate : De cela même. Et celui, maintenant qui, dans le cas de l'âme, résulte de l'ordre et de l'arrangement (ἐκ τῆς τάξεως καὶ τοῦ κόσμου)? Essaie d'en trouver et d'en dire le nom [...]. Quant aux diverses façons dont l'âme est mise en ordre et réalise son arrangement (ταῖς δὲ γε τῆς ψυχῆς τάξεσι καὶ κοσμήσεσιν), c'est ce qui s'appelle "légitime" ainsi que "loi" (νόμιμόν τε καὶ νόμος), et en conséquence de quoi on parle d'hommes "qui respectent la légalité" et ont une conduite "rangée" (νόμιοι γίνονται καὶ κόσμοιοι). C'est ce qui constitue justice et tempérance."⁵⁶

L'apparition de la notion d'ordre, tout d'abord, constitue pour beaucoup une nouveauté⁵⁷ chez Platon. En discutant l'hédonisme de Calliclès, Socrate a souligné qu'une vie supposée réussie telle que l'envisage Calliclès n'était pas une vie de pouvoir mais d'apparence de pouvoir⁵⁸, faute de maîtrise de soi. La caractérisation même de cette vie comme placée sous le signe de l'*akolasia* présuppose l'identification de quelque chose dans l'âme où résident les désirs⁵⁹ et d'une instance psychique distincte susceptible de s'opposer ou non à eux en pratiquant le *kolazein*. Le propos de Socrate suppose donc la constitution d'une représentation de l'âme comme complexe qui annonce,

⁵⁶ Les traductions d'une certaine longueur sont celles de Robin. Le grec est celui de Burnet.

⁵⁷ Cette nouveauté est soulignée par Cooper 1999 : 65. En abordant le *Gorgias* comme un dialogue de transition, Cooper suscite la critique de Rowe 2007 : 27-29. Cooper reste toutefois modéré dans son interprétation quand il attribue à Socrate dans le *Gorgias* une conception encore intellectualiste de la maîtrise de soi (1999 : 63).

⁵⁸ *Gorg.* 491 d. Penner 1991: 147-202 analyse le propos et en montre la pertinence. Il adosse toutefois son analyse à une interprétation socratique et intellectualiste du *Gorgias* en faisant peu de cas de cette référence à la maîtrise de soi.

⁵⁹ *Gorg.* 493 a-b.

plus élaborée, celle de la *République* avec son corrélat, la représentation de la cité comme tripartite. Dans cette nouvelle perspective, qui engage une rupture avec l'intellectualisme des premiers dialogues⁶⁰, Socrate peut désormais envisager pour l'éthique ou la politique, inspirée de ce que font les hommes de métier et des pratiques qui assurent au corps force et santé⁶¹, une tâche⁶² de mise en ordre dite "conformité à la loi et loi"⁶³ que, dans la *République*⁶⁴, évoquent encore les noms conservés de justice et de tempérance⁶⁵.

La forme. L'intervention de la forme aussi, en 503 d-e, est notable et peut également surprendre.

Elle est notable car la référence aux formes est discrète dans les dialogues antérieurs, n'intervenant guère que dans l'*Euthyphron* et l'*Hippias majeur* desquels on estime le plus souvent que toute dimension métaphysique est absente ; or, dans ce passage⁶⁶, le seul du *Gorgias* dans lequel il soit question des formes, l'évocation de la forme prend un relief particulier ; la forme dont il est question ici n'est pas simplement l'unité d'une multiplicité visée par une définition ou même une cause d'unité et d'identité mais, sans être encore directement identifiée elle-même à un paradigme, déjà le corrélat d'un modèle objectif.

Puisque tout est en place ici, *eidōs* du moins immanent et modèle idéal dont il est tiré, franchissons le pas et risquons-nous à voir, au moins par hypothèse, dans ce propos de 503 e en son contexte si singulier, une

⁶⁰ Sur cette évolution, cf. Cooper 1999 : 29-75. *Contra* : Carone 2004 : 55-57.

⁶¹ *Gorg.* 504 b. Sur le modèle médical, cf. Ayache 1996 : 1-27.

⁶² Ainsi que le note Laks 1999 : 67, l'universalisation du concept de loi et la "subsomption de la politique dans le genre des productions artisanales" entraînent que "l'homme – son âme aussi bien que son corps – est considéré comme un ouvrage [...]".

⁶³ *Gorg.* 504 : *nomimon te kai nomos*. Selon Devereux 2011 : 159, alors que l'*Euthydème* propose une conception de la sagesse ou de la vertu ou de l'art politique qui tourne à vide, dans le *Gorgias* "Socrates does not treat virtue as equivalent to wisdom or the political art. Virtue as psychic order is the product of the political art, as health is the product of medicine. [...] The treatment of the political art in the *Gorgias* provides what is missing in the *Euthydemus* : a product distinct from the art itself [...]".

⁶⁴ Sur ce nouveau contexte, cf. Cooper 1984 : 3-21.

⁶⁵ Pour *Gorg.* v. 504 d.

⁶⁶ Le passage nous paraît très peu considéré dans la littérature sur les formes, par exemple Ross 1951, Crombie 1963 : 247-388, Dancy 2004, Fronterotta 2007. Selon Laks 1999 : 68 : "On peut voir dans ce terme soit une allusion à la théorie des Formes, soit un indice de sa gestation. "

certaine émergence déjà de ce que seront les formes chez le second Platon⁶⁷. Cette intervention de la forme, alors, est surprenante, mais comme elle le sera dans d'autres dialogues. Selon *Métaphysique* 1. 9 d'Aristote⁶⁸ en effet, nous, Platoniciens, disons qu'il n'y a pas d'idée de la maison et de l'anneau ; et dans le *Sur les formes* perdu⁶⁹, Aristote reproche à l'argument tiré des sciences d'aboutir à la conséquence fâcheuse qu'il y aurait une forme des artefacts : *ton hypo tas technas ideas einai*. Alcinoos, beaucoup plus tard, estimera également dans son *Exposé des doctrines de Platon* 9. 163. 24-26, que la plupart des Platoniciens nient qu'il y ait une forme des artefacts.

Quelles que puissent être la base de ces imputations et les raisons d'une éventuelle répugnance platonicienne à admettre à un moment ou un autre l'existence d'une forme des artefacts, le fait est que plusieurs passages du *corpus*, parmi lesquels ce passage du *Gorgias*, contrastent avec les témoignages⁷⁰. Ici, puis de façon bien plus appuyée dans le *Cratyle* qui contre le mobilisme voit la mise en place de la doctrine des formes, puis encore dans le célèbre développement sur les trois lits de *République* 10 qui démontre l'existence d'une forme unique pour chaque multiplicité, il apparaît clairement que Platon admet l'existence de formes paradigmatiques des artefacts. La cosmogonie du *Timée*, destinée à introduire au propos plus politique du *Critias*, proposera même de faire de la nature une sorte d'artefact⁷¹.

Les témoignages suggèrent que Platon aurait eu recours aux formes pour expliquer la nature plutôt que les pratiques humaines comme si, dans ces dernières, les inventeurs allaient d'un modèle conceptuel plutôt qu'eidétique à la réalisation. Ce n'est pas du tout ce que montre une lecture génétique des *Dialogues*. La forme chez le second et le troisième Platon n'est jamais idée, pas même lorsqu'il s'agit de la production des artefacts, mais toujours une réalité indépendante de l'esprit, et c'est pourtant tout d'abord à propos des artefacts que Platon fait intervenir les formes comme

⁶⁷ L'opposition développementaliste entre premier et second Platon a deux adossement principaux : l'absence ou la présence d'une conception métaphysique des formes, celles d'une conception plurielle de l'âme avec ses conséquences éthiques, ou les deux. En faveur de la deuxième approche, cf. Rowe 2007 : 21-23. L'hypothèse selon laquelle les deux inflexions seraient contemporaines, pourraient entretenir un lien essentiel et se donneraient à voir ensemble dans un dialogue de transition tel que le *Gorgias* est séduisante et mériterait d'être testée.

⁶⁸ Arist. *Metaph.* 1. 9. 991 b 6-7.

⁶⁹ Arist. *Peri ideon* 79. 20 (*recensio vulgata*).

⁷⁰ Sur cette difficulté, cf. Broadie 2007 : 232-253 ; 2009 : 135-150.

⁷¹ Sur la technique divine, outre *Timée*, cf. *Soph.* 265 e.

réalités distinctes, soit qu'à ses yeux elles expliquent particulièrement bien la technique, soit que le détour par la technique ait une fonction pédagogique, ce détour permettant d'observer avec une particulière lisibilité la distinction à l'œuvre dans la nature aussi entre modèle et participants⁷². Selon la doctrine radicale avancée au livre 10 des *Lois*⁷³, du reste, l'art ne vient pas simplement s'ajouter à la nature comme un complément humain, mais en un sens comme art non humain l'art précède la nature, ce qui accroît de façon paradoxale l'autorité de la nature, artifice divin, sur l'art humain en général et la politique en particulier.

Dans le *Gorgias*, en tout cas, Platon décrit un homme de bien qui a le regard fixé sur quelque chose (comme ce sera le cas des artisans évoqués dans le *Cratyle* et dans la *République*, ou du dieu du *Timée*), afin que son ouvrage prenne forme, c'est-à-dire soit en définitive bien ordonné. C'est dans cet esprit que *Resp.* 9. 529 b pourra évoquer un modèle céleste de la cité.

Le droit de vie et de mort. Chez le premier Platon, les biens sont comme la matière du bonheur des particuliers⁷⁴. Le second et le troisième Platon restent sans doute eudémonistes⁷⁵ mais l'individu, du producteur au philosophe, tend chez eux à compter moins que le tout humain⁷⁶, lequel se voit axiologiquement subordonné aussi au tout cosmique⁷⁷, lui-même régi par Dieu mesure de toute chose⁷⁸. De plus, la forme du Bien chez le second Platon se fait plus intimidante⁷⁹. Suressentielle, plus encore que les autres formes dont la réalité "séparée" (pour parler comme Aristote) se trouve maintenant affirmée, elle ne saurait être connue que des plus grands spécialistes, alors

⁷² *Gorg.* 506 d étend à l'animal ou au vivant en général ce qui est dit du meuble, du corps et de l'âme (humaine) ; le passage décisif de 507 e-508 a sur l'égalité géométrique évoque l'ordre cosmique.

⁷³ *Lg.* 10. 888 d-892 d.

⁷⁴ Cf. *Euthyd.* 279 a.

⁷⁵ Cf. *Lg.* 1. 631 b. La *République* a pour objet d'établir le caractère avantageux de la justice.

⁷⁶ En ce sens v. *Lg.* 5. 739 b-e.

⁷⁷ Cf. *Lg.* 10. 903 c.

⁷⁸ *Lg.* 4. 716 c.

⁷⁹ Pour une lecture déflationniste, Penner 2005 : 177-207, opposé par exemple à White 1979 : 35 : "the Good is good without qualification or absolutely. [...] Rather, the idea of the Good is the idea of something that is good somehow independently of that reference to a benefited subject that is implicit in the notion of benefit as it is usually understood".

que même à leurs yeux, elle brille par son opacité⁸⁰. La *République*, le *Politique* et les *Lois* déploient effectivement toute une politique, ordonnée à l'intérêt du tout et prête à lui sacrifier s'il le faut l'individu jusqu'à la mise à mort des incurables⁸¹, quand bien même on estimerait que l'horizon reste celui du bonheur des individus⁸². On peut se demander comment l'ensemble d'une telle politique peut se trouver contenu en germe dans la forme du Bien et tiré d'elle. Quoi qu'il en soit, en envisageant durablement la politique comme un art, si Platon n'aura cessé de porter la connaissance au premier plan, le régime requis pour cette connaissance aura évolué. Chez le premier Platon, la vertu s'identifiant à une connaissance (connaissance du bien et du mal) selon la thèse de la vertu science⁸³, la connaissance devrait à peu près suffire à assurer le bonheur. La tripartition de l'âme une fois admise, la connaissance ne saurait désormais compter comme suffisante. Pourtant, tout en envisageant un conditionnement des affects par l'éducation et la loi, et même si une plus grande place est faite à la loi dans le *Politique* et les *Lois* en concurrence avec l'idéal du philosophe-roi, jamais Platon n'aura autant insisté sur l'importance de l'intelligence et des chefs : sur la masse immense de ce qu'il faut connaître, l'échelle du savoir et son caractère réservé, comme si la connaissance ne pouvait compenser sa désormais insuffisance que par une inflation de l'exigence.

Entre premier et second ou troisième Platon, pour en revenir au *Gorgias*, nous avons vu comment ce dialogue fait état d'une technique du soin de l'âme envisagée comme politique, moyennant l'aide des lois et de la correction judiciaire, technique qui doit conduire à faire dans le rapport aux autres (et aux dieux) *ta prosekonta*: ce qui convient⁸⁴. Pour qu'il y ait art, une multiplicité doit se voir administrer, au nom du bien, répression, mise en ordre et mise en forme, avec pour résultat l'excellence (*arete*)⁸⁵. L'amour du bien et du juste étant présumé en chacun⁸⁶, l'art se présente

⁸⁰ *Resp.* 6. 505 e.

⁸¹ *Lg.* 12. 941 e-942 a.

⁸² En ce sens, v. Taylor 1999 : 280-296, qui juge l'Etat platonicien "paternaliste".

⁸³ Sur la valeur de la science identifiée au bien, cf. *Euthyd.* 281 d-282 e. Le *Lachès* comme *Charm.* 174 a-b envisage cette science comme science des biens et des maux (une approche critiquée en *Resp.* 6. 505 b-c) et le *Protagoras* propose d'identifier toutes les vertus à la *sophia*. Cf. la suggestion de *Gorg.* même en 460 b : "celui qui a appris ce qui est juste est juste".

⁸⁴ *Gorg.* 507 a.

⁸⁵ *Gorg.* 506 d.

⁸⁶ Pour celui du juste, cf. *Gorg.* 509 e.

ainsi comme la condition du succès, en tout cas lorsqu'il s'agit de l'art royal, le seul dépourvu d'ambivalence.

Quoiqu'en *République* 6 ou dans le *Politique* le gouvernant soit comparé au capitaine ou pilote d'un navire qui a appris et maîtrise l'art de naviguer⁸⁷ – navire de l'Etat à la dérive dans la démocratie réelle qui ne reconnaît pas la technicité de la tâche –, au vu du *Gorgias* l'art politique en question ne doit pas être pensé comme simplement “cybernétique”, un art de gouverner comme on manie le gouvernail. Malgré toute sa compétence⁸⁸, celui qui mène un navire à bon port ignore de quels passagers il aurait mieux valu qu'ils se noyassent. Nicias, dans le *Lachès*, estime déjà que le savoir des médecins ne vaut pas vertu parce que, faute d'avoir la connaissance des biens et des maux véritables⁸⁹, les médecins ignorent lesquels de leur malades feraient mieux de mourir⁹⁰. L'art politique n'est donc vraiment pas un art comme les autres : son rapport au bien est si radical qu'il semble devoir impliquer le droit de vie et de mort, pas à la manière de l'art de la guerre ni seulement en vue du bien commun, mais déjà dans l'intérêt de ceux qu'il condamne, individus auxquels on pourrait porter préjudice en les laissant vivre. Un propre de l'art politique selon Platon est que celui qui l'exerce sait qui doit mourir.

“Quant à celui qui, possédant cette compétence spéciale (ἔχων τὴν τέχνην), a réalisé cela [conduire le navire à bon port], une fois descendu à terre il se promène le long de la mer et de son bateau avec un air modeste. C'est qu'il sait, je pense, tenir compte de ce fait (λογίζεσθαι γὰρ οἷμαι ἐπίσταται) que la question est obscure de savoir quels sont, parmi ses passagers, ceux auxquels il a été utile (ὠφέληκεν) en ne les laissant pas sombrer dans la mer et ceux auxquels, ainsi, il a causé dommage (ἔβλαψε) ; car il n'ignore pas qu'il ne les a pas débarqués meilleurs qu'ils n'étaient lors de l'embarquement, ni pour le corps, ni pour l'âme”⁹¹

En somme, certaines pratiques ne font que contrefaire l'art, comme la cuisine, la cosmétique et la rhétorique. Les arts, en général, reposent sur une

⁸⁷ *Resp.* 6. 488 a-e. *Pol.* 296 e-297 b. Sur cette image, v. Keyt 2006 : 189-213.

⁸⁸ *Gorg.* 512 b.

⁸⁹ Ce qui est une condition de la vertu authentique : *Lach.* 199 c.

⁹⁰ *Lach.* 195 c-d ; cf. *Charm.* 164 b-c. C'est là une limite de la métaphore médicale pour penser la politique : si les médecins ignorent de qui il vaudrait mieux qu'il meure, ce savoir ne fait pas défaut au vrai politique.

⁹¹ *Gorg.* 511 e-512 a.

certainne connaissance du bien mais limitée à ce qui est conditionnellement bon : sans doute la richesse, la santé du corps et, tout d'abord, la vie même avec les désirs qui l'animent, ce qui rend ces arts eux-mêmes bons de façon seulement conditionnelle. L'art politique, quant à lui, est un art à part : attaché à la bonne vie, donc à plus que la vie (c'est pourquoi son objectif l'oppose à la complaisance envers la jouissance démocratique)⁹², il sait aussi, au nom du bien, au nom de ce plus et de sa connaissance, condamner la vie. De ce point de vue, l'art politique selon Platon, avec aussi la machinerie qu'il déploiera dans la *République* ou les *Lois* lorsque le soin de l'âme ne sera plus une affaire personnelle ou strictement dialectique, ne respecte pas plus la vie comme telle que ne le fait la cité démocratique gonflée d'humeurs et conduite sans art qui a exécuté Socrate⁹³ ; simplement, la mise à mort, dans un cas, vise même les gens de bien, dans l'autre, sans qu'on aille jusqu'à y prendre plaisir heureusement⁹⁴, les seules crapules avérées ou supposées.

Bibliographie

- Annas J. (1995), "Virtue as Skill", *IJPS* 3.2: 227-243.
- Ayache L. (1996), "Platon et la médecine", *Cahiers du Centre d'études de la pensée antique "kairos kai logos"* 1: 1-43.
- Balansard, A. (2001), *Techne dans les dialogues de Platon. L'empreinte de la sophistique*. Sankt Augustin.
- Broadie S. (2007), "Why no Platonistic Idea of Artefacts ?", in D. Scott (ed.), *Essays in Ancient Philosophy in Honour of Myles Burnyeat*. Oxford, 232-253.
- Broadie S. (2009), "Aporia 8", in M. Crubellier, A. Laks (eds.), *Aristotle's Metaphysics Beta*. Oxford, 135-150.
- Cambiano G. (1971; 1991, 2^a ed), *Platone e le tecniche*. Torino.
- Carone G. R. (2004), "Calculating Machines or Leaky Jars? The Moral Psychology of Plato's *Gorgias*", *OSAP* 26: 55-96.
- Cooper J. (1984), "Plato's Theory of Human Motivation", *HPHQ* 1: 3-21 (repris dans Cooper 1999, 118-137).
- Cooper J. (1999), "Socrates and Plato in Plato's *Gorgias*", in J. Cooper, *Reason and Emotion. Essays on Ancient Moral Psychology and Ethical Theory*. Princeton, 29-75.

⁹² *Gorg.* 512 d-513 a.

⁹³ Pour l'évocation de cette condamnation, cf. *Gorg.* 521 b sqq.

⁹⁴ *Gorg.* 469 a.

- Crombie I. M. (1963), *An Examination of Plato's Doctrines. 2. Plato on Knowledge and Reality*. London.
- Dancy R.M. (2004), *Plato's Introduction of Forms*. Cambridge.
- Devereux D. (2011), "Socratic Ethics and Moral Psychology", in G. Fine (ed.), *The Oxford Handbook of Plato*. Oxford, 139-164.
- Fine G. (1993), *On Ideas. Aristotle's Criticism of Plato's Theory of Forms*. Oxford.
- Fine G. (1999), "Introduction", in G. Fine (ed.), *Plato I. Metaphysics and Epistemology*. Oxford, 1-35.
- Fine G. (2003), *Plato on Knowledge and Forms*. Oxford.
- Finley M. (1985), *L'invention de la politique*. Paris. Trad. fr. de (1983), *Politics in the Ancient World*. Cambridge.
- Fronterotta F. (2007), "The Development of Plato's Theory of Ideas and the "Socratic Question" ", *OSAP* 32: 37-62.
- Graham D. (1990), "Socrates, the Craft Analogy, and Science", *Apeiron* 23/4 : 1-23.
- Irwin T. (1995), *Plato's Ethics*. Oxford.
- Kahn Ch. (1988), "On the Relative Date of the *Gorgias* and *Protagoras*", *OSAP* 6: 69-102.
- Kahn Ch. (1996), *Plato and the Socratic Dialogue. The Philosophical Use of a Literary Form*. Cambridge.
- Keyt D. (2006), "Plato and the Ship of State", in G. Santas (ed.), *The Blackwell Guide to Plato*. Malden-Oxford, 189-213.
- Laks A. (1999), "Platon", in A. Renaut (ed.), *Histoire de la philosophie politique. 1. La liberté des anciens*. Paris, 57-125.
- Lefebvre R. (2009), "De l'intellectualisme du *Protagoras* au pluralisme des *Lois*", in R. Lefebvre, A. Tordesillas (eds.), *Faiblesse de la volonté et maîtrise de soi*. Rennes, 43-53.
- Lefebvre R. (2009), "Le statut de l'individu dans la cité antique", in E. Moutsopoulos, M. Protopapas-Marnelli (eds.), *The Notion of Citizenship in Ancient Greek Philosophy*. Athens, 11-26.
- Penner T. (1991), "Desire and Power in Socrates: The Argument of *Gorgias* 466A-468E that Orators and Tyrants Have No Power in the City", *Apeiron* 24: 147-202.
- Penner T. (2000), "Socrates", in Chr. Rowe, M. Schofield (eds.), *Greek and Roman Political Thought*. Cambridge, 164-189.
- Penner T. (2005), "La forme du bien et le bien de l'homme : quelques problèmes d'interprétation du passage 504A-509C de la *République*", in M. Dixsaut

- (ed.), *Etudes sur la République de Platon. 2. De la science du bien et des mythes*. Paris, 177-207.
- Popper K. (1979), *La société ouverte et ses ennemis. Tome 1. L'ascendant de Platon*. Paris. Trad. fr. de *The Open Society and Its Enemies. Vol. 1. The Spell of Plato* (1945 1^a ed.).
- Roochnik D. (1986), "Socrate's Use of the Techne-Analogy", *JHPH* 24.3: 295-310.
- Ross, D. (1951), *Plato's Theory of Ideas*. Oxford.
- Rowe Chr. (2007), "A Problem in the *Gorgias*: How is Punishment Supposed to Help with Intellectual Error?", in Chr. Bobonich, P. Destrée (eds.), *Akrasia in Greek Philosophy. From Socrates to Plotinus*. Leiden, 19-40.
- Schofield M. (2000), "Approaching the *Republic*", in Chr. Rowe, M. Schofield (eds.), *Greek and Roman Political Thought*. Cambridge, 190-232.
- Taylor C. C. W. (1999), "Plato's Totalitarianism", in G. Fine (ed.), *Plato 2. Ethics, Politics, Religion and the Soul*. Oxford, 280-296. Parution initiale (1986), *Polis*: 4-29.
- Vegetti M. (1998), "Techne", in *Platone, La Repubblica, traduzione e commento*, -vol. I, libro I. Napoli, 193-207.
- Vlastos G. (1994), "Elenchus et mathématiques", in G. Vlastos, *Socrate. Ironie et philosophie morale*. Paris, 151-184. Trad. fr. de (1991), *Socrates. Ironist and Moral Philosopher*. Cambridge. Parution initiale (1988), "Elenchus and Mathematics", *AJP* 109: 362-396.
- Vlastos G. (1994), "Socrate contre Socrate chez Platon", in G. Vlastos, *Socrate. Ironie et philosophie morale*. Paris, 69-116. Trad. fr. de (1991), *Socrates. Ironist and Moral Philosopher*. Cambridge. En partie repris de (1988), *PBA* 74: 89-111.
- White N. (1979), *A Companion to Plato's Republic*. Indianapolis.

**INTERVENTIONS DE L'HERMÉNEUTIQUE JURIDIQUE DANS
LA RÉOLUTION DES AMBIGÜITÉS DE LA LOI LORS DES
CONTESTATIONS EN JUSTICE À L'ÉPOQUE BYZANTINE**

**INTERVENTIONS OF THE *INTERPRETATIO IURIS* TO THE
RESOLVING OF THE AMBIGUITIES OF LAW DURING THE
BYZANTINE PERIOD**

LYDIA PAPARRIGA-ARTÉMIADI

Institut d'Histoire du Droit grec
Académie d'Athènes
paparriga@academyofathens.gr

Artigo recebido a 28-04-2016 e aprovado a 03-10-2016

Resumé

Prenant pour point de départ une illustration succincte des principales influences de la théorie rhétorique de l'intention (*voluntas*) sur la promotion de l'interprétation du droit au cours de la période romaine et des premiers siècles de Byzance, l'étude s'attache à repérer des éléments des "constitutions des causes" rhétoriques dans certains textes d'un traité juridique du XII^e siècle, l'*Ecloga librorum I-X Basilicorum*. La construction juridique de l'application analogique d'une règle de droit coutumier à une affaire précise portée devant un tribunal ainsi que l'invocation de notions axiologiques telles que le "raisonnement" (λογισμός) dans le développement de l'argumentation judiciaire et de la formulation du jugement prouvent la nature et la fonction particulières de la réflexion juridique, en tant que réflexion qui est parfois appelée à dépasser les règles de l'art oratoire.

Mots-clés: *Ecloga librorum I-X Basilicorum*, *interpretatio iuris*, *in integrum restitutio*, argumentation judiciaire, "λογισμός", droit byzantin

Abstract

Starting from a concise depiction of the main influences of the rhetorical theory of volition in the promotion of *interpretatio iuris* during the Roman and early Byzantine periods, the study focuses in the investigation of elements of rhetorical “legal attitudes” in the texts of a legal work of the twelfth century, the *Ecloga Librorum I-X Basilicorum*. The legal structure of the proportional application of a customary rule to a concrete case of litigation and the invocation of evaluation concepts, like “*logismos*” (reasoning), in the unfolding of legal argumentation as well as in the formulation of the legal judgement, exhibit the exceptional nature of legal reasoning as a reasoning occasionally summoned to exceed the rules of rhetoric art.

Key-words: *Ecloga librorum I-X Basilicorum*, *interpretatio iuris*, *in integrum restitutio*, legal reasoning, “*logismos*”, byzantine law

I. Art oratoire et interprétation juridique pendant la période romaine et byzantine: une conjonction déterminante

La rhétorique grecque, qu’Aristote dit “rattachée” à la dialectique¹, outre sa contribution aux fondements puis à la construction de l’art oratoire latin², à l’éducation des *virī publici* de Rome³ et à l’élaboration de la propagande impériale⁴, exerça une influence déterminante sur le perfectionnement de l’argumentation judiciaire lors de la représentation des parties en litige par les *oratores*, *patroni*, *advocati* et *pragmatikoi*⁵. De plus, la diffusion de

¹ Arist., *Rh.*, 1. 1356a, 20-33.

² QUINT., *Inst.*, 2. 4. 41: *Nam fictas ad imitationem fori consiliorumque materias apud Graecos dicere circa Demetrium Phalerea institutum fere constat*. Cf. à titre indicatif Clarke 1953: 10, 130, 141; Paoli 1953: 176-177, 182; Wesel 1967: 1-30; Kennedy 1972: 114 et suiv.; Moussy 1988: 167-177.

³ Cf. Clarke, op. cit.: 109, 114; Clarke 1971: 28 et suiv.; Atkinson 1970, p. 32 et suiv.; Honoré 1978: 244; cf. cependant les remarques de Dagron 1969: 40. Particulièrement, en relation avec les raisons qui affermirent la position de la rhétorique grecque dans le système éducatif romain, nonobstant l’opinion extrêmement négative de Caton et Marius qui fut d’ailleurs probablement à l’origine de la publication du *senatus-consulte* de 161 av. J.-C., voir à titre d’exemple Marrou 1950: 288 et suiv.; Clarke 1953: 10-11, 109, 114, 143; Kaimio 1979: 30, 201-207; Garnsey-Saller 1995: 251 n. 3.

⁴ Clarke 1953: 143; Bardon 1971: 99-100; Voss 1982: 77-81; Corcoran 1996: 92-94 où se trouve une bibliographie détaillée. Sur la période byzantine voir Hunger 1964: 39 et suiv.

⁵ Cf. Lanfranchi 1938: 29 et suiv.; Wenger 1940: 9 n. 26, §32; Steinwenter 1947: 69-120; Parks 1945; Kennedy, op.cit.: passim; Idem 1968: 426-436; Bund 1971: 571-587 et sur les “vertus” et les “particularités de style” du discours rhétorique judiciaire mais aussi de l’éloquence d’apparat (discours épideictique ou démonstratif), voir Atherton 1988: 394-396

l'exercice de la plaidoirie (δικανική τέχνη) dans les cercles intellectuels aristocratiques de Rome puis parmi les jurisconsultes romains eut comme conséquence naturelle d'introduire dans le droit des notions ou injonctions d'origine morale et philosophique traditionnellement cultivées par le discours rhétorique, comme la gradation tripartite des fautes (ἀδίκημα, ἀμάρτημα, ἀτύχημα)⁶ et le principe de l'*aequitas*⁷.

On considère néanmoins comme importante l'influence de la théorie rhétorique de l'intention sur le progrès de l'herméneutique juridique (*interpretatio legis*) puis sur la révision du mode d'approche herméneutique de certaines catégories d'actes juridiques formels (*testamentum, stipulatio*), le résultat étant un polissage du formalisme verbal⁸. Vues sous cet angle, certaines catégories du genre rhétorique judiciaire (γένος νομικόν ou λογικόν, *genus iudiciale*)⁹, qui au départ avaient été forgées par le rhéteur grec Hermagoras de Temnos pour être par la suite remaniées par les orateurs latins (l'auteur anonyme de l'ouvrage *De ratione dicendi ad C. Herennium*, Cicéron, Quintilien), vont être largement utilisés par les jurisconsultes romains, quand la dissimilitude du cas examiné par rapport à une règle juridique abstraite permet le recours à la *sententia legis* (interprétation de la loi). Leur valorisation va ainsi rendre possible que l'on s'écarte d'une interprétation purement littérale. D'ailleurs, ainsi qu'il découle d'un développement de la technique herméneutique que l'on voit accompagner une foule de dispositions du *Digeste* justinien, on observe que la question légal selon sa formulation ou son intention telle qu'établie par Hermagoras¹⁰ (*quaestio legalis* "κατὰ

où sont présentées les sources et la bibliographie se rattachant au sujet; cf. aussi Kaser 1971: vol. I, § 46 n. 5, § 58 I. 3 n. 10 /vol. II, § 192 n. 18 et les références bibliographiques plus détaillées.

⁶ Kuebler 1930: 63 et suiv.; Idem 1938: 177-179.

⁷ Lanfranchi, op. cit.: 95 et suiv.; Stroux 1949: 9 et suiv.; Pringsheim 1921: 643 et suiv.; Coing 1953: 377 sqq; Kuebler 1938: 179 (selon lequel ce principe aristotélicien correspondant à la notion romaine de l'*aequitas* fut introduite par Servius Sulpicius Rufus).

⁸ Stroux 1933: 33-46; Coing 1953: 365-369; Santa Cruz 1958: 91-115; Vonglis 1968: 126; Honoré 1975: 113; Kaser, op. cit.: I: §§ 52 n. 22, 58 I.3 n. 10 /II, §201 II et les références bibliographiques plus détaillées.

⁹ *Rhet. Her.*, 1. 2. Cf. aussi Clarke 1953: 17, 24 n. 3, 31.

¹⁰ Augustin, *Rh.*, 11. 143. 18: *Sunt item aliae quaestiones quattuor, quas νομικός, nos legales appellamus. In his [nomima] sunt scriptum et voluntas, quod illi ῥήτόν καὶ διάνοιαν appellant, ἀντινομία, quam nos contentionem legum contrariarum vocamus, ambiguitas, quam illi ἀμφιβολίαν, conlectio, quam illi συλλογισμόν*"]; QUINT., *Inst.*, 3. 6. 60-61: ... *Nos ad Hermagoran. Translationem hic primus omnius tradidit, quanquam semina*

ρήτὸν καὶ ὑπεξαίρεσιν ... *dictum et exceptionem*”) était largement en usage, de même que le raisonnement hermagorique de la *ratiocinatio*¹¹, en tant qu’ “outils” d’interprétation qui permettaient suivant le cas d’adopter l’interprétation par extension, restriction ou analogie qu’impose à chaque fois le cadre de la conception du *bonum et aequum*¹². Dans le champ de l’action judiciaire, on considère d’ailleurs qu’une influence déterminante a été exercée par la méthode rhétorique sur la composition des *formulae* (I^{er} siècle apr. J.-C.)¹³, de même que sur le développement de l’argumentation judiciaire dans le cadre de la procédure pénale des *quaestiones*¹⁴. Au seuil de l’époque post-classique du droit romain, l’appréhension circonspecte traditionnelle des juriconsultes face à l’approche rhétorique du droit¹⁵ va perdre sensiblement de sa virulence. En effet, par le biais des textes législatifs impériaux, mais aussi de certains genres de la littérature juridique impériale qui présentent des éléments rhétoriques aisément discernables¹⁶, ce n’est pas seulement l’interprétation qui va prendre de l’importance, mais c’est aussi le *ius strictum* qui va s’accorder aux injonctions morales

eius quaedam citra nomen ipsum apud Aristotelen reperiuntur. Legales autem quaestiones has fecit: scripti et voluntatis (quam ipse vocat κατὰ ῥητὸν καὶ ὑπεξαίρεσιν, id est dictum et exceptionem, quorum prius ei cum omnibus commune est, exceptionis nomen minus usitatum), ratiocinativum, ambiguitatis, legum contrariarum; Isid., Orig., 2. 1-31. Cf. Santa Cruz, op. cit.: 91-96; Vonglis, op. cit.: 18 n. 3; Wesel, op. cit.: 28 et suiv.

¹¹ *Rhet. Her.*, 1. 23; QUINT., *Inst.* 3. 6. 82. En l’espèce, significative est la méthode herméneutique qui utilise le type syllogistique de la *ratiocinatio a minore ad majus* (Vonglis, op.cit.: 135, 159 n. 4, où se trouvent aussi les ordonnances afférentes du *Digeste* de Justinien). Sur l’application plus large de la *ratiocinatio (syllogismus)* par les juriconsultes romains, voir Wesel, op.cit.: 28-30; Vonglis, op.cit.: 133 et suiv. notamment pp. 148, 156-163.

¹² Vonglis, op.cit.: 165, 196. Sur les états de cause de la défense au tribunal dans l’ouvrage d’Hermogène le Rhéteur *Sur les états de cause*, et leur mise en système ultérieure, voir Hunger 1987: 140 n. 6. Cf. Patillon 1988: 51 et suiv.

¹³ Cf. La Pira 1934: 336-355; Idem 1935: 319-348; Wenger, op. cit.: §§ 13 n. 18a, p. 14; Meyer 1951: 30-73.

¹⁴ *Rhet. Her.*, 2. 3; SEN., *Con.*, 1. 5. 9. Cf. Mommsen 1907: 108; Coing 1952: 31; Lanfranchi, op.cit.: 32; Schulz 1946: 82.

¹⁵ Sur la concurrence latente entre juriconsultes et orateurs au cours de toute la période classique, voir Schulz, op. cit.: 108-109; Paoli, op. cit.: 194-199.

¹⁶ Ces tendances se manifestent également avant le règne de l’empereur Constantin le Grand. Cf. Collinet 1927: passim; Vernay 1913: p. 263 et suiv.; Volterra 1959: p. 325 et suiv., principalement pp. 325-328; Idem 1971: pp. 821-1097; Voss, op.cit.: pp. 51-52, 83 et suiv.; Honoré 1986: p. 139 et suiv.; Idem 1998: pp. 20 et suiv., 190, 127 et suiv.; Pieler 2000: 199-200.

d'origine stoïcienne et chrétienne telles que l'*aequitas* et l'*humanitas*¹⁷. Enfin, on constate aussi un usage développé des procédés rhétoriques lors de la période justinienne et généralement byzantine, tant dans certains textes législatifs impériaux (*Novelles* de Justinien, *Novelles* de Léon VI le Sage)¹⁸ que dans des ouvrages de littérature juridique savante issus des écoles de droit d'Anatolie ou qui constituent une paraphrase-commentaire d'ouvrages juridiques de la période classique¹⁹.

Au cours du IV^e-V^e siècle apr. J.-C., dans le cadre de l'œuvre d'exégèse didactique des écoles de droit de l'Empire romain d'Orient²⁰, et principalement de l'école de droit de Beyrouth, sera entreprise l'interprétation systématique des ouvrages des jurisconsultes romains de l'époque classique dans lesquels s'était cristallisé le droit privé. L'élaboration savante qui va suivre, ainsi que l'approfondissement du droit romain classique par une approche désormais toute dogmatique dictée par la méthode d'exégèse didactique "classicisante" de ces écoles, va conduire à des innovations variées qui, ainsi que leur postérité l'a démontré, influenceront de manière essentielle et évidente sur l'évolution du droit au cours des temps médiévaux et modernes. Parmi elles, on peut citer la réduction du droit naturel aristotélicien (*ius naturale*) en astreignant système de lois dans lequel la notion de justice (*aequitas, iustitia*) est redéfinie et s'oppose au *ius civile*²¹. Outre cela, ce rattachement du droit à des modèles éthiques élaborés dans une certaine

¹⁷ Arist., *EN*, 5. 1134 a, 13-1136a, 9; Idem, *Rh.*, I. 1374a. Cf. Schulz, op.cit.: p. 328; Idem, 1936: p. 82; Biondi 1952: p. 31 et suiv.; Kaser, op.cit., vol. II: §§ 192 II.b, 197 I n. 8; Honig 1960: p. 39 et suiv.

¹⁸ Pieler, op. cit.: pp. 205-209 où se trouve une bibliographie détaillée. Sur la contribution des Byzantins à la théorie et à la pratique de la rhétorique, voir Hunger 1987: p. 141 et suiv.

¹⁹ Par exemple, dans les commentaires sur les *Digesta* de Stéphane, dans les traités du XI^e siècle *Περὶ ψιλῶν συμφόρων* (*Meditatio de nudis pactis*), *Περὶ πεκουλιῶν* (*Tractatus de peculiiis*), *Περὶ δανείου πλατότερον* (*Tractatus de creditis*) et dans la *Πεῖρα* (*Peira*) d'Eustathe Romaios, recueils d'extraits de décisions judiciaires et d'avis datant du début du XI^e siècle (1040-1050 ap. J.-C.). Voir Simon 1982: p. 13 et suiv.; Pieler, op.cit: p. 14.

²⁰ Voir à titre indicatif Cuq 1917: p. 66 n. 8; Collinet 1912: pp. 13-14, 192-195, 207 et suiv.; Idem 1952: p. 33; Idem 1938: pp. 2-10; Albertario 1935: pp. 109-128; Kaser, op.cit.: vol. II: §§192 n. 26, 194 I, 201, 258; Monier 1947: p. 106 n. 5; Pringsheim 1950: p. 414, n. 97; Honoré 1962: pp. 85-96; Idem 1998: p. 7; Idem 1978: p. 39, 44, 240, 252; Scheltema 1970: 1; Simon 1970: p. 315 et suiv.; Pieler, op.cit.: p. 223 et suiv.

²¹ Pringsheim 1921: p. 643 et suiv.; Coing 1952: p. 44 et suiv.; Schulz 1946: p. 74; Wieacker 1960: p. 247; Kaser, op. cit., vol. II: §197 II.

mesure sur les idéaux stoïciens de justice et d'humanité sera aussi manifeste dans d'autres questions juridiques plus particulières. Un exemple révélateur en est l'élargissement de la notion classique de *naturalis obligatio*, de sorte que certaines obligations ou devoirs de nature purement morale seront reconnus comme contraintes obligatoires²². On peut y ajouter l'institution de la responsabilité juridique fondée sur le principe de l'imputabilité suivant des critères abstraits dont l'origine puise à la philosophie et à la rhétorique grecques²³, ensuite progressivement renforcés par l'enseignement chrétien.

2. Époque médio-byzantine

2.1. Lacunes du droit et interprétation analogique : application du contrôle aux rapports juridiques

Ainsi, les longs commentaires et les interprétations ajoutés au XII^e siècle par l'auteur inconnu mais parfaitement habile d'un savant traité de droit intitulé *Ecloga Librorum I-X Basilicorum* (désormais: *Ecl. Bas.*)²⁴ (composé entre 1155 et 1188, probablement en 1142 et vraisemblablement à Constantinople, sous le règne de Jean II Comnène) constituent un excellent exemple de l'herméneutique du droit au cours de cette période²⁵, car on peut y distinguer la créativité avec laquelle des éléments des "états de cause" légaux tenant à l'éloquence judiciaire sont incorporés au processus de formation du raisonnement judiciaire.

Les interprétations que nous allons évoquer par la suite sont comprises principalement dans les commentaires des passages des *Basiliques* 2. 1. 43 (= *D.* 1. 3. 34) et 2. 1. 47 (= *D.* 1. 3. 39) qui déterminent dans quelles conditions les usages consacrés ont valeur de loi écrite (τῶν δοκιμασθέντων

²² *D.* 5. 3. 25, 11; *C.* 3. 28. 36, 2; *D.* 12. 6. 26, 12. Cf. Cornioley 1964: p. 256 et suiv.; Kaser, op.cit., vol. II: §255 III n. 26-28.

²³ Cf. Anaximen. Lampsac., *Rh.*, 4. 2-11; Arist., *Rh.*, 1. 1374b; Idem, *EN*, 5. 1135b; Themistius, Or., *Discours politiques, I. Sur la charité ou Constance*, 15c-d Dind. 17) et idem, op.cit., 9. *Adresse à Valens*, 124a (Dind.148). Cf. Lenel 1917: p. 263 et suiv.; Maschke 1926: p. 71 et suiv., 170; Kuebler 1930: p. 63 et suiv.; Idem 1938: p. 174 et suiv.; Coing 1952: p. 51 et suiv.; Maridakis 1979: p. 127; Triantaphyllopoulos 1953: notamment p. 159 n. 14, 179 n. 36.

²⁴ Sur cette sélection et commentaire de lois des *Basiliques*, qui sous sa forme actuelle se limite à leurs dix premiers livres, voir Pieler, op.cit.: p. 355; Troianos 2011: p. 278-279.

²⁵ Cf. Goría, 1997: p. 159 et suiv.

μακρᾷ συνηθείᾳ καὶ ἐπὶ πολλοὺς ἐνιαυτοὺς φυλαχθέντων = des coutumes éprouvées par un long usage et maintenues au cours de longues années)²⁶. Les conditions de reconnaissance et par conséquent de ratification par ordonnance impériale ou décision judiciaire de la validité d'une coutume locale étaient donc les suivantes: a) une lacune du droit impérial officiel présentant une absence de disposition particulière à laquelle pourrait se rattacher la question litigieuse²⁷, b) l'une des parties doit invoquer un usage appliqué en conscience du droit au cours d'une longue période par les habitants d'une région et c) que le cas présente la possibilité d'application de l'interprétation analogique du droit, à savoir que la plupart des circonstances réelles du litige doivent présenter une similitude avec celles d'autres affaires jugées dans le passé et auxquelles avait été appliquée la même règle de droit coutumier. Il découle de ces conditions que, en cas de lacune de disposition particulière du droit positif à laquelle pourraient se rattacher les circonstances réelles du litige, la preuve qu'une coutume avait été appliquée en conscience du droit de façon continue et homogène au cours d'une longue période dans un espace géographique déterminé acquérait de prime abord un poids important²⁸. L'objet de cette preuve, qu'il incombait à la partie invoquant l'autorité de cette coutume de fournir, était tout d'abord son existence elle-même puis l'énumération d'exemples précis de son application²⁹. En outre, il était obligatoire de fournir la preuve supplémentaire de l'analogie du droit coutumier local, à savoir que la plupart des circonstances réelles du litige devaient présenter une similitude avec celles d'autres affaires jugées dans le passé et auxquelles avait été appliquée la même règle de

²⁶ “(Usage) érigé en loi”(ὡς νόμος λογισθήσεται).

²⁷ Sur la condition *sine qua non* de l'absence de disposition écrite afin de permettre l'application dans une contestation en justice d'un usage ou d'une coutume locale ou d'envergure plus générale, voir la scolie interprétative de *Ecl. Bas.* sur la disposition des *Basiliques* 2. 1. 47. Voir aussi la scolie 1 sur *B. 2. 1. 44* ainsi que la scolie de l'Anonyme-Énantiothane, juriste de l'époque de l'empereur Héraclius (VII^e siècle), sur *B.2. 1. 42 [B.2. 1. 42 sc. Anonyme-Énantiothane]*.

²⁸ La référence ultérieure à une coutume dans une décision judiciaire a pour conséquence que la coutume devient dans une certaine mesure “écrite” (“érigée en loi”, ὡς νόμος λογισθήσεται), ce qui contribue à sa ratification officielle, à sa préservation, à la confirmation de sa connaissance et à sa diffusion. En ce sens, la décision judiciaire qui ratifie une coutume déjà établie a davantage un caractère de reconnaissance.

²⁹ Cf. *C. 8. 52 (53). 1* (Emp. Sévère Alexandre, 224 ap. J.-C.) ; *C. 8. 10. 3* (Emp. Sévère Alexandre, 224 ap. J.-C.).

droit coutumier³⁰. En l'occurrence, l'argumentation judiciaire que devait développer la partie invoquant l'application d'une coutume locale précise visait d'une part à "extirper" d'une règle non écrite de droit coutumier préalablement appliquée aux rapports juridiques entre personnes privées la raison juridique (*ratio iuris*) commune à tous les cas similaires, - dont le cas en question-, et d'autre part à établir les prescriptions s'y rapportant. Par conséquent, autant le comblement de la lacune législative par l'application d'une règle de droit coutumier au règlement d'un litige que la construction légale de l'application analogique d'une règle de droit coutumier devaient être dûment étayés d'arguments réthoriques répondant aux normes du *status ratiocinativus* ou *sylogismus*³¹. Cependant, d'après ce que rapporte la scolie du commentateur inconnu du XII^e siècle, même si la similitude des cas avait été prouvée à l'aide d'arguments légaux convaincants, cette constatation ne suffisait pas pour que l'on considère comme valable l'application analogique de la coutume locale à la querelle³². En effet, ainsi qu'il est expressément formulé, n'est applicable que la coutume *εὔλογος*, "fondée en raison": "la coutume raisonnable, maintenue en vertu d'un raisonnement contingent à la

³⁰ Voir *Ecl. Bas.* sur *B.* 2. 1. 47. Voir aussi *B.* 2. 1. 23; 1. 1. 19. Selon K. Tsatsos, cette similitude consiste en fin de compte en la raison juridique (*ratio iuris*), à savoir l'objectif commun qui régit les deux cas et peut étayer le fondement de prescriptions connexes, voir Tsatsos, 1932: p. 221.

³¹ Cic., *Inv.*, 2. 148; 2.150; 2.151-152; *D.* 1. 3. 12; *D.* 1. 3. 24. Sur les gradations des similitudes des cas qui répondent à l'argumentation *a simili, a maiore ad minus* et *a minore ad minus* cf. Quint., *Inst.*, 7. 8. 7. Sur l'application du *status ratiocinativus* en tant que méthode de complétion des lacunes du droit par les jurisconsultes romains de la période classique, voir Vonglis, op.cit.: p. 156 et suiv.; Cousin 1935: p. 387. Cf. néanmoins les vues contraires de Himmelschein et Steinwenter 1947: p. 162.

³² Cf. la désapprobation de la pratique judiciaire à l'égard de la reconnaissance par similitude ("ἐν τοῖς ὁμοίοις") de la validité de coutumes sur le seul critère de leur longue application par la majorité des habitants d'une région dans la scolie de l'*Ecl. Bas.* sur *B.* 2. 1. 47, avec citation d'un exemple par le commentateur byzantin. Voir aussi la *Novelle* 25 de Léon VI le Sage qui fustige la pratique *contra legem* (cf. *C.* 8. 55 (56). 9, empereurs Théodose II et Valentinien III, 426 apr. J.-C.) consacrée au IX^e siècle sur l'appui de certaines décisions de juges byzantins, consistant à révoquer l'émancipation des enfants s'ils n'ont pas eu eux-mêmes d'enfants ou s'ils en ont eu mais qu'ils sont morts avant eux, ce qui les privait de la capacité de rédiger un testament ou de gérer en totalité ou en partie les biens reçus en héritage, qu'ils soient de provenance paternelle ou maternelle (Noailles-Dain, 1944: p. 97 et suiv.; Troianos, 2007: p. 107 et suiv.). Cf. *C.* 8. 52 (53). 2 (Emp. Constantin, 319 apr. J.-C.), selon laquelle *Consuetudinis ususque longaevi non vilis auctoritas est, verum non usque adeo sui valitura momento, ut aut rationem vincat aut legem.*

nature, éprouvée par des hommes judiciaires et trouvée légitime et juste³³. Par conséquent, afin d'appliquer à la résolution d'un litige particulier, en vertu de l'interprétation analogique du droit, une coutume consacrée par un long usage, on devait examiner au préalable si le λογισμός (raisonnement) qui présidait à la formation de la coutume était fondé en raison et juste³⁴, c'est-à-dire constater si, ainsi que le rapporte précisément la scolie de l'*Ecloga Basilicorum* de B. 2. 1. 43, "la coutume discutée et traitée³⁵ a été jugée bonne à intégrer aux institutions de l'État" (ἐὰν ἡ ἀμφισβητηθεῖσα καὶ τρακταῖσθεισα συνήθεια ἔδοξε καλῶς πολιτεύεσθαι)³⁶. Cet élément prescrit donc à celui qui interprète le droit d'harmoniser les règles coutumières de droit ou les usages de chaque région régissant les rapports entre personnes privées aux objectifs suprêmes de l'intérêt public exprimés dans le καλῶς πολιτεύεσθαι, même si ces us et coutumes appartiennent à l'espace du droit privé³⁷. En ce sens, l'empereur byzantin ou le tribunal contrôlait toujours

³³ Cf. *Ecl. Bas.* sur B. 2. 1. 47. Cf. pareillement la scolie 1 sur B. 2. 1. 47 (B. 2. 1. 47 (sc. 1)), *Ecl. Bas.* sur B. 2. 1. 43.

³⁴ Voir aussi la scolie 1 sur B. 2. 1. 44 [B. 2. 1. 44 sc. 1]; cf. B. 2. 1. 47 (= D. 1. 3. 39) (εὐλογώτατος, πρέπων λογισμός (raisonnement conforme à la raison, approprié); B. 2. 1. 50, "le raisonnement qui introduit [cette coutume] est à éviter" (ὁ λογισμὸς ὁ εἰσάγων αὐτὴν φευκτέος ἐστίν).

³⁵ Cf. Du Cange, *Glossarium*: s. v. ΤΡΑΚΤΑΪΖΕΙΝ, τρακταῖσμός, p. 1595.

³⁶ Cf. aussi *Ecl. Bas.* sur B. 2. 1. 44-45. Cf. aussi B. 2. 1. 50. Cf. de même D. 3. 1. 14 (Paulus); D. 1. 3. 39 (Celsus).

³⁷ Cf. de même les scolies (1 et 2) sur la disposition des *Basiliques* 2. 1. 47 [B. 2. 1. 47 (sc. 1, 2)], la scolie (1) sur la disposition des *Basiliques* 2. 1. 44 [B. 2. 1. 44 sc. 1]; la scolie de l'Anonyme-Énantiophane (2) sur la disposition des *Basiliques* 2. 1. 46 [B. 2. 1. 46 sc. 2 l'Anonyme-Énantiophane], la scolie 2 sur la disposition des *Basiliques* 2. 1. 49 [B. 2. 1. 49 sc. 2]. Voir aussi le préambule des *Novelles* de Léon VI le Sage où le législateur considère comme applicables seules les coutumes qui "ne sont absurdes" et qui "ne seraient pas rejetées par un esprit sensé", raison pour laquelle elles ont été élevées par ordonnance impériale au rang honorifique de loi ; voir le texte des éditions de Noailles-Dain, op.cit.: p. 7 et Troianos, op.cit.: p. 42. De même, certaines *Novelles* du même empereur réprouvent les us ou les coutumes qui vont à l'encontre de principes de justice universellement reconnus, comme par exemple celui de la proportion entre gravité de la faute et dureté de la peine (voir *Nov.* 64), ou celui du sens commun (voir *Novelles* 25, 72) ou bien encore qui sont contraires à la loi divine et aux saints canons apostoliques (voir *Novelles* 3, 58) ou à un intérêt public rationnellement défini (voir *Novelles* 13, 51, 72). Ces mêmes arguments seront répétés dans une scolie du canoniste du XI^e siècle Théodore Balsamon sur la disposition 2. 3. 183 des *Basiliques*: selon lui, seule la constatation ratifiée en justice de l'existence des «causes fondées en raison» sur lesquelles devra s'appuyer une coutume pourra ériger cette dernière "à l'égal d'une loi écrite" (ἀντὶ νόμου ἐγγράφου) (R.-P., *Nomocanon de Photius, Patriarche*

l'élaboration des rapports juridiques ainsi que la validité des procédés ayant produit des coutumes qui régissaient les rapports entre personnes, ce qui met en évidence que la décision judiciaire, à l'égard de la conservation de la validité de la coutume, avait *a posteriori* un caractère constructif et novateur.

2. 2. Contradictions entre les lois et interprétation juridique : vers une méthode d'auto-rectification du droit

Pourtant, la valorisation du concept de "raisonnement" (λογισμός), que l'on rencontre dans la littérature juridique byzantine³⁸ revêtu de diverses qualifications axiologiques, ne se limite pas au champ du règlement judiciaire d'affaires où l'une des parties invoque, suivant le principe de l'interprétation analogique du droit, l'application d'une coutume ou d'un usage consacré dans le temps. Les sources juridiques byzantines montrent que l'invocation de cette notion vague devait constituer l'amorce du développement d'une argumentation juridique suivie de la formulation d'une appréciation judiciaire, quand l'interprétation purement littérale (*ex verbis*) d'une disposition de la loi écrite ne s'accordait pas à un règlement de l'affaire dicté par la raison ou l'ordre des choses³⁹. Le procédé par lequel la "raison" ou "idée" du droit

de Constantinople, avec les scolies de Théodore Balsamon: 1. 3, l. 15-17, p. 40 et l. 1-5, p. 41). Mais l'inverse existe aussi: la non-validation par décision de justice d'une coutume consacrée, car le juge byzantin chargé d'appliquer le droit a apprécié que cette coutume n'a pas été dictée par des raisons judicieuses ("utiles en quelque chose", *διά τι χρήσιμον*) ou de droit substantiel ("quand le droit l'exige", *τοῦ δικαίου ἀπαιτοῦντος*), constitue la condition d'une modification (*ἐναλλαγὴ*) de cette coutume par l'ordre juridique byzantin [Balsamon scolie de *B. 2. 1. 42*, *op. cit.*, 1. 3, p. 39, l. 20-21 et dans la même scolie interprétation de Balsamon de *B. 2. 3. 183 (=D. 50. 17. 183)*, *op. cit.*, 1.3, p. 40, l. 15-18]. Cf. aussi *Peira*, 45. 2, p. 185; *H. 1. 1. 20*, et la scolie de la disposition *H. 1. 1. 37*.

³⁸ Dans les textes juridiques byzantins, le "raisonnement" va acquérir des aspects axiologiques variés, et sera parfois qualifié de raisonnement contingenté par la nature ou naturel (*ἐνδεχόμενος*) [cf. *B. 2. 1. 47*; sur l'identification de la notion de "raisonnement contingenté par la nature" (*ἐνδεχόμενος λογισμός*) avec le concept philosophique de "autant que le permet la condition humaine" (*καθ' ὅσον φύσις ἐνδέχεται*), voir Lidell-Scott, *Greek English Lexicon*: s.v. *ἐνδέχομαι*, p.559: III (Pl., *Ti.*, 69a, cf., *Sph.*, 254c) ou "naturel" (*φυσικός*) ou même "raisonnable et juste" (*εὐλογος καὶ δίκαιος*) [cf. *Ecl. Bas.* sur *B. 2. 1. 47*] ou "approprié" (*πρέπων*) [cf. *Ecl. Bas.* sur *B. 2. 1. 47*], parfois "raisonnement salutaire" (*σωτηριώδης*, du point de vue d'un raisonnement profitable) [cf. *B. 48. 24. 2*, sc. 1; voir Dimitrakos, *Dictionnaire*: s.v. *σωτηριώδης*, p. 7078] ou "raisonnement dicté par la piété" (*τῆς εὐσεβείας λογισμός*) [cf. *B. 39. 1. 2* sc. 1 (*Pb*)].

³⁹ Cf. *Cic., Leg.*, 1. 19; 1. 42. Sur la conception théorique de la "raison naturelle" (*φυσικός λόγος*) ou "loi-raison" (*νόμος-λόγος*) en tant qu'innée, instinctive (non scientifiquement apprise)

est mise en valeur en tant que clause générale limitant l'interprétation du droit se profile dans une certaine mesure dans les dispositions 1. 3. 14 et 1. 3. 25 du *Digeste* de Justinien, où les jurisconsultes romains Paulus et Modestinus invoquent la *ratio iuris* lorsqu'il s'agit d'estimer l'élargissement de l'application d'une règle de droit écrit à des cas similaires, suivant l'interprétation analogique du droit⁴⁰. En ce sens, la formulation de la scolie 1 du passage 46. 2. 7 des *Basiliques* est claire: le commentateur byzantin souligne à l'intention de celui qui interprètera ou appliquera la loi que "le raisonnement politique, à savoir la loi, ne peut pas altérer les droits naturels" (Ὁ γὰρ πολιτικός λογισμός, τούτέστιν ὁ νόμος, τὰ φυσικὰ φθείρειν οὐ δύναται δίκαια)⁴¹. D'ailleurs, la disposition 2. 3. 85, 2 des *Basiliques* fournit également des indications sur la question de l'écart qui peut exister entre une décision judiciaire fondée sur l'interprétation *ad litteram* de la loi et une autre, dictée par le "raisonnement naturel": "Toutes les fois que le raisonnement naturel ou l'ambiguïté de la loi l'emporte sur le droit du requérant, l'affaire doit être décidée par vote des magistrats" (Ἡνίκα τὸ

de l'homme (*κοινή πρόληψις, sensus communis*) de concevoir Dieu et l'ordre divin des choses, et sur le lien étroit qu'avait établi la théologie orthodoxe entre ces deux concepts, tels qu'ils apparaissent et évoluent dans l'enseignement des Pères de l'Église (saint Justin, saint Irénée, Athénagoras, Tertullien, Clément d'Alexandrie, etc.) sous l'influence des idées philosophiques stoïciennes concernant un droit naturel fondé sur l'universalité du *Logos* (*σμπάθεια*), voir à titre indicatif Spanneut 1937: pp. 252 sqq, 276, 316 sqq., 401-402, surtout n. 22, et les références bibliographiques. Sur la conception aristotélicienne de la loi comme *recta ratio*, dans le sens particulier de *ratio* émanant de l'entendement (*νοῦς*), à savoir de l'élément suprême et divin, voir Michelakis 1961: p. 109 et suiv. où sont produites les sources et les références bibliographiques. Voir aussi VILLEY 1968: notamment pp. 574, 613-615. Sur les conceptions philosophiques de l'antiquité gréco-romaine sur la *recta ratio* (*ορθός λόγος*) en tant que savoir canonistique suprême (*cognitio recta et vera, ορθή και αληθής γνώση*) qui inévitablement s'accorde aux principes moraux fondamentaux ou à la fonction morale des niveaux supérieurs de l'esprit (*νοῦς, γνώση, σύνεσις, φρόνησις, πνεῦμα, ratio superior, intellectus*) voir KONDYLIS, 1987: pp. 21 n. 12, 25 n. 1, 76-77, sources et références bibliographiques à l'appui.

⁴⁰ Sur les conceptions en la matière de Léon VI le Sage, influencées par les idées des philosophes grecs anciens, voir Michaelidès-Nouaros 1960: pp. 43-45.

⁴¹ Cf. aussi le remplacement de l'expression "loi naturelle" (*φυσικός νόμος*) dans la disposition 4. 1. 1 ligne 7 de la *Παράφρασις τῶν Εἰσηγήσεων (Paraphrasis Institutionum)* de l'*antecessor* Théophilos, par celle, considérée comme plus appropriée, de "raison naturelle" (*φυσικός λόγος*) dans le *codex* manuscrit Marcianus Graecus 178 (*Ma*) (fin XIII^e-début XIV^e s.) (Lokin-Meijering-Stolte-Van Der Wal 2010: Prolegomena, p. xvi): "... cette faute du vol n'est pas permise non seulement par la loi civile, mais aussi par la raison naturelle" (*τοῦτο δὲ τῆς κλοπῆς ἀμάρτημα οὐ μόνον πολιτικός, ἀλλ' οὐδὲ φυσικός προσιέται λόγος*).

τοῦ αἰτουμένου δίκαιον ὁ φυσικὸς λογισμὸς ἢ ἡ τοῦ νόμου ἀμφιβολία ὑπερτίθεται χρῆ διὰ ψήφου τῶν ἀρχόντων τὸ πρᾶγμα συγκρίνεσθαι)⁴². Pour corroborer cela, nous produisons la scolie de l'*Ecl. Bas.* se rapportant à cette disposition, où le commentateur, afin de mieux expliquer l'écart entre "raisonnement-loi politique" (πολιτικός λογισμός, νόμος) et "raisonnement naturel-droits naturels" (φυσικός λογισμός, φυσικά δίκαια), écart qui peut apparaître au cours de l'application pratique d'une règle de droit écrit, va se référer à deux exemples⁴³ dont le plus significatif est le suivant: "Le raisonnement naturel et le droit assimilent toujours la ville à la personne mineure, et c'est pourquoi on octroie toujours à celle-ci le recours légal de la *restitutio in integrum* des biens endommagés: la loi n'accorde pas l'exercice illimité de la restitution, mais elle la limite au laps de quatre années. Il ne manque donc rien d'autre afin de régler le litige que le vote judiciaire des magistrats ou bien une ordonnance du roi, auquel seul il est permis de nos jours de trancher les ambiguïtés de la loi"⁴⁴.

Cet exemple a trait au délai d'exercice du recours légal de la restitution en état d'origine (*in integrum restitutio*) suivant lequel une action légale au départ opposée au droit, tout d'abord selon la libre appréciation du prêteur romain, puis plus tard selon celle du juge byzantin de la juridiction duquel

⁴² Voir aussi *D.* 50. 17. 85, 2 (Paulus *libro sexto quaestionum*), *Quotiens aequitatem desiderari naturalis ratio aut dubitatio iuris moratur, iustis decretis res temperanda est.*

⁴³ Le second exemple se rapporte au mode de détermination de la part d'héritage des enfants naturels, en tant qu'héritiers *ab intestat*, si l'épouse du légataire est enceinte au cours du délai d'exercice de leurs prétentions à l'héritage. La question se pose alors précisément de savoir comment il est possible de déterminer la part à laquelle peut prétendre l'enfant naturel en gestation au cours du procès, si le débiteur de l'héritage cité en justice refuse avant l'accouchement de s'acquitter de la part du requérant (½ de la dette) sous prétexte qu'il ne peut pas déterminer le nombre précis des enfants à naître après le décès du père et reconnus héritiers. Par conséquent, s'il remet une somme s'élevant à la moitié de sa dette sur l'héritage, il risque d'être de nouveau cité en justice par les héritiers nés après la mort de leur géniteur, dans le cas où plus d'un enfant viendrait au monde. Selon le scoliate, cette objection du défendeur est raisonnable car il découle "de la loi naturelle et de l'ambiguïté des lois" (κατὰ τὸν φυσικὸν λογισμὸν καὶ τὴν τῶν νόμων ἀμφιβολίαν) que la naissance de deux ou trois enfants est un phénomène fréquent. Par conséquent, la question doit être résolue par vote judiciaire après audition des deux parties en litige. Cf. *Ecl. Bas.* sur *B.* 2. 3. 85, 2 (p. 120, ligne 14-16) sur ce qui a trait à l'ambiguïté de la loi, à savoir l'imprécision née de la formulation par le langage des réglementations légales des droits relatifs aux enfants nés après décès du géniteur. Voir aussi la problématique connexe exprimée par la légisconsulte romain Julianus dans la disposition *D.* 46. 3. 36.

⁴⁴ *Ecl. Bas.* sur *B.* 2. 3. 85, 2, l. 9-13, p. 121.

dépendait l'affaire examinée, pouvait être annulée et les choses rétablies en leur état d'origine. Les deux conditions d'exercice de ce recours légal étaient les suivantes: a) que le dommage soit important b) qu'il existe une cause justifiant l'annulation des effets d'une action légale et le rétablissement en l'état antérieur (personne mineure, violence, escroquerie, tromperie, incapacité d'action immédiate pour cause d'absence, *capitis diminutio*)⁴⁵. Le délai prévu de l'exercice de ce recours, octroyé seulement lors de cas exceptionnels et en l'absence d'autre moyen judiciaire produisant le même effet, était de quatre années calculées de façon continue (*tempus continuum*)⁴⁶. Particulièrement, dans le cas d'exercice *in integrum restitutio* en faveur d'une personne mineure, le magistrat qui jugeait l'affaire frappait de nullité l'action contestée, ordonnait le rétablissement des choses en leur état d'origine et déterminait ses effets. En outre, pour ceux qui étaient mineurs lorsque l'action légale avait été effectuée, le délai de quatre ans accordé à l'exercice du recours commençait lors de leurs vingt-cinq ans révolus⁴⁷. De plus, en ce qui concerne les droits des villes, ainsi que le mentionne une scolie des *Ecloga Basilicorum*, étaient prévues des réglementations juridiques spéciales assimilant les villes de l'Empire aux personnes mineures, afin d'accroître la protection de l'intérêt public. Par conséquent, par fiction juridique, les villes disposaient des mêmes privilèges que les mineurs, privilèges parmi lesquels était compris le droit de restitution en état d'origine dans le cas où un dommage sérieux découlant d'une action légale touchait l'un de leurs biens⁴⁸.

Dans ce même passage, après avoir exposé la partie juridique, le scoliaste poursuit par l'exposition des points essentiels composant le champ de contestation entre les parties principales du litige soumis au tribunal. En l'espèce, le gouverneur d'une ville, en qualité de représentant légal de cette ville pour des questions d'administration économique⁴⁹, a exercé le

⁴⁵ D. 4. 1 et suiv.; B. 10. 1 et suiv.; H. 1. 12. 56. Pour la période romaine, voir à titre indicatif Kaser 1977: pp. 100-183; Ankum 1979: pp. 1-21.

⁴⁶ C. 2. 52 (53). 7, pr.-1 (531 ap. J.-C.); C. 2. 53(54). 4 ; B. 10. 4. 6 et suiv.; B. 10. 36. 4; B. 54. 28. 3. Pour le délai annuel prévu par le droit plus ancien, voir D. 4. 6. 28,3 (Ulpianus).

⁴⁷ C. 2. 52 (53). 7, 1. Pour la période romaine, voir à titre indicatif Musumeci 1997: pp. 39-58; Idem 2007: pp. 443-500; Cervenca 1972: pp. 235-317.

⁴⁸ Cf. C. 11. 30. 3 (Emp. Sévère Alexandre, 222-235 ap. J.-C.); C. 2. 53. 4 (Emp. Dioclétien et Maximien, 285 ap. J.-C.); B. 10. 36. 4; B. 54. 28. 3.

⁴⁹ Sur l'octroi de compétences aux *curatores rei publicae* de la période romaine du Bas-Empire sur le modèle des compétences des tuteurs (*curatores*) de personnes mineures, voir Declareuil 1902: p. 250 et suiv.

recours légal de la restitution *ad integrum* car certains biens appartenant à la ville avaient été dans le passé cédés à un prix inférieur à leur valeur réelle. L'exercice de ce rétablissement en état d'origine, qui requérait bien sûr l'annulation de la transaction et la restitution des biens à la ville après acquittement envers l'acheteur du prix naguère versé, avait eu lieu dix années après l'accomplissement de la vente, sur la base de la fiction juridique assimilant les villes aux personnes mineures⁵⁰. L'acheteur demande donc au tribunal de rejeter l'exercice de ce recours légal car il était forclos, n'ayant pas été effectué selon lui dans le délai incompressible de quatre années à compter de l'accomplissement de la vente. De son côté, le gouverneur de la ville émet l'objection que les villes ne peuvent, par la force des choses, être soumises au délai de quatre années car elles ne disposent de ce recours légal qu'en vertu de l'assimilation aux personnes mineures. D'autre part, cette assimilation signifie, ainsi qu'il le prétend, que les villes sont sous le régime perpétuel de la minorité puisqu'une partie de leur population est toujours composée d'adolescents ou de mineurs, à savoir de personnes qui, conformément à la loi, disposent de l'exercice de ce privilège de manière illimitée jusqu'à vingt-cinq ans révolus⁵¹. Il est donc raisonnable, selon le représentant des intérêts de la ville, que dans le cas où une ville exerce ce privilège, la clause des vingt-cinq ans révolus ne puisse en aucune manière avoir pour effet l'application du délai imparti de quatre années.

Il ressort de tout cela que la partie contre laquelle se retournait le privilège de l'*in integrum restitutio* avait insisté sur la lettre de la loi afin d'obtenir que le rétablissement en état d'origine soit rejeté par le tribunal byzantin. Ainsi, afin de démonter l'affirmation de son adversaire, le gouverneur, en tant que représentant de la ville constituée partie adverse, avait recours à des arguments juridiques répondant aux normes rhétoriques du *status scripti et sententiae* (ce qui est écrit et son sens, la lettre et l'esprit). De toute évidence, son dessein final était de défendre l'intention véritable (*voluntas*), selon lui, du législateur dans un cas particulier où l'interprétation d'une règle de droit, et particulièrement d'une disposition prévoyant l'assimilation d'une ville à une personne mineure, pouvait à l'aide d'arguments convaincants étayer une divergence de la lettre formelle de

⁵⁰ Ainsi que nous l'avons indiqué plus haut, les mineurs avaient le droit d'exercer ce recours jusqu'à vingt-cinq ans révolus, âge de leur majorité.

⁵¹ Même si quatre années ont passé depuis l'établissement de l'action judiciaire nuisant à leurs intérêts.

la loi⁵² concernant le dépassement du délai imparti à l'exercice du recours légal de la restitution *ad integrum*. Et ce car une interprétation strictement littérale de la loi sur le délai de quatre ans conduirait, selon lui, à exclure les villes de toute revendication des dommages subis par ses biens, et par conséquent à la levée de la protection légale que leur assurait le privilège juridique. Par suite de quoi, le scoliaste byzantin de l'*Ecl. Bas.* aboutit à la conclusion qu'il s'agit d'un cas s'intégrant à la prévision de la disposition 2. 3. 85, 2 des *Basiliques*, puisque, selon un premier point de vue, "le raisonnement naturel et le droit", raisons de protection de l'intérêt public, édictent qu'il n'est pas juste que le recours de la restitution *ad integrum* soit soumis à la règle commune du délai irrépressible de quatre années. Mais selon un autre point de vue, qui peut être soutenu par des arguments d'égale force, la loi stipule avec une extrême clarté que le délai d'exercice du recours de la *restitutio in integrum* est de quatre années (et valable aussi pour les personnes mineures après leur vingt-cinq ans révolus). Par conséquent, cette question juridique, en raison de son ambiguïté, doit être résolue par le vote d'hommes judicieux ou "mieux encore" (μᾶλλον), ainsi qu'il se hâte de préciser, par ordonnance impériale.

Cet exemple constitue un cas particulier où l'antinomie apparente entre de nombreuses réglementations légales similaires crée une ambiguïté à l'égard de la véritable *sententia* du législateur, à savoir son objectif juridique dissimulé derrière la lettre (τὸ ρητόν) de la loi et auquel peuvent se rattacher les circonstances réelles d'un cas précis⁵³. Cette «contradiction apparente» qui peut naître entre de nombreuses réglementations légales concernant le même sujet en raison de la formulation imprécise ou ambiguë de la loi est mise en évidence par la scolie du canoniste Théodore Balsamon, qui s'applique à dégager le sens de l'ordonnance 2. 1. 48 des *Basiliques*⁵⁴. Cette scolie se

⁵² Cf. CIC., *Caec.*, 18. 50-52; 19. 54-55; QUINT., *Inst.*, 7. 6.

⁵³ Cf. CIC., *Inv.*, 2. 116; Cousin 1935: pp. 380-383; Vonglis 1968: p. 72 et suiv.

⁵⁴ R.-P., *Nomocanon de Photius, Patriarche de Constantinople, avec les scolies de Théodore Balsamon*, 1.3 ("Ἐτερον σχόλιον (Seconde scolie), l. 19 et suiv., p. 41). Sur le travail de commentaire et d'exégèse effectué par Théodore Balsamon (1177 ap. J.-C.), le plus probablement sur la deuxième "édition" revue vers 1092/1093 du *Nomocanon en XIV titres de Photius*, qui constitue l'une des plus importantes sources de droit canon de l'Église d'Orient (début du VII^e siècle, réactualisé à l'époque du Patriarche de Constantinople Photius vers la fin du IX^e siècle) voir Schminck 1976: p. 253 n. 50; Papagianni-Troianos 1981-1982: pp. 201-238; Van der Wal-Lokin 1985: pp. 66 et suiv., 87 et suiv., 131, 133, 137; Stolte 1989: pp. 115-125, notamment 122 et suiv.; Troianos 2011: p. 198 et suiv., 253 et suiv., 328 et suiv., 358 et suiv. ainsi que les références bibliographiques détaillées.

rapporte de manière formelle à la “contradiction apparente” (ἐναντιοφάνεια) entre diverses réglementations édictées dans le passé sur la question de la validité (θέσις) et de l’annulation (ἀναίρεσις) de la loi. Certaines de ces lois, ainsi que le souligne le scoliaste, stipulaient que la coutume consacrée par l’usage, même confirmée par décision judiciaire, est invalide si son contenu contrevient à une disposition du droit écrit. Mais, contrairement à ces lois, d’autres prescriptions énonçaient que ces coutumes, à savoir les usages consacrés non écrits mais confirmés par décision judiciaire, étaient en vigueur même s’ils contrevenaient à quelque règle de droit positif. Selon l’avis de Balsamon, fondé sur une disposition particulière de la loi mais aussi sur un commentaire de l’*antecessor* Stéphane sur l’interprétation “plus humaine” du droit⁵⁵, la disposition 2. 1. 48 des *Basiliques* résout cette contradiction apparente puisqu’elle stipule que la validité (θέσις) aussi bien que l’annulation (ἀναίρεσις) d’une règle de droit peut être écrite ou non. Selon le scoliaste, cela veut dire que la validité d’une règle de droit écrit, si elle est pernicieuse aux sujets, peut disparaître par désuétude ou parce qu’elle est remplacée par une coutume contraire à cette loi, étant donné qu’elle s’oppose aux injonctions du principe d’humanité (διὰ τὸ φιλόανθρωπον). Mais le scoliaste aboutit à la conclusion que dans chaque cas, seule la coutume consacrée par le long usage, confirmée par décision judiciaire, peut annuler une règle de droit écrit⁵⁶. Il est évident que Balsamon accorde en l’occurrence la préséance au libre jugement de celui qui interprète le droit, lequel est appelé à accepter ou à rejeter la modification ou l’abolition des règles du droit écrit en raison de désuétude ou de création d’un usage contraire, guidé par des raisons d’indulgence imposant l’adaptation d’une réglementation écrite aux nouvelles données sociales.

⁵⁵ πρὸς τὸ φιλοανθρωπότερον τοὺς νόμους ἐρμηνεύεσθαι (*R.-P., Nomocanon de Photius, Patriarche de Constantinople, avec les scolies de Théodore Balsamon*, 1. 3, p. 42). Cf. *B. 2. 1. 29; Peira 51. 52*. Sur la question de l’interprétation des lois pénales lors de la formation du jugement au cours du procès, de façon à ce que les décisions “s’adoucissent” (μᾶλλον νὰ πραΰνωνται) plutôt que “se durcissent” (τραχύνωνται), ainsi que cela apparaît dans la *Peira*, le plus important recueil de fragments de décisions judiciaires et d’avis du IX^e siècle, voir Tourtoglou, 2001: p. 142 et suiv. et ses arguments à l’appui.

⁵⁶ *R.-P., Nomocanon de Photius, Patriarche de Constantinople, avec les scolies de Théodore Balsamon*, pp. 41-42. Sur l’injonction latente de l’ordre légal byzantin, du moins au cours des IX^e-XI^e siècles, d’harmoniser le contenu formel d’une règle de droit écrit aux principes suprêmes édictés par l’ordre moral des choses, cf. aussi Lokin 1994: particulièrement p. 90.

Dans tous les cas que nous avons rapportés, la recherche de l'intention véritable du législateur se fait dans le cadre de la libre estimation ou du vaste pouvoir discrétionnaire de l'empereur byzantin ou, selon les occurrences, des magistrats byzantins appelés à trancher le litige. Cependant il est manifeste que, de l'estime du législateur byzantin, ce jugement formé au cours du procès, bien qu'étant le produit d'une évaluation subjective, ne peut et ne doit pas être arbitraire. Il est limité par les injonctions du "raisonnement naturel" (φυσικὸς λογισμὸς) "fondé en raison et juste" (εὐλογος καὶ δίκαιος), "approprié" (πρέπων) ou encore "salutaire, sous l'angle d'un raisonnement profitable" (σωτηριώδης), à savoir les valeurs inaltérables par lesquelles, dans le cadre plus large de l'ordre légal byzantin, ceux qui sont désignés comme élite chargée d'interpréter la loi transmettent l'idée de "droit juste". "Élite", car ils sont jugés capables d'estimer de la façon la plus objective, tout en exprimant par excellence la conscience commune, les valeurs suprêmes tenant à la justice substantielle ou rationnelle, et à les appliquer aux éléments individuels et singuliers de l'espèce jugée de la façon la plus "avisée". Par conséquent, dans les cas où tous les arguments juridiques utilisés par les parties, par ailleurs dûment formulés suivant les règles de l'art oratoire, semblent également raisonnables et sont par conséquent reçus, seul le fait de ramener le système des règles positives aux valeurs fondamentales composant la justice substantielle peut déterminer l'intention du législateur en latence sous la lettre de la loi et, par extension, l'application de ce règlement au litige.

Mais aussi, la formulation d'un jugement exclusivement fondé sur l'appréciation d'hommes sensés, à savoir sur l'estimation axiologique d'un problème juridique, est regardée comme indispensable dans ces cas extrêmes où l'on constate que le litige ne peut être rapporté à quelque règle de droit écrit ou coutumier et que n'existe pas la possibilité d'appliquer le principe de l'interprétation analogique du droit. Selon une glose d'un fragment du manuscrit de l'*Eisagôgè* [*Epanagôgè*]⁵⁷ de la volumineuse oeuvre codificatrice de l'empereur Basile I⁵⁸, en cas d'absence de règle de droit écrit et,

⁵⁷ Voir la mention relative de K. Pitsakis de la glose d'un fragment de la tradition manuscrite de l'*Eisagôgè* (*Epanagôgè*) (Leunclavius (éd.) 1596/repr.1971: p. 84), qui indique: "Sinon, que l'avis des plus avisés et des plus nombreux prévale: il est en effet plus proche de la nature de la loi" (Ἄν δὲ μὴδὲ τοῦτο ἦ, τῶν συνετωτέρων ἅμα καὶ πλειόνων ἡ γνώμη κρατεῖτω· συγγενὲς γὰρ τοῦτο τῇ φύσει τοῦ νόμου) (Pitsakis 2010: p. 293).

⁵⁸ Selon certaine hypothèse entre 880 et 883 ap. J. C. (Bochove 1996: p. 27), selon une autre, autour de 885-886 ap. J. C. (Schmink 1986: p. 15).

en sus, de coutume pouvant régler un cas soumis au tribunal, la recherche de la règle de droit appropriée et le rattachement des circonstances réelles de l'affaire à celle-ci doit se faire sur l'avis "majoritaire des hommes les plus avisés" (τῶν πλειόνων καὶ συνετωτέρων ἀνδρῶν). Et cela car, affirme le scoliaste byzantin, le procédé mental par le biais duquel est formulé cet avis est "plus proche de la nature de la loi" (συγγενῆς τῇ φύσει τοῦ νόμου)⁵⁹. Plus tard (vers 1334/5 ap. J.-C.) ce même principe va être également exprimé, d'une façon peut-être plus éloquente, dans la disposition E. 4 du *Recueil* du hiéromoine Mathieu Blastarès⁶⁰, où est rapporté ce qui suit: "Sur les questions pour lesquelles il n'existe pas de loi écrite, il faut observer l'us et la coutume; si cela manque aussi, il faut suivre ce qui s'apparente et ressemble le mieux à l'affaire en question; sinon, que prévale l'avis des plus avisés ainsi que des plus nombreux ..." (Περὶ ὧν ἔγγραφος οὐ κεῖται νόμος, παραφυλάττειν δεῖ τὸ ἔθος καὶ τὴν συνήθειαν· εἰ δὲ καὶ τοῦτο ἐκλείπει, ἀκολουθεῖν δεῖ τοῖς μᾶλλον πλησιάζουσι καὶ εἰκοίσι τῷ ζητουμένῳ· ἂν δὲ μηδὲ τοῦτο ᾗ, τῶν συνετωτέρων ἅμα καὶ πλειόνων ἡ γνώμη κρατεῖτω...). D'après ce passage, la ressource de "l'avis des plus avisés et des plus nombreux" constitue l'ultime remède auquel a recours le tribunal en cas d'absence a) de loi écrite b) de coutume 3) lorsque le cas soumis au tribunal ne présente pas de champ d'application à l'interprétation analogique du droit. Si donc, au cours du jugement d'une affaire, on constate qu'il n'y a aucune similitude entre le litige et d'autres auxquels a été déjà appliquée par interprétation analogique une règle du droit écrit ou coutumier, le juge byzantin peut, faisant usage de son vaste pouvoir discrétionnaire, élaborer la règle de droit à laquelle peuvent se rattacher les circonstances réelles de la contestation en justice.

Il découle de cette prévision que la capacité législative dont disposait le juge byzantin entretenait une relation de corrélation inverse avec la similitude que présentait l'affaire en question avec d'autres, déjà jugées.

⁵⁹ Sur la révélation parfaite (parachevée) de la *ratio iuris* à la seule intelligence du sage voir Villey 1968: pp. 452-453; Michelakis 1961: p. 24 et suiv., 125. Sur le terme platonicien de βασιλικὸς ἀνὴρ dans le sens de chef détenteur du *logos*, à savoir des principes souverains de la justice, voir Tsatsos 2008: pp. 437-439.

⁶⁰ R.-P., *Mathieu Blastarès*, p. 245. Sur ce recueil de textes légaux, principalement de droit canon, élaboré à partir des *Nomocanons en quatorze titres* et des commentaires de Jean Zonaras et Théodore Balsamon, mais aussi surtout de l'oeuvre législative et codificatrice de la dynastie des Macédoniens ainsi que des recueils qu'elle suscita à partir du IX^e-X^e siècle, voir Troianos 2011: p. 401 et suiv. et les références bibliographiques détaillées.

Simultanément, l'invocation, encore une fois, de l'"avis⁶¹ des plus avisés et des plus nombreux", va confirmer la confiance de l'ordre légal byzantin dans le jugement axiologique des magistrats, particulièrement dans les cas extrêmes de contestation judiciaire où les circonstances réelles du litige ne peuvent pas être rattachées à une règle de droit écrit ou non écrit⁶², lorsqu'il est aussi impossible de combler la lacune juridique sur le principe de l'interprétation analogique, en raison de la dissimilitude complète de l'affaire en jugement avec d'autres cas jugés. Cependant, même dans les cas de lacune juridique, les magistrats byzantins ne devront pas juger selon leur conviction subjective, en se laissant gagner, selon l'occurrence, par les verbalismes persuasifs des évolutions oratoires de l'une ou l'autre des parties en désaccord. Cette mention de l'avis "des plus avisés"⁶³ ne devra pas être comprise comme un vestige de principes de démocratie directe, mais comme un procédé qui révèle l'obligation du juge byzantin de recourir, pour le comblement des vraies lacunes du droit, aux critères axiologiques consacrés en tant que part de la conscience commune à l'ensemble social et qui, pour cette raison, sont considérés comme les plus objectifs pour l'évaluation d'un cas singulier⁶⁴. La qualité du juge byzantin d'homme par excellence "avisé" et "judicieux" est exactement celle qui lui permettra de découvrir, ainsi qu'aurait agi le législateur, ce principe général du droit auquel sont liées les circonstances réelles du litige examiné. C'est d'ailleurs pour cette raison, indique le scoliaste de l'*Eisagôgè* (*Epanagôgè*), qu'il s'agit d'un processus qui est "proche de la nature de la loi", à savoir à tout égard compatible à l'ordre légal byzantin. De ce point de vue, la formulation par un tribunal d'un jugement émis sur le principe de la majorité constituait une condition supplémentaire assurant la plus juste formulation des principes ou des valeurs juridiques découlant du sens commun de la justice lors d'une conjoncture historique précise, ainsi que l'application la plus stricte de ces principes de droit aux données réelles d'une contestation judiciaire. Cette formulation constituait donc un procédé d'"auto-réparation" du droit

⁶¹ Sur la notion d'"avis"(γνώμη) en tant que jugement juste de l'homme modéré, cf. Arist., *EN*, 6. 1142b, 1-13; 6. 1142b, 34-1143a, 18; 6. 1143a, 19-24.

⁶² Cf. Arist., *EN*, 5. 1137b, 19-22; Idem, *Rh.*, 1. 1374 b, 11-13.

⁶³ Sur l'"intelligence"(σύνεσις) en tant qu'élément de la "sagesse"(φρόνησις), à savoir de la *recta ratio* dirigée vers l'action (εις τὸ πράττειν), et qui est identifiée avec le "jugement droit"("critique", κριτική) voir Arist., *EN*, 6. 1144b, 23-28. Cf. Michelakis 196: p. 24 et suiv., 36 et suiv., 52.

⁶⁴ Cf. Mitsopoulos 1983: p. 83.

déclenché chaque fois qu'apparaissaient des lacunes juridiques qui ne pouvaient être comblées grâce au principe de l'interprétation analogique. La mission téléologique tendant à la réalisation de l'idée de justice, telle que la concevaient selon les circonstances les représentants de l'ordre légal byzantin⁶⁵, cela lui conférait l'élasticité nécessaire qui lui permettrait de surmonter suivant les cas les intérêts subjectifs conflictuels des parties et la sinueuse rhétorique de leur argumentation: en somme, de parachever l'union idéale de la conviction juridique commune, celle du droit, avec la pratique judiciaire.

3. En guise de conclusion

Cet accent mis sur la notion de "raisonnement" (λογισμός) dans les textes que nous avons cités ne constitue qu'un petit exemple des procédés par lesquels l'utilisation de notions "imprécises" ou "élastiques" provenant des "états" du *genus legale* a contribué à l'élargissement des limites de l'interprétation du droit. Mais, puisque cette essence même de l'argumentation rhétorique se distingue par l'élément de "ce qui est possible" (ένδεχόμενον), de "ce qui est autrement possible" (δυνάμενον ἄλλως ἔχειν, à savoir de la contingence), qui rend aisée le "retournement" des valeurs ou des principes en fonction de la ligne de défense suivie *in utramque partem*⁶⁶, on conçoit que le raisonnement judiciaire, en tant que raisonnement que distingue

⁶⁵ Dans ces cas néanmoins, ainsi que le remarque pertinemment Tsatsos 1932: pp. 167-168, le juge n'établit pas le droit comme s'il était lui-même le législateur, mais comme ce dernier aurait légiféré selon les règles de droit déjà établies s'il s'était trouvé face à l'affaire en question. Ainsi le législateur demeure-t-il toujours unique et l'unité du droit ne reçoit-elle aucune atteinte, à l'intérieur d'un ordre légal qui serait ébranlé si le contraire survenait. Sur l'obsession dans l'ordre légal byzantin de la préséance accordée à la loi écrite, voir aussi Gorla 1997: p. 162 n. 10, 165 n. 17. Dans cette direction, voir aussi Lokin 1994: notamment pp. 183-184 (particulièrement sur les évolutions concernant la conception de la loi et de la justice au XI^e siècle); A. LAIOU, Law, Justice and the Byzantine Historians. Ninth to Twelfth Centuries, dans A. LAIOU, D. SIMON (éds), *Law and Society in Byzantium, Ninth-Twelfth Centuries*, Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington, D.C., 1994, notamment pp. 183-184 (particulièrement sur les évolutions concernant la conception de la loi et de la justice au XI^e siècle).

⁶⁶ Arist., *Rh.*, 1. 1376b, 31 - 1377a, 2. Cf. également Michelakis, 1961: p. 2. Particulièrement sur la recherche du sens "possible"(ένδεχόμενον) des mots dans un texte sémantiquement disputable, qu'il s'agisse ou non d'une disposition de la loi, cf. aussi Vonglis 1968: p. 74.

son enchaînement téléologique⁶⁷, devait forcément parfois être complété⁶⁸ et aller au-delà des règles de l'art oratoire. En effet, son but suprême était de conférer aux notions ou aux clauses imprécises ce support objectif qui leur permettrait, dans les limites de chaque droit positif et des circonstances réelles, d'accomplir leur fonction normative lors de la résolution d'une contestation en justice⁶⁹.

Bibliographie/Abréviations

- Albertario, E. (1935), *Introduzione storica allo Studio del Diritto Romano Giustiniano*, Parte prima. Milan.
- Ankum, H. (1979), *L'actio de auctoritate et la restitutio in integrum dans le droit romain classique*. Utrecht.
- Atherton, Cath. (1988), "Hand over Fist: The Failure of Stoic Rhetoric", *CQ* 38(02): 392-427.
- Atkinson, K.M.T. (1970), "The Education of the Lawyer in Ancient Rome", *The South African Law Journal* 87: 31-59.
- B.= Scheltema H. J.– Van der Wal N.– Holwerda D. (éds.), *Basilicorum Libri LX, Series A. Textus*, Groningen 1955-1985.
- B.(sc.)= Scheltema H. J.–Van der Wal N.–Holwerda D.(eds.), *Basilicorum Libri LX, Series B, Scholia*, Groningen 1953-1985.
- Bardon, H. (1971), "La notion d'intellectuel à Rome ", *StudClas* 13: 96-107.
- Biondi, B. (1952), *Il Diritto romano cristiano, vol. II. La giustizia, le persone*. Milan.
- Bund, E. (1971), "Zur Argumentation der römischen Juristen", in *Studi in onore di E. Volterra*, I. Milan, 571-587.
- Du Cange, *Glossarium* = Du Cange C. du Fresne et al. (1688), *Glossarium ad Scriptores Mediae et Infimae Graecitatis duos in tomos Digestorum, in quo graeca vocabula novatae significationis*, Lugduni (réimp. du Collège de France, Paris, 1943).

⁶⁷ Tsatsos 1932: pp. 93-94, 169 et suiv., 181 et suiv., 228 et suiv.; Idem 1960: p. 201 et suiv.; Mitsopoulos 1983: p. 21.

⁶⁸ Cf. les vues de Michel Psellos sur les rôles complémentaires effectués par la science rhétorique et juridique dans l'étude de Kazhdan 1994: p. 208.

⁶⁹ Despotopoulos 1983: p. 139 et suiv.; Mitsopoulos 1983: p. 3 et suiv.; Idem 2008: p. 21, 107 et suiv. Dans cette direction, voir aussi Michelakis 1961: p. 32 et suiv., 52 et suiv.

- Cervencia, G. (1972), “Studi sulla “cura minorum””. I. “Cura minorum” e “Restitutio in integrum””, *BIDR* 14: 235-317.
- Clarke, M. L. (1953), *Rhetoric at Rome: A Historical Survey*. London (réimpr. 1962).
- Clarke, M. L. (1971), *Higher Education in the Ancient World*. London.
- Coing, H. (1952), “Zum Einfluß der Philosophie des Aristoteles und die Entwicklung des römischen Rechts”, *ZRG* 69.1: 24-59.
- Coing, H. (1953), “Zur Methodik der republikanischen Jurisprudenz: Zur Entstehung der grammatisch-logischen Auslegung”, in *Studi in onore di V. Arangio-Ruiz nel XLV anno del suo insegnamento*. Naples: Bd. I, 365-388.
- Collinet, P. (1912), *Études Historiques sur le droit de Justinien*, I. *Le caractère oriental de l'œuvre législative de Justinien et les destinées des institutions classiques en Occident*. Paris.
- Collinet, P. (1927), “Un programme d'étude sur l'emploi du “cursus” rythmique par la chancellerie impériale romaine ”, *REL* 5: 250-256.
- Collinet, P. (1938), “Les preuves directes de l'influence de l'enseignement de Beyrouth sur la codification de Justinien”, in *Mélanges à la mémoire de P. Huvelin*. Paris, 75-92.
- Collinet, P., (1952), “La genèse du Digeste, du Code et des *Instituts* de Justinien“, in *Études Historiques sur le droit de Justinien*, vol. III. Paris.
- Corcoran, S. J. J. (1996), *The Empire of the Tetrarchs. Imperial Pronouncements and Government AD 284–324*. Oxford : Classical Monographs.
- Cornioley, P. (1964), *Naturalis obligatio. Essai sur l'origine et l'évolution de la notion en droit romain*. Genève.
- Cousin, J. (1935), *Études sur Quintilien*, I. *Contribution à la recherche des sources de l' “ Institution oratoire ”*. Paris.
- Cuq, Éd. (1917), *Manuel des institutions juridiques des Romains*. Paris.
- Dagron, G. (1969), “Aux origines de la civilisation byzantine : langue de culture et langue d'état”, *RH* 241: 23-56.
- Declareuil, J. (1902), “Quelques problèmes d'histoire des institutions municipales au temps de l'Empire romain”, *Nouvelle revue historique de droit français et étranger*, an. 26: 233-437.
- Despotopoulos, K. I. (1983), “Le raisonnement juridique”, in *Aristote sur la famille et la justice*. Bruxelles, 139-156.
- Dimitrakos, *Dictionnaire* = Dimitrakos, D. (1964), *Grand Dictionnaire de la langue Grecque (Μέγα Λεξικόν της Ελληνικής Γλώσσας)*, vol. I-IX, Athènes 1964.
- Ecl. Bas.* = Burgmann L. (éd.) (1988), “Ecloga Basilicorum”, in L. Burgmann (ed.), *Forschungen zur Byzantinischen Rechtsgeschichte*, 15. Francfort-sur-le-Main.

- Garnsey P.-Saller, R. (1995), *Η Ρωμαϊκή Αυτοκρατορία. Οικονομία, Κοινωνία και Πολιτισμός (L'Empire romain. Économie, société, culture)* (trad. grecque Anastasiadis, V.). Héraklion.
- Goria, F. (1997), “La teoria della consuetudine nell' Ecloga Basilicorum (sec. xii)”, in Romano S. (ed.), *Nozione, Formazione e interpretazione del Diritto dall'età romana alle esperienze moderne*. Ricerche dedicate al Professor Filippo Gallo. Naples, 159-193.
- H. = Pitsakis, K. (éd.), *Κωνσταντίνου Ἀρμενοπούλου Πρόχειρον Νόμων ἢ Ἑξάβιβλος (Manuel des lois de Constantin Arménopoulos ou Hexabiblos)*. Athènes, 1971.
- Honoré, A. M. (1975), “Some Constitutions Composed by Justinian”, *JRS* 65: 107-123.
- Honoré, T. (1962), *Gaius*. Oxford.
- Honoré, T. (1978), *Tribonian*. London.
- Honoré, T. (1986), “The Making of the Theodosian Code”, *ZRG*, 103: 103-222.
- Honoré, T. (1998), *Law in the Crisis of Empire (379–455 A.D.): The Theodosian Dynasty and its Quaestors with a Palingenesia of the Constitutions of the Theodosian Age*. Oxford.
- Honig, R.M. (1960), *Humanitas und Rhetorik in spätrömischen Kaisergesetzen*. Göttingen.
- Hunger, H. (1964), *Prooimion. Elemente der byzantinischen Kaiseridee in den Arengen der Urkunden*, in *Wiener Byzantinistische Studien*. Österreichische Akademie der Wissenschaften/Institut für Byzantinistik der Universität Wien, I. Vienne.
- Hunger, H. (1987), *Βυζαντινή Λογοτεχνία. Η λόγια κοσμική γραμματεία των Βυζαντινών*, I. Φιλοσοφία, Ρητορική, Επιστολογραφία, Γεωγραφία (ελλ. μετ. Μπενάκης, Λ. – Αναστασίου, Ι., Μακρής, Γ.), (*Littérature byzantine. La littérature profane savante des Byzantins*), vol. 1, Philosophie, Rhétorique, Genre épistolaire, Géographie. Athènes.
- Kaimio, J.(1979), *The Romans and the Greek Language*, in *Commentationes Humanarum Litterarum* 64. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica.
- Kazhdan, A. (1994), “Some Observations on the Byzantine Concept of Law. Three Authors of the Ninth through the Twelfth Century”, in A. Laiou, D. Simon (éds.), *Law and Society in Byzantium, Ninth-Twelfth Centuries*. Washington D.C.. Dumbarton Oaks Research Library and Collection: 199-216.
- Kaser, M. (1971, 1975), *Das römische Privatrecht*, vol. I-11. München.
- Kaser, M. (1977), “Zur in integrum restitutio, besonders wegen metus und dolus”, *ZRG* 94: 101-183.
- Kennedy, G. (1968), “Rhetoric of Advocacy”, *AJPh* 89: 419-436.

- Kennedy, G. (1972), *The Art of Rhetoric in the Roman World 300 B. C.-A. D. 300*. Princeton University Press.
- Kondylis, P. (1987), *Les Lumières européennes (O Ευρωπαϊκός Διαφωτισμός)*, vol. I. Athènes.
- Kuebler, B. (1930), “Der Einfluß der griechischen Philosophie auf die Entwicklung der Lehre von den Verschuldensgraden im römischen Recht”, in Karl Larenz, et al. (eds.), *Rechtsidee und Staatsgedanke: Beiträge zur Rechtsphilosophie und zur politischen Ideengeschichte*. Milan, Festschrift für Julius Binder: 63-67.
- Kuebler, B. (1938), “Les degrés de faute dans les systèmes juridiques de l’antiquité”, in Introduction à l’étude du droit comparé: *Recueil d’études en l’honneur d’Éd. Lambert*, vol. I. Paris (réimpr. 1973): 175-179.
- Lanfranchi, F. (1938), *Il Diritto Nei Retori Romani. Contributo alla Storia dello sviluppo del Diritto Romano*, in R. Università di Roma. Pubblicazioni dell’Istituto di Diritto Romano dei Diritti dell’ Oriente Mediterraneo e di Storia del Diritto, vol. IV. Milan.
- La Pira, G. (1934), “La genesi del sistema nella giurisprudenza romana. L’arte sistematrice”, *BIDR* 42: 336-355.
- La Pira, G. (1935), “La genesi del sistema nella giurisprudenza romana. Il metodo”, *SDHI* 1: 319-348.
- Laiou, A. (1994), “Law, Justice and the Byzantine Historians. Ninth to Twelfth Centuries”, in A. Laiou, D. Simon (eds.), *Law and Society in Byzantium, Ninth-Twelfth Centuries*, Dumbarton Oaks Research Library and Collection. Washington D.C.: 151-185.
- Lenel, O. (1917), “Culpa lata und culpa levis”, *ZRG* 38: 263-290.
- Leunclavius, J. (éd.) (1956/réimpr.1971), *Juris Graeco-romani tam canonici quam civilis tomii*, vol. II. Francfort (réimpr. Farnborough: Gregg International Publishers avec intr. Hussey, J.M., 1971).
- Lidell-Scott, *Greek English Lexicon* = Lidell H.E.-Scott R (eds.) (1843), *A Greek English Lexicon with a Suppl. 1968* (revis.-augm. by Jones, H.S., McKenzie R. et al.). Oxford 1843 (1996).
- Lokin, J. H. A.-Meijering, A. R.-Stolte, B.H.-Van Der Wal N. (eds.) (2010), *Theophili Antecessoris Paraphrasis Institutionum* (with a translation by A. F. Murison). Groningen.
- Lokin, J. H. A. (1994), “The Significance of Law and Legislation in the Law Books of the Ninth to Eleventh Centuries”, in A. Laiou-D. Simon (eds.), *Law and Society in Byzantium, Ninth-Twelfth Centuries*. Dumbarton Oaks Research Library and Collection. Washington, D.C.: 71-79.

- Maridakis, G. (1979), “ Ο Δημοσθένης θεωρητικός του δικαίου” (“Démosthènes théoricien du droit”), in G. Maridakis, *Μελέται (Études)*. Athènes: 101-130.
- Marrou, H.-I. (1956), *A History of Education in Antiquity*. Paris (trad. Lamb. G.), London.
- Maschke, R. (1926), *Die Willenslehre im griechischen Recht*. Arno Press.
- Meyer, E. (1951), “Die Quaestionen der Rhetorik und die Anfänge juristischer Methodenlehre”, *ZRG* 68: 30-73.
- Michaelidès-Nouaros, G. (1960), “Les idées philosophiques de Léon VI le Sage sur les limites du pouvoir législatif et son attitude envers les coutumes”, in *Επιστημονική Επετηρίς της Σχολής Νομικών και Οικονομικών Επιστημών Αριστοτελείου Πανεπιστημίου Θεσσαλονίκης, τομ. Η (Μνημόσυνον Π. Βιζουκίδου) (Annuaire scientifique de la faculté de Droit et des Sciences Économiques de l'Université Aristote de Thessalonique (à la mémoire de P. Vizoukidès)*. Thessalonique: 181-220.
- Michelakis, E. (1961), *Η θεωρία του Αριστοτέλη περί των πρακτικών αρχών (La théorie d'Aristote sur les principes pratiques)*, Athènes.
- Mitsopoulos, G. (1983), “Αόριστες νομικές έννοιες στην αναιρετική διαδικασία του Αρείου Πάγου ” (“ Les notions indéfinies dans la procédure en cassation”), in *Μελέται γενικής θεωρίας δικαίου και αστικού δικονομικού δικαίου (Études de théorie générale du droit et du droit de la procédure civile)*. Athènes-Comotini, 1 sqq.
- Mitsopoulos, G. (2008), *Τοπική, Nouvelle Rhétorique et Science du droit, Académie d'Athènes-Centre de Recherche sur la Philosophie Grecque*. Athènes.
- Mommsen, Th. (1907), *Le Droit pénal Romain* (trad. J. Duquesne), vol. II, in *Manuel des Antiquités Romaines*. Paris.
- Monier, R. (1970), *Manuel élémentaire de droit romain, vol. I. Introduction historique, les sources, la procédure, les personnes, les droits réels, les successions*. Paris.
- Moussy, Cl. (1988), “Signum et les noms latins de la preuve: l'héritage des divers termes grecs”, *Ktema* 13: 167-177.
- Musumeci, F. (1997), “L'interpretazione dell'edito sui minori di 25 anni secondo Ofilio e Labeone”, in *Nozione formazione e interpretazione del diritto dall'età romana alle esperienze moderne. Ricerche dedicate al Professor F. Gallo*, vol. I. Naples: 39-58.
- Musumeci, F. (2007), “Uti quaeque res erit, animadvertam”. Protezione edittale dei minori e mezzi pretorii adottati per la sua attuazione“, in *Studi per Giovanni Nicosia*, Nuova serie, 214/v, vol.V. Milan: Facoltà di Giurisprudenza di Univ. Di Catania, 443-500.
- Noailles, P.-Dain A. (éds.) (1944), *Les Nouvelles de Léon VI Le Sage*. Paris.

- Paoli, U. (1953), "Droit attique et droit romain dans les rhéteurs latins", *Revue historique de droit français et étranger*: 175-199.
- Papagianni, El., Troianos, Sp. (1981-1982), "Διατάξεις της πολιτειακής νομοθεσίας εις το ερμηνευτικόν έργον των Αριστηνού, Ζωναρά και Βαλσαμόνου" ("Dispositions de la législation constitutionnelle dans l'œuvre herméneutique de Aristinos, Zonaras et Balsamon"), *Επετηρίς Εταιρείας Βυζαντινών Σπουδών (Annuaire de la Société des Études Byzantines)* 45: 1-238.
- Parks, E. (1946), *The Roman Rhetorical Schools as a Preparation for the Courts under the Early Empire*. Johns Hopkins Press.
- Patillon, M. (1988), *La théorie du discours chez Hermogène le Rhéteur: essai sur les structures linguistiques de la rhétorique ancienne*. Paris.
- Peira = Peira. *Practica ex actis Eustathii Romani*, in Zepos, I. & P. (eds.), *Πεῖρα ἡγουν διδασκαλία ἐκ τῶν πράξεων τοῦ Μεγάλου Κυροῦ Ἐῶσταθίου τοῦ Ρωμαίου (Peira. Practica ex actis Eustathii Romani) ex ed. C. E. Zachariae a Lingenthal*, *Jus Graecoromanum*, vol. IV. Athènes, 1931.
- Pieler, P. (2000), "Νομική φιλολογία" ("Littérature juridique"), in Hunger, H. (éd.), *Βυζαντινή λογοτεχνία. Η λόγια κοσμική γραμματεία των Βυζαντινών 2* (μετ. Παπαγιάννη Ε.-Τρωιάνος Σπ.) (*Littérature byzantine. La littérature profane savante des Byzantins*), vol. III. Athènes: 183-379.
- Pitsakis, K. (2010), "D.1.3.32 pr. (Salvus Julien). Transformations byzantines d'un précepte de Droit Romain", in R. Van Den Bergh, R. Van Niekerk, L. G. Wildenboer (eds.), *Libellus ad Thomasium. Essays in Roman Law, Roman-Dutch Law and Legal History in honour of Philip J. Thomas, Fundamina: A Journal of Legal History*, 16: 288-298.
- Pringsheim, F. (1921), "Jus aequum und jus strictum", *ZRG* 42: 643-668.
- Pringsheim, F. (1950), "Justinian's Prohibition of Commentaries to the Digest", *RIDA* 5 (= *Mélanges de Visscher*, vol. IV, Bruxelles, 1949-1950]: 383-415.
- R.-P., *Nomocanon de Photius, Patriarche de Constantinople, avec les scolies de Théodore Balsamon* = Rallès, G.- Potlès, M. (éds) (1852), *Σύνταγμα τῶν θείων καὶ ἱερῶν κανόνων τῶν τε ἁγίων καὶ πανευφήμων Αποστόλων καὶ τῶν ἱερῶν καὶ οἰκουμενικῶν καὶ τοπικῶν Συνόδων καὶ τῶν κατὰ μέρος ἁγίων Πατέρων ἐκδοθὲν σὺν πλεῖσταις ἄλλαις τὴν ἐκκλησιαστικὴν κατάστασιν διεπούσαις διατάξεσιν μετὰ τῶν ἀρχαίων ἐξηγητῶν καὶ διαφόρων ἀναγνωσμάτων, Φωτίου Πατριάρχου Κωνσταντινουπόλεως Νομοκάνων, μετὰ τῶν σχολίων Θεοδώρου τοῦ Βαλσαμῶνος ... (Collection par ordre alphabétique de l'ensemble des matières comprises dans les (lois) divines et les canons sacrés ..., *Nomocanon de Photius, Patriarche de Constantinople, avec les scolies de Théodore Balsamon* ...), vol. I. Athènes.*

- R.-P., Mathieu Blastarès = Rallès, G.–Potlès, M. (éds) (1859), *Σύνταγμα τῶν θεῶν καὶ ἱερῶν κανόνων τῶν τε ἁγίων καὶ πανευφήμων Ἀποστόλων καὶ τῶν ἱερῶν καὶ οἰκουμενικῶν καὶ τοπικῶν Συνόδων καὶ τῶν κατὰ μέρος ἁγίων Πατέρων ἐκδοθὲν σὺν πλείσταις ἄλλαις τὴν ἐκκλησιαστικὴν κατάστασιν διεπούσαις διατάξεις μετὰ τῶν ἀρχαίων ἐξηγητῶν καὶ διαφόρων ἀναγνωσμάτων, Ματθαίου τοῦ Βλαστάρεως Σύνταγμα κατὰ στοιχεῖον τῶν ἐμπεριελημμένων ἀπασῶν ὑποθέσεων τοῖς θεοῖς καὶ ἱεροῖς κανόσι (μετὰ διαφόρων ἀναγνωσμάτων καὶ ἀναλυτικοῦ πίνακος (Collection par ordre alphabétique de l'ensemble des matières comprises dans les (lois) divines et les canons sacrés ... (Mathieu Blastarès. Recueil par ordre alphabétique de l'ensemble des matières comprises dans les (lois) divines et les canons sacrés), vol. VI. Athènes.*
- Santa Cruz, J. (1958), “Der Einfluß der rhetorischen Theorie der Status auf die römische Jurisprudenz insbesondere auf die Auslegung der Gesetze und Rechtsgeschäfte”, *ZRG* 75: 91-115.
- Scheltema, H. J. (1970), “L’enseignement de droit des antécédents», in G.H Blanken, H.J. Scheltema (éds), *Hennephof H., Byzantina Neerlandica Ser. B. Studia*, fasc. I. Leyde.
- Schminck, A. (1976), “Kritik am Tomos des Sisinnios”, in *Fontes Minores (hg. Simon, D.)*, II. Frankfurt, 215-254.
- Schminck, A. (1986), *Studien zu mittelbyzantinischen Rechtsbüchern*, Forschungen zur byzantinischen Rechtsgeschichte 13. Frankfurt-sur-le-Main.
- Schulz, F. (1936), *Principles of Roman Law* (transl. from a text revised and enlarged by the author by M. Wolff). Oxford.
- Schulz, F. (1946), *History of Roman Legal Science*. Oxford.
- Simon, D. (1970), “Aus dem Codexunterricht des Thalelaios, B. Die Heroen”, *ZRG* 87: 315-394.
- Simon, D. (1982), *Η εύρεση του δικαίου στο ανώτατο βυζαντινό δικαστήριο (La recherche du droit à la Cour suprême de Byzance)* (trad. grecque Konidaris, J.). Athènes.
- Spanneut, M. (1957), *Le stoïcisme des Pères de l'Église*. Paris.
- Steinwenter, A. (1947), “Rhetorik und römischer Zivilprozess”, *ZRG* 65: 69-120.
- Stolte, B. (1989), “Balsamon and the Basilica”, in *Subseciva Groningana III, Proceedings of the Symposium on the Occasion of the Completion of a New Edition of the Basilica*. Groningen, 115-125.
- Stroux, J. (1933), “Griechische Einflüsse auf die Entwicklung der römischen Rechtswissenschaft gegen Ende der republikanischen Zeit”, in *Atti del Congresso Internazionale di Diritto Romano*, vol. I. Rome, 113-132.
- Stroux, J. (1949), *Römische Rechtswissenschaft und Rhetorik*. Potsdam.

- Tourtoglou, M. (2001), “Επιεικείς και φιλόανθρωπες διατάξεις του βυζαντινού ποινικού δικαίου αμβλύουνες την τραχύτητα του ποινικού κολασμού” (“Dispositions indulgentes et philanthropiques du droit pénal byzantin, adoucissant la dureté de la punition pénale”), *Πρακτικά της Ακαδημίας Αθηνών (Actes de l’Académie d’Athènes)* 76: 142-168.
- Triantaphyllopoulos, K. (1953), “Ελληνικά νομικά ιδέαι εν τω βυζαντινώ ποινικό δικαίω” (“Idées juridiques grecques dans le droit pénal byzantin”), *Annuaire de droit privé (Αρχείον Ιδιωτικού Δικαίου)* 16: 151-188.
- Troianos Sp. (éd.) (2007), *Οι Νεαρές Λέοντος ς’ του Σοφού (Les Nouvelles de Léon vi le Sage)*. Athènes.
- Troianos, Sp. (2011), *Οι πηγές του βυζαντινού δικαίου (Les sources du droit byzantin)*. Athènes-Komotini.
- Tsatsos, K. (1932), *Το Πρόβλημα της ερμηνείας του δικαίου (Le problème de l’interprétation du droit)*. Athènes.
- Tsatsos, K. (1960), “Η Νομική ως τεχνική και ως επιστήμη” (“Le Droit en tant que technique et en tant que science”), in Tsatsos, K. *Μελέται Φιλοσοφίας του Δικαίου (Études de philosophie du Droit)*, vol. I. Athènes: 201-239.
- Tsatsos, K. (2008), “Οι βασιλικοί άνδρες” (“Les hommes souverains”), in K. Tsatsos, *Μελέται Φιλοσοφίας του Δικαίου (Études de philosophie du Droit)*, vol. II. Athènes: 438-439.
- Van Bochove, Th. E. (1996), *To Date and Not to Date. On the State and Status of Byzantine Law Books*. Groningen.
- Van der Wal, N., Lokin, J. H. A. (1985), *Historiae iuris graeco-romani delineatio. Les sources de droit byzantin de 300 à 1453*. Groningen.
- Vernay, E. (1913), “Notes sur le changement de style dans les constitutions impériales de Dioclétien à Constantin”, in *Études d’histoire juridique offerts à P. Girard par ses élèves*, vol. II. Paris, 263-274.
- Villey, M. (1968), *La formation de la pensée juridique moderne*. Paris.
- Volterra, E. (1959), “Quelques remarques sur le style des constitutions de Constantin”, in *Mélanges H. Lévy-Bruhl. Droits de l’antiquité et sociologie juridique*, 17. Paris: l’Inst. de Droit romain de l’Université de Paris, 325-334.
- Volterra, E. (1971), “Il problema del testo delle costituzioni imperiali”, in *La critica del testo. Atti del II Congresso Internazionale della Società Italiana di Storia del Diritto*. Florence, 821-1097.
- Vonglis, B. (1968), *La lettre et l’esprit de la loi dans la jurisprudence classique et la rhétorique*, Publications de l’Institut de Droit Romain de l’Université de Paris, 24. Paris.

- Voss, W. E. (1982), *Recht und Rhetorik in den Kaisegesetzen der Spätantike: eine Untersuchung zum nachklassischen Kauf- und Übereignungsrecht, Forschungen zur byzantinischen Rechtsgeschichte*, 9. Frankfurt-sur-le-Main.
- Wenger, L. (1940), *Institutes of the Roman law of civil procedure*. New York.
- Wesel, U. (1967), *Rhetorische Statuslehre und Gesetzesauslegung der römischen Juristen*, *Annales Universitatis Saraviensis, Rechts- und Wirtschaftswissenschaftliche-Abteilung* 29. Cologne.
- Wieacker, F. (1960), *Textstufen klassischer Juristen*. Göttingen.

(Página deixada propositadamente em branco)

MEDITAÇÃO SOBRE A RUÍNA DAS RUÍNAS

MEDITATION UPON THE RUINS' RUIN

VASCO GIL MANTAS

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
vsmantas@gmail.com

Artigo recebido a 07-06-2016 e aprovado a 12-01-2017

Resumo

As ruínas da cidade de Palmira, importantes pela história e estado de conservação, sofreram recentemente atentados de que resultou a perda de alguns dos seus monumentos mais relevantes. O motivo subjacente às destruições corresponde à prática de eliminação do passado por razões ideológicas, o que obriga a reflectir sobre a evolução política do Próximo Oriente e a considerar as consequências previsíveis do caos regional desenvolvido nos últimos anos.

Palavras chave: Palmira, Império Romano, arquitectura, ideologia, radicalismo, geopolítica.

Abstract

The ruins of the city of Palmira, important for the history and state of preservation, have suffered recently from attacks that resulted in the loss of some of its most relevant monuments. The reason underlying the destruction corresponds to the practice of elimination of the past for ideological reasons, which forces to reflect on the political developments of the Middle East and to consider the predictable consequences of regional chaos developed in recent years.

Keywords: Palmyra, Roman Empire, architecture, ideology, radicalism, geopolitics.

Este é um texto que esperava nunca vir a escrever¹, pois a matéria de que trata confirma o pessimismo com que assisti ao desenvolvimento da

¹ Agradeço cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das imagens deste artigo e ao Dr. Óscar Nogueiro a cedência de algumas das fotos que o ilustram.

história global nas últimas décadas e ao afastamento cada vez mais evidente, talvez irreversível, dos valores espirituais e cívicos sobre os quais se construiu a identidade do mundo civilizado, valores em grande parte herdados da Antiguidade Clássica². Creio que a destruição de importantes testemunhos do mundo antigo no Iraque e na Síria, sem esquecer o saque sistemático de numerosos museus destes estados do Próximo Oriente, sublinhando naturalmente as barbaridades acontecidas em Palmira (Tadmor), marcam o ponto mais baixo de um processo de regressão, pela gravidade de que se revestem e pelo seu inegável valor simbólico. Centrarei as minhas reflexões em torno das ruínas de Palmira (Fig.1), cuja destruição, ainda que parcial, teria suscitado, anos atrás, uma reacção seguramente mais viva na opinião pública, motivadora, com toda a probabilidade, de uma acção que tardou em concretizar-se. Não me refiro a discursos ou a tomadas de posição retóricas, que pouco ocuparam a atenção dos meios de comunicação social, mas a operações no terreno, única forma de impedir a continuação da catástrofe, publicitada como se fosse mais um absurdo *reality show*³, idêntico a tantos com que nos embrutecem diariamente.

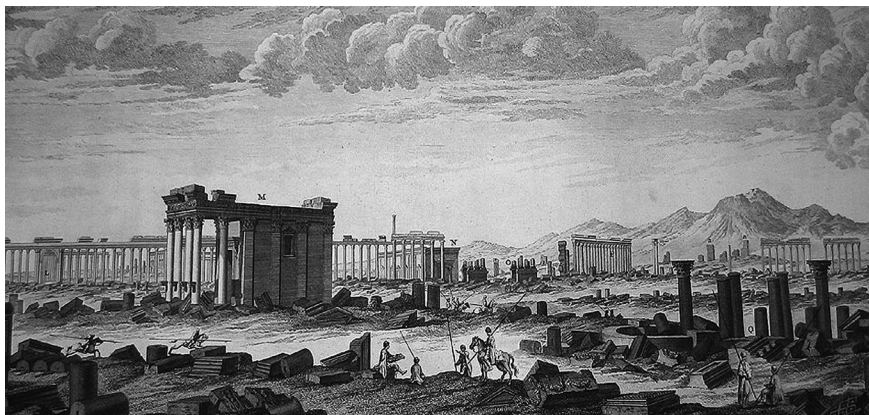


Figura 1 – As ruínas de Palmira em 1753, com o templo de Baal Shamin em primeiro plano (gravura de Robert Wood).

Sempre tive uma relação platónica com as ruínas de Palmira, e digo platónica porque nunca encontrei oportunidade de as visitar. A cidade do oásis tornou-se uma espécie de lugar especial onde se refugiam os sonhos e onde

² Mantas 2012: 47-73.

³ Harmanşah 2015: 170-177.

por vezes se procura abrigo, sabendo que nele nada nos pode atingir, uma espécie de utopia à qual conseguimos atribuir uma imagem física concreta, ainda que intemporal e ideal, desde logo livre de turistas. Por isso mesmo senti duramente os actos de destruição premeditada que ali aconteceram. Remonta ao início da década de 60 do século passado o meu primeiro contacto com a história das ruínas, antes vagamente entrevistas numa ou noutra fotografia, quando adquiri através de encomenda postal uma edição portuguesa da obra de Volney intitulada *Les Ruines, ou Méditation sur les Révolutions des Empires*, vulgarmente conhecida em Portugal como *As Ruínas de Palmira*⁴. Confesso que na altura esperava mais ruínas e menos filosofia política na obra, a qual reflecte de forma clara o ambiente cultural da Revolução Francesa, de cuja herança talvez estejamos a viver agora os momentos finais, embora não como os teóricos de um impossível fim da história planearam.

Não posso deixar de aconselhar a leitura de *As Ruínas de Palmira*, ou sua releitura, porque todas as grandes obras exigem esse esforço de reinterpretação escalonado no tempo, parecendo evidente que a leitura de *O Príncipezinho* aos dez ou doze anos, ou de *Os Sete Pilares da Sabedoria* aos quinze ou dezasseis anos, não provoca os mesmos sentimentos que as mesmas obras, lidas em plena maturidade, acordarão. Na verdade, trata-se de uma excelente obra da literatura francesa, a qual tanto nos enriqueceu antes da proliferação de escritores de supermercado, com grandes nomes e poucas ideias, destacando-se desde logo a evocativa e impressionante descrição das ruínas da cidade síria, da qual sou devedor, em grande parte, da elaboração do meu lugar imaginário, porque as ruínas são, antes de mais, repositórios do mito, e por isso são destruídas, e nem sempre da mesma forma⁵, como infelizmente se vai observando em muitos lugares turísticos do pós-modernismo.

Para quem ame a Antiguidade Clássica e o deserto, paradoxal museu de cidades mortas, mais rico que aquelas terras superpovoadas e plenas de riquezas supérfluas onde habitamos, essas páginas iniciais de Volney são inesquecíveis e sublinham a gravidade dos atentados que se abateram sobre Palmira e a certeza de que as sociedades têm características biológicas, como defenderam Spengler e Toynbee, muito depois de Ibn Khaldun o ter feito⁶.

⁴ Volney s/d.[1960].

⁵ Mantas 2008: 147-192.

⁶ Ibn Khaldun 1958.

Passamos a citar uma parte do capítulo inicial, onde Volney descreve a sua impressão das ruínas, não como arqueólogo, mas como homem sensível ao que é extraordinário:

Assim cheguei à povoação de Homs, sobre as margens do Orontes; e achando-me perto de Palmira, situada no deserto, resolvi reconhecer por mim mesmo os seus famosos monumentos: ao cabo de três dias de marcha nas solidões mais áridas, tendo atravessado um vale cheio de grutas e de sepulturas, observei repentinamente ao sair deste vale uma imensa planície com a cena mais assombrosa de ruínas colossais; era uma multidão inumerável de soberbas colunas direitas, que, como as alamedas dos nossos jardins, se estendiam a perder de vista em filas simétricas e formosas. Entre estas colunas havia grandes edifícios, uns inteiros, outros meio destruídos. Por toda a parte estava o terreno coberto de cornijas, de capitéis, de fustes, de pilastras, tudo de mármore branco, e de um trabalho requintado. Depois de três quartos de hora de caminho sobre estas ruínas, entrei no recinto de um vasto edifício que foi antigamente um templo dedicado ao Sol. Admiti a hospitalidade de uns pobres camponeses árabes, que tinham estabelecido as suas choças sobre o pavimento do templo e resolvi deter-me ali algum tempo para observar atentamente a beleza de tantas e tão sumptuosas obras.

Todos os dias saía a visitar algum dos monumentos que cobriam a planície; e uma tarde em que, ocupado o meu espírito em sérias reflexões, me tinha adiantado até ao Vale dos Sepulcros, subi às alturas que o rodeiam e desde as quais se domina ao mesmo tempo a vista da totalidade das ruínas e a imensidade do deserto...Acabava de pôr-se o Sol, e uma zona arroxeadada marcava ainda o seu curso no horizonte longínquo dos montes da Síria; a Lua cheia levantava-se por oriente, sobre um fundo azulado, nas margens planas do Eufrates⁷.

Esta impressionante descrição do sítio de Palmira, considerada por alguns como um dos pontos altos da prosa francesa do século XVIII, termina curiosamente com a referência ao Sol e à Lua, duas das divindades principais da cidade, Malakbel e Aglibol, associadas a Baal Shamin, a divindade celeste que completava a tríade da cidade⁸, de que se conhecem diversos baixos-relevos, alguns deles felizmente recolhidos em museus europeus (Fig.2). Estas divindades pertencem a um antiquíssimo fundo

⁷ Volney 1791: 2-3.

⁸ Teixidor 1979: 29-52.

religioso semita de características astrais, difundido na região levantina sírio-fenícia e que, entre outros locais de culto dotados de grandes santuários se destacam Palmira e Baalbek (*Heliopolis*), este no Líbano⁹. Alguns destes santuários contribuíram, através do imaginário religioso neles cultivado, para inspirar conceitos sociopolíticos que encontraram forte expressão através das utopias solares que marcaram o mundo helenístico e romano, sobretudo nos séculos III e II a.C., passando da literatura e da filosofia ao campo das aplicações políticas, nem sempre com bons resultados¹⁰.



Figura 2 – Malakbel, Aglibol e Baal Shamin num baixo-relevo de Palmira (Museu do Louvre, Paris).

A descrição de Volney, forçosamente breve, pois o autor não desejou escrever um texto de intenção arqueológica, refere muito claramente alguns dos grandes monumentos de Palmira, como a grande colunata do *Decumanus* urbano, o templo de Bel e as torres funerárias, os últimos dos quais sofreram a acção destrutiva dos militantes do chamado “Estado Islâmico”¹¹, continuando uma estratégia bem definida de terrorismo selectivo, bem conhecida nos manuais de guerra subversiva, na qual o terror é uma poderosa arma psicológica destinada a minar a estabilidade do opositor e a infundir o medo

⁹ Wiegand 1922-1923; Grant 1996: 33-35.

¹⁰ Ferguson 1975; Mantas 2003: 173-184.

¹¹ Usarei no texto a sigla inglesa usual: ISIL.

entre a população, esteja ela já controlada ou não. Permito-me chamar a atenção para a cronologia das destruições levadas a efeito em Palmira, a qual parece ter correspondido a uma atitude de expectativa quanto a possíveis reacções, não tanto das forças governamentais, a partir de Maio de 2015 ocupadas em defender principalmente o que se costumava designar nos tempos do mandato como *la Syrie utile*, mas por parte das potências que o poderiam ter feito na base de uma solicitação mais veemente da ONU, cujas preocupações pareciam, nessa altura, francamente orientadas noutro sentido. É claro que não faltaram as tomadas de posição, mais ou menos abertas, de muitos intelectuais, mas, como é sabido, a toga permanece inerme perante as armas. Houve mesmo um chefe de Estado sul-americano que propôs negociações com o ISIL, como se tal fosse possível.

Vejamus a cronologia dos acontecimentos. A queda de Palmira aconteceu em 20 de Maio de 2015 e logo os meios de comunicação do ISIL informaram que não destruiriam na cidade mais que os monumentos ligados a cultos pagãos, apontando de imediato os alvos escolhidos, que incluíam, naturalmente, também relevos e esculturas. O primeiro edifício monumental a ser eliminado foi o pequeno templo de Baal Shamin, a 25 de Agosto, ou seja, mais de três meses após a queda da cidade na posse dos jihadistas. A 31 de Agosto seguiu-se a eliminação do principal monumento religioso de Palmira, o templo de Bel, que, pelas grandes dimensões, levantou problemas técnicos aos demolidores, possivelmente atrasando a sua destruição. No mesmo contexto, a 3 de Setembro, foram destruídas as principais torres funerárias, entre as quais a de Elahbel, grande construção da época de Trajano.

A destruição prosseguiu a 4 de Outubro, agora já alargada a outro tipo de monumento, o arco honorífico (Fig.3), dificilmente representativo de qualquer ideologia religiosa. Mais uma vez se verificou, entre um e outro acontecimento, um espaço temporal de um mês, durante o qual nada aconteceu para conseguir a protecção eficiente das ruínas da cidade, por essa altura ameaçadas de destruição total, como alertou Maamun Abdulkarim, director do Serviço de Antiguidades e Museus da Síria. Menos evidentes, prosseguiam os vandalismos no museu arqueológico, do qual poucas ou nenhuma peças foram evacuadas antes da queda da cidade, ao contrário do que foi divulgado. Como seria de esperar, a UNESCO considerou as destruições como “um crime intolerável”, com o que todos estamos de acordo, pelo que parece, no mínimo, redundante tal afirmação. Mas como se reage perante crimes intoleráveis?



Figura 3 – Forças governamentais sírias passam junto ao arco honorífico destruído pelos jihadistas (foto Sana).

A eficiência dos demolidores, sobretudo no caso dos templos, é de sublinhar, o que confirma a presença de especialistas em demolição, provavelmente militares. Perante o que se vê no terreno, e as imagens de satélite já o haviam sugerido, o templo de Baal Shamin e o templo de Bel encontram-se totalmente destruídos, arrasados, o que levanta sérias dúvidas quanto a uma muito rapidamente propalada vontade de reconstruir os templos e o arco honorífico num prazo de cinco anos. Não creio que tal seja possível, com exceção do arco, de que grande parte da cantaria subsiste, permitindo uma anástilose eficiente. É certo que existe muita documentação sobre os templos, o que facilita uma reconstrução que, na maior parte consistirá em levantar uma cópia do edifício perdido, com recuperação de um ou outro elemento arquitectónico¹². Talvez o reconhecimento das dificuldades em presença tenha levado a desviar a atenção para o arco honorífico, inclusive através das réplicas de uma pequena parte dele, em escala inferior à real, levantado em Londres¹³, pouco ou nada se divulgando sobre os restantes

¹² Resta a questão, não respondida, de reconhecer quais os monumentos destruídos com que se identifica a população síria, talvez mais sensível a perdas representativas de períodos posteriores à Antiguidade.

¹³ Iniciativa do *Institut for Digital Archaeology*. Em algumas montagens fotográficas aparece erradamente o portal conservado do Templo de Bel.

monumentos. A batalha de Palmira é agora, como foi sob a ocupação jihadista, uma questão de propaganda.

O contexto do Próximo Oriente pode ser confuso, complicado, no mínimo, para quem se habituou a uma história europeia de tipo linear, mentalmente bem organizada segundo quadros que, com frequência, se revelam insuficientes, quando não incómodos. Esta circunstância pode ser particularmente sensível em países como Portugal, onde a noção de Nacionalidade é antiga, fixadas as fronteiras por meados do século XIII, o que não deixa de contribuir para uma certa dificuldade em apreender outras histórias, cultural e politicamente mais instáveis. Se considerarmos também o peso dos lugares comuns e as generalizações abusivas, facilmente compreendemos o quão difícil se torna interpretar os acontecimentos. Não é aqui o lugar indicado para traçar a história do Próximo Oriente, mas devo recordar algumas das grandes linhas que a marcaram nos últimos cem anos. É costume atribuir a acção dos jihadistas a diferenças religiosas entre Xiitas e Sunitas, que tantas vezes têm levado a conflitos na região, mas a existência de um projecto político ambicioso, surgido da instabilidade que se estabeleceu após a intervenção contra o Iraque de Saddam Hussein, completada pela atabalhoada intromissão na Líbia, parece evidente.

Assumindo uma posição fundamentalista radical, de inspiração wahabita¹⁴, excluindo qualquer diálogo com o que é considerado diferente, fora da norma, logo inimigo a destruir, a presente situação assume visos de guerra religiosa, indiscutivelmente, mas é igualmente uma guerra civil e palco de uma renovada Guerra Fria. Para complicar a questão, a intervenção directa ou velada de esta ou daquela potência a favor do regime sírio ou de alguma das múltiplas facções rebeldes, camuflando grandes interesses políticos e geoestratégicos, agravou uma situação de gestão complexa, atendendo ao ambiente político extremamente volátil do Próximo Oriente, mosaico de Estados mais ou menos artificiais nas fronteiras herdadas da dissolução do Império Otomano, nos quais as ditaduras têm normalmente constituído a alternativa possível à anarquia, desaparecido o imperialismo europeu. Religião e etnicidade são, portanto, o pano de fundo de *Kriegsspiele* ensaiados fora do cenário do conflito. O que se pressente por trás de tudo isto é o desenhar de um novo mapa regional, à custa de misérias sem conta e de destruições irreparáveis.

¹⁴ Kalisky 1968: 10-13.

Para quem conhece alguma coisa da história do Próximo Oriente posterior ao desaparecimento da opressão otomana, o desenho territorial do ISIL parece inspirado no que ficou por cumprir das ilusões do grande Reino Árabe de T. E. Lawrence, se é que alguma vez houve intenção de criar esse grande Estado, que os acordos Sykes-Picot e o falhado tratado de Sèvres mostram nunca ter passado de uma ficção¹⁵. Na verdade, tudo o que se encontrava a norte da Arábia foi dividido por franceses e ingleses¹⁶, criando o mapa actual da região: Palestina, Jordânia, Iraque, Síria e Líbano. Uma figura menos conhecida, a extraordinária Gertrude Bell¹⁷, arqueóloga e conselheira de Winston Churchill na Conferência do Cairo, em 1921 (Fig.4), teve uma acção decisiva na formatação territorial do Iraque¹⁸, cometendo um erro de consequências gravíssimas ao incluir os Curdos no reino criado para Faisal, ou melhor, para servir os interesses britânicos nos recursos petrolíferos da região.



Figura 4 – Participantes na Conferência do Cairo. Distinguem-se Churchill, Allenby, Lawrence e Gertrude Bell (foto UKG).

Não se tratando de uma geografia fantástica, onde ecoa alguma coisa das velhas fronteiras orientais romanas¹⁹, não é menos verdade tratar-se

¹⁵ Fromkin 1989: 286-288; Barr 2011.

¹⁶ Satia 2008: 3-19.

¹⁷ Winstone 2004.

¹⁸ Lukitz 2006: 107-210.

¹⁹ Kennedy e Riley 2004: 4-48.

de criações muito artificiais, ausentes do imaginário de grande parte das populações, sobretudo numa época em que a circulação de notícias e o estilo de vida fora dos centros urbanos permaneciam tradicionalmente imóveis. A escritora e também arqueóloga Agatha Christie, que conheceu bem o tempo heróico das escavações na Síria e no Iraque, deixou-nos uma imagem clara dessa sociedade bloqueada:

A moeda oficial do país é o franco francês, mas nesta região o mejidi turco usou-se tanto tempo que para os habitantes conservadores nenhuma outra é aceitável. Os bazares transacionam nesta moeda, embora os bancos não. Os nossos homens recusam-se terminantemente a receber noutra moeda que não seja o mejidi²⁰.

Esta inércia de ordem política, que talvez implicasse também a recusa do novo amo estrangeiro, não deixou de ser aproveitada pelo vizinho turco, pois o desejo de recuperar territórios permaneceu de forma latente, o que pode explicar algumas ambiguidades no quadro da actual crise síria. Recordamos um passo em que Ferreira de Castro refere um episódio vivido e que reflecte esta tensão, quando as publicações de belas imagens turcas que o escritor transportava foram objecto de suspeitosa observação na alfândega síria, não fosse o autor de *A Volta ao Mundo* tratar-se de um agente pró-turco²¹. As independências após a Segunda Guerra Mundial mantiveram as fronteiras do período anterior, agravando-se a situação com a permanente hostilidade entre o Estado de Israel, criado em 1948, e os países da região, onde se desenvolveu um nacionalismo pan-arabista, cujo mentor será o paladino do Socialismo Árabe, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser²².

Todavia, as teias da Guerra Fria, o fracasso do mito da unidade árabe e diversos conflitos perdidos face a Israel não contribuíram para acalmar a situação. Falhada a tentativa socialista, cuja inspiração, fosse como fosse, era de modelo europeu, o desvio das populações para formas radicais de base religiosa era uma inevitabilidade, que as intervenções ocidentais na região e o estrondoso falhanço das quimeras da *Primavera Árabe* catapultaram para o primeiro plano das piores realidades do século XXI. Por tudo isto, que não posso aprofundar como seria conveniente, não devemos admirar-nos que os radicais destruam, por razões ideológicas ou como tal anunciadas, o que

²⁰ Christie 2010: 126.

²¹ Ferreira de Castro 1942: 149.

²² Kalisky 1968: 170-233.

muitas vezes não só é considerado ímpio pelos jihadistas, como é declarado valioso pelos que eles consideram inimigos. Devemos, pois, esperar novas destruições e ataques a sítios turísticos particularmente importantes, como aconteceu, por exemplo, em 2015 no Museu do Bardo, em Túnis. Parece que o problema, posto desta forma, ultrapassa a questão síria, mas não é assim. Vivemos uma era global, ainda que muitas vezes sejam os mais acérrimos defensores desta realidade a esquecerem o seu significado e os muitos efeitos perversos que encerra.

Voltemos, porém, a Palmira, sem que seja possível esquecer o bacanal de destruições, ligadas ou não a acções militares, de que a Síria tem sido palco, perpetradas não apenas pelos militantes do ISIL, parte das quais têm incidido sobre o acervo dos museus ou sobre sítios arqueológicos, nomeadamente através de “escavações” destinadas a encontrar objectos destinados ao mercado negro das antiguidades, que floresce sobretudo na Turquia. Esta prática é muito anterior à guerra civil²³, mas ganhou incontrolado desenvolvimento desde que a ordem, ou pelo menos a ordem policial, foi substituída pela insegurança e brutal imoralidade generalizadas. Parece-me estranho, no mínimo, que se insista na reconstrução de Palmira de uma forma que quase sugere displicência em relação aos outros sítios arqueológicos destruídos ou em vias de destruição, como *Apameia*, cujos mosaicos aparecem à venda na Turquia, ou *Mari*, em cujas ruínas as imagens de satélite permitem identificar mais de um milhar de cavas na área do palácio. Estamos perante uma imensa, irremediável, marcante catástrofe.

Transcrevi, no início, a impressão do Conde de Volney à vista da cidade arruinada. Antes de traçar algumas considerações sobre a história de Palmira e sobre os seus monumentos destruídos ou danificados, quero recordar o que escreveu Agatha Christie, nos anos 30 do século passado, sobre o perturbador efeito da visão das ruínas:

Depois, após sete horas de calor e monotonia e de um mundo de solidão – Palmira! Penso que é esse o encanto de Palmira – a sua beleza esbelta de tom creme, que se eleva fantásticamente no meio da areia quente. É encantadora, fantástica e incrível, com toda a teatral improbabilidade de um sonho. Pátios e templos e colunas em ruínas... Nunca fui capaz de concluir o que penso realmente de Palmira. Para mim tem sempre o mesmo carácter de sonho da primeira vez que a vi²⁴.

²³ Sourmia e Sourmia 1966: 146-149.

²⁴ Christie 2010: 53.

Com que sonharemos, agora que a noiva do deserto foi violada?

A importância da cidade resultou da sua localização privilegiada sobre as grandes rotas das caravanas, oásis com nascentes perenes, a principal das quais era a de Efqa, que secou em 1994, nascente sob protecção de outra das grandes divindades locais, Yarhibol²⁵. Continua a discussão sobre a origem do nome da cidade, que na época romana pode relacionar-se sem dificuldade com os palmares existentes na sua periferia. Não vou desenvolver um sumário sobre a história de Palmira, sobre a qual não faltam publicações acessíveis, reservando a atenção para o seu período romano, o de maior desenvolvimento e ao qual pertencem os grandes monumentos palmirenses. Além de uma posição relevante como placa de comunicações servindo a longuíssima rota da seda, em direcção aos portos do Golfo Pérsico ou através do seu percurso terrestre setentrional, ou a rota das especiarias, através do território nabateu até ao Mar Vermelho, a cidade situava-se estrategicamente numa zona de charneira entre o Império Romano e o Império Persa, o que lhe conferia particular importância como guarda avançada do mundo helenístico-romano. Como é natural, os frequentes conflitos entre os dois impérios não deixaram de ter consequências sensíveis em Palmira.

A cidade entrou na órbita romana em 64 a. C., por acção de Pompeio, após a vitória deste sobre os Selêucidas, mantendo-se independente. Apesar de uma tentativa falhada de Marco António, no âmbito da sua desastrosa política oriental²⁶, Palmira só viria a ser anexada no principado de Tibério, mantendo as instituições políticas locais, uma espécie de conselho tribal ocidentalizado, a funcionar. Estação de caravanas, a cidade vai transformar-se ao longo do século I numa grande urbe, ao mesmo tempo quer se melhorava a rede viária que a servia, por razões militares e comerciais, dinâmica que se desenvolve nos primeiros tempos do século seguinte²⁷. A anexação do Reino Nabateu por Trajano contribuiu fortemente para a riqueza da cidade ao longo do século II, pois permitiu um maior controlo sobre os fluxos comerciais vindos do Mar Vermelho e da Arábia, o que parece reflectir-se em alterações na navegação comercial naquele mar, com nítida quebra de movimento em *Berenike*, no Egipto²⁸.

²⁵ Smith II 2013: 64-66.

²⁶ Elton 1996: 90; Roddaz 2000: 879-888.

²⁷ Smith II 2013: 122, 185.

²⁸ Sidebotham 2011: 206-258.

No século II, Palmira, cujo território se estendia por mais de 150 quilómetros entre os limites noroeste e sudoeste, de acordo com os dois padrões demarcatórios que se conhecem²⁹, era uma cidade muito rica, como os seus monumentos públicos e a sua invulgar arte funerária privada demonstram. O essencial da população era amorita, aramaica e árabe, mas não faltavam elementos gregos, latinos e judaicos, assim como colónias de palmirenses eram conhecidas em muito centros comerciais dentro e fora do Império Romano. A cidade constituía, pois, um excelente exemplo de uma sociedade formalmente greco-romana, helenística, se desejarmos, com um sólido fundo oriental, próprio de uma metrópole comercial cosmopolita. Declarada cidade livre por Adriano, em 129, foi elevada à condição de colónia cerca de 213, por Caracala, ao mesmo tempo que a sua importância militar aumentava no cenário das guerras com a Pérsia, contando com uma guarnição permanente a partir de 206.

A militarização de Palmira cresceu com a ameaça representada pelos Sassânidas, o que levou ao advento de uma nova estrutura política, de tipo real e militar, como sugere o título de *Exarchos* ostentado por Lúcio Septímio Odenato cerca de 250, que usara um pouco antes, o título indígena de *Ras* (senhor, chefe militar). A derrota de Valeriano teve consequências nas transformações políticas em Palmira, reforçando a posição de Odenato, que conseguiu travar o perigo persa, derrotando Shapur em 260 e depois os usurpadores surgidos no Oriente. Seguiram-se novas vitórias que levaram Galieno a atribuir-lhe o título de *Corrector Totius Orientis*, o que legalizou o seu controlo sobre todo o Oriente entre a Anatólia e a Arábia, elevando Palmira à condição de Estado aliado³⁰. O factor militar na sociedade palmirense, que parece predominante no século III, reflecte-se também na presença de tropas auxiliares recrutadas na região e presentes noutros locais do Império, nomeadamente no Egipto, empregues na segurança das comunicações entre o Mar Vermelho e o Nilo³¹. A tónica militar na cultura da cidade é, todavia, anterior, como demonstra o facto das divindades da tríade de Palmira serem representadas com traje militar, acusando uma significativa romanização progressiva do mesmo³².

²⁹ Encontrados em Kirbet El Bilaas e em Kasr al-Hayr al-Gharbi.

³⁰ Young 2003: 159.

³¹ Schwartz 1976: 139-151; Edwell 2008: 62.

³² Perfeitamente visível nos baixos-relevos conservados no Museu do Louvre e no Museu de Lião, por exemplo.

A conclusão lógica desta evolução, depois do assassinio de Odenato em 267, foi a eclosão do chamado Império de Palmira, sob o governo de Júlia Aurélia Zenóbia, segunda esposa de Odenato, pretextando tutelar o filho menor, Vabalato. Os historiadores dividem-se na apreciação dos cerca de 12 anos que durou a governação de grande parte do Oriente, incluindo o Egipto, por Zenóbia. Uma parte dos especialistas interpreta a secessão, que só se confirma depois de 271, quando Zenóbia (*Bat-Zabbai*) adopta o título de *Augusta* (Fig.5), circunstância que, conjugada com a conquista da Arábia e do Egipto implicava uma ruptura definitiva com Roma³³. Inicialmente, todavia, não houve quebra da política de dependência formal seguida por Odenato. Creio que este problema deve ter em conta a situação caótica do Império Romano na época, roído por usurpações e divisões territoriais que, vistas no Oriente, só podiam facilitar a tarefa dos rivais iranianos, convidando-os a uma desforra.



Figura 5 – Antoniano de Zenóbia, com o título de *Augusta* e uma muito romana *Iuno Regina* no reverso (RIC V 2: 3122).

Por outro lado, a situação geral nas províncias orientais do Império era diferente da decadência que se ia afirmando no Ocidente, pois tinham sido largamente beneficiadas no século III pelos imperadores da dinastia Severa. Não esqueçamos que a comemoração do milénário de Roma, em 248, foi presidida por Filipe, o Árabe, imperador oriundo da região de Bostra, no sul da Síria³⁴, o que confirma a inegável importância atingida pelo Oriente e pelos seus efectivos militares na

³³ Smith II 2013: 179; Ball 2014: 74-86.

³⁴ Prickartz 1995: 129-153; Ball 2014: 417-418.

política imperial, sinal claro da transferência do centro de gravidade político para Oriente, concluído meio século depois com a promoção de Constantinopla a capital imperial. A atitude de Zenóbia compreende-se facilmente e pode ser interpretada como uma atitude de autodefesa perante os perigos que ameaçavam os territórios que foi englobando nos domínios de Palmira perante a incapacidade ou impossibilidade de intervenção de Roma³⁵.

Assim, a acção de Zenóbia não pode nem deve comparar-se com a de Cleópatra, pois no essencial, criando um grande espaço oriental sob a sua tutela, a rainha de Palmira procurava, mais que afirmar uma posição político-cultural oposta ao que Roma representava, salvaguardar uma realidade resultante de três séculos de presença romana. Seja como for, a figura de Zenóbia parece votada a interpretações românticas ou politicamente marcadas pela pretendida resistência indígena ao domínio romano³⁶, normalmente difícil de provar, com uma ou outra excepção pontual. O facto de Zenóbia ter sido promovida como símbolo nacionalista pelo regime sírio pode ter pesado nas destruições que se abateram sobre Palmira³⁷, uma vez que para o ISIL o nacionalismo árabe não tem qualquer sentido.

Talvez estejamos, afinal, perante um caso precoce e relativamente bem-sucedido da emergência de poderes regionais com uma base étnica e territorial mais ou menos coerente, como aconteceu na mesma altura com o chamado Império das Gálias. No fundo, o que a Tetrarquia iria conceber uma dúzia de anos depois conheceu aqui uma espécie de antecedente, tanto mais que Zenóbia tomou o Egipto a um usurpador e de início reconheceu Aureliano como imperador. O território que Diocleciano vai governar directamente como Augusto corresponde, quase por completo, ao espaço controlado por Zenóbia, o que demonstra a existência de um embrião de unidade, ainda que marcada por grandes diferenças culturais, às quais uma forte estrutura helenístico-romana garantia uma viabilidade funcional.

A aventura de Zenóbia, que talvez tenha preservado o Oriente romano face à ameaça iraniana, terminou mal, pois Aureliano não aceitou a situação e entrou em conflito com a rainha, cujas forças vencidas

³⁵ Millar 1993: 159-173; Southern 2008: 83-130.

³⁶ MacMullen 1992.

³⁷ Sahner 2014: 153.

em várias batalhas não conseguiram evitar o ataque a Palmira. Como o pedido de rendição foi repellido, Aureliano investiu a cidade, após ter capturado Zenóbia em fuga para o lado sassânida do Eufrates. A rainha foi levada prisioneira para Roma e daqui para diante instala-se a dúvida quanto à sua sorte, que alguns historiadores pretendem ter sido morte natural durante o exílio em Tivoli³⁸. A população de Palmira revoltou-se pouco depois e a cidade, que fora poupada, foi atacada, saqueada e sofreu larga destruição³⁹ transformando-se num grande posto militar, onde Diocleciano viria a construir um campo legionário permanente. Com a derrota de Zenóbia começou o declínio irreversível de Palmira, cuja função urbana enfraquecida foi substituída por uma função militar activa na *Strata Diocletiana*, a grande via militar na rectaguarda do *limes* oriental, entre *Sura* e *Bostra*, onde ligava com a *Via Nova Traiana*⁴⁰.

Palmira não foi abandonada e manteve alguma população civil, embora a área urbana tenha sido muito reduzida. Os acontecimentos tiveram, porém, impacte sobre a vida quotidiana dos habitantes, desaparecida a opulenta classe mercantil, os quais se afastam gradualmente dos cultos tradicionais ou lhes atribuem identificações próprias de um fenómeno de *interpretatio*, como uma dedicatória a Zeus proveniente do templo de Baal Shamin sugere⁴¹. No período bizantino a cidade, cedo cristianizada, teve uma nova muralha e houve construção de alguns edifícios públicos, como igrejas, ainda que parte delas tivesse sido instalada em antigos templos. Em 634 a cidade, quase reduzida ao campo de Diocleciano, foi tomada pelos muçulmanos no cenário da sua ofensiva relâmpago contra as forças do imperador Heráclio, iniciando-se um novo período da sua história, quase sempre agitado e que terminou com a transformação do que fora uma metrópole no deserto numa paupérrima aldeia, deslocada pela administração francesa em 1932 para permitir os trabalhos arqueológicos (Fig.6).

³⁸ Southern 2008: 156-164.

³⁹ Ball 2014: 80-81

⁴⁰ Lewin 2011: 233-264; Silver 2015: 279-285.

⁴¹ Dunant 1971: 43-44.



Figura 6 – A aldeia de Tadmor e o templo de Bel no início do século XX. Dois mundos distintos e opostos.

As primeiras escavações científicas efectuadas em Palmira tiveram lugar em 1902 e em 1917, sob orientação dos alemães Otto Puchstein e Theodor Wiegand⁴², continuadas pelo francês Henri Seyrig a partir de 1929. Com algumas interrupções episódicas, nomeadamente durante a década de 40 do século passado, as escavações arqueológicas e o estudo e publicação dos achados provenientes da cidade continuou a bom ritmo⁴³, ainda que grande parte da área urbana, muito vasta, continue por escavar, pouco se conhecendo das zonas habitacionais, uma vez que foi dada prioridade à zona monumental e aos grandes edifícios públicos, religiosos e profanos, assim como a parte das necrópoles. Esta circunstância pode ter sido positiva para a conservação de numerosos restos, ainda desconhecidos, como os mosaicos que certamente existem em grande número e de elevada qualidade nessa zona da cidade pouco escavada.

O urbanismo da cidade, tal como se conhece, pertence ao período de pleno desenvolvimento, entre os séculos II e III. Embora de nítida influência

⁴² Theodor Wiegand, que se notabilizou-se também como pioneiro da fotografia aérea aplicada à arqueologia, foi distinguido com a *Adlerschild*, importante galardão alemão, em 1934.

⁴³ Adnan e al-Assad 2000.

helenística, a planta de Palmira não corresponde ao modelo hipodâmico normal, menos ainda ao modelo ortogonal romano, embora se lhe atribua um *Decumanus* com um traçado sinuoso, com quebras de direcção disfarçadas por um tetrápilo e por um arco honorífico, e um *Kardo*, situado no limite oriental da cidade, continuando a estrada vinda de Damasco. O forum ou ágora comercial ocupa uma posição excêntrica, no limite urbano, junto à muralha construída por Zenóbia e reforçada por Justiniano, embora perto do teatro. Não houve, portanto, um planeamento homogéneo, orientando-se os eixos principais de forma a comunicarem com os templos principais, o que parece ser nítido no caso do *Decumanus* e do santuário de Bel (Fig.7), que terá levado ao desvio do uádi al-Kubur para sul. Já se avançou a hipótese de a rua ter sido traçada de forma a sugerir o movimento aparente do Sol, desde o templo de Bel até ao templo de Alate, na extremidade oeste da cidade, o que creio pouco credível. Por outro lado, as *insulae* a noroeste da cidade, longas e estreitas, definem um padrão regular de ruas paralelas *per strigas*, sugerindo um plano integrado⁴⁴. A área no interior da muralha, cujo perímetro ronda os seis quilómetros, era inicialmente mais vasta, indicando uma população elevada, ainda que, como quase sempre acontece, difícil de calcular.



Figura 7 – Vista parcial das ruínas de Palmira, identificando-se alguns dos seus monumentos principais.

⁴⁴ Wheeler 1964: 60; Van Berchem 1976: 165-173.

As colonatas das ruas principais e os pórticos dos grandes edifícios públicos mostram uma característica não muito vulgar fora do Oriente, ostentando mísulas nos fustes, as quais outrora suportavam estátuas de bronze, tal como acontecia também noutras cidades da região, entre as quais *Dura Europus*, *Hatra* e *Gerasa*⁴⁵. A existência de arruamentos e de monumentos envolvidos por pórticos não carece de explicação numa cidade construída em pleno deserto. A rua que se identifica com o *Kardo* parece ter sido construída, ou pelo menos a sua colonata, entre o governo de Trajano e o de Adriano. O grande arruamento em direcção ao templo de Bel terá sido lançado ou monumentalizado, de acordo com testemunhos epigráficos, entre 158 e 225, com maior actividade constructiva nos tempos de Septímio Severo e de Caracala, talvez em relação com a atribuição do título, honorífico, de colónia.

Como acontecia com os viajantes que se aventuravam no deserto séculos atrás para visitar as ruínas, a chegada a Palmira devia causar um profunda impressão aos viajantes da época romana, ao depararem após a monotonia áspera do deserto, com uma metrópole de imponentes santuários, ruas movimentadas, comércio rico e activo artesanato, sem esquecer a evidente exuberância de uma elite política e económica, em grande parte relacionada com as actividades mercantis centradas na cidade. Um testemunho eloquente dessa elite, desaparecidos outros, são os relevos funerários palmirenses⁴⁶, sobretudo dos séculos II e III, representando homens vestidos à ocidental e mulheres, não raramente belas, ostentando uma pesada *parure* orientalizante, que me recorda a Dama de Elche. Assumindo poses altivas ou melancolicamente pensativas (Fig.8), invocando o invisível para além do horizonte, estas damas de Palmira, sem atingirem a perfeição, demasiada para alguns, da escultura clássica⁴⁷, reflectem o poderio da cidade e, simultaneamente, o quanto há de efémero no que se pensa adquirido e imperturbável. As senhoras de Palmira, cujas figuras foram também alvo de destruição à martelada, merecem-nos um pensamento de respeito, não de pena, pois foram os homens de hoje que falharam na sua defesa.

⁴⁵ Wheeler 1964: 60-61.

⁴⁶ Parlasca 1976:33-43; Strong 1995: 166-169.

⁴⁷ Wheeler 1964: 160-163.



Figura 8 –Estela funerária com o retrato de Aqmat, filha de Hagagu (Museu Britânico, Londres).

Vejam os então quais os principais monumentos destruídos ou severamente danificados pelos jihadistas, sem esquecer que a guerra civil já havia causado estragos no património arqueológico de Palmira⁴⁸. Um dos monumentos rapidamente destruído foi o Leão de Alate, animal sagrado desta deusa de origem árabe⁴⁹, que se situava frente ao museu, grande peça de escultura representando o leão protegendo um antílope do deserto (*oryx*). Felizmente, embora bastante danificado, parece possível a sua recuperação, o que já não se pode dizer dos relevos que se encontravam no museu, mesmo os relevos funerários, cujas figuras tiveram as faces esboroadas ou foram em parte pilhados, como sugerem os espaços vazios nas paredes do museu. Alate foi interpretada pelos greco-romanos como sendo a deusa Ártemis ou Diana, a antiquíssima *Senhora dos Animais* do Levante mediterrânico⁵⁰. O templo desta deusa parece ter sido construído no século I, embora a

⁴⁸ Ali 2013: 42-53; Pigeaud 2015: 4-7.

⁴⁹ Teixidor 1979: 53-61.

⁵⁰ Moscati 1963: 240-241; Tozza 2015: 59-81.

epigrafiada correspondente sugira uma renovação na primeira metade do século II e uma evolução progressiva do fenómeno interpretativo.

Outra vítima jihadista foi o templo de Baal Shamin, que no período bizantino foi transformado em igreja e depois em mesquita. Este templo encontrava-se muito bem conservado e o tecto da cela possuía uma exuberante decoração. Era um edifício tetrastilo, pseudoperíptero, de ordem coríntia, com as paredes exteriores da cela dotadas de pilastras e com uma janela, elemento pouco usual na arquitectura religiosa romana ocidental mas que ocorre noutros monumentos de Palmira, nomeadamente no templo de Bel. As colunas ostentavam as usuais mísulas para sustentar as desaparecidas estátuas, provavelmente em bronze (Fig.9). O templo de Baal Shamin, o *Senhor dos Céus* de origem síria, normalmente interpretado como Zeus ou Júpiter, foi reconstruído por um notável local em 131, para comemorar a visita do imperador Adriano à cidade, mas o *Temenos* do santuário é anterior⁵¹. O templo de Tébessa (*Theveste*), na Argélia⁵², seguramente posterior, recorda pelo estilo, dimensões e elementos orientalizantes nele identificados, a arquitectura deste templo de Palmira.



Figura 9 – Os camelos turísticos e o templo de Baal Shamin, em 2010 (foto Óscar Nogueiro).

⁵¹ Gollard e Vicari 1969.

⁵² Dareggi 2000; Robertson 1992: 217-218.

A principal vítima da barbárie em Palmira foi o grande santuário de Bel, cujo templo constituía um extraordinário exemplar do sincretismo arquitectónico no mundo romano, aliando elementos semitas, gregos e romanos. O templo levantava-se no centro de um grande pátio porticado, de planta quadrangular, com 205 metros de lado. A entrada fazia-se através de um propileu, que em tempos possuiu seis portas de bronze, a que se acedia por uma escadaria monumental lembrando a do santuário de Baalbek⁵³. O templo propriamente dito elevava-se sobre um estilóbato e era de ordem coríntia, com os capitéis recobertos por bronze dourado, há muito desaparecido. A entrada fazia-se através de uma escadaria de suave declive, não axializada, pela fachada maior do lado poente. A cobertura era em terraço, com quatro torreões, tudo encimado por almenas⁵⁴, como no templo de Baal Shamin.

Era um edifício octastilo e períptero, dotada de frontões triangulares que apenas serviam para conferir um aspecto clássico às fachadas anterior e posterior. O interior da cela, iluminado por janelas e muito decorado, contava com duas exedras contrapostas. O templo, embora dedicado em 32, no principado de Tibério⁵⁵, sofreu posteriores modificações, sobretudo na época de Adriano (Fig.10). A análise da planta sugere semelhanças com o templo de Vénus e Roma, na capital imperial, templo em que não hesito em identificar traços próprios da arquitectura síria, fortemente presente no Império na época de Trajano com as obras de Apolodoro de Damasco⁵⁶, o que talvez explique a origem do conflito que teria oposto o arquitecto ao imperador Adriano⁵⁷. Como era habitual, o altar sacrificial ficava na esplanada, rodeada em três dos lados por uma dupla colunata, frente à fachada principal. Sobre este formidável monumento escreveu Mortimer Wheeler:

*The whole aspect of the place is, to the classically minded, more than a little bizarre and even a trifle sinister. The transmutation of Roman architecture by alien traditions and usages could scarcely be carried further*⁵⁸.

⁵³ Donald 1966: 122-128; Barton 1989: 84-86.

⁵⁴ Picard 1965: 163-167.

⁵⁵ Millar 1993: 323; Gros 1996: 162-164.

⁵⁶ Picard 1959: 182-183; Abdulkarim e Calcani 2003: 25-64.

⁵⁷ Dião Cássio *H.R.* 69. 27.

⁵⁸ Wheeler 1964: 64.



Figura 10 – Colunata e fachada oriental do templo de Bel, em 2010 (foto Óscar Nogueiro)

Este edifício tem um lugar especial na história da arquitectura do Império, a qual exige com frequência, sobretudo no Oriente, uma razoável flexibilidade interpretativa. O desconforto sentido por Wheeler, para quem a possibilidade de vir a acontecer uma tragédia em Palmira parecia algo impensável, soa vagamente premonitória do que, afinal, sucedeu. A destruição foi eficiente, apenas sobrevivendo o portal adossada à colunata da fachada (Fig.11). Na verdade, parece-me praticamente impossível qualquer restauro coerente do templo. Assim, um monumento que não tinha há muito qualquer significado religioso e que apenas podia recordar um passado de prosperidade vivido na região, foi destruído por quem pretende apagar a história, por contraste demasiadamente incómoda para os seus propósitos.



Figura 11 – Estado actual do templo de Bel, destruído em 2015 (foto Sana).

O arco honorífico de Palmira, elevado por Caracala, mereceu também a atenção dos jihadistas, ainda que as suas motivações neste caso sejam menos claras. O arco, de três aberturas, faz a ligação entre dois tramos com orientação diferente do chamado *Decumanus*. É um monumento de elegante arquitectura e que possui uma característica interessante, na linha dos *trompe l'oeil* vulgares na arquitectura romana. Com efeito, para disfarçar a mudança de direcção da rua, o arco tem planta triangular, acomodada à visão de quem se aproxima dele de um ou de outro lado. Esta solução encontra-se, por exemplo, no fórum novo de *Leptis Magna*, terminado em 216, onde a ligação entre a praça e a basílica se faz recorrendo ao mesmo artifício⁵⁹. Aliás, esta preocupação de axialização é um ponto forte da arquitectura romana, visível, por exemplo, tanto nos *fora* imperiais em Roma como no fórum de Pompeios, onde se criou uma falsa regularidade através de uma colunata escondendo a maior parte das fachadas. Apesar de bastante maltratado pelos explosivos, o arco de Palmira pode ser reconstruído, razão pela qual, talvez, se lhe dê tanta atenção, quando os templos são praticamente ignorados nas mensagens destinadas à opinião pública.

Um monumento pouco prejudicado foi o teatro, cuja datação não colhe o acordo dos arqueólogos, oscilando entre os séculos I e III, o que parece indicar diversas renovações. O edifício, que provavelmente não teve a *cavea* terminada, é pequeno e denota, no desenho da *orchestra*, alguma influência dos teatros helenísticos. Situa-se numa zona importante da cidade, inserido numa praça semicircular rodeada por um pórtico, perto do fórum, cujas funções era sobretudo comerciais. Todavia, o teatro ficou para sempre manchado pelos assassinatos, a que se chamam execuções, que ali tiveram lugar. Passará muito tempo antes que esta sombra se atenuar e não foi certamente o concerto que ali teve lugar pouco tempo depois da libertação de Palmira pelas forças governamentais e seus aliados que apagará o terror vivido no que até há pouco era um lugar de cultura⁶⁰, concerto que proclama o falhanço total do que, em tempos, se chamou o Ocidente.

Outro alvo de destruição organizada, de impossível recuperação, foi o extraordinário conjunto de grandes torres funerárias do Vale dos

⁵⁹ Wheeler 1964: 62, 52-56.

⁶⁰ No teatro tinha lugar até ao início da guerra civil o *Festival de Palmira de Cultura e Artes*, semelhante ao *Festival de Jerash* e ao *Festival de Baalbek*.

Túmulos (Fig.12), na periferia da cidade, por onde Volney passou antes de entrar nas ruínas. Seis dessas torres, entre as quais as de Elahbel, Jamlishu, Atenatan e Khitot, as mais imponentes, foram destruídas com explosivos, aniquiladas. Eram excelentes construções, com vários andares, que funcionavam como grandes mausoléus ou columbários familiares dos notáveis de Palmira⁶¹, construídas entre o século I e o século II, a última datada de 128. Pertencem, portanto, a um período de grande desenvolvimento económico da cidade, que se reflectia no autoelogio dos notáveis. Muito ornadas no interior e com os nichos funerários enobrecidos por retratos dos defuntos em baixo-relevo, conservavam, como no caso do elaborado tecto da Torre de Elahbel, a pintura que enriquecia a decoração, constituindo um dos raros exemplos conservados da policromia arquitectónica antiga (Fig.13).



Figura 12 – A torre funerária de Elahbel (103 d.C.), em 2010 (foto Óscar Nogueiro).

⁶¹ Picard 1965: 168-170.



Figura 13 – Interior da torre de Elahbel, com tecto policromado (foto Óscar Nogueiro).

Outros monumentos da cidade, embora não visados directamente por actos de destruição, sofreram prejuízos nos combates que se travaram em Palmira e também devido ao abandono e falta de manutenção. Quanto ao importante Museu Arqueológico, frente ao qual se levantava o Leão de Alate, o seu acervo sofreu prejuízos irreparáveis, pois foi pilhado e as peças a que foi atribuída alguma conotação religiosa destruídas ou desfiguradas, como aconteceu com numerosos monumentos funerários que incluíam figuras humanas. Grande parte destes baixos-relevos, que constituíam uma impressionante galeria de retratos, está perdida definitivamente. Uma apertada vigilância sobre os mercados de antiguidades, a ser possível, não deixará de identificar peças provenientes deste e de outros museus, em certos casos completamente saqueados. Talvez neste aspecto a intervenção internacional se revele mais importante e premente que a propalada reconstrução das ruínas de Palmira em cinco anos. Creio que, também neste caso, nos mantemos no círculo das ilusões. Se foi possível reconstruir a Ponte de Mostar, já os Budas de Bamiyan, permaneceram, naturalmente, irrecuperáveis. Como

poderá ser reconstruído o templo de Bel, sem que tenhamos, afinal, apenas uma cópia imperfeita, um pasticho para eventuais turistas, desprovido da auréola cativante que envolve as grandes ruínas?

A destruição de monumentos ao longo dos tempos é, infelizmente, uma realidade presente em todos os conflitos, militares ou ideológicos. Muitas destas destruições resultaram apenas da estupidez ou da ignorância de quem as perpetrou, enquanto outras resultaram dos azares da guerra, justificadas por operações militares. A demolição de arcos na romana Ponte de Alcântara pertence a essa categoria⁶², infelizmente responsável por enormes e irreparáveis destruições, por vezes resultantes do desconhecimento da situação no cenário operacional, como no triste caso do Mosteiro de Monte Cassino⁶³. Muito diferentes são os atentados cometidos de forma deliberada contra bens de interesse histórico e cultural, ainda por vezes disfarçados por razões de ordem militar, como sucedeu em 1945 com a aniquilação da cidade alemã de Dresda. Não acontece assim quando o motivo é abertamente ideológico, usando aqui a expressão no seu sentido mais lato, situação em que tudo, ou quase tudo, é possível.

As destruições motivadas por razões de ordem ideológica são determinadas pelo valor simbólico do alvo. Como é evidente, o seu número e ubiquidade impedem a elaboração de um levantamento, mesmo sumário. Os múltiplos conflitos que se desenvolveram no século passado e as suas sequelas no presente facultam exemplos copiosos e dramáticos, sem necessidade de recuar muito no tempo. Indicarei apenas um exemplo e o seu contrário, que me parece representar bem este tipo de situações, a destruição da cidade alemã de Königsberg, capital histórica da velha Prússia, e a demolição do *Palast der Republik*, em Berlim, após a queda do muro. Ambos os casos, e poderia acrescentar muitos mais, reflectem uma vontade evidente de eliminar os testemunhos físicos do passado, por razões políticas.

Königsberg foi largamente destruída pelos bombardeamentos da RAF em Agosto de 1944, sofrendo depois os efeitos de um violento cerco soviético em 1945, nos últimos meses da guerra. O centro histórico ficou devastado e nos anos que se seguiram ao final do conflito as autoridades soviéticas decidiram apagar os traços de uma cidade considerada símbolo de uma sociedade *militarista e reaccionária*, procedendo à demolição generalizada das ruínas históricas subsistentes. Assim se perdeu o Castelo,

⁶² Blanco Freijeiro 1975: 46-51.

⁶³ Bauer 1969: 158-162.

com todo o centro histórico, à exceção da Catedral, mantida em ruínas até aos inícios dos anos 90. Entre as muitas igrejas arruinadas e depois demolidas conta-se aquela onde se encontrava o túmulo do almirante português Marquês de Nisa⁶⁴. A intenção clara foi a da russificação da cidade, agora denominada Kaliningrado, suprimida a memória do passado prussiano, o que foi completado pela eliminação ou expulsão dos residentes alemães sobreviventes⁶⁵. O caso de Königsberg, que tem na supressão em Berlim do *Palast der Republik* uma atitude idêntica, mas de sinal contrário, pois se demoliu o edifício mais emblemático da RDA na cidade, aliás construído no local do arrasado palácio real, mostra até que ponto se pode ir em termos de obliteração da memória e, simultaneamente, na criação de falsos passados e de improváveis futuros.

As razões de ordem religiosa não têm sido menos nocivas à preservação de monumentos. Presentes em todas as épocas, esperaríamos não continuar a assistir a tragédias semelhantes no século actual, o que já se revelou um sonho falhado. A conflitualidade entre as três Religiões do Livro, semitas na origem, muito tem contribuído para este lastimável historial. No Império Romano encontramos uma legislação abundante, por vezes contraditória, progressivamente endurecida com a estabilização do Estado cristão, a partir dos finais do século IV. À margem da lei, ou com a conivência das autoridades⁶⁶, não faltaram turbas fanáticas ocupadas na destruição de santuários pagãos e também de sinagogas, sobretudo a partir de 380, quando Teodósio estabelece o Cristianismo como religião oficial pelo Edicto de Tessalónica. De nada valeu a famosa intervenção de Libânio junto do imperador, em defesa dos monumentos pagãos⁶⁷, irremediavelmente condenados.

Os rescritos imperiais reflectem bem o evoluir da situação. Constâncio e Constante ainda determinavam, em 346, que os templos fora das muralhas de Roma fossem conservados, abrindo também uma excepção para aqueles que estivessem tradicionalmente relacionados com os jogos públicos⁶⁸. O discurso é muito diferente no tempo do desgraçado principado de Honório. Eis o que consta num rescrito de 399:

⁶⁴ O almirante morreu durante uma missão diplomática, em 1802, tendo sido provavelmente sepultado na Propsteikirche, igreja católica.

⁶⁵ Davies 2015: 449-455.

⁶⁶ Blánquez Pérez 2014: 48-63.

⁶⁷ Libânio *Or.* 30.

⁶⁸ *C.Th.* 16. 10. 13

*Os mesmos Augustos (Honório e Arcádio) a Eutiquiano, Prefeito do Pretório. Se ainda houver alguns templos nos distritos rurais, eles devem ser demolidos sem distúrbios e sem tumultos. Pois, quando eles estiverem destruídos e removidos, a base material de toda a superstição será destruída*⁶⁹.

Uma constituição de Honório e Teodósio II, datada de 407 é ainda mais clara, determinando a destruição das imagens e dos altares e a transferência para uso público dos templos sobreviventes. Ordena ainda que os proprietários rurais sejam compelidos a destruir os templos existentes nas suas terras⁷⁰, pondo assim em causa os últimos grandes redutos do paganismo. Palmira conta também com um lugar nesta história de intolerância, pois sabemos que o templo de Alate foi destruído em 385-386 por ordem do Prefeito do Oriente, Materno Cinégio⁷¹.

Este gosto pela destruição volta a encontrar-se no período bizantino no contexto de um conflito que marcou a Igreja Oriental, a iconoclastia, com todos os problemas políticos e sociais que envolveram este movimento fundamentalista⁷². Não esqueçamos, todavia, o que sucedeu na Europa em períodos posteriores, sobretudo no quadro do estabelecimento da Reforma⁷³. Por outro lado, uma grande despreocupação com a reutilização de materiais, sobretudo de materiais nobres, foi particularmente nociva para os grandes monumentos situados em zonas muito urbanizadas, em contexto de afirmação de poder, como sucedeu em Roma, desde a construção do Arco de Constantino até às grandes edificações renascentistas⁷⁴. No mundo islamizado o fenómeno também não foi desconhecido, embora a desertificação de vastas zonas do Oriente e do Norte de África tenham em parte salvaguardado durante séculos ruínas incomparáveis, como as de Palmira, sem qualquer utilidade para populações nómadas. Mas houve, naturalmente, muitos estragos, por razões utilitárias⁷⁵, religiosas ou por simples estupidez, como terá acontecido com a demolição da monumental

⁶⁹ *C.Th.* 16. 10. 16

⁷⁰ *Const.Sirm.* 12.

⁷¹ Stoneman 1994: 190.

⁷² Grabar 2000.

⁷³ Hayman 2015.

⁷⁴ Moatti 1989: 15-21, 45-52, 130-143.

⁷⁵ Muitos materiais arquitectónicos foram exportados para serem reutilizados noutras construções, como sucedeu com as ruínas de Cartago, de que há colunas na Mesquita da Córdova.

estátua de Hércules / Melqart, em Cádiz⁷⁶. Não é o caso, seguramente, da vaga de destruições protagonizada pelos jihadistas.

Os desastres que aconteceram no Iraque e na Síria foram anunciados tempos atrás, sem que tivessem suscitado a atenção que mereciam. A emergência de um jihadismo extremamente agressivo e motivado, com grande facilidade de recrutamento, local e internacional, era uma questão de tempo e o tipo de actuação a seguir já tinha sido ensaiado no Afeganistão. Quer isto dizer que o Mediterrâneo se aproxima de novo da imagem de fronteira defendida na célebre tese de Pirenne⁷⁷, com a agravante de que não é intransponível e que a perplexidade domina entre os responsáveis europeus quanto à estratégia a seguir⁷⁸. Deixo este assunto para outra oportunidade e outro local, voltando ao problema da salvaguarda da herança clássica. Não duvidemos que, erodido interiormente e combatido do exterior, o conjunto de valores culturais e morais que a constituem estejam abertamente em perigo. Pode perguntar-se se eles se coadunam com o quotidiano, ou seja, se são funcionais no mundo contemporâneo. Só posso responder afirmativamente, pois de outra forma a nossa civilização cairá, como já caíram outras⁷⁹.

Concentrando-me apenas no património arqueológico do período clássico é evidente que a ameaça de destruições idênticas às de Palmira é real e abrange países em torno da bacia mediterrânica que conservam grande parte do que melhor nos ficou da herança material greco-latina. Alguns desses países já se encontram a braços com actividade jihadista muito activa, caso da Líbia. A contaminação, segundo o princípio da *mancha de azeite* não é difícil e a situação pode vir a revelar-se, novamente, desastrosa. Países como o Egipto, a Jordânia e a Tunísia recorrem a esse património como meio de angariar divisas através do turismo, circunstância que tem contribuído muito positivamente para a sua conservação e estudo, o que o torna um objectivo prioritário. Como reagiremos se *Leptis Magna* ou *Petra* forem destruídas? Voltaremos a expedir lamentos e a declarar que se trata de crimes contra a humanidade? Ou será que o sistema das *ditaduras científicas*, enunciado por Huxley⁸⁰, já se estabeleceu para que consideremos normal o que ontem era inaceitável?

⁷⁶ Almagro-Gorbea 2013: 159-202.

⁷⁷ Pirenne, 1939: 147-185.

⁷⁸ Bawer 2010: 233-361.

⁷⁹ Sournia e Sournia 1966: 174-176.

⁸⁰ Huxley s/d: 227-245.

Está na hora de terminar, e não o quero fazer sem voltar a Palmira e à memória de Zenóbia, da qual a excêntrica Lady Hester Stanhope nos disse ter sido coroada sucessora pelos beduínos, sob o arco honorífico da cidade (Fig.14), como *rainha do deserto*⁸¹, durante a sua aventureira viagem às ruínas, em 1813. Voltamos, assim, ao mundo dos símbolos e das quimeras românticas, que não me fazem esquecer as lágrimas que Zenóbia choraria se visse de novo a cidade de Palmira, lágrimas impossíveis, deixadas para alguns de nós. Italo Calvino na sua obra *As Cidades Invisíveis* inclui uma imaginária cidade com o nome da rainha⁸², cidade que o autor não diz se deve ser incluída entre as felizes ou infelizes, o que pode ser extensivo a Palmira:

*Não é nestas duas espécies que faz sentido dividir a cidade, mas noutras duas: as que continuam através dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos ou conseguem aniquilar a cidade ou são eles aniquilados*⁸³.

Opto firmemente pela primeira possibilidade⁸⁴.



Figura 14 – Um grupo supletivo meharista atravessa as ruínas da cidade nos anos 20 do século passado.

⁸¹ Morató 2006: 105-107.

⁸² Existe sobre o Eufrates uma cidade fundada por Zenóbia em 266, com o seu nome, mas sem qualquer relação com o texto de Italo Calvino.

⁸³ Calvino 2010: 37-38.

⁸⁴ Não terminaram, como parecia, as vicissitudes de Palmira, reocupada em 11 de Dezembro de 2016 pelos militantes do ISIL. Este acontecimento mostra a precariedade da situação militar síria e como eram infundados os projectos de reconstrução, tão rápida quanto pomposamente anunciados, o que apenas valorizou as ruínas como objectivo simbólico a destruir. Quem as defende? Quem as quer defender?

Bibliografia

Fontes:

- C.Th. = Const.Sirm. (1952), *The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions* (trad. C. Pharr). Princeton.
- Dião Cássio (1925), *Roman History* (trad. E. Cary), VIII. Londres.
- Libânio (1977), *Libanius. Selected Works* (trad. A. F. Norman), II. Cambridge.
- RIC = Roman Imperial Coinage. Londres.

Estudos:

- Abdulkarim, M. e Calcani, G. (2003), *Appolodoro e la Colonna Traiana a Damasco*. Roma.
- Adnan, B. e al-Assad, K. (2000), *Palmyra. History, Monuments and Museum*. Damasco.
- Ali, Ch. (2013), “Syrie, un patrimoine en otage et sans protection”, *Archéologia* 515: 42-53.
- Almagro-Gorbea, M. (2013), “La ‘Tumba de Melqart’ del Herákleion de Gadir”, *Madrider Mitteilungen* 54: 51-202.
- Ball, W. (2014), *Rome in the East. The Transformation of an Empire*. Londres - Nova Iorque.
- Barton, I. M. (1989), “Religious Buildings”, in I. M. Barton (ed.), *Roman Public Buildings*. Exeter, 67-96
- Barr, J. (2011), *A Line in the Sand. Britain, France and the Struggle that Shaped the Middle East*. Londres.
- Bauer, E. (1969), *História polémica da Segunda Guerra Mundial*, VI. Mem Martins.
- Bawer, B. (2010), *Enquanto a Europa dormia*. Lisboa.
- Blanco Freijeiro, A. (1975), *El puente de Alcántara en su contexto histórico*. Madrid.
- Blánquez Pérez, C. (2014), “Bar Sauma versus Dushara: the christianisation of Petra and its surroundings”, in A. Francisco Heredero et alii, (coords.), *New Perspective in Late Antiquity in the Eastern Roman Empire*. Cambridge, 48-63.
- Calvino, I. (2010), *As cidades invisíveis*. Lisboa.
- Christie, A. (2010), *Na Síria. Conta-me lá como vives*. Lisboa.
- Dareggi, G. (2000), *La décoration du temple “de Minerve” à Theveste (Tébessa): un exemple de la spécificité de la tradition architecturale africaine*. Paris.
- Davies, N. (2015), *Reinos desaparecidos*. Lisboa.
- Donald, T. L. (1966, 2ª ed.), *Ancient Architecture on Greek and Roman Coins and Medals*. Chicago.

- Dunant, Ch. (1971), *Le sanctuaire de Baalshamin à Palmyre, III, Les inscriptions*. Roma
- Edwell, P. (2008), *Between Rome and Persia: The Middle Euphrates, Mesopotamia and Palmyra under Roman Control*. Londres.
- Ferguson, J. (1975), *Utopias of the Classical World*. Londres.
- Ferreira de Castro, J. M. (1942), *A volta ao mundo*. Lisboa.
- Fromkin, D. (1989), *A Peace to End All Peace. The Fall of the Ottoman Empire and the Creation of the Modern Middle East*. Nova Iorque.
- Gollard, P. e Vicari, J. (1969), *Le sanctuaire de Baalshamin à Palmyre, I-II, Topographie et architecture*. Roma.
- Grabar A. (2002, 2ª ed.), *La iconoclastia bizantina*. Madrid.
- Grant, M. (1996), *Art in the Roman Empire*. Londres.
- Gros, P. (1996), *L'architecture romaine, 1, Les monuments publics*. Paris.
- Harmanşah, Ö. (2015), "ISIS. Heritage and the Spectacle of Destruction in the Global Media", *Near Eastern Archaeology* 78 (3): 170-177.
- Hayman, R. (2015), *The Tudor Reformation*. Oxford.
- Huxley, A. (s/d), *Regresso ao admirável mundo novo*. Lisboa.
- Ibn Khaldun (1958), *The Muqaddimah. An Introduction to History*, 1-3 (trad. F. Rosenthal). Princeton.
- Kalisky, R. (1968), *Le monde arabe*, 2. Verviers.
- Kennedy, D. e Riley, D. (2004), *Rome's Desert Frontier*. Londres.
- Lewin, A. (2011), "The New Frontier of Late Antiquity in the Near East. From Diocletian to Justinian", in O. Hekster e T. Kaizer (eds.), *Frontiers in the Roman World*. Leida, 233-264.
- Lukitz, L. (2006), *A Quest in the Middle East. Gertrude Bell and the Making of Modern Iraq*. Nova Iorque.
- MacMullen, R. (1992, 2ª ed.), *Enemies of Roman Order: Treason, Unrest and Alienation in the Empire*. Londres.
- Mantas, V. G. (2003), "Penélope e Ulisses na Lusitânia", in F. de Oliveira (ed.), *Penélope e Ulisses*. Coimbra, 145-166.
- Mantas, V. G. (2008), "O valor da ruína", *Biblos* 6: 147-192.
- Mantas, V. G. (2012), "O legado histórico romano e a crise do Ocidente contemporâneo", *Biblos* 10: 47-73.
- Millar, F. (1993), *The Roman Near East 31 B.C. - A.D. 337*. Cambridge.
- Moatti, C. (1989), *À la recherche de la Rome antique*. Paris.
- Morató, C. (2006), *Las damas de Oriente. Grandes viajeras por los países árabes*. Barcelona.

- Moscato, S. (1963), *L'Orient avant les Grecs*. Paris.
- Parlasca, K. (1976), "Probleme palmirenische Grabreliefs. Chronologie und Interpretation", in E. Frézouls (ed.), *Palmyra: Billan et Perspectives*. Estrasburgo: 139-151.
- Picard, G.- Ch. (1959), *La civilisation de l'Afrique du Nord romaine*. Paris.
- Picard, G.- Ch. (1965), *Empire romain*. Friburgo.
- Pirenne, H. (1939), *Mohammed and Charlemagne*. Londres,
- Prickartz, R. (1995), "Phillipe l'Arabe (244-249), Civilis Princeps", *AC* 64: 129-153.
- Roddaz, J. M. (2000), "L'héritage", in F. Hinard (ed.), *Histoire Romaine, I*. Paris: 825-912.
- Sahner, Ch. (2014), *Among the Ruins: Syria Past and Present*. Nova Iorque.
- Robertson, D. S. (1992, 2^a ed.), *Greek and Roman Architecture*. Cambridge.
- Romain, P. (2015), "Il faut sauver Palmyre", *Archéologia* 533: 4-7.
- Satia, P. (2008), *Spies in Arabia. The Great War and the Cultural Foundations of Britain's Covert Empire in the Middle East*. Oxford.
- Schwartz, J. S. (1976), "Palmyre et l'opposition à Rome en Égypte", in E. Frézouls (ed.), *Palmyre. Billan et perspectives*. Estrasburgo: 134-151.
- Sidebotham, S. (2012), *Berenike and the Ancient Maritime Spice Route*. Berkeley - Los Angeles.
- Silver, M. (2015), "Remote Sense, Landscape and Archaeology tracing ancient Tracks and Roads between Palmyra and the Euphrates on Syria", *Annals of the Photogrammetry, Remote Sense and Spatial Information Sciences II* 5/ W3: 279-285
- Smith II, A. (2013), *Roman Palmyra: Identity, Community and State Formation*. Oxford.
- Sournia, J. Ch. e Sournia, M. (1966), *L'Orient des premiers chrétiens*. Paris.
- Southern, P. (2008), *Empress Zenobia: Palmyra's Rebel Queen*. Londres - Nova Iorque.
- Stoneman, R. (1994), *Palmyra and its Empire. Zenobia's Revolt Against Rome*. Ann Arbor.
- Teixidor, J. (1979), *The Pantheon of Palmyra*. Leida.
- Tozza, M. (2015), "Dionisismo y cultoprehelénico a la Madre", *Humanitas* 67: 59-81.
- Van Berchem, D. (1976) "Le plan de Palmyre", in E. Frézouls (ed.), *Palmyre. Billan et perspectives*. Estrasburgo, 165-173.
- Volney, Conde de (s/d) [1960], *As ruínas de Palmira. Meditação acerca da destruição dos impérios*. Lisboa.

- Volney, M. (1791), *Les ruines, ou méditation sur les révolutions des empires*. Paris.
- Wheeler, M. (1964), *Roman Art and Architecture*. Londres
- Wiegand, Th. (1922-1923), *Baalbek*, I-II. Berlim-Lípsia.
- Winstone, H. (2004), *Gertrude Bell: A Biography*. Gloucester.
- Young, G. (2003), *Rome's Eastern Trade: International Commerce and Imperial Policy 31 BC - AD 305*. Londres.

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES

(Página deixada propositadamente em branco)

LOPEZ FERREZ, Juan Antonio (eds.), *Galeno. Lengua, composicion literaria, lexico, estilo*, 444 pp., Madrid, Ediciones Clásicas, 2015, ISBN: 84-7882-743-9.

Recensão recebida a 22-06-2016 e aprovada a 12-01-2017

A obra que aqui tratamos, mais do que comentar os saberes do célebre médico oriundo da cidade de Pérgamo, aborda os mecanismos de transmissão dos conhecimentos deste, ou seja: a língua, a composição literária, o léxico, o estilo e a recepção. Este trabalho reúne os contributos de 22 autores dedicados a diferentes temáticas dentro daquelas que o próprio título da obra enumera: *Galeno. Lengua, composicion literaria, lexico, estilo*.

Em “Aspectos sintácticos de la lengua de Galeno” Antonio Lillo começa por notar o pouco relevo que é dado ao carácter técnico da linguagem literária e aos componentes linguísticos da retórica galénica – mote que poderia servir de base para todos os restantes capítulos. António Lillo procura avaliar o reflexo da *koiné* nos escritos de Galeno através da análise de alguns sintagmas recorrentes. Para tal compara o pensamento do médico de Pérgamo a outros autores cujos escritos se debruçavam sobre a filosofia e ciências naturais, como fossem Platão e Aristóteles, ou que escreveram obras de carácter literário, como Luciano. Devemos notar que a lista de autores submetidos à comparação é bastante ampla, pois Xenofonte e Demóstenes são também fontes para o debate, que tende a balancear-se entre a expressão da *koiné* e do grego da literatura ática, com especial ênfase no século IV a.C. Através da apresentação de exemplos textuais, Lillo analisa o uso de quatro recursos sintácticos na prosa de Galeno por comparação à ocorrência dos mesmos em outros textos e autores quer da *koiné*, quer da literatura ática.

Como refere José Vela Tejada em “Koiné y aticismo: Pautas de análisis linguístico en Galeno de *Antidotis*”, tem sido dada pouca ênfase ao estudo linguístico da obra de Galeno. O autor atende às vertentes fonética, morfológica e sintática, analisando ocorrências tradicionalmente

consideradas como manifestações claras do aticismo e comparando-as com formas reconhecíveis como da *koiné*. Através da análise de passos da obra galénica, Vela Tejada nota o aticismo moderado de Galeno por comparação à obra de um autor quase coetâneo, Plutarco. O sistema proposicional, que parece ser um dos mais importantes elementos de contraste entre o aticismo e a *koiné* acaba por revelar-se pouco definidor daquilo que se esperaria ser uma marcada tendência dialectal. Apresenta exemplos daquilo que parecem ser elementos de ionismos e que não têm paralelo nas variantes áticas, pelo que dessa forma vinca o seu argumento ao considerar que estes dados colocam a análise crítica da língua de Galeno acima dos habituais restritivos critérios classificatórios estruturalistas.

Por vezes a linguagem de Galeno parece ser um tanto ou quanto ambígua, algo que contrasta com a abordagem científica do autor às matérias em debate. Amneris Roselli aborda a questão da ambiguidade do autor quer no âmbito do comentário deste a outros autores, quer em função da própria matéria discutida na sua obra. No ensaio intitulado “L’ambiguità dei testi scritti: il *de captionibus* e i commenti Ippocratici” são tidas em consideração as obras dedicadas ao comentário dos textos hipocráticos, assim como o texto *de captionibus*, que tende a analisar a sofística aristotélica sob os pressupostos galénicos. Sustentado por um estado de arte especializado, Amneris Roselli vai reconhecendo a duplicidade de sentido que algumas análises de Galeno acarretam, não tanto por uma dissimulada ambiguidade, mas por aquilo que parece ser uma certa resistência do autor grego em postular dogmas, principalmente quando estão em causa ideias que lhe são transmitidas, pelo que deixa uma certa abertura à argumentação contraditória, que o próprio chega a estimular.

A segunda parte da obra, dedicada à composição literária, começa com a análise da retórica de Galeno por parte de Pilar Boned Colera em “Teorías sobre la reproducción: consideraciones acerca del contenido y la composición del *De Semine* de Galeno”. Através da exposição da temática comentada por Galeno em *De Semine*, em função de outros trabalhos do autor e das referências deste a outros autores, como seja Aristóteles, Pilar Boned vai demonstrando não só os conhecimentos biológicos de Galeno, mas também marca os recursos estilísticos de que Galeno se serviu. A autora equipara estes recursos aos usados por outros autores do século II d.C., ainda que dedicados a temas algo distintos, como tenham sido Plutarco ou Luciano.

Existem paralelismos estruturais entre as várias obras de Galeno. De facto, comparando a organização do *De alimentorum facultatibus* ao

De symptomatum differentiis pode identificar-se uma idêntica metodologia formal, que expõe o argumento por etapas e mecânicas comuns. Ora, considerando esta última obra, Dolores Lara Nava apresenta um estudo formal que visa esquematizar o arranjo retórico do texto e identificar as divisões deste em função do tratamento do tema e da própria linguagem do discurso. Fundamentando a marca dos diferentes momentos textuais com os recursos linguísticos usados por Galeno, a autora apresenta e comenta um esquema formal em “Estudio formal del tratado *sobre las diferencias de los sintomas*”.

A forma como a obra que aqui tratamos está organizada permite fazer uma transição gradual e bastante lógica entre a linguística e a literatura à medida que os capítulos se vão sucedendo. Ao passar-se de um estudo formal de um texto de Galeno para as temáticas que afectam a própria estrutura retórica, como sejam as citações de outros autores antigos, conjuga-se a complexidade do pensamento discursivo galénico com a riqueza de recursos de que dispunha. O trabalho de Alessia Guardasole, “Galeno e I tragici greci”, marca essa complexidade, pois realça a forma como estas fontes acabam por fazer prova de um cânone literário à época de Galeno e ao mesmo tempo o manuseio e conhecimento que este teria do mesmo conjunto de obras. Esse mesmo saber fundamenta-se em grande medida nas teorias filosóficas seguidas ou defendidas por Galeno e que são identificáveis nos tratados dedicados a obras e teorias de outros autores. Exemplo disso é a obra *De Placitis*, especialmente os livros IV e V, abordado por Teun Tieleman no texto “Galen, *De Placitis* books IV and V: questions, options and authorities”. Tieleman comenta a generalizada aprovação por parte de Galeno das doutrinas de Hipócrates e Platão relativas à filosofia e à medicina, ao mesmo tempo que se dirige aos erros dos estoicos e de Aristóteles, assim como aos médicos cientistas como Praxágoras e Erasítrato.

Galeno serve-se também das fontes mitológicas, não tanto como veículos de saber, mas como ferramentas para a sua retórica de expressão. Ora, Manuel Cerezo Mágan trata precisamente o mito dos centauros e a forma como este é usado pelo autor grego para comentar as partes constituintes do corpo humano. Como notado em “Mitema poético frente a *physis*: el mito de los centauros en *de usu partium* de Galeno”, o autor recorre à incongruência científica do mito dos centauros transmitido por Píndaro, de modo a especular sobre as próprias partes do corpo, inconcebíveis num ser híbrido. Cerezo Mágan analisa as vertentes do mito, conjugando-as com o

tema dos centauros na obra de Galeno e o entendimento deste sobre a *physis* e a sua explicação com base nos processos naturais, amplamente abordada no tratado *De usu partium* e que encontra ecos em Platão.

Na terceira parte do volume, Francisco Cortés Gabaudan começa por tratar de forma objetiva a influência de Galeno para o vocabulário médico registado no *Diccionario de la Real Academia Española (DRAE)*. O texto “Pervivencia atual del vocabulário médico de Galeno” lista os autores de textos médicos que servem de fonte para o vocabulário médico grego, destacando, como não podia deixar de ser, Hipócrates e Galeno. O primeiro, por corresponder à primeira grande fonte escrita do saber médico grego; e o segundo por, apesar de coincidir em grande medida com uso lexical hipocrático, se aproximar mais da semântica médica moderna, pelo que serve como principal fonte para as ciências da saúde: farmácia, anatomia, patologia e fisiologia; e para a conceptualização das funções e efeitos relacionados com o corpo humano e a sua fisiologia. As listas lexicais aí apresentadas são temáticas e obedecem à ordem cronológica dos autores antigos; contêm breves comentários a vocábulos cuja importação e significado original poderiam levantar dúvidas, além de remeterem para os passos onde ocorrem.

Em “La reflexión de Galeno sobre el léxico griego y el interés que ofrece a la lingüística moderna”, Françoise Skoda prossegue com o estudo do impacto da obra galénica e do léxico legado pelo médico na linguística moderna. Ainda que neste caso em concreto sejam considerados o estudo propriamente dito do léxico e os comentários de Galeno a propósito da origem das palavras e da sua semântica em contexto. Tendo em conta o estudo apresentado por Skoda, faz todo o sentido enlaçá-lo com o artigo que se lhe segue: “La notion d’*aeipatheia* dans la pathologie de Galien” de Véronique Boudon. Aí, a autora também procura definir o conceito de *aeipatheia* através da conceptualização galénica. A autora busca criar uma história para a palavra que de uma maneira general significa ‘Arte médica’ na obra de Galeno, mas cujo espectro semântico é bastante mais complexo e tem implicações na própria estrutura do argumento científico do célebre médico.

O estudo apresentado por Ignacio Rodríguez Alfageme, “Patologia de la voz en Galeno”, apresenta o caso concreto do vocabulário associado ao estudo da patologia da voz em Galeno, a partir da obra galénica que se debruçava sobre esses temas e que alegadamente se denominaria por *Περὶ φωνῆς*. Uma vez que o texto não chegou aos dias de hoje, Rodríguez Alfageme baseia o seu estudo na reunião de fragmentos citados pelo próprio autor, completando o mesmo com as referências a estas patologias contidas

no *corpus Hippocraticum*, que terá correspondido a uma das principais referências para o próprio Galeno.

Ainda no âmbito da linguística de carácter médico, Jacques Jouanna apresenta um estudo de linguística histórica sobre a palavra αἰμάλωψ, cuja ocorrência é pouco frequente, todavia suficientemente relevante para ser identificada ao longo de um largo período de produção escrita de carácter médico, remontando a Hipócrates e sendo utilizada por um milénio, pois este termo ocorre ainda na obra de Paulo de Egina (VII d.C.).

A obra de Galeno contém em si uma relação simbiótica entre a retórica e a semântica, pelo que os estudos de Ivan Garofalo e Juan Antonio López Férez acabam por complementar-se. O texto do primeiro autor, “Variazoni dottrinali nell’ anatomia di Galeno”, trata através de exemplos comparativos as variantes teóricas nos estudos da anatomia de Galeno, partindo da repetição de expressões e ideias que visam potenciar o esclarecimento e defesa de uma doutrina. Nesse sentido, a listagem e estudo de alguma terminologia de carácter retórico, levada a cabo por Juan Antonio López Férez, traz anotações muito relevantes para o estudo filológico da obra do médico grego e da própria retórica antiga, enquadrada na linguagem literária coetânea da Segunda Sofística. O estudo “Algunos términos retóricos en Galeno” não só encaixa os referidos lexemas na mecânica de expressão do autor, como identifica a semântica própria atribuída pela sua função no texto. Tal abordagem permite enlaçar este trabalho com o capítulo que se segue, também ele dedicado à semântica, porém, desta feita, desde uma concessão linguística estrutural. Isto é, o autor Germán Santana Henríquez analisa o léxico derivado de compostos pelo prefixo *δυσ-* de forma a entender a relação entre o signo de sentido final e a composição do lexema. De modo a entender o processo/resultado, Santana Henríquez faz uso de duas escolas de pensamento linguístico moderno encabeçadas respetivamente por Leo Weisgerber e Eugenio Coseriu. Portanto, em “Estudio semántico de los compuestos con el prefijo *δυσ* en Galeno, especialmente en el tratado *Sobre la Composición de los medicamentos según los lugares*”, existe a tentativa de entender a mecânica léxico-semântica da obra de Galeno através de conceções modernas.

Em “Galeno: la odontoestomatología. Avance y retroceso.” M^a Carmen García Sola parte da obra galénica para comentar os conhecimentos antigos relativos a esta ciência médica e ao mesmo tempo traça a sua história, notando os avanços e recuos na aplicação científica da mesma. García Sola tece o seu estudo mediante a análise da terminologia técnica usada pelos antigos relativa à anatomia e a patologias de carácter estomatológico.

Outro exemplo de especialização é a esfigmologia (*sphygmos*), à qual Galeno dedicou pelo menos sete tratados, a julgar pelos textos que sobreviveram até aos dias de hoje. Luis Miguel Pino Campos faz uma resenha da história desta área do saber, partindo de um estudo com mais de um século de Otto Schadewaldt (1866).

A parte IV do volume em questão é dedicada ao estilo de expressão da escrita de Galeno. Inicia-se com o trabalho de José Miguel García Ruiz, intitulado “El estilo en el *Comentario a sobre la Dieta sana* de Galeno”. Este breve estudo faz um levantamento geral dos recursos estilísticos do autor que favorecem a construção de uma marca retórica, acima de tudo valorizadora da clareza de expressão, não fosse o seu objetivo essencialmente didático. É nesse mesmo sentido que Elsa García Novo monta a sua análise ao tratado *De inaequali intemperie*, reconhecendo no estilo e estrutura formal a base de sustentação do próprio argumento científico. Em “Tiempo, descripción y narración en el tratado de Galeno *De inaequali intemperie*”, a autora faz um levantamento dos recursos estilísticos e estruturas formais que contribuem para a maior clareza de exposição e debate do objeto científico. Muitos destes recursos correspondem a estratégias retóricas, como seja a construção circular do argumento, de modo a que o objeto final esteja em direta relação com o estado inicial. Outra estratégia, menos recorrente, mas ainda assim marcante do estilo de Galeno é o recurso ao humor. Santiago Rubio Ferraz sublinha-o em “Ironía y burla: el humor ácido de Galeno”. Ora, este humor não visa propriamente entreter o leitor ou ouvinte, mas antes atacar ou denegrir teorias médicas, ou mesmo médicos, cuja prática seria intelectualmente desonesta aos olhos de Galeno. Rubio Ferraz comenta o estilo crítico, de certa maneira agonístico, de Galeno à luz das duas principais ferramentas estilísticas que marcam o humor e favorecem o argumento: a ironia e o gracejo objetivo.

Por fim, a obra encerra com a parte V, dedicada ao período bizantino tardio (séc. XII) e que opõe a medicina à astrologia no único capítulo que compõe esta secção, intitulado “Astrologia e medicina nela polemica fra Manuele I Comneno e Michele Glica”. Anna Maria Ieraci Bio aproveita a polémica estabelecida pelo debate das duas personalidades históricas, Manuele I Comneno e Michele Glica, para comentar o próprio debate científico à época, numa premissa que tem como pano de fundo o entendimento do conceito de ciência.

Sendo o volume que comentamos de grande interesse para aqueles que dedicam tanto ao estudo da obra de Galeno, como ao estudo da literatura

grega em geral, a inclusão de cinco índices temáticos potencia a utilidade e sistematiza os temas e conceitos em debate. A publicação desta obra acaba por notar a necessidade de um maior investimento da comunidade científica no estudo global da obra galénica, pois deixa-nos a sensação do muito que se poderia dizer a propósito dos temas apresentados e da quantidade de outros temas que poderiam ainda ter sido acrescentados de modo a permitir pontes ágeis entre as várias temáticas que, tratando-se de um único autor, são obviamente complementares.

NELSON HENRIQUE FERREIRA

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

nelsonhenriquecehuc@gmail.com

https://doi.org/10.14195/2183-1718_69_6

ASSIS, Zamira de; SANTOS, Magda Guadalupe dos (Orgs.), *Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspetiva*, 246 pp, Belo Horizonte, D'Plácido, ISBN 978-85-8425-190-2

Recensão recebida a 17-10-2016 e aprovada a 25-01-2017

Quem trabalha em Estudos sobre Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) tem a consciência da necessidade de uma abordagem interdisciplinar de todas as questões que se colocam nesta área. A coletânea de ensaios em epígrafe, organizada por Zamira de Assis e Magda Guadalupe dos Santos, é exemplar dessa ambição necessária, bem como das dificuldades da sua concretização. Para além da introdução, da responsabilidade das organizadoras, e de uma entrevista a Judith Butler, o volume reúne doze ensaios, que abordam a diferença sexual a partir dos campos disciplinares da filosofia, da história da educação, da literatura e do direito.

O sujeito-mulher é uma categoria instável, objeto de debate dentro do próprio contexto EMGF, e radicalmente questionada pela teoria Queer, da qual Butler é a representante mais notável. A instabilidade é, porém, uma vantagem, como a filósofa afirma na entrevista, ao defender que “não devemos buscar harmonizar os vários pontos de vista sobre o sujeito”, sendo as contradições mais produtivas do que fraturantes. Porém, se a teoria – a filosofia – é o espaço de discussão do sistema sexo-género, fundado no determinismo biológico, quando abordamos violências específicas que

visitam os corpos de mulheres concretas, a categoria “mulher” tem de ser presumida. Em “Mulher sujeito impossível” (cap. 1), Carla Rodrigues coloca o problema de forma lapidar: “se a reivindicação não é feita pelo sujeito feminino, a quem emancipar?” O sujeito do feminismo não desaparece: passa apenas a ser imprevisível e indeterminado, diz a autora, na esteira de Butler e de Derrida.

Ao abordar a dimensão sexuada do assédio moral no trabalho, em “O assédio moral e o 2º sexo” (cap. 10), Mónica Lopes e Taísa Lima deixam claro a relevância da categoria “mulher” inscrita numa “diferença” que subalterniza as mulheres: estamos perante pessoas vítimas de discriminação *porque* habitam corpos de fêmea. É ainda neste artigo que encontro a única referência, neste volume, à dupla subalternização da “mulher negra” e da “mulher lésbica”, num esboço de abordagem interseccional – que norteia os debates contemporâneos sobre a identidade e obriga ao reconhecimento de várias vertentes do sistema de opressão, nomeadamente a raça e a sexualidade –, ausente de outros ensaios.

De “raça” trata justamente o capítulo 8, “Políticas de ação afirmativa, autoconceito e discriminação: uma discussão teórica”. Maria José Mattos e Karina Claudiano fazem uma apreciação das políticas de ação afirmativa no Brasil, situando-as na moldura internacional dos dispositivos para a eliminação de todas as formas de descriminação racial. Apenas este capítulo trata, de forma substantiva, a questão racial, particularmente relevante num país com a diversidade étnica e com os problemas de racismo frequentemente denunciados nos media e muito presentes em estudos académicos. Ao defender o acesso ao ensino para os negros – e as negras, diria eu – como forma de mobilidade social, numa relação estreita com o autoconceito / representação de si / representação da subjetividade que os discursos produzem, o artigo preenche uma vertente importante da discussão do volume. Por outro lado, tem um ângulo cego perturbante numa publicação feminista: onde estão as mulheres? De resto, enquanto, ao longo deste volume, o uso do “falso neutro masculino” surge ocasionalmente, neste ensaio existe uma reiteração de “o homem” e “os homens” – ou a variante “os negros” – que não deixa de incomodar. Suscita na leitora a questão da “hierarquia de opressões”, com a qual as mulheres se confrontam quando pertencem simultaneamente a outras minorias: será inevitável que uma dessas opressões rasure as outras?

Por aqui se vê a importância do capítulo 5, “A questão do género como categoria de análise na busca de efetivação do Estado Democrático

de Direito”. Luísa Ribeiro Pereira argumenta a pertinência do uso da categoria “género” como instrumento de análise – proposta inicial de Joan Scott, num famoso ensaio de 1986 – aplicando-a à observação da prática educativa, cruzando a história da educação com a história do direito e defendendo a relevância dos “acontecimentos discursivos como objeto de análise” para a compreensão da relação (normativa) homem-mulher. O compromisso com a história e a relevância de um trabalho resgate do passado – linha de investigação feminista da maior importância – são defendidos num ensaio que, porém, teria beneficiado de um trabalho de revisão mais rigoroso.

Da homoafetividade, vertente incontornável na discussão da diferença sexual, ocupa-se o capítulo 11, “A orientação sexual e a família: breves notas sobre a interpretação evolutiva do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem” – lamentavelmente ainda assim designado –, da autoria de Susana Almeida. Traça a evolução do reconhecimento jurídico da família para casais do mesmo sexo, uma história de discriminação e proteção da “família tradicional e do matrimónio”, encontrando nos casos que vão fazendo jurisprudência um comprometimento com a gradual “erradicação do tratamento discriminatório com fundamento na orientação sexual”.

Alterações pontuais da lei que vão criando equidade num processo lento – neste caso, em contexto heterossexual –, são também analisadas em “A família e sua regulamentação pelo legislativo brasileiro” (cap.12), de Zamira de Assis. Neste ensaio está presente o papel da Igreja Católica e a sua gradual perda de poder de regulação, bem como a ténue linha de fronteira entre “público” e “privado”, transversal a muitos dos problemas de género. A história aqui contada é um exemplo de como o slogan da segunda vaga do feminismo, “o pessoal é político”, foi instrumental para muitas das transformações legislativas ocorridas em diversas geografias de então para cá.

A suposta neutralidade política do direito e o seu carácter ideológico e moralista são denunciados em vários dos capítulos que constituem o volume, nomeadamente no 3º, de Lia Siqueira e Kelly Sampaio. “A necessária superação da ‘propriedade na pessoa’ como essencial para a efetivação da democracia na diversidade de géneros” é uma crítica ao “feminismo liberal” a partir de um posicionamento marxista, apoiando-se particularmente em Carole Pateman, György Luckács e Chantal Mouffe para comentar criticamente legislação brasileira. O ensaio sublinha a necessidade de valorizar a “pessoa, dotada de dignidade”, por oposição

à “pessoa como bem, patrimonializada”, com um bom argumento que, no entanto, muito beneficiaria de uma revisão da precisão das categorias usadas e do rigor histórico (nomeadamente do pressuposto da existência histórica de um matriarcado algures, num passado remoto e nebuloso).

Em “Teorias feministas e o Estatuto da Diversidade Sexual” (cap. 6), Magda Guadalupe dos Santos questiona o suposto carácter objetivo do direito, defendendo que é (afinal) uma “narrativa legal” com características que o aproximam de outras narrativas, nomeadamente as literárias. Por “direito”, aqui, entenda-se “teorias, práticas sociais, políticas e intelectuais”, fundadas na dualidade racional / irracional e vinculadas a bases “sexualizadas e hierarquizadas”. A autora parte do “Estatuto da Diversidade Sexual” brasileiro – anteprojeto de lei de 2015 – para refletir sobre os processos de constituição da subjetividade em articulação com a lei; esta regula e *produz* subjetividades, cuja existência carece de inteligibilidade e reconhecimento. O impacto das teorias feministas neste processo de produção de subjetividade – e de “sujeitos de direitos” – é destacado. Propõe-se que “igualdade e diferença não sejam tomadas como instâncias binárias que se contrapõem”, mas que o “princípio da diferença se amplie em si mesmo.” Estamos, pois, perante um conceito de “diferença sexual” muito distante do chamado “feminismo da diferença”, do qual as teóricas francesas da década de 1970 são o exemplo cabal.

A superação dos esquemas binários – que dá o mote ao livro, desde logo pela abertura com Butler – é ainda a proposta do ensaio de Maria Luisa Femenías, “Del sexo binário a la diversidad de géneros: algunas contribuciones teóricas.” (cap.9), que escora a sua reflexão nos estudos da bióloga Anne Fausto-Sterling. A refutação da existência do binómio feminino / masculino é, assim, ancorada na materialidade dos corpos humanos, já ambíguos e diversos nas suas formas e composição química antes mesmo da construção cultural da identidade sexual.

Se a teoria se cruza com áreas várias com alguma agilidade – como no capítulo acima citado –, logo encontramos constrangimentos quando o cruzamento proposto é entre duas áreas disciplinares “duras”. Dois dos ensaios deste livro exemplificam bem as dificuldades com que um trabalho interdisciplinar se confronta.

Em “Beatrice Cenci: a bela parricida” (cap.2), Daniela Marques discute representações literárias e artísticas do “drama judiciário” de Breatrice Cenci (1577-1599), condenada à morte por parricídio e, por isso – digo eu – matéria que convida à efabulação. Há neste ensaio uma

fantasia de libertação do “direito aprisionado”, através da sua abertura às artes, e a autora esboça uma discussão da relação entre a beleza feminina e o Mal no imaginário ocidental. Esta é uma questão vastíssima, sobre a qual há muita literatura, aqui ignorada, e este ensaio acaba por ser um exemplo dos limites da interdisciplinaridade: é justamente o tipo de discussão que resultaria melhor se tivesse sido escrito em colaboração com alguém com conhecimento dos quadros teóricos dos estudos literários e culturais.

Por outro lado, em “Revisitação do género através da literatura” (cap.4), Luciana Ferreira, Bárbara Santos, Carina Queiroz e Joice Silva fazem “uma análise do lugar marginal da mulher a partir do conto ‘Fugitiva’”, de Alice Munro. As autoras, todas do direito, falam da literatura como um lugar onde “a vida real se reproduz (...) com mais latência e menos pudor”, passível de “sensibilizar o leitor (sic) para questões legais e morais” menos acessíveis no âmbito jurídico ou sociológico. Ora, a literatura como simples ilustração do real é uma conceção aceitável para o usufruto descomprometido do texto literário, mas inadequada quando se fala de literatura em contexto académico. Se a *poiesis* é uma forma de conhecimento, como já Aristóteles argumentava, é-o independente da “prova da verdade”. Acresce ainda que a redução do conto de Munro – prémio Nobel da Literatura 2013 – à sinopse da trama, como ilustração das violências cometidas sobre mulheres “reais”, recoloca-nos perante a necessidade de construir uma interdisciplinaridade em diálogo: olhares diversos sobre o mesmo objeto, cada um dos quais com os seus quadros teóricos e as suas competências. Só assim a literatura se poderá abrir ao direito – e vice-versa.

Estamos de novo perante o problema das disciplinas e das suas fronteiras vigiadas. Só quem “vem da literatura” é que tem autoridade para dela falar? É o que encontramos no ensaio de Maria de Fátima Silva, “A paixão na cena de Eurípedes” (cap.7), que nunca ultrapassa os limites do literário na abordagem de “mulheres escandalosas”, centrando-se no “motivo da rainha apaixonada e vingativa”, mais exatamente nas Fedras de Eurípedes. Da análise comparativa das figuras emerge a misoginia presente na voz das personagens, mas também a ousadia da voz de Fedra – que é a ousadia de Eurípedes –, que verbaliza o desejo no feminino. Cabe aqui, de novo, perguntar: qual a relação entre a literatura e “a vida”? Considerando ainda a função didática que se reconhece ao teatro antigo grego, e de um ponto de vista feminista, urge perguntar como é que

a literatura cria “diferença”, propondo modelos de subjetividade que definem o feminino – num quadro hierárquico que tem o masculino como bitola – e, logo, têm consequências na apreciação judicativa que se faz das mulheres na sua realidade plural. São as “mulheres escandalosas” instrumentos de regulação ou propõem modelos de emancipação?

E aqui, pergunto com Maria Irene Ramalho (2013): é possível a diferença sem hierarquia? Este parece ser o horizonte do desejo deste volume de ensaios que vivamente se recomenda.

ADRIANA BEBIANO

Universidade de Coimbra

adrianabebiano@gmail.com

https://doi.org/10.14195/2183-1718_69_7

NOTÍCIAS

(Página deixada propositadamente em branco)

A Web e o crowd-sourcing ao serviço da Papirologia: O projeto *Ancient Lives*

Ancient Lives é um projeto pioneiro no domínio das *Digital Humanities* aplicadas à papirologia. Integrado na plataforma *Zooniverse*, desenvolvida pela Universidade de Oxford, o *Ancient Lives* propõe o uso de crowd-sourcing para otimizar e agilizar o processo de transcrição e tratamento de texto da coleção dos *Papiros de Oxirrinco*. Dirigido pelo Professor Dirk Obbink, o projeto foi criado em 2012 por uma equipa internacional de especialistas em papirologia que se inspirou no conceito de ciência cidadã e global e o aplicou à sua área de saber, convidando a participar na transcrição dos papiros uma comunidade não necessariamente especializada (para a tarefa basta ter conhecimento do grego) e, portanto, muito mais alargada. Hoje, o *Ancient Lives* conta com a subscrição de cerca de 250 000 voluntários de todo o mundo que têm contribuído de forma mais ou menos sistemática nesta tarefa.

Para compreender os objetivos desta iniciativa¹ é necessário primeiro perceber o problema que o próprio espólio papirológico em questão enfrenta. Recordemos que esta coleção se compõe de meio milhão de papiros descobertos durante a expedição de 1897 a Oxirrinco, no Egipto e trazidos para o Reino Unido por Bernard Pyne Grenfell e Arthur Surridge Hunt. A grande maioria destes achados ainda não foi estudada. Na verdade, entre 1898 (altura em que chegaram ao Reino Unido) e 2012, pouco mais de 1% dos papiros foram transcritos, editados e estudados. É, pois, no sentido de acelerar a edição deste espólio que surge o *Ancient Lives*. Nas palavras do Professor Obbink ao *The Independent*: “Ao permitir o acesso público a um dos maiores projetos arqueológicos inacabados do mundo, fomos capazes de (...) transcrever entre 100 000 a 200 000 mais textos” (*The Independent*, 1 de março

¹ blog.ancientlives.org/2011/07/26/welcome-to-ancient-lives/ (tradução nossa)

2016). Trata-se, portanto, de um apelo à concentração de esforços da comunidade científica internacional no sentido de recuperar o mais depressa possível as preciosas informações que esta coleção papirológica contém não só no que concerne a literatura grega, mas também no que respeita ao dia-a-dia da vida no Egito dos séculos I a.C. a VII d.C., uma vez que muitos dos papiros contêm documentação administrativa, cartas pessoais ou mesmo relatórios médicos.

Na página do projeto (ancientlives.org) estão disponíveis os milhares de imagens dos fragmentos de Oxirrinco. Cada utilizador, após o registo no website, encontra uma janela onde é disponibilizada uma destas fotografias. O utilizador pode então propor a sua transcrição.² Os papiros são facultados de forma aleatória, sendo que do arquivo constam alguns fragmentos já transcritos e publicados, que servem de barómetro para definir a fiabilidade do perfil do utilizador. O tratamento das propostas submetidas passa pela comparação por verificação cruzada, através de um algoritmo desenvolvido por astrofísicos da Universidade de Oxford, que compara para cada imagem os dados facultados pelos vários utilizadores com o objetivo de estabelecer estatisticamente uma leitura consensual. Após apurado o consenso, são mobilizados os programas de procura de citações semelhantes em bases de dados de literatura grega, no sentido de apurar a existência ou não de correspondente entre o texto que agora se apresenta e a literatura conhecida. No intuito de otimizar este processo, Williams, Wallin e Carroll³ desenvolveram o algoritmo Greek-BLAST, uma adaptação do algoritmo Basic Local Alignment Search Tool, usado em ciências médicas, químicas e biológicas para comparar informações de sequências biológicas primárias, como aminoácidos ou sequências de ADN, por exemplo. Esta ferramenta visa, assim, acelerar todo o processo de reconhecimento de texto e de escrutínio das possíveis correspondências, que até há bem pouco tempo era exclusivamente manual e requeria, portanto, um elevado nível de especialização na língua e culturas gregas. O Greek-BLAST possibilita que aquilo que outrora se traduzia num processo extremamente moroso esteja agora à distância de um clique.

² No blogue do projeto <http://blog.ancientlives.org> podem encontrar-se instruções de uso do software de transcrição, assim como bibliografia especializada sobre papirologia, paleografia, transmissão e crítica textual.

³ Williams, Wallin, Carroll 2014.

Prova da eficácia dos métodos aplicados são as publicações que já vieram a lume no âmbito deste projeto. Antes do referido artigo de Williams *et al.* publicado em 2014 versando sobre a construção e programação do Greek – BLAST, o projeto *Ancient Lives* já havia resultado na edição de um papiro de Plutarco⁴ no volume 78 dos *The Oxyrrhynchus Papyri*. No entanto, é no volume 81 dos *The Oxyrrhynchus Papyri* (publicado em dezembro de 2016) que podemos testemunhar de forma mais evidente o contributo do *Ancient Lives* para o avanço da papirologia. De acordo com o próprio Professor Obbink, numa apresentação à *Royal Geographical Society* no dia 1 de março de 2016, este novo volume dos Papiros de Oxirrinco deve muito aos utilizadores e voluntários do *Ancient Lives*.⁵ De resto, e segundo o mesmo estudioso e diretor da coleção, as novas publicações trazem novidades em matéria de literatura grega. No campo da lírica arcaica, cujo conhecimento devemos em grande medida a este espólio papirológico, juntam-se novos fragmentos à poesia de Simónides (um novo fragmento atribuído à elegia 6) e de Teógnis. No domínio da tragédia grega, contamos com um novo fragmento da *Andrómeda* de Eurípides, que corrobora a citação de Estobeu (fr. 136 *TrGF*) e que refere a famosa chuva dourada de Zeus sobre Danae. Na categoria do romance, regista-se uma importante adição aos três fragmentos já conhecidos do *Romance de Sesoncósis* (P.Oxy. 1826, 2466, 3319),⁶ que vem introduzir um curioso detalhe na narrativa: a conquista da Itália pelo lendário faraó.

Assim, o mais recente volume dos *The Oxyrrhynchus Papyri* serve como primeira amostra de eficácia e premência do *Ancient Lives*, uma prova do potencial das *Digital Humanities*. De acordo com as contas de Obbink, se o projeto mantiver o número de voluntários e a assiduidade das transcrições, poderemos ver publicada a grande maioria dos fragmentos da coleção em pouco mais de três décadas, o que representaria um avanço exponencial e promissor para os Estudos Clássicos.

SOFIA GIL CARVALHO

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
Bolsa de doutoramento pela FCT: SFRH/BD/851/2012
sophiarhobur@gmail.com

⁴ Brusuelas 2012.

⁵ A apresentação de Obbink está disponível em: http://www.wmf.org.uk/activities/films/worlds_largest_project.

⁶ Editados respetivamente por Grenfell e Hunt 1922, Rea 1962 e West 1980.

Referências

- Brusuelas, J. H. e Parsons, P. (2012), “Plutarch, *Moralia*”, in *The Oxyrhynchus Papyri* 78: 89-100.
- Grenfell, B. P. e Hunt, A. S. (1922), “no. 1826”, *The Oxyrhynchus Papyri* 15: 228-29.
- Kannicht, R. (2004), *Tragicorum Graecorum Fragmenta*, vol.: 5.1. Göttingen.
- Rea, J. (1962), “no. 2466”, *The Oxyrhynchus Papyri* 27: 134-36.
- West, S. (1980), “Addendum to P. Oxy. 2466: ‘Sesonchosis romance’”, in *The Oxyrhynchus Papyri* 47: 11-19.
- Williams, A., Wallin, J., Carroll, H. (2014), “A Computational Pipeline for crowdsourced transcriptions of Ancient Greek Papyrus Fragments”, *IEEE 10th International Conference on e-Science* 2: 5-10.
- Website: <http://ieeexplore.ieee.org/xpl/mostRecentIssue.jsp?punumber=6967883>
[consultado a 23 de abril de 2016, 13:18] DOI: 10.1109/eScience.2014.14

IN MEMORIAM

MGR. PROF. DOUTOR JOSÉ GERALDES FREIRE¹

É com profundo pesar e saudade que me cumpre fazer aqui o elogio fúnebre do Mgr. Doutor José Geraldes Freire, por incumbência do Senhor Director da Faculdade de Letras, ausente do País. Faço-me intérprete do sentir de colegas, alunos e amigos, aqui reunidos para, nesta hora derradeira, lhe manifestarmos o preito da nossa mais profunda gratidão e estima.

Um dos mais ilustres mestres da secção de Estudos Clássicos do DLLC da FLUC transpôs a inexorável fronteira da morte, esta pungente e definitiva *irremeabilis unda*, que nos aparta do seu convívio e fixa para a posteridade a sua memória na obra que ele nos legou, nos seus trabalhos, nos seus ensinamentos, em tudo quanto com ele aprendemos todos nós, que fomos seus alunos.

Apoiados no seu vasto saber e profícuo legado, erguemo-nos, quais anões aos ombros de um gigante, para fazer progredir a ciência e o conhecimento. Hoje perdemos mais um desses pilares que sustentam o templo das musas e somos por ele desafiados a reerguê-lo, na esteira dos mestres que nos antecederam, esses grandes vultos da história da nossa Universidade.

Com o seu desaparecimento, fechou-se o livro de uma vida intensa e frutuosa.

José Geraldes Freire viu, pela primeira vez, a luz deste mundo em S. Miguel d'Acha, no concelho de Idanha-a-Nova, a 14 de Maio de 1928. Fez o curso completo dos seminários de Portalegre e Castelo Branco, diocese onde foi ordenado presbítero, em 1951, por D. António Ferreira Gomes, de quem passou a ser secretário pessoal. Foi também professor de várias disciplinas neste seminário.

¹ Elogio fúnebre proferido no cemitério da Conchada nas exéquias do Mgr. Prof. Doutor José Geraldes Freire.

Para aprofundar os seus conhecimentos, ingressou no Curso de Filologia Clássica, na Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra em 1957, como aluno voluntário. Licenciou-se em 1962 com 18 valores, apresentando uma tese sobre a *Obra Poética de Diogo Mendes de Vasconcelos* – uma extensa e profunda investigação sobre este grande humanista, do maior interesse para a cultura portuguesa.

A excelência da sua formação académica, a solidez do seu saber e a capacidade de investigação levaram a Direcção da Faculdade de Letras a pedir ao Senhor Bispo de Portalegre e Castelo Branco autorização para que fosse admitido como docente da nossa Universidade, na esteira de D. Frei Amador Arrais, que fora professor de Teologia em Coimbra e bispo de Portalegre. Nomeado assistente de Grego e de Latim, em 1962, foi preparar o seu doutoramento na Universidade Católica de Nimega (Holanda), onde se especializou em Latim Vulgar, Latim dos Cristãos, Latim Tardio e Latim Medieval. Aí teve como orientadora a Professora Christine Mohrmann, a maior autoridade no mundo académico, nestes domínios científicos. Regressado da Universidade de Nimega, veio também a leccionar, em Coimbra, a disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos, tendo recebido rasgados elogios de docentes e alunos da área de Estudos Românicos.

Em 1971, apresentou-se a provas de doutoramento com a dissertação intitulada *A versão latina por Pascásio de Dume dos Apophthegmata Patrum* – uma obra de esmerada erudição e nível científico, onde avulta a primorosa qualidade da edição crítica, um trabalho árduo, meticuloso e cuidado, realizado a partir da colação exaustiva de centena e meia de manuscritos.

Doutorando-se em 1971 *summa cum laude*, é nomeado professor auxiliar da Fac. de Letras de Coimbra.

Entre a sua abundante produção científica, é digna de registo a *editio princeps* da colecção de apotegmas intitulada *Commonitiones Sanctorum Patrum*, editada em 1974, que ainda hoje continua a ser solicitada por estudiosos nacionais e sobretudo estrangeiros. Sublinhemos apenas, nesta edição, o profundo estudo de rigorosa minúcia na descrição e análise dos códices.

Tanto a sua tese de doutoramento, como esta última obra colheram vasto interesse, receberam forte aplauso no estrangeiro e impuseram o Mgr. Doutor Gerald Freire, entre nós, como o maior conhecedor do Latim dos Cristãos.

Fez concurso de provas públicas para professor extraordinário em 1978 e ascendeu a professor catedrático em 1979, tornando-se um dos raros

e maiores especialistas em Portugal no âmbito da língua, da cultura e da literatura latinas da Idade Média.

O seu magistério fixou-se sobretudo em cadeiras como Latim III e Latim Medieval, que regeu desde 1979 até à jubilação, em 1998. Tinha especial apreço pelo Latim Medieval, uma área de estudos introduzida na Faculdade nos anos 40 do século passado por Pierre David. Todavia o Mgr. Doutor Geraldês Freire consolidou a sua docência com argumentos e métodos renovados e estimulou a sua frequência através da criação, a expensas próprias, de um prémio com o título da cadeira de Latim Medieval.

Estudioso de um extremo rigor crítico e de grande capacidade de trabalho, filólogo de uma extrema argúcia e perspicácia na descoberta dos valores mais recônditos e mais obscuros da semântica das palavras latinas, dedicou-se ao estudo e ensino do Latim Vulgar, do Latim dos Cristãos e do Latim Tardio. A sua investigação era exercida sobretudo em função e no âmbito das suas aulas. Assim investigou o latim dos nossos mais antigos documentos, após a invasão árabe, buscando neles os primeiros afloramentos do galego-português (séc. IX-XI), e aprofundou o estudo da Literatura Latina de autores portugueses durante a Idade Média. Documento expressivo desta aturada investigação é a oração de sapiência que proferiu enquanto Doutor decano da Faculdade, em Outubro de 1995, com o título de: *O Latim Medieval em Portugal: Língua e Literatura*.

A produção científica do Mgr Doutor Geraldês Freire abrange várias centenas de títulos da mais diversa índole, que não caberia aqui enumerá-los.

A diversidade de temáticas, a que se dedicou nas suas publicações, reparte-se não só pela panóplia de objectivos científicos, mas também pelo seu interesse no património cultural, na divulgação da história local e regional, na propagação de costumes e tradições populares.

São igualmente de relevância nacional muitos dos estudos de índole religiosa, eclesiástica e espiritual, que sempre explorou com particular prazer e satisfação ao longo da vida.

Relativamente à sua condição de eclesiástico, será relevante recordar que foi nomeado cónego capitular da Sé de Portalegre em 1990 e notificado da sua escolha para prelado honorário de Sua Santidade, com o título de Monsenhor, em 1991.

No âmbito das responsabilidades de homem do clero, colocava o seu especializado saber ao serviço da Igreja. Assim, na perspectiva da celebração do 75º aniversário dos acontecimentos de Fátima, deu o impulso decisivo para que a sua mais antiga documentação crítica começasse a ser publicada,

sob o nome de *Fatimae Monumenta Historica*, um trabalho de muito difícil e aturado estudo, mediante uma leitura rigorosa dotada de aparato crítico. Logo por coincidência, é no momento da celebração do ano centenário de Fátima que o Senhor o chama a Si, ele que também escreveu sobre os Papas que visitaram Fátima.

O Mgr. Doutor José Geraldês Freire era de uma dedicação inextinguível à sua Universidade. Meticuloso na preparação das lições, colocava os interesses dos alunos e das aulas acima de toda a actividade académica e pessoal. O domínio de várias línguas e os contactos internacionais estabelecidos aquando da sua passagem pelo estrangeiro poderiam ter-lhe oferecido, sem grande esforço, uma projecção internacional ainda mais relevante. Mas raramente participava em congressos no estrangeiro, devido à sua insistência em não prejudicar a sua actividade pedagógica.

Enquanto ser humano, o Mgr. Doutor Geraldês Freire impõe-se como um exemplo de coerência e de frontalidade, de generosidade e de rectidão. Homem extremamente sociável, primava pela simplicidade e espontaneidade no seu relacionamento com os outros, mas era também um exemplo de persistência e de combatividade pelo seu inconformismo e resiliência perante os atropelos da verdade e da justiça, fosse durante o Estado Novo, fosse durante o período revolucionário.

Cultivou para com todos a justiça e a benevolência e sempre manteve as melhores relações com os alunos dos cursos que leccionou, independentemente das posições ideológicas dos mesmos, apesar dos momentos complicados que viveu.

D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, salientou a sua firmeza de convicções e nobreza de carácter:

“Sempre considerei e considero o Doutor José Geraldês Freire um homem de carácter íntegro, com grande coerência de atitudes, zeloso no cumprimento dos seus deveres, de grande humanidade e comunicabilidade, firme nas suas ideias e respeitador das pessoas, de cultura e espírito abertos aos ideais do humanismo e democracia”.

É com personalidades desta estatura científica e moral que o esteio identitário da nossa universidade se constrói.

Inclinemo-nos, pois, reconhecida e respeitosamente perante a sua memória.

António Rebelo

Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

*IN MEMORIAM***MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA
PARADIGMA DE CIDADÃ E DE DEDICAÇÃO AO ENSINO E À
CULTURA**

Há exemplos que marcam profundamente, que se fixam e permanecem indelévels. O da Prof. Doutora Maria Helena da Rocha Pereira é um desses casos. Fala-se nela em qualquer local e as marcas logo brotam nos antigos alunos que por aí habitam ou se encontram. Figura ímpar e cimeira da cultura, não apenas portuguesa, e – porque não acentuá-lo – da ética universitária, ao seu nome logo se lhe associa respeito, estima, apreço, saber, rigor, elevado comportamento ético e académico.

Natural do Porto, onde nasce em 3 de Setembro de 1925, filha de um conceituado Professor da Faculdade de Medicina dessa cidade e seu Diretor, o Doutor Alfredo da Rocha Pereira, concluiu o ensino Secundário no Liceu Carolina Michaelis e em seguida matricula-se em Coimbra, onde decorre todo o seu percurso académico (licenciatura em 1947, doutoramento em 1956 e professora catedrática desde 1964). E, como era habitual na altura, faz os estudos preparatórios para o Doutoramento em Oxford – uma deslocação que muito lhe custou, sabendo-se quanto era ligada à família. Em Oxford foi discípula de grandes mestres (E. R. Dodds, Sir John Beazley, Ed. Fraenkel, W. S. Barrett, R. Pfeiffer) e de onde traz metodologias que aplica ao ensino e à investigação, com abertura de novos caminhos que deixam marcas profundas nos estudos clássicos, sem se restringirem porém unicamente a esse domínio.

Primeira mulher a obter o grau de Doutoramento na Universidade de Coimbra, não foi fácil a sua entrada no quadro de docentes da Faculdade de Letras nem a sua carreira académica isenta de dificuldades e resistências. Impôs-se, porém, pelo seu saber, magistério, postura moral, dedicação... Acaba por se tornar um dos mais conceituados e distintos professores

universitários portugueses, que na Escola deixa cunho indelével da sua acção e presença – uma influência benéfica que se estende a Portugal inteiro e a que não são indiferentes outros países, como o provam as diversas academias e associações estrangeiras que a acolheram.

São áreas principais da investigação de Maria Helena da Rocha Pereira a literatura grega, a cultura grega e romana, a arte grega, em particular a pintura de vasos – muitas colecções existentes em Portugal são dadas a conhecer graças ao seu estudo – e o latim medieval. Neste último domínio, estudou e traduziu as vidas de figuras que têm, algumas delas, percursos comuns à Hispânia: São Rosendo, Santa Senhorinha, S. Teotónio (muito ligado a Coimbra) e, em especial, o médico e filósofo Pedro Hispano, espírito notável e grande figura da cultura do século XIII, que depois se tornaria o Papa João XXI. Merece ainda destaque a edição crítica da obra de Pausânias, *Descrição da Grécia (Graeciae descriptio)*, que é padrão para o autor em causa e que, editada pela Teubner em três volumes, já vai em 2ª edição (1989-1990). Deve ainda ser realçada a sua participação no Conselho Científico do *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, que é obra de referência para os classicistas do mundo inteiro.

Se a sua especialização se centra nos estudos clássicos, investiga também e produz trabalhos no domínio da literatura e cultura portuguesas. E muitos são os nossos autores, sobretudo no domínio da poesia, que têm merecido a sua atenção esclarecida e sensível, com estudos notáveis: Íncrita Geração (em especial D. Pedro), Camões, António Ferreira, Marquesa de Alorna, Bocage, Camilo, Antero de Quental, Augusto Gil, Fernando Pessoa, José Gomes Ferreira, Miguel Torga, David Mourão Ferreira, Sophia de Mello Breyner Andresen, Eugénio de Andrade, Rui Knópfli, Manuel Alegre, José Augusto Seabra, entre outros.

Trata-se de obra vasta e variada, temporal e tematicamente (crítica textual e edição crítica, ensaio e criação literária, divulgação e tradução, crítica de arte e notícias/comentários), que abrange quase todas as épocas e diversificados domínios da Antiguidade Clássica e que se estende à literatura e cultura portuguesas, da época medieval à contemporânea. Conta com mais de sete centenas de títulos, entre livros e artigos, publicados em Portugal e no estrangeiro, muitos deles conhecendo assinalável difusão por intermédio de sucessivas edições, alguns com dez ou mais. Por exemplo, *Estudos da História da Cultura Clássica* (com volumes dedicados à Grécia e à Roma antiga), a *Hélade* e a *Romana*, antologias da cultura grega e da cultura romana, respectivamente, foram lidos por sucessivas gerações e marcaram

indelevelmente a cultura portuguesa, contribuindo para desenvolver de forma significativa os estudos clássicos em Portugal.

Essa vasta produção científica caracteriza-se por clareza de linhas temáticas na pesquisa, interpretações e conclusões e por fina e vibrátil sensibilidade, que lhe permitem compreender e analisar, com judicioso acerto, homens e acontecimentos, obras e personalidades.

Os seus méritos foram reconhecidos com diversos cargos, nomeações e distinções: Vice-reitora (1970), Directora do Instituto de Estudos Clássicos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras (1976 a 1989), Directora das revistas *Biblos* e *Humanitas*; representou a Universidade em muitas associações e realizações científicas e culturais; quase se poderia afirmar que exerceu quase todos os cargos académicos. Entre as distinções e prémios, destaco o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Lisboa (2009), o ter sido agraciada com a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago de Espada e a obtenção de vários prémios, como Ensaio do Pen Club, Eduardo Lourenço (2005), União Latina (2005), Universidade de Coimbra (2006), Jacinto Prado Coelho (2006), Padre Manuel Antunes (2008), Prémio Vida Literária (2010) da Associação Portuguesa de Escritores – Caixa Geral de Depósitos. Dá também o nome a um prémio, instituído pela Fundação Eng. António de Almeida em sua homenagem, que visa distinguir dissertações de mestrado apresentadas na área dos Estudos Clássicos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Caracterizada por invulgar tenacidade e amor ao trabalho, espírito de iniciativa, entusiasmo e fidelidade a valores, sempre com a segurança e o método a guiar-lhe os passos, sempre os princípios e as normas a moldar-lhe os atos, a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira dedicou toda a sua vida ao serviço da cultura e do ensino – uma opção existencial –, na tentativa de melhor conhecer o homem e a caminhada evolutiva deste através das eras, procurando surpreendê-lo nos primórdios da cultura ocidental, a Grécia antiga, com os seus grandes valores, descobertas e realizações artísticas, e mostrando a sua continuidade e permanência nas culturas posteriores, em especial na portuguesa.

Sem a sua ação, obra e ensino, os Estudos Clássicos em Portugal não seriam hoje os mesmos e estaríamos culturalmente mais pobres. Tal afirmação dá-nos a ideia clara da sua importância no país. E a sua perda não é fácil de contabilizar.

Espírito imbuído de grande curiosidade intelectual e em alerta constante, elegera como norma a atualização permanente, sempre predisposta a aplicar

os novos métodos e teorias, com o judicioso critério e devido rigor. Mas também sempre pronta a partilhar as novidades e a mais recente bibliografia: os seus orientandos e discípulos desde cedo se habituavam ao solícito fornecimento de indicações bibliográficas que regularmente apareciam na gaveta do correio, ou à chamada de atenção para a novidade ou interesse de algum artigo ou livro.

Manifesta plena disponibilidade para acolher e admirar quanto é belo ou obra de arte, quer seja manifestação da Natureza, quer fruto da realização do homem. Da vibração sentida na sua primeira viagem à Grécia, logo nos primeiros anos de licenciada, mostra-o o livro *Imagens da Grécia* que publicou em 1958, com o pseudónimo de Maria Madalena Monteiro.

Na altura de uma deslocação a Macau, onde ao serviço da Faculdade ministra um curso intensivo, prolonga a duração dessa estadia no Oriente, a expensas suas, para realizar uma viagem à China, atraída pelas grandes realizações monumentais desse país – fascinava-a a observação da Grande Muralha da China, da Cidade Proibida –, curiosa também de perscrutar o seu pensamento e sentir. Para Maria Helena da Rocha Pereira, o homem colhe sempre a primazia dos seus interesses.

Por ocasião de estadias em Roma, para participar em congressos, faz longas deslocações em comboio ou de táxi para observar, *in loco* e por si, as obras de arte que a arqueologia ia revelando. Por exemplo, desloca-se de comboio a Régio de Calábria para poder admirar as duas famosas estátuas gregas do século V a. C., descobertas no mar e conhecidas como os “Heróis de Riace”, nome da localidade em que apareceram; de outra vez, vai a Sperlonga para admirar, na Gruta de Tibério, a chamada “Odisseia em mármore”. Em 1991, encontrando-se em Tessalónica numa reunião científica do *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, viaja até Pela de táxi para visitar o palácio de Vergina e consegue, através de uma arqueóloga conhecida, que o museu e sítio abrissem em dia em que se encontrava encerrado, para ver as últimas descobertas arqueológicas relativas a Filipe II da Macedónia, pai de Alexandre.

Em conclusão, em múltiplos aspectos se afirma a sua estatura de verdadeiro Mestre e se sente o efeito do seu saber: na investigação, no ensino, no amor pela cultura, na dedicação à sua escola, mas também no humanismo, na tolerância, na postura cívica, na abertura aos outros e à Europa, a tudo aquilo que no mundo e no homem é nobre e elevado.

Mestre na plena aceção da palavra a Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, quer na ação, quer na obra que produziu. Exemplo que

deixa marcas profundas, se tornou paradigma e, espero, permanecerá indelével. Muito com ela aprendi, e não foi lição de somenos o valor, firmeza e lealdade na amizade que preservo na vida e constituirá sempre o verdadeiro cimento aglutinador da relação entre os homens.

Não queremos que seja última homenagem. Assim, permita-se-me que finalize com um toque pessoal e que à minha pessoa, aos laços e amizade que aos poucos me ligaram à Doutora Maria Helena da Rocha Pereira aplique e adapte – sentimentos que aliás devem ser comuns a muitos outros antigos alunos – as conhecidas e famosas palavras que Eça de Queirós escreveu a respeito de Antero: desde aluno me tornei seu discípulo e me sentei “a escutar, num enlevo, e para sempre assim me conservei” e me conservarei na vida.

José Ribeiro Ferreira
Professor Jubilado da Universidade de Coimbra

(Página deixada propositadamente em branco)

PERMUTAS ATIVAS
ÚLTIMOS NÚMEROS RECEBIDOS

Acta Classica (LII)
Aevum (XC.3)
Ágora (18)
Analecta Malacitana (XXXVIII 1-2)
Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa (8/2)
Anuário de Estudos Filológicos (XXXIX)
Anzeiger für die Altertumswissenschaft (LXVIII 13/4)
Arctos (XLIX)
Arethusa (50.1)
Arys (13)
Athenaeum (104.2)
Auster (19)
Balcanica Posnaniensia (acta et studia) (XXII/2)
Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (XC.II)
Brotéria (184.1)
Cadmó (25)
Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Griegos e Indoeuropeus. (26)
Didaskalia (XLVI.2)
Eborensia (50)
Emerita (LXXXIV.1)
Eos (CII.2)
Estudos Teológicos (19)
Euphrosyne (XLIV)
Faventia (36)
Graeco-Latina Brunensia (21.2)

Gramma (22.1)
Helmantica (LXVII)
Hermathena (193)
Hyperboreus (20.2)
Ilu. Revista de Ciencia de las Religiones (20)
Itinerarium (213)
Journal of Classical Studies (LXIV)
Les Études Classiques (83)
Lucentum (XXXV)
Mélanges de la Casa de Velásquez (46.2)
Minerva (29)
Myrtia (31)
Phoenix (UFRJ) (22.2)
Phoenix (Canadá) (LXIX 3.4)
ΠΑΑΤΟΝ (60)
Portugalia (37)
Quaderni Urbinati di Cultura Classica (14)
Revista de Historiografía (24)
Revista de História das Ideias (34)
Revista de Musicologia (XXXIX.2)
Revista Portuguesa de Arqueologia (17)
Revista Portuguesa de História do Livro (38)
Revista Portuguesa de Humanidades – Linguísticos
Revistas de Estudios Clásicos (Argentina) (148)
Révue des Études Grecques (129)
Salduvie (15)
Semana de Estudios Romanos (Pontífica Valparíso) (XVII)
Studies in Philology (114.1)
Veleia (33)
Vetera Christianorum (51)
Zephyrus (LXXVIII)
ΠΡΑΚΤΙΚΑ (169)

Compras

Bibliographie Internationale de l'Humanism et de la Renaissance (XLV)

Ancient Society (62)

Classical Quarterly (66.2)

Classical Review (66.2)

Food and History (12)

Glotta (91)

Gnomon (88.6)

Hermes (144)

Hesperia (85)

Humanistica Lovaniensia (LXIV)

Pallas (100)

Wiener Studien (128)

Ofertas

Archaeological Reports (62)

Journal of Hellenic Studies (136)

Journal of Roman Studies (105)

(Página deixada propositadamente em branco)

ORIENTAÇÕES DE SUBMISSÃO

1. Artigos e resenhas aceites em permanência para publicação, através da plataforma Open Journal Systems (OJS):
<http://impactum-journals.uc.pt/humanitas/about/submissions#online>
Submissions
2. Os artigos que não respeitem as normas de publicação da revista serão recusados.
3. Todos os artigos submetidos são sujeitos a revisão e aprovação por pares, em regime de anonimato. O processo de avaliação encontra-se documentado nos arquivos da Revista *Humanitas*. Os contributos são encaminhados pelos Editores da revista para o Conselho Científico ou para avaliadores *ad hoc*, de acordo com as suas áreas de especialização. Os principais critérios de avaliação são: adequação à linha editorial da revista; respeito pelas normas editoriais; qualidade da redação; originalidade e relevo dos temas propostos para o avanço dos estudos nas áreas de estudo admitidos pela revista.
4. Não se aceita mais do que um artigo do mesmo autor por ano.
5. Procedimentos e calendarização do processo de submissão e revisão de provas:
 - Nas primeiras provas não devem ser introduzidas alterações no texto, apenas correção de gralhas e erros ortográficos;
 - O prazo de devolução das primeiras provas revistas não deverá exceder um mês;
 - Após a correção das primeiras provas, não deverão os autores introduzir novas emendas no trabalho;
 - As segundas provas servem apenas para verificar se as correções assinaladas nas primeiras foram executadas, e devem ser devolvidas no prazo de 15 dias após a receção do PDF;
 - A editora estima um prazo médio entre quatro e oito meses para a publicação da revista desde a data de entrega do documento (versão definitiva). Este prazo pode variar em função da programação anual da editora.

SUBMISSION GUIDELINES

1. CFP permanently open; manuscripts are to be submitted online, via the Open Journal Systems platform: <http://iduc.uc.pt/index.php/humanitas/about/submissions/>
2. The manuscripts not prepared in accordance with the publication guidelines will be refused.
3. All items submitted are peer reviewed and evaluated by anonymous referees. The process of evaluation for *Humanitas* is available on the website of the journal. The General Editor and the Associate Editors forward submissions for review to members of the Editorial Board or to *ad hoc* referees in accordance with their areas of academic specialization. The main evaluative criteria are the following: conformity to the journal's editorial program; accordance with its editorial norms; quality of the presentation; and the originality and relevance of the proposed subject matter to the advancement of studies in the areas of research covered by the journal.
4. Each author can only submit one article per year.
5. Submission and proofreading procedures and timing:
 - First stage page proof corrections must not include additions to the text or text rephrasing; only misprints and orthographical errors should be corrected;
 - The first corrections must be returned within a month;
 - Changes to the manuscript are not permitted after the first proofreading has been completed;
 - The second proofreading stage is solely meant to verify whether the corrections marked in the first page proofs have been adequately introduced. Authors must return their second page proofs within 15 days from the reception of the respective PDF document;
 - The publishers estimate between four and eight months for publication after the definitive version of the manuscript is received. However, this may vary depending on their annual publishing plan.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

O cumprimento das normas de edição abaixo transcritas é obrigatório.

1. Formatação do texto:

- enviar original através da plataforma de edição OJS, em formato Word e PDF;
- dimensões e formatação: corpo do texto = máximo de 20 pág. A4; corpo 12; Times New Roman; duplo espaço; notas de rodapé = corpo 10; Times New Roman; espaço simples;
- só usar caracteres gregos para citações longas; palavras isoladas ou pequenas expressões gregas virão em alfabeto latino (ex.: *adynaton, arete, doxa, kouros*); a fonte de grego a usar é unicode;
- idiomas admitidos: Português, Inglês, Espanhol, Francês e Italiano;
- apresentar dois resumos (cada com um máximo de 250 palavras), um na língua do artigo outro em inglês, seguidos das respectivas palavras-chave (máximo de 5);

2. Citações

2.1. Normas de caráter geral

- a) uso do itálico:
 - nas citações latinas e respectivas traduções, quando incluídas no corpo do texto (em caixa ficarão em redondo);
 - nos títulos de obras antigas, de monografias modernas, de revistas e de recolhas temáticas;
- b) usar aspas (“ ”) nas citações de textos modernos;
- c) não usar itálico nas abreviaturas latinas (op. cit., loc. cit., cf., ibid., in,...).

2.2. Citações de livros

- a) não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:
Autor Ano: página Ex: Bell 2004: 123-125
Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:
Bell, A. (2004), *Spectacular Power in the Greek and Roman City*. Oxford: University Press.
- b) as edições posteriores à primeira serão anunciadas da seguinte forma: (2005, 2ª ed.);

c) à qualidade de editor(es) corresponderá (ed.) ou (eds.); de coordenador(es), (coord.) ou (coords.).

2.3. Citações de capítulos de livros

Não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:

Autor Ano: página Ex: Murray 1994: 10.

Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:

Murray, O. (1994), “Symptotic History”, in O. Murray (ed.), *Symptotika. A Symposium on the Symposion*. Oxford: Clarendon Press, 3-13.

2.4 Citações de artigos em periódicos

Não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:

Autor Ano: página Ex: Toher 2003: 431.

Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:

Toher, M. (2003), “Nicolaus and Herod”, *HSPH* 101: 427-447.

2.5. Abreviaturas usadas

– revistas: *L'Année Philologique*;

– autores gregos: *A Greek-English Lexicon*;

– autores latinos: *Oxford Latin Dictionary*;

=> NÃO USAR NUMERAÇÃO ROMANA: Hom. *Od.* 1.1 (não α.1);

Cic. *Phil.* 2.20 (não II. 8. 20); Plin. *Nat.* 9.176 (não IX. 83. 176);

=> NÃO COLOCAR espaços entre os números: Hom. *Od.* 1.1 (não Hom. *Od.* 1. 1)

3. Notas:

Devem ser breves e limitar-se a abonar o texto, introduzir esclarecimento, ponto crítico ou breve estado da questão; o que é essencial deve vir no corpo do texto. A mera indicação do passo ganhará em vir também no texto.

4. Recensões

4.1. Tamanho: não ultrapassar os 8.000 caracteres;

4.2. Cabeçalho: seguir os seguintes modelos:

Acerbi, Silvia, *Conflitti politico-ecclesiastici in Oriente nella Tarda Antichità: Il II Concilio di Efeso (449)*, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Revista de Ciencias de las Religiones, Serie de sucesivas monografías, Anejo V, 2001, 335 pp. ISBN: 84-95215-20-9.

Bañuls Oller, J. Vte.; Crespo Alcalá, P.; Morenilla Talens, C., *Electra de Sófocles y las primeras recreaciones hispanas*, Bari, Levante Editori, 2006, 152 pp. ISBN: 88-7949-432-5.

Francisco Bauzá, Hugo, *Propercio: Elegías completas*. Traducción, prólogo y notas, Madrid, Alianza Editorial, 2007, 251 pp. ISBN: 978-84-206-6144-5.

5. Imagens/Gráficos/Tabelas

Os elementos gráficos que acompanhem o texto deverão ser enviados em separado, devidamente identificados e numerados, devendo a localização no corpo de texto ser, de igual forma, assinalada:

- as imagens devem ser entregues individualmente, em formato .jpeg, com resolução mínima de 300dpi's. Todas as imagens deverão ser livres do pagamento de direitos de autor e acompanhadas por comprovativo oficial de cedência ou compra de direitos a publicações de caráter académico;
- tabelas ou gráficos devem ser enviados em documento .doc, editáveis. Não serão considerados elementos em .jpeg ou outro formato que não permita edição.

6. Bibliografia final:

De uso obrigatório e limitada ao essencial ou aos títulos citados, sendo as referências bibliográficas necessariamente desdobradas:

NORMAS DE TRANSLITERAÇÃO

Ignorar completamente os acentos, bem como a distinção entre vogais longas e breves.

Grego Português

α a

β b

γ g

δ d

ε e

ζ z

η e

θ th

ι i

κ k

λ l

μ m

ν n

ξ x

ο ο

π p

ρ r

σ, ς s

τ t

υ u (em ditongo) y (nos outros casos)

φ ph

χ ch

ψ ps

ω o

aspiração inicial h

iota subscrito [letra] + i

γ + gutural (γ, κ, ξ e χ) n + [letra transcrita]

PUBLICATION GUIDELINES

All submissions must be prepared in accordance with the instructions below.

1. Text format:

- please submit your manuscript online via the OJS edition platform in both Word and PDF formats;
- number of pages and font sizes: body of the text = maximum 20 pages A4, 12-point font size Times New Roman, double-space; footnotes = 10-point font size Times New Roman, single-space;
- Greek characters can be used only in long quotations; single Greek words and expressions should be written in Latin (e.g.: *adynaton*, *arete*, *doxa*, *kouros*);
- abstracts (250 words) and keywords (five) are mandatory, both in English and in the article's language;
- languages accepted: Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

2. Quotations:

2.1. General Guidelines:

- a) italic:
 - in Latin quotations and translations included in the body of the text;
 - titles from ancient documents/works, modern monographs and journals:
- b) quotation marks (“ ”) in modern text quotations;
- c) do not use italic in Latin abbreviations (op. cit., loc. cit., cf., ibid., in,...).

3. References

3.1. Books

Book references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version: Author Year: Page eg.: Bell 2004: 123-125

The complete bibliographical references are included in the final list of references: Bell, A. (2004), *Spectacular Power in the Greek and Roman City*.

Oxford: University Press.

- later editions will be referred as: (2005, 2nd ed.);
- to the Editor will correspond the abbreviation (ed.) or (eds.) and to the coordinator the abbreviation(coord.) or (coords.).

3.2. Book's chapters

Bibliographical references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page(s) eg.: Murray 1994: 3

The complete bibliographical references are included in the final list of references:

Murray, O. (1994), "Symptotic History", in O. Murray (ed.), *Symptomika. A Symposium on the Symposion*. Oxford: Clarendon Press, 3-13.

3.3. Journals:

Bibliographical references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page(s) eg.: Toher 2003: 431.

The complete bibliographical references are included in the final list of references:

Toher, M. (2003), "Nicolaus and Herod", *HSPH* 101: 427-447.

3.4. Abbreviations

– journals: *L'Année Philologique*;

– Greek authors: *A Greek-English Lexicon*;

–Latin authors: *Oxford Latin Dictionary*;

=> DO NOT USE ROMAN NUMERICALS: Hom. *Od.* 1.1 (not α.1);

Cic. *Phil.* 2.20 (not II. 8. 20); Plin. *Nat.* 9.176 (not IX. 83. 176);

=> DO NOT USE "SPACE" BETWEEN NUMBERS: Hom. *Od.* 1.1 (not Hom. *Od.* 1. 1)

4. Footnotes

Must be brief and, in direct relation with the text, in order to introduce a clarification, point out a critical aspect or a brief question. The essential information must be in the body of the text.

5. Book reviews

5.1. size: max. 8.000 characters;

5.2. Book identification: follow the models above:

Acerbi, Silvia, *Conflitti politico-ecclesiastici in Oriente nella Tarda Antichità: Il II Concilio di Efeso (449)*, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Revista de Ciencias de las Religiones, Serie de sucesivas monografías, Anejo V, 2001, 335 pp. ISBN: 84-95215-20-9.

Bañuls Oller, J. Vte.; Crespo Alcalá, P.; Morenilla Talens, C., *Electra de Sófocles y las primeras recreaciones hispanas*, Bari, Levante Editori, 2006, 152 pp. ISBN: 88-7949-432-5.

Francisco Bauzá, Hugo, *Propercio: Elegías completas*. Traducción, prólogo y notas, Madrid, Alianza Editorial, 2007, 251 pp. ISBN: 978-84-206-6144-5.

6. Images/Graphics/Tables

Graphic elements must be sent separately, properly identified and numbered. Their location in the body of the text must be properly identified:

- Images must be sent separately, properly identified and numbered, in .jpeg format, requiring a minimum quality of 300dpi. All the images must be free from copyright and sent with official documentation testifying either that they are license free or purchased for academic publications purposes.

- Tables and graphics must be sent in editable.doc format. Elements in .jpeg format or other formats will not be considered.

7. Final Bibliographical references

Mandatory and limited to the essential titles and/or those quoted in the text. Only in the final bibliography the references will appear in their complete and extended version.

TRANSLITERATION GUIDELINES

Accents and distinction between long and short should be ignored.

Greek Latin

α a

β b

γ g

δ d

ε e

ζ z

η e

θ th

ι i

κ k

λ l

μ m

ν n

ξ x

ο ο

π p

ρ r

σ, ς s

τ t

υ u (in diphthong) y (in other cases)

φ ph

χ ch

ψ ps

ω ο

initial aspiration h

subscript iota [character] + i

γ + guttural (γ, κ, ξ e χ) n + [transcript character]

(Página deixada propositadamente em branco)

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



Instituto de Estudos Clássicos

APOIO

